

ANAIS DO I SIMPÓSIO NACIONAL A DISTÂNCIA  
DE HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA



FRANSUEL LIMA DE BARROS  
MÁRCIO DOUGLAS DE CARVALHO SILVA  
RONYERE FERREIRA  
(ORGANIZADORES)

ANAIS DO I SIMPÓSIO NACIONAL A DISTÂNCIA  
DE HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA





## **Editora Mentis Abertas**

### **Conselho editorial**

Profa. Dra. Cristiane Navarrete Tolomei (UFMA)

Prof. Dr. Fábio Marques de Souza (UEPB)

Prof. Dr. Nefatalin Gonçalves Neto (UFRPE)

### **Comitê científico da obra**

Prof. Dr. Afrânio Mendes Catani (USP)

Profa. Dra. Cristina Bongestab (UEPB)

Profa. Dra. Eliete Correia dos Santos (UEPB)

Prof. Dr. Ivo Di Camargo Júnior (SME – Sertãozinho e Ribeirão Preto)

Prof. Dr. José Alberto Miranda Poza (UFPE)

Profa. Dra. Maria Manuela Pinto (Universidade do Porto)

Prof. Dr. Maged Talaat Mohamed Ahmed Elgebaly (Aswan University, Egito)

Profa. Dra. María Isabel Pozzo (IRICE-Conicet-UNR, Argentina)

Profa. Dra. Mona Mohamad Hawi (USP)

Copyright © dos autores

Todos os direitos garantidos. Qualquer parte desta obra pode ser reproduzida ou transmitida ou arquivada, desde que levados em conta os direitos dos autores.

Fransuel Lima de Barros; Márcio Douglas de Carvalho Silva;  
Ronyere Ferreira [Organizadores]

Anais do I Simpósio Nacional a distância de História e  
Historiografia. São Paulo: Mentis Abertas, 2019. 437 p.

ISBN: 978-65-80266-40-1

1. História. 2. Historiografia. I. Título.

# Sumário

Apresentação	11
--------------	----

## Parte I – HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA

01 América Latina em Guerra: destaques sobre as batalhas da Guerra do Paraguai.....	14
<i>Clebson Vieira de Araújo; Amanda Vieira de Sousa</i>	

02 Análise historiográfica do livro “Formação do Brasil contemporâneo” de Caio Prado Júnior.....	22
<i>Raimundo Nonato Santos de Sousa</i>	

03 Da madeira as águas: a construção da ideologia ambiental no Brasil Império (1822-1834).....	32
<i>Ruan David Santos Almeida; Alcebíades Costa Filho</i>	

04 História, América Latina e Brasil: reflexões em torno de Historiografia Brasileira Em <i>América Latina: Males de Origem</i> , de Manoel Bomfim.....	44
<i>Rômulo Rossy Leal Carvalho</i>	

05 Negaempreendimentos e devastação: os efeitos no modo de vida dos povos e comunidades tradicionais na região de Coelho Neto-MA.....	54
<i>Emmanuele Vale Silva</i>	

06 Um ensaio sobre a era das revoluções: o mundo contemporâneo e seus adventos.....	66
<i>Theresa Crystina Vieira Sousa</i>	

## Parte II – HISTÓRIA, CIDADE E MEMÓRIA

01 (Re) escritas do espaço: história, historiografia e memória do Casarão Padre Sá Palacio, em Piracuruca-PI.....	77
<i>Paulo Tiago Fontenele Cardoso; Pedro Pio Fontineles Filho</i>	

02 “Memórias postúmas de uma educadora”: visões e perspectivas acerca do ensino de história na educação de jovens e adultos.....	89
<i>Mirian da Silva Costa; Jakson dos Santos Ribeiro</i>	
03 A enchente de 1985 na Zona Norte de Teresina: memórias e cotidiano.....	99
<i>Isabela Thamirys Silva Amaral</i>	
04 As cidades no Brasil do Século XIX.....	110
<i>Allef Gustavo Silva dos Santos; Josiel Luis Franco de Andrade Carvalho</i>	
05 Cidades do sertão maranhense no século XIX: análises do sertão a partir de três cidades: Pastos Bons e Grajaú.....	122
<i>Allef Gustavo Silva dos Santos; Matheus Wilson Silva dos Santos</i>	
06 Construindo o imaginário da cidade: o Museu Xucurus como espaço de memória e esquecimento no município de Palmeira dos Índios/AL.....	135
<i>Aline de Freitas Lemos Paranhos</i>	
07 Lugares de trabalho e memória: patrimônio industrial ferroviário em Parnaíba-PI, 1916-1980.....	145
<i>Lêda Rodrigues Vieira</i>	
08 Formação da fauna e flora no período permiano no Nordeste brasileiro.....	153
<i>Danúbia da Rocha Sousa</i>	
09 História e memória: notas sobre o patrimônio arquitetônico da cidade de Pinheiro- MA.....	165
<i>Alessandra Cristina Costa Monteiro; Natália Regina Costa Monteiro</i>	
10 No ritmo da folia: o carnaval teresinense e suas transformações históricas no começo do Século XX.....	174
<i>Fransuel Lima de Barros</i>	
 <b>Parte III – HISTÓRIA, GÊNERO, POLÍTICA E TRABALHO</b>	
01 A demonização de uma rainha: Ana Bolena (1501-1536) e suas representações como bruxa na história e na literatura.....	187

*Marcos de Araújo Oliveira*

02 Relações de gênero na literatura de cordel..... 199

*Caroline Pinheiro de Oliveira*

03 Entre a natureza e a cultura: uma análise da proibição do incesto..... 209

*Márcio Douglas de Carvalho e Silva*

04 O perfil feminino para o casamento..... 217

*Marciele Sousa da Silva*

05 Medidas de proteção à mulher vítima de violência e a Lei Maria da Penha..... 228

*Ronnie Cassio Coelho Silva; Jakson dos Santos Ribeiro; Aldeanne Silva de Sousa*

06 Estado forte: concepção de absolutismo na obra “O príncipe”, de Maquiavel..... 235

*Maykon Albuquerque Lacerda*

07 As bases econômicas do Piauí no seu processo de fundação e desenvolvimento..... 245

*Maria Luiza Vieira de Carvalho*

08 Lutas agrárias :a resistência pela posse da terra do povoado Nova Chapada..... 252

*Brígida Lima Magalhães; Raimunda Nonata Paiva Andrade; Jakson dos Santos Ribeiro*

#### **Parte IV – HISTÓRIA, ARTE E PATRIMÔNIO**

01 Representações do Nordeste no cinema nacional na década de 1950..... 261

*Marcelo Gonçalves Ferraz*

02 Contando histórias da princesa do sertão através do teatro de bonecos..... 272

*Ana Carolina Cardoso Dias; Jakson dos Santos Ribeiro*

03 Expressões *hip hop* e culturas juvenis, na cidade de Picos-PI (2004-2010)..... 280

*Rosyane da Silva Cortez*

04 Jônatas Batista e sua missão cultural..... 291

*Ronyere Ferreira*

05 Uma foto (grafia) do patrimônio edificado de Altos-PI..... 301  
*Ivan Francisco Viana de Lima*

06 Análise de lousas tumulares do Cemitério (da irmandade) Santo Antônio..... 305  
*Jéssica Gadelha Morais*

## **Parte V – HISTÓRIA E ENSINO**

01 De escola rural a centro integral de educação: a trajetória da Escola Rama Boa e sua contribuição para educação de Altos-PI..... 314  
*Ivan Francisco Viana de Lima*

02 O ensino de patrimônio através das fotografias de Caxias-MA..... 323  
*Josiel Luis Franco de Andrade Carvalho; Allef Gustavo Silva Dos Santos*

03 Os castigos pedagógicos na educação maranhense oitocentista (1822-1889)..... 332  
*Morgana Jaiara Gomes Carvalho*

04 Lugares de história: usos dos espaços públicos no ensino de história em Belém do Pará..... 343  
*Adomiran Moreira de Araújo Junior*

05 A importância da Lei 10.639/03 no ensino de história..... 353  
*Maria Cândida de Jesus Pereira*

06 Por trás das câmeras: a propaganda como arma ideológica durante o regime ditatorial de Adolf Hitler..... 358  
*Thais da Silva Portela*

07 O uso do filme nas aulas de história para os alunos da educação de jovens e adultos a partir da obra de Circe Bittencourt “Ensino de história: fundamentos e métodos” ..... 368  
*Antonia Stephanie Silva Moreira*

08 Análise do filme “Vida de inseto” sob a perspectiva das ideias dos pensadores Émile Durkheim, Max Weber e Karl Marx..... 377  
*Renata Aparecida da Silva*

09 O livro didático na formação: análise dos agentes sociais envolvidos no processo de ensino e aprendizagem.....	387
<i>Joice da Conceição Lima</i>	
10 “Aula sem mordação”: o combate ao racismo e a luta pela igualdade dos alunos em sala de aula.....	394
<i>Ayrton Costa da Silva; Camila Joseane e Sousa Rios Costa</i>	
11 “Diário de um professor”: vivência como professor estagiário numa escola do ensino fundamental Caxias-MA.....	401
<i>Ayrton costa da Silva; Jakson dos Santos Ribeiro</i>	
12 O estágio supervisionado no cotidiano escolar: a importância da prática no ensino de história para a formação docente.....	411
<i>Isaildo de Carvalho Veloso; Andreia Rodrigues de Andrade</i>	
13 Ensino a distância: desafios e importância no processo formativo do educando.....	421
<i>Jordaci Dias Lopes de Lima; Danúbia da Rocha Sousa</i>	
14 Relações étnico-raciais, história e ensino.....	429
<i>Rafael Souza Ferreira</i>	

## Apresentação

A expansão da educação a distância nas últimas décadas, abriu espaço para diversas experiências nas formas de ofertar cursos, seja de formação continuada, graduação ou pós-graduação, nas diferentes áreas do conhecimento. A abrangência desses cursos, têm incentivado outras iniciativas a ganharem corpo e se expandirem, como, por exemplo, os simpósios virtuais, que são uma realidade em algumas universidades brasileiras.

Vendo essa oportunidade, e a importância de promover o debate acadêmico das pesquisas em História, o *I Simpósio Nacional a distância de História e Historiografia*, realizado no final do primeiro semestre de 2019, foi pioneiro nessa modalidade, entre os já realizados no Piauí. Foi um evento planejado para proporcionar a aproximação, mesmo que virtual, de diversos pesquisadores, professores, e principalmente alunos dos cursos de graduação a distância, localizados em polos mais distantes dos grandes centros, que têm poucas oportunidades de participarem de um simpósio, seminário, congresso, ou qualquer evento científico, pelas mais diversas motivações.

Pensando nisso, no simpósio foi aberto espaço para a realização conferências, disponibilizadas no site do evento na forma de textos e vídeos, juntamente com pesquisas apresentadas nos Grupos de Trabalhos, que abarcaram múltiplas possibilidades de abordagens na pesquisa em História. Nesses espaços, alunos de graduação, especialistas, mestrandos, mestres, doutorandos e doutores, tiveram a

oportunidade de expor os seus trabalhos e debater com os demais participantes do evento.

Foram quatro dias de intensa comunicação entre os inscritos, que resultou em um número extraordinário de comentários, mostrando a relevância dessa modalidade de eventos científicos, que agrupou em uma mesma plataforma pesquisadores e estudantes de quase todos os Estados do Brasil, e também de outros países. Ao tempo em que demonstramos intensa satisfação com os resultados alcançados, e acreditarmos que contribuímos para a ampliação dos debates existentes nas pesquisas em história, agradecemos a todos os inscritos por terem participado do evento, dando a sua contribuição para o enriquecimento do debate.

Apresentamos neste livro as comunicações dos Grupos de Trabalhos, que contemplaram diversos temas concernentes aos ramos de pesquisa possíveis no ramo da história. São 42 textos, que estão agrupados nos seguintes eixos temáticos: História e historiografia, História, cidade e memória, História, gênero e política e trabalho, História, arte e patrimônio, além de um conjunto de artigos que contemplam a relação História e ensino.

Além de agrupar os trabalhos de acordo com a especialidade da história a que estão inseridos, buscamos disponibilizá-los de forma que dialogassem uns com os outros, sempre que possível. Os textos aqui expostos, além revelarem o campo fértil das pesquisas em história, pode servir como referência para outros autores que busquem ampliar os debates aqui propostos.

Os organizadores

Parte I  
**HISTÓRIA E  
HISTORIOGRAFIA**

# AMÉRICA LATINA EM GUERRA: DESTAQUES SOBRE AS BATALHAS DA GUERRA DO PARAGUAI

**Cleberson Vieira de Araújo**

UFERSA - Pós-Doutorando em Política Educativa, Estudos Sociais e Culturais  
(CENID/ México). E-mail: historia-geral@bol.com.br

**Amanda Vieira de Sousa**

SME/ Nazarezinho - Licenciatura Plena em Geografia (UFCG)  
E-mail: amandavieira379@gmail.com

**Resumo:** A principal guerra da América do Sul completou 150 anos a pouco tempo com, ainda, muito a ser contado e estudado. Um dos capítulos mais intrigantes dessa contenda diz respeito a suas muitas batalhas e a resistência do Paraguai ao envolver toda a sua população, até mesmo crianças, para tentar vencer seus vizinhos. Com isso, esse breve trabalho se faz importante por discutir esse importante capítulo de uma história que é dividida por quatro países e que teve sérias consequências para os envolvidos. Tem como objetivo discutir destaques acerca das batalhas travadas no curso da Guerra do Paraguai. Já sua metodologia é qualitativa e baseia-se primordialmente na literatura disponível a partir de autores como Doratioto (2017) e Lima (2016).

**Palavras-Chave:** América Latina; Guerra do Paraguai; Batalhas.

## **Introdução**

Estudar um conflito armado de mais de 150 anos não é uma tarefa das mais simples e, requer tempo e dedicação para fazê-lo de forma a satisfazer as muitas necessidades de uma pesquisa científica.

É nesse cenário que a Grande Guerra, Guerra da Tríplice Aliança, Guerra do Paraguai entre outras denominações, que foi um conflito que envolveu países diferentes de um mesmo continente, o continente americano. Surge assim um tema de destaque para favorecer o debate, as discussões e os entendimentos diferenciados acerca do que realmente causou o conflito, os desdobramentos e resultados do mesmo.

Se o evento bélico foi grandioso, também contaram com muitas batalhas, terríveis, travadas ao longo de toda a guerra e essas deixaram um rastro de destruição e mortes por onde passavam, com destaque especial para o território paraguaio.

Diante de tantas informações, ângulos, verdades e mentiras, alunos e até mesmo professores de história se veem frente a um turbilhão de informações e conhecimentos, muitas vezes manipulados por interesses diversos, que devem ser filtradas e analisadas com cuidado para que se tenha pleno aprendizado e entendimento dos muitos significados e reflexões que um conflito como esse pode suscitar.

Em um momento peculiar onde há a discussão da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para o Ensino Fundamental e Médio, o Brasil passa por uma reformulação e aponta novos caminhos para a educação de forma a atingir todo o país ao passo que se respeita e ainda favorece as peculiaridades locais. E, é nesse sentido, que surge a necessidade de discussão sobre os livros didáticos brasileiros e a abordagem sobre esse conflito, como sendo um importante capítulo da história do Brasil.

E, diante desse campo de estudos apresentado quanto ao ensino e aprendizagem sobre a Guerra do Paraguai no Brasil esse breve trabalho tem por objetivo discutir acerca das batalhas travadas no curso da Guerra do Paraguai.

Esse estudo se faz importante por buscar reflexões sobre o conflito que é considerado como sendo o maior e o mais importante no qual o Brasil se envolveu diretamente e que teve em seu curso muitas batalhas.

Quanto à metodologia adotada, trata-se de um estudo de natureza teórica e empírica com abordagem de pesquisa quantitativa- positivista, desenho não experimental e nível descritivo tendo por base o objetivo proposto e fundamenta-se na literatura disponível a partir de autores a exemplo de Doratioto (2017) e Lima (2016).

### **Uma guerra, muitas batalhas**

Ao longo do conflito, que durou mais de cinco anos, muitas foram às batalhas travadas, tanto no Paraguai quanto fora dele, deixando um rastro de morte e destruição nunca antes vivenciado na América do Sul ao envolver diretamente quatro países.

Com um desgaste que a muito já apontava um conflito, foi uma questão envolvendo o Brasil e o Uruguai que teria provocado o cenário ideal pra o início da contenda.

O governo paraguaio alertou o do Brasil, em nota oficial (30/8), para promover tal ato, mas as tropas brasileiras penetraram no Uruguai (12/10). Para o governo imperial, o Paraguai nada faria, já que não sofria qualquer ameaça por parte do Império. Foi um grave erro de avaliação, pois o governo de Francisco Solano López rompeu relações diplomáticas com o Brasil (12/11), invadiu Mato Grosso e, posteriormente, o Rio Grande do Sul (10/6/1865). (DORATIOTO, 2017, p. 121).

O isolamento paraguaio somado com a existência de um líder excêntrico em seu comando também colocou toda a região em alerta.

O engrandecimento do país vizinho e suas possíveis pretensões territoriais começaram a preocupar a classe política brasileira e o próprio imperador D. Pedro II. Tornando-se evidente que, sob o comando dos López, o Paraguai não mais se contentaria com o seu papel de coadjuvante silencioso, e estava claro que começava a flexionar seus músculos para alçar voos maiores – não necessariamente pacíficos. (LIMA, 2016, p. 77).

López tentou por repetidas vezes se fazer ouvir na questão uruguaia e temendo ter o seu próprio país invadido pelas forças do império brasileiro ou mesmo pela república argentina, decidiu tomar a dianteira e declarar guerra ao Brasil oficialmente e, na sequência, invadiu Mato Grosso.

Em 13 de dezembro o governo paraguaio havia emitido uma declaração de guerra ao Brasil. O Império deu pouca importância à ameaça, acreditando que não teria nenhum efeito prático. Porém, no dia 24, véspera de natal, López deslocou à região de Mato Grosso duas colunas, uma com 5 mil homens sob o comando do coronel Vicente Barrios, seu cunhado, e outra de 4 mil guiados pelo coronel Francisco Isidoro Resquín. (LIMA, 2016, p. 132).

As vitórias ocorriam em ambos os lados, sendo um grande saldo de mortos ao final de cada uma delas em face dos acirrados conflitos travados entre os exércitos aliados e os homens de López.

Uma das batalhas da guerra, talvez a mais lembrada no Brasil, à batalha naval do Riachuelo é marcante por ser uma das únicas em que Marinha Brasileira teve destaque e vitórias ainda que estivesse em um local pouco conhecido e tenha sido atacada de surpresa, ao seu final,

A esquadra paraguaia perdeu quatro embarcações e quatro chatas. O restante surpreendido pela manobra, fugiu rio acima, sob a perseguição do Berberibe e do Araguari, que os fustigaram com os seus canhões até desaparecerem na distância, retornando a Humaitá. Às 17h30 a batalha estava terminada, com a clara vitória da esquadra comandada por Barroso. A guerra-relâmpago de López havia fracassado inteiramente. Em decorrência do episódio, os navios brasileiros bloquearam o acesso ao rio Paraguai a partir do rio

Paraná, e o país de Solano López tornava-se incapaz de receber armas e auxílio do exterior pela via fluvial. (LIMA, 2016, p. 160).

Mas, a literatura apresentada aos alunos, nem sempre acompanha em plenitude todas as faces e fases da guerra e os conflitos travados, personagens e demais desdobramentos condizentes com uma guerra nessas proporções de forma a apresentar, de forma deficitária, o que foi praticado o que pode caracterizar, para alguns autores, o conflito como sendo uma tentativa de genocídio, em face de seus resultados e consequências para o povo paraguaio. (CHIAVENATO, 1984).

Por vezes, batalhas que foram travadas, e que ajudaram a formação de muitos países enquanto nações não chegam nem a ser citadas em aulas ou livros didáticos do ensino fundamental do Brasil acompanhado pela fragilidade do currículo nacional de história.

Diferente do que apresenta e explica os livros didáticos brasileiros, muitas batalhas foram travadas, como afirma Lezcano (Livro didático de estudos sociais do Paraguai) e entre elas, as batalhas de: Mato Grosso, Corrientes, Uruguiana, Riachuelo, Humaitá, Pikysyry, Cordillera, Curupayty, Ocupação de Assunção, Peribebuy, Acosta Ñu, Cerro Corá entre outras.

Algumas dessas batalhas nem são comentadas no Brasil, seja por desconhecimento ou ainda por apresentar uma face brasileira pouco conhecida ou que seria melhor o esquecimento a exemplo da Batalha de Acosta Ñu onde o exército brasileiro lutou contra o que sobrou do exército paraguaio em 1869, com formação de crianças e mulheres como detalha Gutiérrez (2013, p. 23) “[...] quienes observaban de cerca de los miembros del ejército quedaban espantados: Muchos niños y ancianos, soldados sobrevivientes de las anteriores batallas hombres en estado lamentable, enfermos y heridos, con precarios armamentos”.

Os mais jovens para aparentar fazer parte de um exército formado por homens, ou como parte da cultura guarani, buscavam parecer adultos, com pinturas “[...] simulando barbas oscuras para hacer creer a los enemigos que eran miembros

de um ejército de adultos [...] para cubrir la retirada del mariscal López y sus tropas”. (GUTIÉRREZ, 2013, p. 12).

Isso apenas para retardar o encontro do ejército aliado com o que sobrava do ejército paraguaio e, claro, López. A essa altura o conflito não era mais comandado pelo Duque de Caxias e sim pelo Conde D’Eu, muito conhecido no Paraguai pelas atrocidades cometidas ao longo da guerra e de sua caçada implacável ao mandatário daquele país.

Em um desses episódios,

El conde d’Eu ordenó la comisión de uno de los mayores crímenes de la guerra: incendiar el hospital de sangre de Piribebuy, quemando vivos a los 500 heridos y enfermos que se encontraban adentro, acabando con bayonetas a todos los que intentaban escapar de su interior. (GUTIÉRREZ, 2013, p. 30).

Diante do fortalecimento do exercito aliado, com o objetivo fixo de encontrar López, o mandatário ficava sem ter mais para onde fugir, apontando assim para a reta final do conflito com poucas opções de fugas.

Enquanto o Conde D’Eu chegava a Rosário, pouco menos de cem quilômetros de Assunção, para atacar López a oeste, o exercito aliado conquistou San Joaquín e bloqueou o desfiladeiro na cordilheira Caaguazú e, assim, impediu que o Marechal se deslocasse para leste ou em direção ao sul. A única opção seria avançar para Ygatimy, na região pouco habitada do norte do Paraguai. Mas, em vez de prosseguir mais rápido que os brasileiros, as tropas paraguaias pararam, durante cinco dias, para mais uma investigação da última conspiração, antes de chegar em Ygatimy. Dessa vez, sessenta soldados foram executados, entre eles o general Aquino. Nesse momento até Resquín, que sempre demonstrara uma extrema lealdade a López, temia por sua vida. (CAWTHORNE, 2015, p. 215).

Porém, é em Cerro Corá que essa guerra terá o seu desfecho final com a morte de Francisco Solano López e também de seu filho Panchito López pego primeiro pelo exercito aliado.

El final de López fue tan denigrante como el recuerdo que tuvo su nombre en los primeros años de la guerra; su deceso representó el caos total para el país, la caída de una guerra en la el propio Francisco Solano cumplió con su lema, al no poder vencer, pero sí morir. (GONZÁLES, 2013, p. 71).

Portanto, um conflito dessa dimensão, com o período que levou até o seu desfecho e as muitas batalhas que foram travadas exige uma atenção especial para que se possa aproximar-se de seus personagens sem, com isso, negar nenhum dos acontecimentos que por ventura possam ter se desenrolado ao longo tempo tanto antes quanto depois do encerramento oficial do conflito mediante acordos de paz.

#### **Considerações Finais**

Muito já foi escrito sobre a “Guerra do Paraguai”, os textos e informações podem diferir entre si a depender de muitos fatores internos e externos a quem escreveu ou estudou um dado tema desse conflito, situação ideológica, pressão acadêmica ou mesmo influência de seus países de origem.

A escola é, sem dúvidas, um dos principais elos (mais não o único) com a história, seu ensino e reflexão. Ligar onde se aprende, de forma metódica, a pesquisa e entender esses fenômenos como produtos de um meio, sociedade ou ainda de um tempo onde tudo se constitui e ganha ainda a alcunha de verdade.

Portanto, com as batalhas mortas, invasões, uso de crianças e muitos feridos temos parte do estudo sobre a Guerra do Paraguai, que ainda tem muito a contar e passa por estudos permanentes com descobertas e retomadas de temas importantes e que marcaram, para sempre, a história de quatro países da América do Sul.

#### **4 Referências**

BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular: Ensino Fundamental*. Ministério da Educação (MEC), Brasília, 2017.

CAWTHORNE, Nigel. *Uma nova história da Guerra do Paraguai: Solano López e a imperatriz da América do Sul*. 1ª ed, M. Books do Brasil editora Ltda. São Paulo, 2015.

CHIAVENATO, Júlio José. *Genocidio americano: la guerra del Paraguay*. Ed. Argentina. Buenos Aires, 1984.

DE LEZCANO, I. C. *Estudios Sociales 6*. Asunción: Comuneros S.A, 1992.

DORATIOTO, Francisco. Tratado da Tríplice Aliança – 1º de maio de 1865. In: BITTENCOURT, C. M. F. (Org.). *Dicionário de datas da História do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2017.

GONZÁLES, Erasmo. *Cerro Corá*. 1ª ed, El Lector, Asunción, 2013.

GUTIÉRREZ, Andrés Colmán. *Acosta Ñu*. El lector, Asunción, 2013.

LIMA, Maria (2009): *As diferentes concepções de ensino e aprendizagem no ensino de história*. Fronteiras, Dourados, MS, v. 11, n. 20, jul./dez. 2009. Disponível em: [www.periodicos.ufgd.edu.br](http://www.periodicos.ufgd.edu.br), Acesso em 20 de julho de 2019.

# ANÁLISE HISTORIOGRÁFICA DO LIVRO “FORMAÇÃO DO BRASIL CONTEMPORÂNEO” DE CAIO PRADO JÚNIOR

**Raimundo Nonato Santos de Sousa**

Acadêmico do curso de Licenciatura em História pelo Centro de Estudos Superiores da Universidade Estadual do Maranhão, CESC-UEMA. Atua como pesquisador-bolsista PIBIC-FAPEMA e pesquisador-colaborador UNIVERSAL-FAPEMA.

E-mail: raimundo.045sousa@gmail.com

**Resumo:** O presente texto possui como objetivo principal apresentar uma análise historiográfica sobre o livro “Formação do Brasil Contemporâneo”, do prestigiado historiador brasileiro Caio Prado Júnior. Considerado uma das referências obrigatórias para o estudo da história do Brasil, da historiografia brasileira, assim como para a própria compreensão histórica da formação econômico-social do Brasil, esse livro possui, verdadeiramente, uma importância teórica indiscutível. Nesta análise, buscou-se enfatizar as evidências que o livro nos apresenta e que servem de demonstrativos da intencionalidade da sua elaboração, bem como das influências e dos preconceitos do contexto em que ele foi produzido. Por isso, deu-se destaque para o conceito de matriz disciplinar do historiador alemão Jörn Rüsen que trata sobre os fatores que regulam a apropriação interpretativa do passado, a qual resulta na produção do conhecimento histórico. Defende-se, dessa maneira, que o livro “Formação do Brasil Contemporâneo” nos ajuda a entender não somente a formação econômico-social do Brasil ou a historiografia brasileira, mas principalmente a realidade nacional do contexto histórico em que ele foi escrito, a saber, a década de 40 do século XX.

**Palavras-chave:** Análise historiográfica. Formação do Brasil Contemporâneo. Intencionalidade. Conhecimento histórico.

## Considerações iniciais

O livro “Formação do Brasil Contemporâneo”, de Caio Prado Júnior, indubitavelmente se trata de uma das obras consideradas como referências básicas para o estudo da história do Brasil e da historiografia brasileira. De autoria de um dos maiores historiadores do país, esse livro se caracteriza por fazer uma abordagem do processo de formação econômico-social do Brasil, além de apontar as características do contexto em que ele foi produzido. Por causa disso, esse texto tem por objetivo apresentar uma análise historiográfica sobre o livro “Formação do Brasil Contemporâneo”, dada a sua importância para a historiografia brasileira e também para a nossa própria compreensão histórica da formação e das tentativas de consolidação do Brasil, enquanto Estado-Nação.

Antes de adentrarmos na análise historiográfica da obra propriamente dita, cumpre sublinhar, mesmo que brevemente, algumas informações sobre a biografia do autor. Nascido em São Paulo no dia 11 de fevereiro de 1907 e considerado um grande historiador e um dos mais importantes intelectuais marxistas do país, Caio Prado Júnior, certamente, pode ser chamado de um dos grandes intérpretes do passado do Brasil. Isso é compreensível, uma vez que, através das suas obras, pode-se facilmente conhecer e entender a história do nosso país.

Autor de clássicos da historiografia brasileira, tais como “Evolução política do Brasil” (1933), “Formação do Brasil Contemporâneo” (1942), Caio Prado Júnior, junto com Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda inauguram a partir da década de 1930 uma nova maneira de se entender o Brasil. Em decorrência disso, essa tríade de pensadores costuma ser chamada de “Os redescobridores do Brasil”.

Caio Prado Júnior se distanciou, intelectualmente, da burguesia, da qual fazia parte ainda muito jovem. Contrariando todas as expectativas de seus familiares e da própria sociedade, ele se filiou ainda no princípio da década de 1930 ao Partido Comunista Brasileiro (PCB). Apesar disso, Prado Júnior não era totalmente benquista

pela esquerda e nem tampouco pelos seus companheiros de sigla política. Por ele ser filho de uma das mais ricas famílias de São Paulo, as pessoas ligadas aos setores da esquerda e do próprio PCB não conseguiam acreditar verdadeiramente que um burguês pudesse está afeiçoado à causa comunista. O que prova isso é que várias foram as vezes que Prado Júnior sofreu preconceito e tratamento discriminatório por causa da sua origem de classe, cometidos pelos seus próprios parceiros de luta política.

Ele também sofria algumas acusações feitas pelo Comitê Regional de seu partido. Sem dúvida esse tratamento foi muito injusto, haja vista que Prado Júnior, chegou a financiar com seus próprios recursos algumas atividades do PCB e até mesmo mobilizar campanhas com o fito de arrecadar verbas para custeio das despesas do partido político. É interessante que para os governos ditatoriais, como por exemplo, o Estado Novo e a Ditadura Militar Caio Prado Júnior era considerado uma ameaça comunista. Como consequência disso, ele chegou até ser exilado durante os anos de 1937 e 1939 na França, ocorrido que lhe deu a oportunidade de manter ligações com o Partido Comunista Francês. No entanto, seus companheiros políticos ainda o consideravam como uma figura que inspirava desconfiança.

Apesar disso, ele se mostrava comprometido com o PCB e com a sua militância política. Em virtude da sua orientação ideológica e da sua origem de classe, pode-se dizer que no Brasil, durante sua vida, Caio Prado Júnior não recebeu o reconhecimento correspondente a sua importância enquanto estudioso da história brasileira e militante político. A razão disso se abriga sob o fato de suas obras terem ganhado notoriedade, na sociedade brasileira, tempos depois da sua morte. Alguns que tentam minimizar a grandeza da produção teórica de Caio Prado Júnior alegam que suas obras são sustentadas por um viés puramente economicista, e por causa disso, elas se mostrariam insuficientes na tarefa de nos fazer compreender as múltiplas facetas da realidade brasileira. É evidente que essa crítica não se sustenta, dada à qualidade teórica já atestada dos livros de Caio Prado Júnior.

## Elementos constitutivos da obra

Certamente, uma das principais referências para se conhecer a história do Brasil é o livro “Formação do Brasil Contemporâneo” de Caio Prado Júnior, originalmente publicado no ano de 1942. O livro apresenta uma análise que contempla desde os tempos de colônia à formação do “Estado-Nação” brasileiro em 1822. Por esse motivo, essa obra nos ajuda a compreender a formação social, econômica e política do Brasil.

Outra característica distintiva desse livro é a iniciativa ousada do autor em recorrer às origens da formação do Brasil e não a esquemas interpretativos já elaborados para pensar a realidade brasileira do seu tempo. Com isso, o que Prado Júnior buscou foi elaborar uma interpretação própria, e, portanto, original sobre a formação econômico-social do Brasil.

No que tange à estrutura, o livro “Formação do Brasil Contemporâneo” está dividido em cinco partes. São elas:

**1. INTRODUÇÃO** – texto único. Nesta parte introdutória do livro, Caio Prado Júnior apresenta o objeto de estudo que será analisado e ainda explica o porquê da escolha do século XIX como recorte privilegiado em sua obra. Sobre isso, ele nos diz que ele corresponde a “[...]” chave preciosa e insubstituível para se acompanhar e interpretar o processo histórico posterior e a resultante dele que é o Brasil de hoje” (PRADO JÚNIOR, 1999, p. 9). O autor também nos diz que:

Faço primeiro um balanço geral da colônia em princípios do século passado, ou antes, naquele período que cavalga os dois séculos que precedem imediatamente o atual; teremos então uma síntese do Brasil que saía, já formado e constituído, dos três séculos de evolução colonial; e tal será o objeto deste primeiro volume. As transformações seguintes, que nos trouxeram até o estado atual virão depois (PRADO JÚNIOR, 1999, p. 13).

**2. SENTIDO DA COLONIZAÇÃO** – texto único. Nesta parte, Prado Júnior trata da tese fundante da sua obra que explicaria inclusive, segundo ele, a condição do país no momento em que o livro foi produzido. A respeito desse sentido da colonização, Caio Prado Júnior afirma que:

Tudo isto lança muita luz sobre o espírito com que os povos da Europa abordam a América. A idéia de povoar não ocorre inicialmente a nenhum. É o comércio que os interessa, e daí o relativo desprezo por este território primitivo e vazio que é a América (PRADO JÚNIOR, 1999, p. 23).

**3. POVOAMENTO** – estruturado em quatro capítulos (Povoamento, Povoamento interior, Correntes de povoamento e Raças). Nessa parte do livro, Prado Júnior aborda, dentre outros temas, os processos de penetração e ocupação do território que atualmente configura o atual Brasil, e ainda, se aproximando de Gilberto Freyre, ele afirma que a mestiçagem foi a solução encontrada pelos portugueses para integrar as populações indígenas e negras ao processo colonizador. Como fora dito, é nesse último aspecto que se percebe a influência que Caio Prado Júnior recebeu de Gilberto Freyre. As informações apresentadas podem ser confirmadas nas seguintes passagens:

[...] 60% da população colonial, ou seja, quase 2.000.000 de habitantes, concentram-se numa faixa litorânea que não ultrapassa para o interior [...] Este desequilíbrio entre o litoral e o interior exprime muito bem o caráter predominante da colonização: agrícola – donde a preferência pelas férteis, úmidas e quentes baixadas da marinha; e comercialmente voltada para o interior, onde estão os mercados para seus produtos (PRADO JÚNIOR, 1999, p. 39).

É este aliás o caráter mais saliente da formação étnica do Brasil: a mestiçagem profunda das três raças [...] numa orgia de sexualismo desenfreado que faria da população brasileira um dos mais variegados conjuntos étnicos que a humanidade jamais conheceu (PRADO JÚNIOR, 1972, p. 107).

**4. VIDA MATERIAL** – estruturado em nove capítulos (Economia, Grande lavoura, Agricultura de subsistência, Mineração, Pecuária, Produções extrativistas, Artes e

Indústria, Comércio e Vias de Comunicação e Transporte). As informações congregadas nessa parte se referem à situação da economia brasileira no período colonial. Nestas, há o destaque para a subordinação da Colônia aos interesses metropolitanos. Isso fica evidente no fato de que o sistema produtivo colonial estava voltado para o abastecimento das necessidades do comércio europeu e não para o mercado consumidor interno. Com essa análise original, Prado Júnior reitera a sua tese do sentido da colonização, dizendo que:

Aquele sentido é o de uma colônia destinada a fornecer ao comércio europeu alguns gêneros tropicais ou minerais de grandes importâncias: açúcar, algodão, outro, etc. (PRADO JÚNIOR, 1999, p. 119).

Também nesta parte, Caio Prado Júnior ressalta o caráter difícil das vias de comunicação e transportes, afirmando que elas: “[...] que imprimem às relações da Colônia um ritmo lento e retardado, responsáveis, em boa dose, pelo tom geral de vida frouxa que caracteriza o país” (PRADO JÚNIOR, 1999, p. 237).

**5. VIDA SOCIAL** – estruturado em três capítulos (Organização social, Administração, Vida social e política). Nessa parte, o autor fala sobre a organização social do Brasil Colônia, apresentando a escravidão como uma prática negativa. Sobre esse particular, ele nos diz:

[...] um recurso de oportunidade de que lançarão mão os países da Europa, a fim de explorar comercialmente os vastos territórios e riquezas do Novo Mundo, insinuando-se como um “corpo estranho na estrutura da civilização ocidental em que já não cabia [e contrariando lhe] todos os padrões morais e materiais estabelecidos (PRADO JÚNIOR, 1999, p. 270).

### **Análise da obra**

Caio Prado ao produzir “Formação do Brasil Contemporâneo” bebeu em fontes variadas, tais como documentos oficiais, correspondências de autoridades e

viajantes, memórias etc. Além disso, é também evidente a influência do materialismo histórico de Karl Marx no livro. Isso pode ser percebido na seguinte passagem:

[...] Para estes, o europeu só se dirige, de livre e espontânea vontade, quando pode ser um dirigente, quando dispõe de cabedais e aptidões para isto; quando conta com outra gente que trabalhe para ele. Mais uma circunstância vem reforçar esta tendência e discriminação. É o caráter que tomará a exploração agrária nos trópicos (PRADO JÚNIOR, 1999, p. 29).

Sobre esse particular cumpre lembrar que Caio Prado Júnior se apropriou do materialismo histórico como método de investigação e não como esquema interpretativo. Isso quer dizer que ele o utilizou como ferramenta para a apreensão das especificidades da formação econômico-social brasileira. Por isso, o autor é considerado um marxista de postura não-dogmática, no sentido de que ele não aderiu ao materialismo histórico de maneira irrefletida ou integral.

Desse modo, pode-se dizer que Caio Prado Júnior conseguiu articular a teoria marxista à realidade brasileira. Ele nacionalizou, por assim dizer, o marxismo no Brasil. Prado Júnior conseguiu traduzir o modo de abordagem dessa teoria às condições da experiência histórico-social do Brasil, não se mostrando, conseqüentemente, consumidor de fórmulas teóricas prontas. Ele fez similarmente a Lênin em “O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia”. Nesse livro, Lênin russificou o materialismo, por adequar esse sistema teórico à sua realidade nacional. Da mesma maneira, Caio Prado Júnior utilizou o materialismo histórico como ferramenta teórica para entender a realidade brasileira. Confirmando isso, RICUPERO (2000), afirma que o livro, aqui em análise, de Prado Júnior se trata de um caso exitoso de nacionalização do marxismo.

Cumpre salientar que em sua obra é possível perceber também que o autor empregou conhecimentos próprios da área da geografia. Isso foi herança do período em que ele estudou esse curso, não chegando a concluí-lo. Isso pode ser observado na seguinte passagem do livro:

Além do rio Turiaçu, a costa propriamente não é mais favorável ao povoamento que a do trecho anterior. Mas acompanhando-a, pouco afastados da orla marítima, aparecem estes característicos campos do noroeste maranhense, os perizes, tão favoráveis, a certos respeito, para o estabelecimento da criação (PRADO JÚNIOR, 1999, p. 44).

Com “Formação do Brasil Contemporâneo”, Caio Prado Júnior buscou compreender a histórica da formação do Brasil para superar os aspectos negativos do passado colonial que ainda se mostravam latentes na sociedade brasileira, servindo de trava para a consolidação do Estado-Nação. Assim, na leitura da obra é possível perceber que o que Caio Prado Júnior objetiva mostrar é que existe, infelizmente, uma relação de permanência e não de ruptura entre o Brasil da sua época e o passado colonial. A análise feita pelo autor se harmoniza com a concepção de história de RÜSEN (2001) expressa no seu texto “A constituição narrativa do sentido histórico (apêndice à edição brasileira)” a partir do seu conceito de matriz disciplinar.

Essa concepção condicionada pelo referido conceito diz que na produção do conhecimento histórico, diversos fatores atuam, inclusive o desejo do próprio historiador de compreender a situação do presente. É isso que ocorre no livro de Caio Prado Júnior. Explicando sobre a importância da análise proposta em seu livro, ele nos diz:

O passado, aquele passado colonial que referi acima, aí ainda está, e bem saliente; em parte modificado, é certo, mas presente em traços que não se deixam iludir. Observando-se o Brasil de hoje, o que salta à vista é um organismo em franca e ativa transformação e que não se sedimentou ainda em linhas definidas; que não tomou forma (PRADO JÚNIOR, 1999, p. 10-11).

É importante lembrar que no contexto histórico em que a obra foi produzida procuravam-se afirmar o Brasil como um país moderno, e, portanto, distanciado do passado tenebroso da fase colonial. Além do mais, tal contexto foi marcado, no âmbito cultural, pelo movimento modernista e também pelo esforço dos intelectuais

de compreender a realidade sócio-política brasileira em que viviam, com o fito de transformá-la.

Apesar de condenar a escravidão, Caio Prado Júnior não conseguiu se desprender dos preconceitos do seu tempo a respeito dos índios e dos negros. Em consequência, na sua obra é possível encontrar adjetivações desqualificadoras a esses grupos. Isso se explica pelo fato de que Caio Prado Júnior era filho do seu tempo e mesmo que tentasse não poderia se distanciar totalmente dele. As passagens a seguir evidenciam os preconceitos da época do autor refletidos na obra:

Na América a situação se apresenta de forma inteiramente diversa: um território primitivo habitado por rala população indígena incapaz de fornecer qualquer coisa de realmente aproveitável (PRADO JÚNIOR, 1999, p. 24).

[...] povos de nível cultural ínfimo, comparado ao de seus dominadores, [...] simples máquina de trabalho bruto e inconsciente [...] povos bárbaros e semibárbaros [...] pretos boçais e índios apáticos (PRADO JÚNIOR, 1999, p. 272).

### **Considerações finais**

Como já fora dito, em seu texto *A constituição narrativa do sentido histórico* (apêndice à edição brasileira), o historiador alemão Jörn Rüsen nos apresenta o conceito de matriz disciplinar. A partir desse conceito, é possível perceber que o conhecimento histórico sempre é produzido para satisfazer alguma necessidade, muitas vezes, exterior ao âmbito da produção acadêmica. Isso nos faz constatar que não são apenas os interesses intelectuais que interferem no processo de apropriação interpretativa do passado, mas os interesses individuais, coletivos e políticos também. Ademais, esse historiador alemão defende que a apropriação interpretativa do passado é capaz de orientar o presente, afirmando, conseqüentemente, que o conhecimento histórico pode ser útil à ação.

Isso é observado na importantíssima obra de Caio Prado Júnior "Formação do Brasil Contemporâneo", haja vista que, como já fora apresentado, o autor busca, por

meio da sua abordagem original, comprovar a sobrevivência do passado colonial na sociedade brasileira do seu tempo, com o fito de compreender e transformar a realidade nacional daquele período, década de 40 do século XX. Essa transformação, conforme Prado Júnior, seria viável somente através da superação do passado colonial.

Por tudo isso, conclui-se que essa obra é uma referência obrigatória para o estudo da História do Brasil, por realizar uma análise original que contempla o processo de formação econômico-social do nosso país. Além disso, “Formação do Brasil Contemporâneo” também pode nos informa sobre a realidade histórica do contexto em que ela foi produzida, denunciando inclusive as influências e os preconceitos do autor.

## Referências

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

RÜSEN, Jörn. *A constituição narrativa do sentido histórico (apêndice à edição brasileira)*. In: RÜSEN, Jörn. *Razão histórica: teoria da história: fundamentos da ciência histórica / Jörn Rüsen; tradução de Estevão de Rezende Martins*. – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

RICUPERO, Bernardo. *Caio Prado Júnior e a nacionalização do marxismo no Brasil*. São Paulo: Departamento de Ciências Políticas da USP. FAPESP. Ed. 34, 2000.

# **DA MADEIRA AS ÁGUAS: A CONSTRUÇÃO DA IDEOLOGIA AMBIENTAL NO BRASIL IMPÉRIO (1822-1834)**

**Ruan David Santos Almeida**

Graduando do curso de história na Universidade Estadual do Maranhão-UEMA, no Centro de Estudos Superiores de Caxias-CESC.

**Alcebíades Costa Filho**

Possui graduação em História pela Universidade Federal do Piauí (1982) e Mestrado em Educação pela mesma universidade (2000), Doutorado em História pela Universidade Federal Fluminense (2010). Professor Adjunto, nível II, da Universidade Estadual do Piauí e Universidade Estadual do Maranhão. Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil, atuando principalmente nos seguintes temas: Piauí, cultura, historiografia, educação.

## **Introdução**

O processo de utilização das matérias primas do meio ambiente no Brasil já vem sendo realizado há muito tempo, haja vista que desde o período de ocupação da América portuguesa da localidade se tinha um objetivo claro em mente, conseguir retirar o máximo de riquezas possíveis para posteriormente ser utilizado através da exportação. Todavia como o único meio inicial de exploração dessa localidade foi através da extração do pau-brasil, já fica possível perceber que a natureza terá um caráter valioso para o colonizador europeu de maneira inicial e conseqüentemente no decorrer do tempo.

Contudo, o objetivo desta análise aqui estabelecido se constitui em conseguir utilizar as fontes de leis e decisões judiciais e governamentais do período imperial agregado a obras relacionadas ao tema, para demonstrar o caráter exploratório português nesse momento. E, por conseguinte, responder algumas questões como quem poderá explorar? Como essa exploração será feita? São perguntas de caráter profícuo, já que a natureza estará sempre contida na economia local e na forma como a sociedade se estabelece em determinado território.

Serão observadas de maneira minuciosa algumas decisões judiciais constituídas durante o início império relativo ao corte de madeira e a utilização dos rios e suas águas em seus mais diferentes fins, para fazer-se uma avaliação crítica a respeito da maneira como a partir dos períodos iniciais o homem desenvolveu sua interação com o meio ambiente e a forma como a ideologia do próprio vai se alterando com o passar do tempo. E atrelado a esse contexto o pressuposto econômico inserido como pano de fundo dentro de cada ordenamento governamental culminando na forma como a coroa irá se utilizar desse bem natural juntamente com a população local.

Sabendo que o domínio socioeconômico das relações sociedade-natureza, que comporta as ferramentas de trabalho, relações de poder, modos de vida e produção são bases para o entendimento da sociedade que está contida em determinado local. Pode-se a partir da apreciação relativas a esses dados de cunho jurídico-administrativo conseguir compreender o contexto de variadas interações desenvolvidas em um mesmo lugar de uma forma diferente da convencional. Agregando suas interpretações a visões de autores com relação ao processo como um todo.

Como comumente as decisões jurídicas promulgadas são analisadas a partir de um viés político, o referido trabalho também objetiva-se em propagar a ideia de que uma mesma fonte histórica pode ser utilizada em diferentes perspectivas, sanando dúvidas corriqueiras do meio social a partir de uma visão diferente da convencionalmente estabelecida, e partindo desse pressuposto que a averiguação

desses fatos se torna de fundamental importância também para o aprofundamento em uma história constituída de rupturas e continuidades.

### **Efervescência capitalista na madeira brasileira**

Se vamos á essência de nossa formação, veremos que nos constituímos para fornecer: açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamante; depois, algodão, e em seguida café, para o comercio europeu. (Prado Júnior, 1961, p. 25-26)

A partir dos escritos de Caio Prado Júnior (1961) pode-se inferir o conceito meramente exportador do Brasil enquanto colônia, já que a metrópole avistava a localidade como uma fonte de riquezas naturais, pois a própria possuía um solo fértil e com um potencial para desenvolvimento mercantil. Diante desse seguimento consegue-se visualizar com maior nitidez o real proposito e sentido da colonização do território sendo desenvolvido apenas para uma linha de raciocínio exploratória inicialmente dos recursos naturais.

Diante de uma sociedade em constante transformação pode-se ressaltar a maneira como a própria vai se proceder ao corte da madeira nos períodos iniciais da constituição do império. Que dentro de uma perspectiva econômica é evidenciado como um recurso de grande valor para a coroa, visto que possibilita um fluxo constante no mercado exterior através da exportação.

Pode-se perceber o caráter econômico desempenhado pela madeira brasileira no cenário europeu constituído através da exportação. Isso a partir das atribuições e decisões jurídicas requeridas através da decisão nº 52 de 1828 realizadas por Miguel Du Pin e Almeida que faz parte do conselho imperial e estabelece em nome da coroa portuguesa uma nova tomada de atitude a respeito do corte do pau-brasil:

Faço saber á Junta da Fazenda da Província da Parahybado Norte que, sendo agora presente a Sua Magestade o Imperador, o estado de depreciação em que se acha o páo-brazil nos mercados da Europa, não sómente pelo uso, que se vai fazendo de outras madêiras

colorantes, mas principalmente pela irregularidade e desleixo que tem havido nas remessas feitas por essa provincia, cujo páo-brazil, sendo, aliás, de muito boa qualidade, chega á Europa, em tóros rachados e imperfeitos, e até avariados pela agua do porão dos navios; e desejando o mesmo Augusto Senhor acautelar, por meio de medidas energicas e efficazes, a ruina de um ramo importante das rendas publicas, e de um commercio que alimenta a industria e dá util emprego a muitos dos habitantes dessa província. (Decisão N°. 52-FAZENDA-Em 18 DE ABRIL DE 1828, p. 44-45).

Dentro da decisão tomada pelos governantes do império demonstra duas questões de grande valor para o entendimento da utilização desta madeira por dois vieses econômicos e sociais, primeiramente, o recurso sendo diagnosticado como de grande valia no mercado mesmo com a utilização do europeu de outras madeiras tão nobres quanto à brasileira. Ligado a isso uma eficácia buscada pela coroa direcionada a madeira dentro da estrutura econômica revela-se o caráter precípua da própria para uma sociedade que tem como base de sustentação a agricultura e extrativismo.

Dentro de uma ideologia dupla fica transparente o conceito atribuído a uma estrutura mercantilista que tinha segundo o propósito da administração imperial o interesse bilateral, pois segundo os argumentos estabelecidos pelo governo o bom manuseio desse produto iria transpor um lucro não só em benefício próprio mais também dentro de uma lógica coletiva traria a sociedade uma maior possibilidade de conseguir se estruturar a partir de um recurso natural.

Perante o discurso regido pelos lusitanos a respeito da extração da madeira brasileira que tinha diversas finalidades dentro da economia desde a sua utilização como lenha até como base nas construções locais, incluindo-a em uma movimentação comercial regional. Porém a mais evidente se torna a utilização dentro de um mercado exportador, haja vista que o propósito econômico destinava a utilização da própria em uma linha de raciocínio mercantil externo.

Todavia, como para se constituir uma exploração tem que antes conhecer a localidade, percebe-se dentro do contexto a população local sendo fundamental para

o trabalho que estava ocorrendo, já que eram essas pessoas que a partir do conhecimento desse ambiente iriam desenvolver as práticas de extração e isso pode ser visto em varias províncias brasileira. Onde fica perceptível uma restrição de acesso à região demonstrando que nem todos poderiam se utilizar dos benefícios da terra, pois esse tipo de medida fazia com que outras nações não tivessem conhecimento da riqueza biológica da região que assim como para varias outras eram em grande parte era um total mistério também para a sociedade lusitana que a utilizava nesse momento no segmento comercial.

Dentro desses limites tem-se uma abertura a visitas de cunho científico que possibilita a introdução de ideais de grande importância para o que posteriormente será descrito por Sergio Buarque de Holanda como sendo um “redescobrimto do território brasileiro”<sup>1</sup> isso quando faz uma alusão aos novos moldes de tratamento do ambiente gerado pela introdução de ideais novos condicionados por descrições de viajantes científicos vindos da Europa. Diante desse contexto exploratório as análises do ecossistema serviriam não só para um maior aproveitamento da madeira nesse momento mais também para uma mudança de postura com relação às atitudes desenvolvidas contra o meio biológico de maneira geral.

E mesmo com a evidente intensificação e continuidade da exploração da terra avisa-se também a partir do conhecimento técnico-científico desenvolvido com a abertura dos portos brasileiros a nações estrangeiras algumas variações na forma de abordar esse bem local isso no decorrer do processo de transformação do império, gerado por conta de uma mudança na mentalidade dos portugueses que reflete de maneira significativa no modo de desenvolvimento da exploração. Mudanças essas designadas como de grande interesse para os mandatários lusitanos que atribuíam a

---

<sup>1</sup> Sergio Buarque de Holanda destaca o “redescobrimto do Brasil” como sendo o momento em que vai haver novos direcionamentos para a utilização do meio ambiente, conduzido por conhecimentos propagados pelos viajantes de caráter científico.

essas visitas feitas por esse novo estilo de viajantes<sup>2</sup> um grau de desenvolvimento buscado para seus propósitos:

Até fins do século XVIII, o território brasileiro era tido como um segredo estratégico para a Coroa Portuguesa, e esta mantinha restrito os assuntos relativos ao Brasil e às suas riquezas naturais justamente para não suscitar o interesse de outras nações. A partir de 1808, com a vinda da Família Real Portuguesa e a Abertura dos Portos às Nações Amigas, que estabelecia o livre acesso ao Brasil, (SOUZA, 2011, p. 7).

Desta maneira, na transição do século XVIII para o XIX, fica possível perceber no contexto exploratório do bioma brasileiro uma grande mudança ideológica ocorrendo, de modo que, nesse sentido uma exploração calculada será requerida conseqüentemente, já que como se tem nesse ambiente a constituição de saberes direcionadas a fauna e a flora emergindo a partir da introdução dos novos viajantes acarreta em uma postura diversa das de outrora estabelecida. Contudo nesses limites fica constatada toda uma regulamentação gerindo os limites possíveis para a extração desses recursos como forma de manutenção dos interesses portugueses com relação ao território brasileiro.

Assim, com uma extração da madeira constante averígua-se uma mudança no contexto social, pois como o “meio ambiente evidencia a história de um povo” e na formação social brasileira fica nítida essa argumentação. Visto que grande parte das localidades provinciais irão se desenvolver a partir do que o meio biofísico os possibilita. E nessa estrutura tem-se um processo de ressignificação ocorrendo e constituindo questões importantes para o âmbito social e econômico do país em meados da segunda metade do século XIX ocasionando proporcionalmente medidas constituintes diferentes as de outrora como fica descrito por Francisco Silva (2011):

A luta pela existência com a exploração até a exaustão dos recursos naturais apontaria para um futuro de permanente escassez. O quadro

---

<sup>2</sup> Foi ao longo do Oitocentos, como parte da política do Reformismo Ilustrado Luso-brasileiro que vinha sendo articulada desde fins do século anterior, que o território brasileiro foi aberto à inúmeros viajantes para reconhecimento e exploração científica. (SOUZA, 2013, P.40).

esboçado, sempre tendo como base uma expansão ilimitada da base demográfica, ameaçaria o equilíbrio existente até então e aconselharia a abstenção de qualquer intervenção contrária ao funcionamento das leis da natureza. Dever-se-ia evitar um crescimento demográfico incontrolável baseado em medidas sociais de proteção que, contrariando a natureza, levaria à total dilapidação dos recursos planetários. (SILVA, 2011, p.195).

Com a mudança ideológica consegue-se constatar de maneira prática uma maior preocupação com relação aos recursos ambientais esse conceito tem uma grande influência no território brasileiro gerido durante muito tempo por padrões consumistas em grande escala que passa nesse momento a ter uma remodelagem na maneira que ocorria a utilização da madeira nacional.

Essa reconstituição do olhar com relação ao meio ecológico acaba por ser constatado no requerimento judicial feito pela marinha brasileira através de carta em 19 de janeiro de 1833 em nome do imperador, que manda observar as disposições a respeito da conservação das matas e florestas públicas, proibindo o uso de particulares:

*E Exm. Sr.-Competindo aos Juizes de paz, segundo determina a Carta de Lei de 15 de Outubro de 1827, vigiar sobre a conservação das matas, e florestas publicas, onde as houver, e obstar nas particulares ao corte das madeiras reservadas por lei ;Manda a Regencia, em Nome do Imperador, que V. Ex. haja de declarar aos dessa Província, quaes sejam taes madeiras recommendando-lhes muito o exacto cumprimento daquella obrigação, que lhes impõe a lei, e fazendo-lhes ao mesmo tempo ver que da destruição das matas e madeiras de construcção, resultará para o futuro grave, e irreparavel prejuizo para a nossa marinha militar. Deus grande a v. Ex.- palacio do Rio de Janeiro, em 19 de janeiro de 1833. Joaquim José Rodriguez Torres. -Sr presidente da provincia... (Decisão N° 17 da marinha- em 19 de janeiro de 1833)*

Uma racionalização requerida pela apropriação desmedida do ambiente ocasionará uma serie de reflexões não só na utilização da madeira em seus mais diferentes fins mais também em outras áreas como a agricultura e pecuária que nesse segmento de extração e da utilização da lavoura são constituintes como duas

atividades complementares e estruturais no cenário brasileiro. São novos olhares sendo desferidos contra esse contexto que possibilitam uma mudança na fomentação do bioma local, conseqüentemente diferentes atitudes com relação à manutenção do próprio.

E esses ideais consumistas não se restringem somente as matas e está intrinsecamente ligado aos diversos segmentos de funcionalidade dos rios que são de grande valia para demonstração da fugaz sede expansionista comercial e que passa por uma remodelagem no formato de sua utilização.

### **Os rios enquanto canais de desenvolvimento**

Dentro da história ambiental brasileira fica nítida a grande influência dos rios como forma de desenvolvimento de muitas localidades, visto que a sua apropriação e utilização acarretará em práticas de diversas atividades tanto de cunho econômico quanto social, gerando uma constante movimentação de pessoas por seus afluentes e um fluxo comercial produzido pela intensificação da utilização deste recurso.

Primeiramente fica possível visualizar dentro do contexto social a forte relação entre pessoas e os rios através da constante transição das próprias no âmbito nacional pelos afluentes hídricos, pois um dos meios mais eficazes de circulação de pessoas era desenvolvido através dos rios como descreve SOUSA (2013, p.117) “Os rios eram comumente vistos como caminhos que andam”, uma vez que durante a parte inicial do período as estradas ainda caminhavam para um desenvolvimento. Nesse sentido averigua-se que dentro dos limites nacionais o meio mais viável para o deslocamento interno estava sendo regido sob as águas dos rios e mares através da navegação.

Nesse mesmo seguimento prossegue argumentando SOUSA (2013) a respeito das reais finalidades dessa “via natural” de grande influência nos propósitos expansionistas requeridos pela coroa:

A abertura de estradas, mais custosa e exigente em termos de técnicas, era certamente menos interessante aos organizadores do Império do Brasil do que a navegação. De um lado, parecia mais racional utilizar as “naturais vias de comunicação” representadas pelos corpos hídricos fluviais e marítimos a embrenhar-se por caminhos desconhecidos. De outro, há um aumento considerável da capacidade de carga no transporte feito por água, se comparados ao terrestre, e na relação custo-benefício. Não é demais lembrar que estamos diante de homens guiados por uma mentalidade pragmática e utilitarista, e que historicamente o transporte terrestre é visto como ineficaz. (SOUSA, 2013, p.118).

Agregado aos ideais lusitanos constata-se uma finalidade importante para a utilização das águas naturais serem realizada em grande escala, haja vista que esse transporte pode ser entendido como o meio mais viável nesse momento, porque conseguia comportar uma maior quantidade de carga e poderia ser movido pela força natural hídrica que não requeria um custo alto em contraste com o transporte terrestre que requeria um recurso financeiro maior para a sua construção e manutenção. Desta maneira justificando nesse momento a permanência durante parte do período a movimentação através do viés marítimo mesmo sendo um transporte mais lento.

No entanto, fica possível observar que pelo fato do território brasileiro ser de grande diversidade de biomas alguns lugares não terão nesses rios atributos tão forte para um transporte, já que em algumas localidades as vias hídricas não possibilitavam desenvolvimento de tal atividade, isso fica evidenciado a partir da retratação de Friedrich Von Weech (2017, p.83) “a província do Rio de Janeiro è rica em rios com água de boa qualidade, os quais, devido ao declive acentuado, são pouco picosos e navegáveis somente até uma pequena distância de sua foz”, A partir do relato do viajante Europeu contempla-se a grande pluralidade ambiental brasileira que apresenta dentro de cada um dos seus limites questões próprias e particulares, evidenciando que a forma de gerir um ambiente não era homogênea em todo território nacional, já que dependendo da província se poderia ou não desenvolver determinada atividade.

Atrelado às atribuições da coroa com relação à navegação permeia-se um intrínseco caráter economicista norteador, haja vista que se tem uma restrição sobre quem poderia utilizar essa via marítima são medidas e atribuições desenvolvidas pela coroa como forma de conter a transição de pessoas dentro desses limites e dessa forma ter um controle social atrelado ao uso dos canais marítimos.

Essa estratégia de reclusão pode ser constatada no decreto de primeiro de fevereiro de 1834 que garante um privilegio a navegação de barcos a vapor nos rios e bahias das províncias do Pará e Maranhão por dez anos devido às vantagens da economia, agricultura e indústria encontradas nessa localidade, entretanto o direito seria concedido sob as seguintes normativas:

1°. A sociedade fará transportar gratuitamente as pessoas que em serviço Publico se destinarem a qualquer ponto da navegação dos referidos barcos bem como os generos da Nação não excedendo o seu peso a 25 arrobas em cada viagem.

2°. A sociedade será organizada até um anno contado dessa data e dentro do seguinte realizará a navegação dos barcos de vapor, sob pena do perdimento do privilegio. Igualmente incorrerá na multa de 4: 000\$000, que fará logo recolher a qualquer das Thesourarias das mencionadas provincias, caso não verifique a dita navegação no prazo indicado, sem que isso possa allegar menor duvida em seu juízo ou fora dele.

3°. A sociedade ficará sujeita às leis e regulamentos administrativos e policiaes, e ao pagamento dos direitos que se achem estabelecidos, ou ouverem de estabelecer-se sobre os objectos de sua empreza.

Palacio do Rio de Janeiro em 1° de fevereiro de 1834. (ato do poder executivo de 1 de fevereiro de 1834).

Desta forma o recurso pode ser entendido como uma forma de controle tanto do ambiente biofísico quanto da sociedade que ficava refém das jurisdições designadas a cada província.

### **Considerações Finais**

No decorrer da pesquisa foi buscado identificar e analisar o papel atribuído e ocupado pela natureza em diversas dimensões da vida humana durante o período do

império, foi averiguado nesse seguimento, mudanças ideológicas, isso com relação ao modo de se apropriar do ambiente, retratando com maior ênfase os atributos direcionados as rios como visto nesse momento como “sinônimo de desenvolvimento”, observando o papel desempenhado pelas vias fluviais que tinha diversas finalidades no meio social. Nesse seguimento ficou retratado como o corte da madeira brasileira irá se constituindo e remanejado no decorrer do tempo, agregado ao modo como as autoridades provinciais irão articular os meios de extração aos moldes requeridos posteriormente.

Sendo assim, foram esclarecidos dois pontos de fundamentais importâncias para o entendimento a respeito das transformações ocorridas durante o período imperial, e a forma como o conceito de “exploração racional” irá impactar as atitudes que anteriormente eram desenvolvidas, que se utiliza tanto da madeira, quanto das águas para uma acumulação desmedida de bens.

## Referências

*Coleção de leis e decisões judiciais do império.* disponível em <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/doimperio> acessado: 20/06/2019.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. A herança colonial, sua desagregação. In: (org.) *História Geral da Civilização Brasileira, tomo II, 1º volume.* São Paulo: Difel, 1975.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo.* 6 ed. São Paulo: Brasiliense, 1961.

SILVA, F.C.T. História das paisagens (193-206) IN: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAIFAS, Ronaldo. (orgs.). *Domínios da história.* 2 ed. Rio de Janeiro: Elsevier. 2011.

SOUSA, Fabíula Sevilha de. Temas e Métodos para uma História Ambiental do Brasil Império. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, São Paulo, 2011.*

SOUSA, Fabíula Sevilha de. *RIOS E TERRAS: história ambiental de Goiás (1822-1850)*. 2013. São Paulo: ASSIS. 52f. Dissertação (mestrado em história) - Universidade Estadual Paulista-UNESP, São Paulo, 2013.

VON WEECH, Friedrich. *A agricultura, o comércio e o sistema de colonização no Brasil*. Débora Bendocchi, João Klug, Marcos Antônio (org). Oikos; Unisinos: São Leopoldo, 2017.

# HISTÓRIA, AMÉRICA LATINA E BRASIL: REFLEXÕES EM TORNO DE HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA EM *AMÉRICA LATINA*: MALES DE ORIGEM, DE MANOEL BOMFIM

**Rômulo Rossy Leal Carvalho**

Graduando em Licenciatura Plena em História na Universidade Federal do Piauí – Campus Senador Helvídio Nunes de Barros. Bolsista CAPES do Programa Institucional de Residência Pedagógica. E-mail: romulorossy10@hotmail.com

**Resumo:** O presente artigo discute alguns dos diálogos em torno da constituição discursiva da América Latina e do Brasil, pensando a miscigenação nesse contexto, a partir do médico Manoel Bomfim, refletindo sobre sua importância na historiografia, no início e decurso do século XX. Objetiva-se, por meio dessa análise, investigar em que medida essas visões congregaram uma ideia do Brasil, no contexto da América Latina, na demarcação de alguns aspectos elementares da obra, como a ideia de *parasitismo* no território latino-americano e brasileiro. Nossa proposta consiste, ainda, em realizar uma *leitura* do autor supramencionado enquanto *clássico*, elencando algumas das premissas que fazem jus à colocação histórica em que se encontra e de que forma sua leitura subsiste como relevante para os historiadores/pesquisadores.

**Palavras-Chave:** História. Manoel Bomfim. Historiografia Brasileira. Clássicos.

## **Considerações iniciais: um clássico e a historiografia brasileira**

O que faz de uma obra um clássico? É essa uma das indagações correntes de muitos pesquisadores quando, por exemplo, deparam-se com uma extensa bibliografia a ser consultada, partindo, inclusive, do pressuposto de que a leitura é

fundamental e quanto mais ampla melhor, para, no caso do historiador, investigar o máximo que lhe é exequível no tocante à(s) sua(s) fonte(s). Sob essa condição, alguns aspectos são prévios para definir se uma obra é clássica ou não: sua durabilidade, repercussão, eixo temático, diálogos com a realidade que apresenta e, a nosso ver, como um dos basilares, a originalidade, figuram entre os mais recorrentes no cerne da legitimação de um clássico na historiografia.

Partindo de uma obra denominada clássica, podemos mapear quais circunstâncias permitiram com que assim ela fosse canonizada em determinada história, neste caso, da América Portuguesa, futuro Brasil. Não seria inoportuno atribuir êxito a um trabalho a partir da trajetória de construção, elaboração pelo qual passa e as ideias que transmite a obra, a partir, também, da aceitação desta e de ideias que atendem a demandas locais em seus contextos de produção. Seja um discurso ou um contradiscurso, determinante para o momento histórico de que se fala, observar a trajetória do pesquisador e da pesquisa se faz fundamental para entender não só o contexto do trabalho, mas principalmente o sentido que buscou denotar determinado autor e autora, como frutos de um tempo e de um objetivo a ser cumprido.

Dito isto, pensar uma obra que tenha passado por várias edições, no contexto da historiografia brasileira, pressupõe a análise do clássico como uma referência, ou seja, um trabalho mediado de informações consistentes à época e aos grupos sociais que localizavam-se em um patamar destacável, além da percepção veiculada sobre outros grupos que não se encontravam nessa esteira. Ademais, ler um clássico em si mesmo, isto é, além da leitura de outrem, faz-se uma tarefa indispensável para sua compreensão.

Ítalo Calvino nos instiga a pensar nossa trajetória de leitura, ou seja, por mais que ao longo de uma formação tenhamos uma lista ampla de leituras e informações, sempre haverá outras que ainda não foram apreciadas, sobretudo criticamente. Os clássicos são, em sua interpretação, "(...) aqueles livros que chegam até nós trazendo

consigo as marcas das leituras que precederam a nossa e atrás de si os traços que deixaram na cultura ou nas culturas que atravessaram (ou mais simplesmente na linguagem ou nos costumes)” (CALVINO, 1993, p.11).

Obras chegam a nós, nós vamos a elas, e nesse sentido as interpretamos; também estão carregadas de marcas da época em que foram produzidas, além da filiação institucional a que o(a) autor(a) estava ligado, ou até mesmo fatores contidos no livro clássico que surpreenda — de modo individual — a cada leitor que o folhear. O clássico, dessa maneira, também poderá ser responsável por

(...) oferecer-nos alguma surpresa em relação à imagem que dele tínhamos. Por isso, nunca será demais recomendar a leitura direta dos textos originais, evitando o mais possível bibliografia crítica, comentários, interpretações. (...) O clássico não necessariamente nos ensina algo não sabíamos; às vezes descobrimos nele algo que sempre soubéramos (ou acreditávamos saber), mas desconhecíamos que ele o dissera primeiro (ou que de algum modo se liga a ele de maneira particular) (CALVINO, 1993, p.12).

Os clássicos têm muito a nos oferecer. Não são trabalhos comuns. Geralmente, são frutos de anos de pesquisa, de produções com forte embasamento teórico e, muitos deles, empírico. Neste artigo, trataremos algumas das questões mais pontuais acerca de discursos em torno da constituição discursiva da América Latina e do Brasil, a partir do estudioso, médico e pesquisador Manoel Bomfim, no início do século XX, percebendo quais caminhos o autor aponta como responsáveis pelo “parasitismo” da América, que se estendeu ao Brasil, além dos possíveis mecanismos de “cura” ao que tece enquanto um *mal de origem*, além de percebermos, brevemente, a localização desse discurso e o que ele nos tem a oferecer na contemporaneidade.

### **A historiografia brasileira em Manoel Bomfim: uma análise em torno de *América Latina: males de origem***

É nobre e humano, desde que, pugnando pelos interesses e necessidades de um povo, não busque resolvê-los em oposição aos

interesses gerais da espécie, desde que, nos choques provocados pelo egoísmo em fúria, cada patriota se limite a defender seu ideal, a repelir as agressões injustas, e a rebater as explorações e privilégios; a lutar pelo progresso moral da nacionalidade, e a anular as influências contrárias a esse progresso. (...) *Este livro deriva diretamente do amor de um brasileiro pelo Brasil, da solicitude de um americano pela América* (BOMFIM, 2008, p.02, grifo nosso).

A apresentação feita por Manoel Bomfim<sup>3</sup> à sua obra *América Latina: males de origem*<sup>4</sup>, publicada, no Brasil, em 1905, nos diz muito sobre a época — final do século XIX e início do XX — em que fora publicada. Nas suas considerações, derivadas de um “amor pela pátria”, em um momento que o nacionalismo afluía-se, outras questões insurgiam nos debates intelectuais, entre elas a miscigenação como o problema do atraso cultural do país. Além desta, outro ponto dividia opiniões: seria possível que a América Latina se civilizasse tendo em vista sua formação a partir de homens e mulheres moral e fisicamente “degenerados”?

Nesse sentido, ruma-se um que, segundo Paula Rejane Fernandes, é um dos aspectos marcantes da obra: a defesa da América Latina e do Brasil, situando a educação como um passo decisório na superação do conservantismo e na própria alteração cultural positiva para o território latino-americano, aquém a outros discursos que faziam prevalecer ideias de ordem imperialista que “afirmava ser

---

<sup>3</sup> “Manoel José Bomfim nasceu em 1868 na cidade de Aracaju, província de Sergipe. Era filho do casal José Paulino do Bomfim e Maria Joaquina. Aquele era um ex-vaqueiro tangedor de gado do sertão para o litoral e que se tornou comerciante após o casamento, e ela era uma viúva descendente de portugueses. Bomfim morreu em 1932 no Rio de Janeiro.” Ver: AGUIAR, Ronaldo Conde. *O rebelde esquecido: tempo, vida e obra de Manoel Bomfim*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000. O livro narra, de forma detalhada, traços biográficos de Manoel Bomfim, por tempos esquecido, sendo a primeira biografia sociológica sobre o autor.

<sup>4</sup> “Em 1905, Manoel José Bomfim publicou seu livro “A América Latina: males de origem” pela editora Francisco Alves. Começou a redigi-lo no ano de 1903, quando estagiava no laboratório do psicólogo e pedagogo Alfred Binet, em Paris; concluindo um ano depois, em 1904, na cidade do Rio de Janeiro. A obra reunia questões que o autor vinha pesquisando e investigando de longa data, e inclusive, algumas delas já haviam sido expostas ao público quando escreveu, em 1899, o parecer a respeito da monografia “Compêndio de história da América”, escrita por José Francisco da Rocha Pombo para o concurso criado pelo Conselho Superior de Instrução Pública do Distrito Federal, que elegeria o melhor compêndio sobre história da América a ser utilizado pela Escola Normal.” FERNANDES, Paula Rejane. *América Latina aos olhos de Manoel Bomfim: análise da obra “A América Latina: males de origem”*. *Dimensões*, vol. 29, p. 100-118, 2012. ISSN: 2179-8869. p.101.

inconcebível que ‘milhões de preguiçosos, mestiços degenerados, bulhentos e bárbaros se digam senhores de imensos e ricos territórios’ enquanto que a Europa ‘rica, sábia e ‘civilizada’ se comprimia em pequenos territórios” (BOMFIM, 1905, p.04 apud SILVA, 1998, p.84).

Desse modo, neste trabalho de Bomfim pode-se diagnosticar a inquietação do autor em relação ao discurso dominante da época, segundo o qual o problema de atraso cultural do país estava diretamente relacionado à miscigenação. Pela análise de Bomfim, sustenta Flora Sussekind (2002, p.620-621), o movimento por ele promovido reúne a superação de dicotomias e de férreas oposições, cujos resultados desembocavam nas reflexões latino-americanas.

Como em outras análises históricas e produções voltadas para este fim, alguns discursos são marcadamente intencionados e escritos para setores ou autores específicos. O incômodo de Bomfim serviu como contraponto ao discurso de que as pessoas, por sua bagagem biológica, genética, não poderiam desenvolver-se, civilizar-se moralmente. O excerto abaixo nos auxilia nesta compreensão:

A teoria da desigualdade inata das raças, defendidas por Gobineau e Gustave Le Bon influenciou, sobremaneira os intelectuais brasileiros e, conseqüentemente o pensamento social e político do Brasil. Pensadores como Oliveira Martins, Oliveira Viana e Silvio Romero viam na questão racial o grande problema da inferioridade brasileira (CAMARA; COCKELL, 2011, p.298).

O discurso inflado de Manoel Bomfim em *América Latina*: males de origem, conflitava com a posição assumida acima, principalmente pela crítica elevada ao que se podia chamar de “tirania europeia”, sobretudo pelo que se referia a Portugal e Espanha, a quem ele se refere como “parasitas” — metáfora que emprega ao longo do livro — para explicar que a América Latina, por ter sido colonizada, majoritariamente, por estes dois países, teria herdado esses traços que, por sua vez, só poderiam ser solucionados por meio da educação, preliminar à mudança de hábitos, para a construção de uma nova nação, de fato, livre, autônoma.

Nas colocações do próprio autor, são três as causas por meio das quais a dominação externa (europeia) se impôs na América: “o enfraquecimento do parasitado; as violências que se exerceram sobre eles; e a sua adaptação às condições de vida que lhe eram impostas pelos predadores” (BOMFIM, 2008, p.254). Essa impressão acerca da Europa, anulava, em muitos momentos, uma possível percepção dos nativos ameríndios enquanto sujeitos capazes de reagir, resistir à “dominação”, haja vista, outrossim, as relações multidirecionais levadas a prumo pela colonização. Em suma, a crítica de Bomfim incidia preponderantemente no aspecto negativo da colonização portuguesa/espanhola para com a América Latina.

De acordo com José Maria de Oliveira Silva (SILVA, 1998, p.84), para Bomfim, as duas causas centrais por meio das quais o povo latino-americano era malquisto tinham sua gênese numa *causa intelectual* — desconhecimento da realidade histórica da América e seu passado colonial —, e uma *causa interesseira* — ambição pelas terras latino-americanas por parte de países da Europa. Segundo Silva (1998), ainda haviam outras críticas que permeavam o trabalho de Bomfim, sobretudo atinentes à busca de uma unidade para os povos da América Latina no intuito de fazer frente aos investimentos contrários aos seus interesses, o que acentua a procura por uma defesa, não apenas no seu bojo territorial, mas na sua afirmação política, na consolidação do seu próprio espaço por meio da educação. Essa busca, porém, era interceptada pelas próprias diferenças e distanciamentos concentrados entre os próprios países vizinhos, no que se decalca uma falta de solidariedade entre estes.

É importante salientar que Bomfim, ao passo que criticava e resistia ao imperialismo, defendendo o ideal de solidariedade latino-americana, não desconsiderava os problemas que “afligiam” a América Latina como um todo: “revoluções frequentes”, “irregularidade do câmbio”, “instabilidade dos governos”, alegando que o atraso cultural do continente não derivava dos supracitados, mas sim dos “males” infligidos a partir do colonialismo metropolitano, que encontrou, posteriormente, respaldo na ação conservadora das classes que passaram a dirigir os

países. Estes males, por sua vez, assumiram as motivações por meio das quais se passou a estereotipar o continente latino-americano como o território dos “desvalidos”, “desafortunados”, da “miséria” e da “fome” (SILVA, 1998, p.91).

Lendo Manoel Bomfim, podemos diagnosticar uma reflexão que dialoga, mesmo após tantos anos, com diversas situações político-administrativas que ainda residem na América Latina e no Brasil. Seus estudos, nessa obra especificamente, lançam base para apontar, pensar e, sobretudo, investigar em que medida o conservantismo, a escassez de investimentos em educação e a manutenção de estruturas arcaicas de poder ainda são coniventes entre si com o intuito de reproduzir os mesmos sistemas e as mesmas estratégias políticas de dominação política, econômica e cultural.

### **Considerações finais: as conformações acerca da constituição de uma historiografia brasileira**

A instrução escolar ajudaria a constituir um povo livre de males como o mandonismo, o conservadorismo político, o cultivo da aparência e o desprezo pelo trabalho. E dentro de alguns anos, a América Latina seria reconhecida, de acordo com Bomfim, não mais por seus males e infortúnios, mas, pelo seu sucesso e por suas riquezas. Como vemos, Manoel Bomfim é um convite a pensar a América Latina a partir de outros referenciais teóricos, e mais do que isso, é um convite à esperança (FERNANDES, 2012, p. 117).

Mesmo não se tratando de uma análise linearizada, tal como propunham os positivistas, tendo o “progresso como meta”, a reflexão de Paula Rejane Fernandes (2012) nos aponta um ideal marcadamente histórico de um médico que atuou como pesquisador, crítico de sua época. Estivemos diante — no sentido mais próximo do termo — de um autor consentâneo à compreensão do Brasil. Não foi o único, mas, pela contribuição ao pensar acerca de quais discursos se sobrepujaram na historiografia brasileira, foi um sujeito que se preocupou com sua realidade e, para sermos mais pontuais, estranhou-se com ela. Partindo do seu presente, buscou no

passado determinadas explicações que tendemos a ver que não foram vãs, pois nos ajudaram e são significativas à história do Brasil, quiçá, da América Latina. Mesmo sendo médico, assemelhou-se ao *ser historiador* por inquietar-se, estranhar-se com sua realidade.

O trabalho de Bomfim aparece como um contradiscurso, nasce de suas perguntas ora nacionalistas e é também sugestivo: propõe soluções e dialoga com a realidade da época, de forma promissora. Por conseguinte, esteja apontado como um clássico, embora nem sempre lido como tal. Disso reiteramos uma lição: as leituras também são modeladas, forjadas e tendem a atender projetos políticos distintos.

Entre outros elementos, procuramos dar enfoque à originalidade enquanto constituinte de um fator essencial no sucesso de uma obra, em específico, *América Latina: males de origem*. Isso, no entanto, não implica em dizer que o autor tratará de criar densamente uma explicação sem antes ter se amparado em uma gama de leituras, que, a seu momento histórico, poder-se-iam também ser chamadas de *clássicas*.

Existem outros muitos pesquisadores que tentaram descrever, no máximo e mínimo de suas possibilidades, integrar uma visão à história do Brasil, fosse na macro ou micro concepção do real, da sua própria história e do vínculo desta com a história do país. Somos sujeitos inúmeros, atravessados por características peculiares e, ao mesmo tempo, decifradoras do que nos tornamos, à busca incessante de nos explicar.

Entre outros aspectos, os clássicos nos servem para pensar quem somos. Nos ajudam a entender questões que ora sombrias se apresentam, outras que são susceptíveis de clarificação, até aquelas que nos mostram que somos parte dessa história, fruto dela e agentes sociais que precisam, politicamente, participar dessas decisões, agir em prol de mudanças, transformações concretas, posicionamentos não reducionistas e ações no invólucro e no cume das mais diversas configurações sociais.

O clássico é, destarte, um instrumento de ação política, não apenas na sua acepção de poder, mas na política da originalidade, da problemática trazida; na política de construção de outro viés, talvez bem mais distante daqueles pretensamente elaborados por determinados grupos a fim de “oficializar” uma única história para determinado sujeito, lugar, época.

A história é um conhecimento humano. Não é possível, cremos, tratar dela sem prezarmos pela experiência do sujeito, isto é, em como indivíduos de um grupo social, de uma classe, estabelecem respostas, soluções a seus problemas, evidenciando que são participantes da história mesmo quando, no papel, não recebem o devido crédito. E, a partir disso, adentra uma nova possibilidade de pesquisa: estudar esses novos sujeitos, ou melhor dizendo, sujeitos que não foram ouvidos. Analisar, pois, suas experiências à época em que foram veiculadas, suas manifestações socioculturais, suas concepções de mundo. O que o *clássico* que analisamos evidencia, não discrepa dessa posição.

No caso específico de Bomfim —, na procura pela vinculação concreta à sua história para transformá-la, para fazê-la diferente, para assumi-la e, sobretudo, com as questões de seu tempo, que não se findam, ou seja, muitas das problemáticas levantadas há tantos anos e que ainda não foram atendidas ou resolvidas como pressupunham que fosse com um novo tempo, com uma nova sociedade. Até porque não existe o novo ou velho na história, mas as *mudanças* e as *permanências*. E o que o nosso século (XXI) demonstra é que as permanências parecem sempre bradar com contundência.

O nosso tempo hoje, mais de um século depois, ainda se encontra permeado por “parasitas”, “parasitários” e “parasitados” – e não se trata apenas, como apontou Bomfim, de uma disputa binária, história de vencedores ou vencidos, mas sim de problemas que subsistem de um lado e outro, em especial, na educação, e ainda, o que é bem notório e singular numa obra clássica, como é a de Manoel Bomfim: passe o tempo que passar, o clássico alcança uma longitude, no tempo, no espaço, na

história, mostrando que a velhos documentos podem sim ser feitas outras e/ou “novas” perguntas.

## Referências

AGUIAR, Ronaldo Conde. *O rebelde esquecido: tempo, vida e obra de Manoel Bomfim*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000.

BOMFIM, Manoel. *A América Latina: males de origem*. Rio de Janeiro: Biblioteca Virtual de Ciências Humanas, 2008. Disponível em: <<https://static.scielo.org/scielobooks/zg8vf/pdf/bomfim-9788599662786.pdf>> Acesso em: 30/03/2018.

CALVINO, Ítalo. Por que ler os clássicos? In:\_\_\_\_\_. *Por que ler os clássicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p.09-16.

CAMARA, Sônia; COCKELL, Marcela. O intelectual educador Manoel Bomfim e a interpretação do Brasil e da América Latina. *Revista HISTEDBR On-line*, n.44, Campinas-SP, dez. 2011, p. 293-307

FERNANDES, Paula Rejane. América Latina aos olhos de Manoel Bomfim: análise da obra “A América Latina: males de origem”. *Dimensões*, vol. 29, 2012, p. 100-118, ISSN: 2179-8869. Disponível em: <[www.periodicos.ufes.br/dimensoes/article/viewFile/5401/3989](http://www.periodicos.ufes.br/dimensoes/article/viewFile/5401/3989)> Acesso em: 09/04/2018.

SILVA, José Maria de Oliveira. Manoel Bomfim e a ideologia do imperialismo na América Latina. *Revista de História*, n.13, São Paulo, 1998, p.83-92.

SUSSEKIND, Flora. Introdução. In SANTIAGO, Silviano. (Org.). *Intérpretes do Brasil*. Volume I. Rio de Janeiro: Nova Aguiar, p.620-621, 2002.

VALENTE, Luiz Fernando. “Nós outros, neo-ibéricos”: o entre-lugar da identidade nacional no pensamento de Manoel Bomfim. *Gragoatá*, n.22, Niterói, 2007, p.85-98. Disponível em: <[gragoata.uff.br/index.php/gragoata/article/download/280/282](http://gragoata.uff.br/index.php/gragoata/article/download/280/282)> Acesso em: 02/06/2018.

# **MEGAEMPREENDIMENTOS E DEVASTAÇÃO: OS EFEITOS NO MODO DE VIDA DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS NA REGIÃO DE COELHO NETO-MA**

**Emmanuele Vale Silva**

Graduanda de Licenciatura Plena em História pela Universidade Estadual do Maranhão-UEMA. Email: emmanuelevale@gmail.com.

**Resumo:** o presente ensaio possui como eixo central, analisar as transformações ocorridas no modo de vida dos povos e comunidades tradicionais a partir da chegada dos megaempreendimentos na região de Coelho Neto-MA. Sendo importante perceber como essas famílias de trabalhadores rurais, quebradeiras de coco e quilombolas estão criando estratégias de mobilização e resistência contra as imposições econômicas impetradas pelos modelos de desenvolvimentos econômico difundido e praticado por esses megaempreendimentos. Para melhor aprofundamento do tema, o artigo terá como base a obra historiográfica “Povos Tradicionais em colisão com as estratégias empresariais no Maranhão e Pará”.

**Palavras-Chave:** Megaempreendimentos, Historiografia, Povos e Comunidades tradicionais.

## **Introdução**

O presente ensaio trata-se de experiências de pesquisas e de reflexões teóricas acerca da expansão dos megaempreendimentos na região de Coelho Neto e seus impactos no modo de vida de povos e comunidades tradicionais que secularmente ocupam esse espaço. O artigo terá como base historiográfica o livro “Povos

Tradicionais em colisão com as estratégias empresariais no Maranhão e Pará”, que tem como organizadores Rosa Elizabeth Acevedo Marin e Jurandir Santos de Novaes.

A obra é uma coletânea que reúne trabalhos de pesquisas que nos ajuda a compreender as inter-relações entre as estratégias empresárias e seus efeitos sobre os povos e comunidades tradicionais presentes no Maranhão e Pará. No caso do Maranhão elas afetam quebradeiras de coco babaçu, assentados, trabalhadores rurais, moradores em áreas de reserva extrativistas e povos indígenas.

Entende-se por megaempreendimentos projetos agroindustriais e de infraestrutura que causam grandes impactos socioeconômicos, ambientais e culturais nos modos de existência e relações de povos e comunidades tradicionais afetadas, gerando transformações na organização e mobilização desses povos ocasionando conflitos em sua maioria violenta em diversos níveis. (ARAÚJO, GAIOSO, NOBRÉGA, NOVAES, 2017).

Partindo desse pressuposto, identificamos que as famílias dos trabalhadores rurais, quebradeiras de coco e quilombolas aqui denominados de comunidades tradicionais estão vivenciando impactos em seu modo de vida com a chegada dos megaempreendimentos na região de Coelho Neto. As ações empresárias pautadas em um discurso de desenvolvimento têm interferido de várias formas no cotidiano, nas práticas e vivências dessas famílias no qual acarreta em enfrentamentos pelos direitos a terra, preservação dos recursos naturais e manutenção de suas identidades e práticas tradicionais.

Esse discurso desenvolvimentista acaba criando uma dicotomia no qual classifica as comunidades tradicionais como primitivas ou atrasadas por não se enquadrar na lógica do mundo industrial, além disso os programas e planos de desenvolvimento econômico tem negado os seus direitos territoriais e conseqüentemente o não reconhecimento de famílias que ali trabalham e vivem da terra negando assim o próprio modo de vida de trabalhadores rurais, quebradeiras de coco e quilombolas.

Com a expansão do agronegócio no Maranhão e dos grandes empreendimentos tem repercutido em impactos ambientais e sociais regionais e territoriais nos quais interferem diretamente no modo de vida das comunidades que se encontram impactadas no meio dessas iniciativas empresariais. Segundo SANTOS (2015), são projetos espalhados por todo território nacional, mas que nas duas últimas décadas, tem se apresentado de forma mais contundente na região maranhense devido à grande quantidade de terra. Pode-se afirmar que essas transformações ocasionadas com a chegada do agronegócio afetam não só os grupos sociais, mas todo o território onde são mantidas as relações culturais, políticas e sociais.

Vários são os problemas ocasionados pelo o avanço dos empreendimentos e pela apropriação dos recursos naturais: multiplicaram os casos de cercamentos de terras, deslocamentos compulsórios e o “desaparecimento” de unidades sociais; o desmatamento e a devastação intensiva dos recursos naturais que alterou substancialmente o ecossistema, com o envenenamento do solo e dos recursos hídricos, desaparecimento de riachos e lagoas, antes perenes, devastação das áreas de babaçu e de áreas destinadas à caças. Por tanto, os grandes projetos voltados para o agronegócio têm interferido no âmbito cultural, econômico e socioambiental das comunidades tradicionais.

Outro interesse particular tem sido os sinais de resistência das comunidades que muitas vezes passam despercebidas. As ações de resistência não são pautadas apenas no direito à terra e preservação dos recursos naturais, mas na manutenção de suas identidades e práticas tradicionais onde se percebe-se que a busca de reconhecimento e legitimidade dos agentes sociais é uma parte fundamental no processo de luta e resistência contra os empreendimentos.

Desse modo, o presente artigo abordará a instalação do Grupo Industrial João Santos na região de Coelho Neto-MA. Trata-se de um megaempreendimento que está interferindo diretamente no modo de existência e de identidades coletivas específicas dos povos e comunidades tradicionais ocasionando conflitos territoriais, impactos

socioambientais e deslocamentos compulsórios na região. As comunidades que aqui serão apresentadas são: Povoado Curupati, Centro do Açude, Piranhas, Ermo e Curupati.

### **Megaempreendimentos e sua Trilha de Devastação**

Uma das principais características dos megaempreendimentos voltados para o agronegócio no Maranhão é o grande impacto ao meio ambiente. Através da criação de um discurso ambiental e pautado na ideia de preservação dos recursos naturais, os empreendimentos acabam iniciando um processo de devastação em larga escala causando desequilíbrio na fauna e na flora e afetando as comunidades tradicionais. O agronegócio também representado pelo setor industrial é considerado o setor que mais causa danos aos elementos naturais de diversos ecossistemas envolvidos, seja por meio dos seus processos produtivos seja através da fabricação de produtos poluentes (LUSTOSA et ali, 2003).

Desde a chegada do Grupo Joao Santos na região de Coelho Neto na década de 1970, o município vem apresentando um longo processo de devastação e passou a enfrentar questões socioambientais ocasionadas pelo processo de irrigação. Com o aumento da plantação de cana-de-açúcar e bambu também ocorreu o assoreamento dos rios e lagos da região e com alta incidência de queimadas a maior parte das matas ciliares foram perdidas o que resultou na perda dos cocais, assim, muitas quebradeiras de coco que tinha na região ficaram sem seu sustento devido as constantes queimadas.

As famílias afetadas por esse megaempreendimento denunciam a intrusão e devastação não apenas das matas nativas, de babaçuais, mas também dos territórios ocupados tradicionalmente por essas famílias, provocando diferentes efeitos de cunho ambiental, econômico e cultural. O primeiro efeito é o próprio desmatamento e com ele, o *processo de devastação* que não se caracteriza apenas pela

ação devastadora dos recursos naturais, mas também pelas relações sociais e pelos conflitos que caracterizam a ação predatória.

Chegamos aqui era só o cocal, só o mato mulher. Depois que foi fazer pra plantar cana, acabou tudo. Aqui morava gente nessa época. Agora foi tudo embora. Se espalharam tudo [...]. Eu vendia coco, fazia azeite, vendia. Quando nós chegamos aqui, nós quebrava coco, levava na cabeça para vender lá naquele Coelho Neto. Nós saía daqui na primeira cantada do galo, caminhando ali até chegar lá. Quando era tardezinha a gente chegava, fazia a comprinha que a gente queria comprar e trazia todo tempo caminhando. Saía bucado de homem e mulher tudinho para vender em Coelho Neto. Quando chegava lá na Pimenteira, a gente colocava os saquinhos no chão para poder esperar o dia amanhecer para ir para Coelho Neto vender. Nós íamos quase todo fim de semana nos ia, quase todo fim de semana a gente vendia os cocos. Agora não tem mais coco aqui não, acabou por causa do fogo que sapeca o chão todo, não tem mais nem condição de juntar coco. Aí não tem coco de jeito nenhum. Estão tudo sapecado. Todo ano as bichinhas são sapecadas e não pode mais nem dar coco". (Antônia Maria Cordeiro do Nascimento - povoado Curupati/Mangueira. 16/11/2017).

O depoimento acima apresenta o desmatamento ocasionado pelo o agronegócio e como as queimadas trouxeram consequências para as quebradeiras de coco que acabaram ficando sem sua principal fonte de renda. As famílias das comunidades tradicionais vêm denunciando a forma como o avanço desses empreendimentos têm afetado o seu modo de vida. A constante devastação levou a perda de parte da mata nativa e árvores como pequizeiros, bacurizeiros, carnaubeiras e babaçuais, que faziam parte da economia familiar e acabaram dando lugar para extensas plantações de cana-de-açúcar e bambu.

Nós vivíamos de roça e quebrar coco. Aí os cocos acabaram que foi metendo máquinas e plantando cana, aí acabou-se de vez. Cercou tudo isso, aí era um brejão monstro e acabou com tudo (Milagres – povoado Piranhas. 16/11/2017).

O desmatamento para a plantação de cana-de-açúcar e bambu exemplifica o grande processo de devastação ocasionado em Coelho Neto. Atualmente as práticas ecológicas vivenciadas pelos povos e comunidades tradicionais se encontram ameaças pois esses agentes sociais reivindicam um pertencimento ético, e que, sem

considerar o recurso intocável, põem em prática saberes relativos ao uso e conservação de sementes e formas de trato dos recursos naturais. (MARTIS, NUNES, 2015).

A constante devastação também está ligada ao uso de agrotóxicos como (Mata tudo, Tolda e Mata Pindoba) utilizados na terra, no qual ocasiona a perda de seus nutrientes e assim ficando cada vez mais infértil. Esse fator acaba contaminando rios e lagos e levando ao assoreamento além disso a grande utilização de água para o processo de irrigação nas lavouras de cana-de-açúcar e bambu tem feito com que as famílias rurais acabem sendo privadas de terem acesso aos recursos hídricos.

Os grupos sociais que atualmente reivindicam uma identidade têm acionado mais recentemente os seus saberes para marcar especificidade em relação aos modos de vida. A incorporação do discurso ambiental por empresas privadas e os projetos de compensação ambiental, que essas empresas passam a desenvolver nas comunidades impactadas, se constitui em uma estratégia para desmobilizar esses saberes e as mobilizações de tais grupos. (MARTINS, NUNES, 2015, p. 70).

As famílias rurais detêm saberes e modo de fazer específicos que atrelam as diferentes dimensões da vida. Com a chegada e implantação dos projetos voltados para o agronegócio pode-se identificar eles impõem a ideia de capacitação, de habilitar tais grupos as técnicas de aprendizado da individualização próprias da sociedade industrial. Desse modo, os povos e comunidades tradicionais estão buscando processo de resistência para conservação e preservação dos recursos naturais.

### **Estratégias empresariais: processo de deslocamento, imobilização da força de trabalho e resistência**

A expansão e intensificação do agronegócio na região de Coelho Neto nas duas últimas décadas é resultado principalmente da diversificação da produção e das relações com os povos e comunidades tradicionais que ocupam esses municípios. Esse fator tem alterando significativamente a paisagem e o modo de vida de famílias que

tradicionalmente ocupam e exploram os recursos naturais.

Atualmente o megaempreendimento presente no município possui 80% de suas terras chegando as cidades vizinhas como Duque Bacelar, Afonso Cunha, Buriti e Chapadinha. Nesse contexto, muitas estratégias foram adotadas pelo grupo para imobilizar a reprodução econômica e familiar das comunidades tradicionais como: impedimento de cercar terras; de criar animais; a obrigatoriedade de “pagar renda”; proibição de melhorias nas habitações e construções de benfeitorias, (construir casas de alvenaria, casas de farinha) e impedimento de cultivarem roças.

Para SANTILLI (2009) o agronegócio vai se caracterizando com a atuação eminente das grandes empresas agroindustriais nas áreas rurais, assim a empresa local presente em Coelho Neto vem implementando todo um cenário de desenvolvimento onde os beneficiados com os projetos do agronegócio são os próprios líderes da empresa, pois a maior parte do lucro obtido com a venda da cana-de-açúcar e bambu é destinado a Recife-PE (sede geral do Grupo Joao Santos) ficando para os trabalhadores rurais uma pequena parcela dos lucros que muitas vezes não garantem o sustento familiar.

O resultado da grande expansão do empreendimento é a expulsão ou deslocamentos das famílias rurais das comunidades para a sede municipal e para outras localidades distantes no qual são denominados de quebras ou encostas de morros. O resultado desse processo também levou a perda de muitas comunidades tradicionais na região por causa da perda de suas terras para os plantios cana-de-açúcar e bambu.

[...] Só deram mesmo o lugar para fazer. Só disseram. Eles que escolheram aqui, tiraram mesmo as casas e colocaram a gente pra cá. Mas não ajudaram em nada, não construíram nada. Aí cada um fez sua casinha aonde quis, em cima das pedras. Aqui era um pedregoso mais enorme do mundo como ainda é, nem criar a gente não pode. Antônia Maria Cordeiro do Nascimento - povoado Curupati/Mangueira. 16/11/2017).

No depoimento acima, observamos o deslocamento das famílias para outra

localidade denominada de Mangueira como também a perda de suas casas e a imobilização da força do trabalho já que o grupo proíbe a criação de animais e o cultivo de roças o que dificulta ainda mais a permanência das famílias que habitavam tradicionalmente nas comunidades.

Para SANTILLI (2009) a agricultura familiar que se reproduz nas sociedades modernas teve que se adaptar a um contexto socioeconômico o que lhe obriga a realizar modificações importantes em sua forma de produzir e em sua vida social tradicional, ou seja, o agricultor teve que se adaptar por causa das novas exigências da sociedade com a implantação de planos de desenvolvimento econômico voltados para o agronegócio onde apenas os grupos econômicos e seus empreendimentos são beneficiados.

Nesse contexto, as famílias das comunidades denunciam os efeitos ocasionados pela expansão do megaempreendimento na região e ocupação dos territórios que antes os pertenciam, no qual transformam o seu modo de vida ao privatizar os recursos naturais e imobilizar a força de trabalho onde podemos destacar o cercamento dos territórios, os impedimentos de fazer roça, proibição de criar animais de médio e grande portes e de realizar benfeitorias.

*“eles não deixam a gente cobrir a casa de telha não, essa daqui já pegou fogo que a fálscia de fogo veio não sei nem de onde aí pegou fogo só não queimou por que tinha muita gente aqui a juntou e jogaram água nela. É porque ai ele como dono ele quer governar né, ele é o dono né está no querer dele, aqui é assim todo tempo ai eu fui pedir para fazer pelo o menos essas casase a do meu menino de adobo, não tem o adobo de fazer casa é igual tijolo só que é cru eles não aceitaram não”. (José de Sousa- Povoado Ermo- 16/11/2107).*

Essas formas de imobilização fazem com que as famílias percam aos poucos a autonomia no uso e controle dos recursos, dificultando a permanência no território, chegando ao extremo que é a saída de seus territórios em busca de outras condições de vida que lhes garantam a sobrevivência. Assim, os empreendimentos ligados ao

agronegócio têm afetado direta e indiretamente os grupos sociais como quebradeiras de coco, trabalhadores rurais, agricultores e quilombolas em que cada um deles tem enfrentado vários tipos de dificuldades para manter e preservar sua história, cultura, economia e identidade.

As formas cotidianas de enfrentamento e resistência manifestadas por povos e comunidades tradicionais contra aqueles que querem extrair deles o trabalho, o alimento, as terras e o lucro tem operado para que os planos e projetos voltados para o agronegócio sejam vistos como o fator principal para a desestruturação no modo de vida dos trabalhadores rurais, quebradeiras de cocos e quilombolas. Os grandes investimentos para o desenvolvimento da agricultura ligado a produção de cana-de-açúcar, bambu e soja tem feito com que esses agentes sociais se manifestem e lutem por territórios que tem sido um ganho aos operadores do agronegócio e uma perda para as comunidades tradicionais.

Em resposta ao agronegócio e aos programas e planos desenvolvimentista que estão interferindo no modo de vida das comunidades rurais, os trabalhadores, as quebradeiras de coco estão criando estratégias de mobilização e resistência contra as imposições econômicas impetradas pelo os modelos de desenvolvimento econômico e pelo os megaempreendimentos. Para Araújo (2015) outro interesse particular tem sido a construção da memória coletiva das formas de contestação que ora se apresenta nesse corredor, nem sempre percebidas como sinais de resistência. Sendo essa memória muito importante em defesa e mobilização de povos e comunidades tradicionais que estão constantemente ameaçados pelo o agronegócio.

Scott (2002) classifica como formas cotidianas de resistência camponesa a luta prosaica, mas constante, entre os camponeses e aqueles que querem extrair deles o trabalho, o alimento, os impostos, os aluguéis e os lucros. Essa constante luta de resistência tem feito comunidades a recorrem a sindicatos e associações locais para manter suas terras, sua história e seu modo de vida. Muitas comunidades rurais ainda persistem na criação de animais e na agricultura familiar mesmo com a imposição da

empresa local, o que gera assim constantes conflitos entre membros sindicais e as empresas que atuam no ramo do agronegócio.

Por viverem em um constante estado de exploração ou por se encontrarem em desvantagem, muitos trabalhadores recorrem a lutas cotidianas seja ela em forma de protesto e manifestação com o intuito de chamar atenção aos órgãos governamentais para garantirem domínio sobre suas terras e moradias. Mas há casos em que os trabalhadores acabam cedendo suas terras para as empresas privadas por não terem outra opção ou até mesmo por não terem conhecimento dos sindicatos e associações. Assim, os planos desenvolvimentistas se encontram cada dia mais destruindo o modo de vida de povos e comunidades tradicionais, negando seus direitos e mudando seu modo de vida.

### **Considerações Finais**

Ao refletir sobre as lutas e as formas de resistências dos povos e comunidades tradicionais que se encontram em conflito com o agronegócio, nos deparamos com planos e projetos econômicos que apresentam discursos sustentados pelo o poder estatal que contradiz todo um progresso e desenvolvimento em curso que através de suas ações privilegiam apenas alguns grupos econômicos e seus megaempreendimentos.

As discussões aqui levantadas a partir da análise do livro “Povos Tradicionais em colisão com as estratégias empresariais no Maranhão e Pará”, nos ajudam a perceber as estratégias utilizadas pelo os megaempreendimentos e como tem afetado o modo de vida dos povos de comunidades tradicionais. Sendo assim, nas duas últimas décadas no município de Coelho Neto há um intenso fluxo de projetos econômicos voltadas para o agronegócio, que carregam em si discursos sustentáveis e criam todo um imaginário de desenvolvimento onde as ações desenvolvidas contradiz os saberes dos povos e comunidades tradicionais.

Esses planos de desenvolvimento econômico voltado para o agronegócio podem ser identificados pela expropriação e não reconhecimento dos direitos tradicionais, gerando um verdadeiro conflito onde os trabalhadores rurais, quebraadeiras de coco e quilombolas tem se mostrado resistentes a imposição desses planos econômicos. Nos últimos 10 anos as comunidades tradicionais vem sendo vítimas da expansão do agronegócio criando um cenário de constantes conflitos que vão desde a luta por suas terras como também a luta pela preservação dos recursos naturais e reconhecimento de sua cultura.

Por tanto, as comunidades e povos tradicionais estão em resistência contra as imposições econômicas implantadas pelos os megaempreendimentos. As lutas e reivindicações das comunidades e povos tradicionais não se consiste apenas em disputa por terras, como também por lutas pela preservação e acesso aos recursos naturais e por políticas públicas que reconheçam as diferenças culturais e compreendam a cultura de cada comunidade tradicional e a vejam como um direito de cidadania.

## Referências

ARAÚJO, Helciane de Abreu; GAIOSO, Arydmar Vasconcelos; NOBRÉGA, Mariana Leal, et al. *MEGAEMPREENHIMENTOS E A CONSTRUÇÃO DE UM IMAGINÁRIO DE "DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL"*: os efeitos sobre as formas organizativas políticas de povos e comunidades tradicionais no Oeste do Maranhão. In: XVIII CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA. Brasília, 2017.

ARAUJO, Helciane de Abreu. *Grandes Projetos e Devastação: interpretação das formas cotidianas de resistência no oeste do Maranhão*. In: MARIN, Rosa Elizabeth; NOVAES, Jurandir Santos (Org.). *Povos tradicionais em colisão com estratégias empresariais no Maranhão e Pará*. UEA Edições, 2015.

LUSTOSA, Maria Cecília Junqueira. *Industrialização, Meio Ambiente, Inovação e Competitividade*. In: MAY, Peter H.; LUSTOSA, Maria Cecília; VINHA, Valéria da. (org.). *Economia do Meio Ambiente: Teoria e Prática*. Rio de Janeiro: Elsevier 2003.

MARTINS, Cynthia Carvalho; NUNES, Patrícia Maria. O discurso ambiental empresarial: na trilha da devastação. In: MARIN, Rosa Elizabeth; NOVAES, Jurandir Santos (Org.). *Povos tradicionais em colisão com estratégias empresariais no Maranhão e Pará*. UEA Edições, 2015.

SANTILLI, Juliana. *Agrobiodiversidade e direito dos agricultores*. –São Paulo: Peropólis, 2009.

SANTOS, Adaildo Pereira. Povoado Bacaba: deslocamentos compulsórios e relações de poder. In: MARIN, Rosa Elizabeth; NOVAES, Jurandir Santos (Org.). *Povos tradicionais em colisão com estratégias empresariais no Maranhão e Pará*. UEA Edições, 2015.

# UM ENSAIO SOBRE A ERA DAS REVOLUÇÕES: O MUNDO CONTEMPORÂNEO E SEUS ADVENTOS

**Theresa Crystina Vieira Sousa**

Graduanda em História pela Universidade Estadual do Maranhão – UEMA

**Resumo:** O texto a seguir tratará sobre a era das revoluções, colocando em cheque a revolução francesa e industrial, abrangendo suas significações para o tempo presente. Abordar-se-á também, a entrada do mundo contemporâneo relacionando-o com a posição dos operários durante seu tempo no local de trabalho como também sua posição fora dele, bem como as estratégias utilizadas para que as camadas marginalizadas se sobreponham aos comandos das elites que regiam o controle urbano.

**Palavras-chave:** Revoluções. Luta de classes. Industrialização.

## **Introdução**

Estudos feitos sobre a revolução francesa tornam-se sempre um conjunto de obras que geralmente se contrapõe, fazendo com que a temática seja encarada como um mistério para quem a estuda. A busca por compreender os motivos da revolução, suas características, sua influência para a contemporaneidade e mais ainda, a desconstrução da visão de revolução otimista sem quaisquer resquícios de herança prejudicial a construção da sociedade, são sempre colocados em pauta. Assim,

trataremos sobre visões variadas e como adentramos ao mundo contemporâneo através deste fato revolucionário.

Antes de mais nada é necessário compreender o que caracteriza uma revolução, tomando por base o diálogo entre o rei e seu mensageiro durante a tomada da Bastilha em que diz “C’est une revolte” e o servo refaz a afirmação de seu senhor, “Non, Sire, c’est revolution”. (ARENDR, 1988, p 38). Em que estado se encontrava a França para que aquele momento vivido fosse batizado de revolução e não mais revolta? Qual o nível de transformação foi necessário ser vivido?

Passa-se então a primeiro ponto analisar o conceito de revolução e revolta, para que se compreenda da forma mais detalhada possível o que conhecemos hoje por Revolução Francesa. Olhando para o sentido existencial do homem, é perceptível em sua trajetória um grande rol de revoltas, a exemplo maior toma-se o reconhecimento de sua figura como criatura que se volta contra criador, negando-o como centro e buscando respostas para suas dúvidas existenciais, o iluminismo, que não apenas colabora com o ceticismo, mas passa a duvidar até mesmo de suas próprias conclusões para estar em constante busca de novos conceitos e novas respostas a respeito da existência humana.

A revolta é uma filosofia de vida e uma exigência estética, que toma consciência do absurdo e diz “não”. Já a revolução[3] - que chegou a formar uma “cultura revolucionária”, especialmente a marxista-leninista-guevarista -, se constitui numa ruptura necessariamente “explosiva”[4] com vistas ao projeto de transformação radical da organização da sociedade. (LIMA; P. 1)

Para o historiador, o sentido de revolta está também ligado ao momento em que os indivíduos percebem o “suposto” contexto de abuso político em que vivem e tomam a consciência de que uma mudança é necessária, o que leva a revolução; uma mente revolucionária forma-se por parte do mesmo preceito de abusos em que vive uma sociedade, tendo por diferença a premissa que embasa esta necessidade de mudança. Enquanto a revolução é pensada para classes, a revolta é pensada em

coletividade, a revolta é também uma tensão presente, já a revolução após sua explosão e conquista estabelece seus pensamentos e ideais sem questionar-se.

### **Revolução Francesa e suas características**

Baseados por este conceito, entendemos que o movimento francês do século XVIII pode ser chamado de revolução. Sua dimensão toma conta não apenas das localidades aos redores da França, mas alastra-se pelos continentes sendo referência base de outros movimentos como foi o caso da queda do império e início da república no Brasil. A revolução que ocorre durante o reinado de Luís XVI é fruto de um conjunto de obras de uma má gestão a qual inclui a desigualdade social, econômica e o surgimento das ideias iluministas que vão contra a igreja ainda bem presente na vida dos camponeses. As inquietações populares erguem a bandeira por Liberdade, igualdade e fraternidade, discurso que inclui as mudanças exigidas pela população, que também influenciaram outros movimentos, segundo Hobsbawm

Os radicais tinham confessadamente uma solução simples: uma república democrática unitária e centralizada da Alemanha, Itália e Hungria ou qualquer que fosse o país, construída de acordo com os princípios da Revolução Francesa. (HOBSBAWM; P 36)

“A revolução deve ser tratada como uma experiência política e, por isso, como a experiência de um fracasso sobre o qual devemos meditar” (VOVELLE; p. 107). Michel Vovelle e François Furet, dois historiadores ativos em estudar a revolução francesa, mencionam a história revisionista que consiste em olhar de forma diferenciada para este fato. Sabe-se que uma das mudanças ocorridas está relacionada a economia pois a agricultura de subsistência já não satisfazia a demanda de pessoas, e os privilégios feudais entram em decadência assim como a monarquia. A tomada da Bastilha é o principal evento que caracteriza a revolução francesa, uma

prisão medieval que se tornou símbolo republicano, o que mostra agora o poder tomado pela população.

Lançando olhares através da visão revisionista percebe-se um questionamento sobre até que ponto a revolução francesa traz modificações benéficas à humanidade. Ao ler Vovelle, entende-se que provavelmente a participação constantemente ativa da população torna-se em algum momento um problema, entretanto para o período, era e foi um grande fator inspirador como já dito anteriormente de outros movimentos. Comparando-a com as guerras mundiais, entende-se que existiram perdas irreparáveis, mortes tanto do lado a favor da monarquia como dos revolucionários. Entretanto olhando também para os dias atuais, entende-se mais ainda a modificação na vida do ser humano como também em tudo que lhe cerca, a exemplo de destruição, está o elemento de grande necessidade para a existência, a natureza.

### **Entre Revoluções, de Manufatura para Maquinofatura.**

O pós-revolução traz consigo as mudanças exigidas e causadoras do movimento, chegando assim a modernidade com a era industrial ou como melhor conhecemos, revolução industrial que consistiu na mudança tanto das fábricas como na privacidade dos cidadãos. Apesar de não existir uma data precisa de quando se deu início a esta era industrializante, entende-se que é como tudo um processo que desenvolveu-se vagarosamente através de criações, reinvenções e adaptações até que de fato tomasse grandes proporções para que fosse marcada como fato histórico.

Não apenas em setores fabris, mas também dentro da agricultura estas máquinas foram adicionadas. As transformações nas técnicas de produção surgiram, facilitando o trabalho braçal do camponês. A técnica de arar a terra já não dependia exclusivamente de uma enxada, assim também como o sistema de irrigação foi alterado tornando-se mais eficiente. Estas primeiras mudanças ocorreram na

Inglaterra, o que lhe põe como pioneira da revolução industrial. Entretanto é necessário recordar também que o processo foi aceito aos poucos por outros países, o que faz perceber que talvez a industrialização tenha sido mais lenta do que se possa imaginar.

Havia falta de entusiasmo pelas inovações, os empresários não se arriscavam, velhas peças continuavam em uso. Na Escócia no início do século XIX era comum ver mulheres carregando carvão nas costas pelas escadas, trinta metros ou mais, quando a máquina a vapor podia trazer mais rápida e comodamente. (INGLÉSIAS; p. 69)

Com a revolução industrial presencia-se uma transformação, de manufatura para maquinofatura. Dentro do cinema é possível encontrar o clássico “Tempos modernos” de Charles Chaplin, que mostra a vida do trabalhador, e como a transformação industrial afeta também a sua vida, seu espaço privado e até mesmo o domínio que tinha sobre si. Sabendo que antes, em eras feudais o trabalhador detinha seu tempo de trabalho baseado pela natureza e as condições que esta lhe proporcionava para exercer o trabalho, agora com a industrialização, seu tempo e força de trabalho lhes escapa, pertencendo a seu patrão.

A invenção do relógio lhes informa até que ponto devem trabalhar, a vigilância sobre seus passos dentro da empresa torna-se cada vez mais constantes, o que toma qualquer hipótese de liberdade que possa surgir. O filme aponta a rotina de trabalho prolongada e, por conseguinte exaustiva, a princípio o trabalhador se detinha por longas horas em um mecanismo cíclico, repetitivo. Trabalhava as vezes no objetivo de produção cego, pois não era de seu conhecimento o que produzira. Com a chegada mais ativa das máquinas, este mesmo trabalhador necessita inteirar-se mais para não perder seu lugar, a era maquinofatura põe dentro das fábricas aparelhos mais eficientes que mãos humanas, retirando aos poucos a importância do trabalhador.

Assim como a realidade de trabalho muda, a vida privada também sofre alterações. Com o grande contingente que surge dentro das cidades, é notório a divisão de classes que será cada vez mais forte. Esta divisão causará a formação da cidade com suas divisões de espaços físicos como também desencadeará a degradação ambiental em ritmo crescente.

No século XVII, no ano de 1600, a população da Inglaterra passou de 4 milhões de habitantes para cerca de 6 milhões; no século seguinte, no ano de 1700, a população já beirava os 9 milhões de habitantes! Na Europa Continental, esse crescimento foi ainda mais rápido: na França, por exemplo, a população passou de 17 milhões, em 1700, para 26 milhões em 1800. O crescimento demográfico em tal escala proporcionou uma forte expansão dos mercados consumidores para bens manufaturados, especialmente vestuários. (GOLVÊAS; séc. XXI)

Como dito na citação acima, o contingente populacional cresceu drasticamente, o que faz com que haja maior divisão entre ricos e pobres, operários e patrões. A forma como as cidades serão construídas neste momento sofrem fortíssima influencia deste êxodo rural, a exemplo mais adequado ao momento contemporâneo tem-se o Brasil e o que hoje se conhece como favela. A população que não é aceita entre os que possuem poder aquisitivo, é direcionada as margens da cidade, muitos não conseguem entrar no meio de trabalho e acabam por tornar-se a classe marginalizada nas cidades, bêbados, prostitutas, mendigos ou assaltantes.

Já o operário que vive restrito pela extensa carga horária de trabalho acaba sendo excluído por não se equiparar aos grandes. Suas vestes, sua moradia, o fato de ser um operário, são motivos para não ser aceito na classe majoritária. Assim, na França houve diversas formas de protestos, tentativas de rupturas sociais por parte destes operários. Preferiam gastar seus salários em ternos caros, que os fizesse parecer de alguma forma com os que lhe excluía. Suas casas eram seu escape dos momentos dentro da fábrica, segundo (PERROT; 1988, P. 101) “Das moradias, eles se servem, e muito; da cidade, pouco, pouquíssimo tempo, longe demais, não é para eles.”.

Os embates causados pela industrialização e capitalização cada vez mais frequentes das cidades, acabam pondo em crise a relação dos excluídos com a classe que se sobrepõe, levando-os a conflitos cada vez mais presentes. Sobre a moradia, como diz a citação anterior, estas os servem muito, mas ainda não é a moradia fixa de que se refere Perrot. Habitar em partes que perante a sociedade não os convém, ser andarilhos em sua própria cidade, dentro do espaço que não foi separado para os marginais, frequentar os mesmos lugares que a elite numa forma de romper com a cristalização da divisão social, este é o sonho ao qual Perrot se refere, os então taxados como marginalizados querem habitar a cidade, mesmo que lhes custe o próprio salário, tal realização é mais importante que a moradia fixa, que afinal, entra em parênteses, já que esta não é propriamente sua.

Os aluguéis de quartos em cortiços são mais um problema a ser enfrentado pelos operários, no século XIX a França busca moldar a estética e põe como plano a higienização, a derrubada dos cortiços vistos como recipientes de doenças. Médicos do XIX acreditavam na eficiência do ar livre, como consta Perrot que o amontoamento dos corpos, o crescimento populacional, a forma como os habitantes de cortiços mantinha sua higiene, era completamente prejudicial à saúde.

Para controle e implantação desse método higienista são construídos prédios ao método de Housseman, Francês responsável pela reconstrução de Paris. Os prédios feitos organizavam a cidade, e formavam um novo jeito para a divisão social. No lugar das favelas, eram os prédios repartidos de forma que abrigassem tanto ricos como pobres. A estrutura seguia um padrão, sendo o térreo direcionado logicamente a recepção, cozinha e também a lojas. O segundo, terceiro, quarto e quinto andares, direcionados a pessoas com maior poder aquisitivo, sendo os mais ricos ocupantes dos primeiros andares, como não haviam elevadores, era de extrema importância não aborrecer os hóspedes mais importantes com longas e cansativas subidas de escadas. Vale lembrar que apesar de o modelo ser copiado no Brasil, os resultados não foram os mesmos, pois a construção de favelas brasileiras ainda permanecera, deixando em

inércia a construção da cidade a modelo parisiense, um grande inspirador para o Brasil do XIX.

### **Os Impactos da Capitalização e Urbanização**

Com a industrialização crescente, obviamente o capitalismo se alastra com maior velocidade, o que leva a produções em escala maior, consumo desenfreado e mais ainda, maior busca por recursos naturais. O que causa sem dúvidas um grande esgotamento da natureza. Apesar de atualmente (séc. XXI) existirem leis que beneficiem o meio ambiente, quando olhamos para as mudanças sofridas em um século, percebemos que talvez algumas medidas tenham sido em partes tardias.

Após a Segunda Guerra Mundial, a era nuclear fez surgir temores de um novo tipo de poluição por radiação. O movimento ambientalista ganhou novo impulso em 1962 com a publicação do livro de Rachel Carson, “A Primavera Silenciosa”, que fez um alerta sobre o uso agrícola de pesticidas químicos sintéticos. Cientista e escritora, Carson destacou a necessidade de respeitar o ecossistema em que vivemos para proteger a saúde humana e o meio ambiente. (ONU; 2018)

Não apenas nas lavouras como citado acima, mas a degradação ambiental está presente na construção das cidades. O desmatamento desenfreado altera as condições climáticas, a divisão social que arrasta para as margens da cidade aqueles que não possuem condições de habitar nos centros são também vítimas da própria ação. A construção de casas em morros e encostas, acabam por degradar os terrenos causando os deslizamentos que a cada ano tornam-se contínuos.

### **Considerações finais**

Ao longo do texto, compreende-se que a revolução francesa foi uma inspiração a outras revoluções que desencadearam uma leva de comportamentos diferenciados,

mas que aparentemente possuíam o mesmo propósito de acordo com cada classe, alguns pensando a modernização, outros buscando de alguma forma se fazer aceitos e aptos participar desta.

Certeau, fala dentro de “A invenção do cotidiano”<sup>5</sup> sobre a construção da cidade, e como o pedestre, apesar de viver em um sistema criado para guia-lo constantemente, sempre encontra meios para dispersar-se, busca seus próprios caminhos, faz seu próprio mapa da cidade. Assim, forma também os que aderiram a movimentos revolucionários, buscando novas formas de participar da política, formas diferentes e mais apropriadas para sua realidade em ter uma participação mais ativa enquanto cidadãos. Entretanto, como se conclui o tópico anterior, nem todas as mudanças beneficiaram a todos, pois assim como toda revolução, como todo avanço onde há vencedores, estes também tomam ocupação no lado contrário.

## Referências

CERTEAU; Michel de. *A invenção do cotidiano*. 17ª edição. RJ. Editora Vozes, 2011.

HOBBSAWM; Eric. *A era do capital* - cap.1. A primavera dos povos. 1975.

<https://nacoesunidas.org> acessado em 06 de novembro de 2018 às 22:15

INGLÉSIAS; Francisco. *O que foi a revolução industrial*. 1981.

LIMA; Raimundo de. *Revolução ou revolta?* (Um retorno a Albert Camus em seis pontos).

PAULO; Rodolfo Fares. *O desenvolvimento industrial e o Crescimento populacional como Fatores geradores do impacto Ambiental*. UNIVEM, SP. 2010

THOMPSON, E. P. *Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial*. Editora Schwarcz, São Paulo:1998.

---

<sup>5</sup> 1. A arte de fazer. 1ª EDIÇÃO

VOVELLE; Michel. *Combates pela revolução francesa - A historiografia da revolução francesa nas vésperas do bicentenário - II cap. 7*. Editora EDUSC.

Parte II

# HISTÓRIA, CIDADE E MEMÓRIA

# **(RE) ESCRITAS DO ESPAÇO: HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA DO CASARÃO PADRE SÁ PALACIO, EM PIRACURUCA-PI**

## **Paulo Tiago Fontenele Cardoso**

Graduado em licenciatura Plena em História (UESPI). Especialista em História do Brasil (UCAM). Especialista em História, Cultura e Sociedade (UESPI). Atualmente é professor da disciplina de História da Secretaria do Estado da Educação do Piauí (Seduc-PI).

## **Pedro Pio Fontineles Filho**

Doutor em História Social (UFC). Mestre e Especialista em História do Brasil (UFPI). Graduado em História (UESPI). Graduado em Letras-inglês (UFPI). Professor do PPGHB (UFPI). Professor do PROFHISTÓRIA/UESPI. Professor do Curso de História (UESPI/CCM). Membro do Núcleo de Pesquisa em História e Educação (NUPEHED)

**Resumo:** O presente artigo visa analisar os aspectos relacionados história e a memória do município de Piracuruca tomando como objeto o prédio da antiga casa da intendência (hoje Casarão Padre Sá Palácio) visto que sua construção está constantemente entrelaçada com a história da cidade, pois seu espaço físico desde o século XIX vem abrigando de forma contínua instituições e atividades responsáveis pelo desenvolvimento da cidade. Metodologicamente o estudo deu-se pelo estudo de obras de historiadores locais que versam sobre a história, memória e patrimônio histórico do município. Além disso, as discussões de história e memória feitas por Le Goff (2012) e Parreiras Horta (2008) foram importantes para se pensar as políticas e ações de preservação e conservação considera-se que, em linhas gerais, as políticas voltadas para o patrimônio arquitetônico da cidade ainda sofrem com a falta de esclarecimentos acerca de noções conceituais relacionadas aos usos e funções que cercam as posturas de valorização da materialidade urbana. Isso se dá pelos conflitos que cercam, além da dimensão material, os aspectos das subjetivações e da imaterialidade, como os sentimentos de pertencimento e de identidade dos lugares de memória e os cidadãos.

**Palavras-chave:** História. Cidade. Memória.

## Introdução

Piracuruca é uma cidade localizada ao norte do Estado do Piauí, possui ainda um vasto acervo arquitetônico de suas construções, insere-se nas cidades que testemunharam a colonização, povoamento e desenvolvimento do estado. Ao observarmos suas construções podemos ver de perto, sua formação religiosa, os períodos econômicos pelos quais a cidade passou e o modo de habitar de sua antiga população, pois “o desenho das ruas e das casas, das praças e dos templos, além de conter as experiências daqueles que os construíram, denota o seu mundo” (ROLNIK, 2004). Sendo assim, as obras de arquiteturas das cidades são organismos vivos capazes de serem lidos e decifrados.

Cada marca e traço presente na arquitetura urbana da cidade denota uma referência do passado, sendo este sempre revisitado quando há uma atualização permanente da memória, pois “a cidade não conta o seu passado, ela o contem como na linha das mãos, escrita nos ângulos das ruas, nas grades das janelas, nos corrimãos das escadas...”(CALVINO, 2001).

Piracuruca, por ser uma povoação surgida ainda no século XVIII, detém um acervo de construções com estilos arquitetônicos distintos, apresentando assim, em seu perímetro urbano construções capazes de evidenciar o percurso de sua história, fundamental para o processo de formação das identidades com os espaços regionais e locais dos cidadãos com a urbes, pois:

Andando pelas ruas de Piracuruca é possível conhecer de perto a história da arquitetura piauiense. Com vários estilos que marcaram cada época, suas construções mostram os períodos de prosperidade, dificuldade e superação da sociedade piracuruquense. (ESCÓRCIO, 2003, p. 18)

Através da perspectiva do autor pode se sentir que o espaço em que se encontra o objeto de estudo em questão pode ser entendido como sendo uma

paisagem cultural, local esse onde as marcas deixadas pelo tempo existem como o resultado de diferentes momentos históricos que se cristalizam no espaço geográfico, no caso a paisagem é formada pelas edificações existentes no entorno da Praça Irmãos Dantas, um dos principais logradouros da cidade e de interessante importância histórica, pois era nesse local que se desenrolava o cotidiano da maioria da população e que no decorrer do tempo produziram uma realidade transformando através de acréscimos ou eliminações resignificando essa paisagem através do tempo. A importância social e histórica que o referido prédio possui no entorno do centro histórico e patrimonial da cidade, pode ser entendida com suas variações de significado para a história e a população da cidade, onde o espaço passa por uma reapropriação no modo se sentir o casarão.

Nesse sentido, destacar o casarão como objeto não é reduzir a análise. Pelo contrário, é trabalhar com a noção de escala, como sugerem autores como Geovanni Levi, que encabeçam princípios da micro-história. Princípios tais que ressaltam que

Dado um episódio, um lugar, um documento, devemos aplicar nele uma redução de escala. A micro-história é uma prática que implica o rompimento de hábitos generalizantes. Não buscamos a generalização das respostas, e sim das perguntas: quais são as perguntas que podemos criar e aplicar também em situações totalmente diferentes? Sendo bem sintético: estamos interessados na pergunta geral que emerge de uma situação local. (LEVI, 2009)

Não se pretende aqui dizer que o presente estudo está sendo embasado nas teorias da micro-história, mas, sim, dizer que ela é importante para compreender um dado objeto – o casarão – em suas inter-relações com outras esferas, consideradas macro, como a rua, a praça, o bairro, a cidade. Assim, o casarão é o fio condutor para o entendimento de sua história, mas não unicamente. O casarão conduz para a (re) construção da história e da memória da própria cidade.

Por esse diapasão, tomar o casarão como objeto é seguir o lastro das pesquisas históricas que valorizam a cidade material, com todos os seus componentes, na produção do próprio conhecimento histórico. Nesse “grande acervo”, é necessário

que cada “documento” seja pensado como integrante de tal acervo. O casarão um desses que constituem esse acervo e seus registros, ao longo do tempo, remetem aos diferentes usos, funções e significados que o prédio foi tendo.

Aplicado-se aos aspectos históricos e artísticos, o Casarão Padre Sá Palácio também se constitui em um discurso sobre o passado cuja referência é um conjunto de valores arbitrados por determinados agentes sociais no sentido de legitimar status vigentes. Insere-se nesse contexto o que Pierre Nora define como lugares da memória: “locais materiais ou imateriais nos quais se encarnam ou cristalizam as memórias de uma nação, e onde se cruzam memórias pessoais, familiares ou de grupos: monumentos, uma igreja, um sabor, uma bandeira” (NORA Apud PARREIRAS HORTA, 2008).

Relacionado à memória pode-se observar que os casarões históricos são instrumentos que vinculam e fazem parte da memória de uma civilização, de uma cidade e de um grupo social, pois “A memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas” (LE GOFF, 2012).

### **O Casarão Padre Sá Palácio na memória do município de Piracuruca**

A trajetória da história do município pode ser visualizada através de algumas de suas construções, entre elas duas merecem especial destaque: a Igreja Matriz de Nossa Senhora do Carmo e a antiga casa da Intendência, hoje casarão Padre Sá Palácio, onde muito tempo foram desenvolvidas atividades ligadas a diversos aspectos tais como educação, lazer, diversão, justiça e serviços públicos, contribuindo assim com o crescimento da cidade de Piracuruca nos aspectos mencionados. Ambas as construções estão localizadas a Praça Irmãos Dantas, um dos principais logradouros públicos de Piracuruca e considerado o marco zero de surgimento da

cidade, pois no seu entorno surgiram as primeiras residências, casas comerciais, prédios administrativos e religioso, ou seja, a vida pulsante da cidade tinha como cenário descrito.



Fig. 01- Casarão Padre Sá Palácio

O Casarão Padre Sá Palácio pode ser nos tipos de construções caracterizadas como sendo pertencentes ao ciclo do couro, pois são as mais antigas de Piracuruca, e seu uso era quase totalmente residencial. Pertenciam principalmente aos criadores de gado, visto que esta era a atividade econômica muito expressiva principalmente no século XIX, época a qual pertence a maioria das residências históricas localizadas no centro da cidade. Suas tipologias obedeciam a determinações de Portugal, que expedia Cartas-Régias especificando o tipo de planta baixa e as fachadas a serem seguidas. As Cartas-Régias, além das determinações mencionadas, regulamentavam o traçado e o alinhamento das ruas, a construção de praças, igrejas, etc., ou seja, de todo um aparato imobiliário civil e oficial.

Ainda no século XVII, no entanto, as atitudes racionalizadoras do despotismo esclarecido estenderam-se às normas de construção, que se tornaram mais rígidas, buscando impor características tipicamente portuguesas às vilas e cidades. Fixando-se critérios para definir a altura dos prédios, o alinhamento, o número e o tamanho de portas e janelas, além de serem proibidas as urupemas (cercas de taquara) ou de outros materiais que vedavam as construções, prejudicando a estética e a ventilação. (WEHLING, 1999, p. 260)

Segundo Dagoberto de Carvalho (1983) a edificação em estudo foi construída ainda no início do século XIX a mando do Padre José Monteiro de Sá Palácio, vigário da Freguesia de Piracuruca na época, afim de nela fosse montada uma fábrica de fiação. A instalação de um estabelecimento que beneficiasse a matéria prima produzida na região pode ser pensada ao constatar que nas primeiras décadas do século XIX na povoação de Piracuruca “os seus habitantes fazem grandes plantações de algodoeiros, mandiocas e cannas d’assucar para aguardente e rapadura” (CASAL apud SILVA FILHO, 2007).

Ainda relacionando-se ao espaço regional, o Casarão Padre Sá Palácio faz parte das casas chamadas de “moradas” e suas tipologias de construção foram influenciadas pela morada inteira maranhense e adaptada as exigências e recursos locais. Ao ser adaptada ao nosso meio físico a morada piauiense teve suas formas de construção distintas em três tipos, a saber, meia morada, morada inteira e morada e meia, cada um desses modos de construir a morada dependia das condições econômicas dos proprietários. Ao observar as afirmações acima percebe-se que a estrutura da construção em estudo enquadra-se na tipologia da morada inteira já que:

A morada inteira era composta por um corredor central de acesso ladeado por duas alcovas de cada lado, interligada entre si. Tal corredor dá acesso a uma varanda de viver, área de maior convivência da casa. Desse corpo central formado por um corredor, alcovas e varandas de viver, pela maior necessidade dos cômodos, criam-se as “puxadas”, que podem ser unilaterais ou não. Nessas “puxadas” estão, a cozinha, a despensa, o quarto de banho, depósitos, que dão acesso para o quintal, onde encontra-se o pomar, horta e o poço. (ALBUQUERQUE, 2003, p. 54)

Amparado na informação já mencionada de que a possível primeira atividade a ser desenvolvida nas dependências do casarão (fábrica de fiação) tem-se a

possibilidade de se justificar que sua função não foi primeiramente de uma moradia residencial, comum as demais construções vizinhas já que:

Segue a tipologia da arquitetura residencial tanto na implantação como na compartimentação interna. Mas se afasta da natureza residencial pelos salões frontais que remetem a função pública. O sistema construtivo de pedra e abobe, pisos de ladrilhos de barro cozido, cobertura de carnaúba, a grande altura da comeeira, além da compartimentação e localização na Praça da Matriz, colocam esse imóvel entre os mais antigos da cidade, possivelmente da primeira metade do século XIX, já de vergas em arco pleno com bandeiras em alvenaria e como faz crer a data de 1838 sobre a porta de entrada. Como as demais não possui foro. (SILVA FILHO, 2007, p. 264)

Os salões mencionados na citação acima se adequariam muito bem a arquitetura industrial e, além disso, o prédio está localizado próximo a um curso de água, elemento esse essencial aos estabelecimentos de produção, sejam eles grandes ou pequenos. Ainda, segundo Dagoberto de Carvalho (1983) o estabelecimento para a fiação de algodão fracassou, passando então o casarão a abrigar a casa de Câmara e Cadeia tendo permanecido como cadeia até a construção de um novo estabelecimento abrigaria essa função em 1904.

No período entre guerras, caracterizado pela modernização e implementos de aparatos que viabilizassem e dessem conforto ao viver da população em muitas cidades brasileiras e ainda pelos lucros auferidos pela inserção da cera da carnaúba no mercado internacional, Piracuruca a partir de 1929 e por falta de sede própria funcionou desde sua implantação em uma das salas da Intendência, até que um prédio que a abrigasse fosse construído, o que finalmente aconteceu em 1943.

Nessa mesma época, os demais salões da Intendência prestigiavam animados bailes carnavalescos da elite piracuruquense e entre confetes e serpentinas surgiram animados blocos, a saber: As Marinheiras, As Columbinas, os Cowboys, formados por rapazes e moças pertencentes a mais fina flor da sociedade nas décadas de vinte e trinta. Mas, não só os bailes das épocas de Momo aconteciam no Palacete da

Intendência, cada etapa de desenvolvimento era festejada, como por exemplo, o baile de inauguração da Estrada de Ferro Central do Piauí, quando os trilhos finalmente chegaram a Piracuruca no ano de 1923, fazendo com que a cidade tivesse ligação direta com Parnaíba, o principal centro exportador do estado. Como se pode observar, o casarão da Intendência “testemunhou em alternadas vezes, a prática de lazer, da justiça e da cultura em suas dependências. Em seus amplos salões já funcionaram a cadeia pública (século XIX) Fórum de Justiça e residência de juizes (início do século XX), biblioteca pública (anos 1930) e um cinema de 162 lugares (Cine Roxy).

Após ser readquirida pela prefeitura em 1947, parte do casarão passa a ter a função de escola, passando a abrigar o Ateneu Piracuruquense, antiga escola primária, que ao final de um curso de cinco anos submetia os alunos ao teste de admissão ao ginásio. Esta escola atendeu ao alunado do município até início da década de 1970. Com o fim do Ateneu Piracuruquense, o prédio da antiga Intendência, sem receber os devidos cuidados começa a entrar em estado de arruinamento. A partir desse período algumas de suas dependências são ocupadas por bares e outras serviram de moradia para pessoas carentes. No ano de 1992, o imóvel foi doado ao Serviço Social da Indústria (SESI) pelo então prefeito em exercício Adelino Fortes de Moraes Melo, causando discussões entre as autoridades legislativas municipais, o que fez com que o casarão retorna-se ao patrimônio municipal no ano seguinte. A discussão gerada pela doação fez com que surgisse em seu bojo a Lei nº 1359/93 que versa sobre o tombamento de bens considerados históricos, paisagísticos e artísticos localizados no Município de Piracuruca.

Apesar de sancionada pela Câmara Municipal em abril de 1993, a lei nunca entrou em vigor efetivamente, pois apenas uma pequena parcela da população tomou conhecimento de sua existência, e também depois de sancionada muito do patrimônio histórico da cidade foi destruído, descaracterizado e modificado sem que ninguém do legislativo municipal fizesse alguma coisa.

### **Além das ruínas: revitalização da antiga Intendência**

O estado de conservação em que o casarão da antiga Intendência permaneceu até o ano de 2003 era precário, mesmo o imóvel em questão já sendo tombado pela Fundac. Com isso pode pensar no que diz Françoise Choay "já que [...] os monumentos são, de modo permanente, expostos às afrontas do tempo vivido. O esquecimento, o desapego, a falta de uso faz que sejam deixados de lado e abandonados" (CHOAY, 2006). Concordando com a afirmação da autora a cerca do processo de arruinamento dos monumentos, percebesse que o mesmo aconteceu ao prédio em questão a partir do final da década de 1970 pela perda de sua função social, mais ainda assim servindo como um detonador de sentimentos e experiências vividas.

No ano de 2003, a Prefeitura Municipal de Piracuruca, com o investimento de recursos próprios do município, depois de muitos meses de serviço restaura completamente o casarão da Intendência e passa a fazer uso dos amplos espaços de suas dependências para o desenvolvimento de atividades voltadas para a comunidade local como aulas de música, computação e academia de ginástica. Com a reforma em questão percebe-se que os valores atribuídos pela população são reapropriados e transformam-se os modos como está sente o espaço, pois preservação dos bens históricos não estão na capacidade de eles permanecerem como estão, mas sim na capacidade de se adequar as mudanças sociais e culturais da sociedade. O extinto jornal Folha de Piracuruca, que circulou em 18 de outubro de 2003 traz a matéria intitulada: Prefeitura de Piracuruca restaura Casarão Histórico, onde o redator além de convocar a população para a inauguração do agora Casarão Padre Sá Palácio mostra o seu ponto de vista quanto à realização das obras de restauro e uso dos espaços:

O resultado desta obra transborda aos olhos de quem chega a Piracuruca e pode defrontar-se com o estilo mais antigo embalado pela beleza e o carinho como cada detalhe foi conservado, e com a hegemonia de um tempo se transporta para o presente com extrema elegância e bom gosto. O espaço criado para levar à juventude múltiplas oportunidades de qualificação profissional e aprimoramento de conhecimentos e outro destacado ponto se denota, de forma admirável, a incomensurável preocupação com a educação e formação juvenil. (Jornal Folha de Piracuruca, 18/10/2003)

Podemos perceber neste caso o que é apontado por José Reginaldo Santos Gonçalves como ressonância, ou seja, o patrimônio realmente cria no indivíduo um sentimento de ligação; as várias funções adquiridas pelo prédio não impedem que aquele espaço seja ressignificado pela comunidade da cidade de Piracuruca. O patrimônio ressignifica-se para que a geração atual possa enxergar ali não algo velho e monótono, mas algo que possa vir a ter uma utilidade em suas vidas.

### **Considerações Finais**

A memória de uma cidade se dá por um leque variado de elementos, levando em conta seus componentes materiais e imateriais. As casas, ruas, praças, igrejas, prédios públicos, iluminação, sistemas de abastecimento de água, são alguns exemplos da materialidade a ser observada, pensada e discutida. No entanto, essa materialidade não possui uma existência ou significado isolado do âmbito subjetivo, das simbologias, do imaginário, das representações e das identidades.

A história de um prédio, seus usos e funções, ao longo do tempo, representam esse diálogo entre a materialidade e a imaterialidade, de forma pulsante e, em larga medida, conflituosa e cheia de tensões. E são essas tensões, por meio das permanências e mudanças, que fazem ou recriam a própria História. As disputas da (re) construção da memória de um prédio, como no caso do casarão desse estudo, apontam para a dialética de que a cidade, e todos os seus componentes, por mais que

se pretendam preservá-los, não se pode esquecer-se do processo dinâmico com os quais os agentes consomem e produzem os espaços.

As lacunas que se formam, em decorrência da falta de mais e detalhados registros de cada momento, de cada fase do casarão, principalmente em sua fase inicial, para além dos desânimos da pesquisa, são indicadores da própria memória que se constitui por meio do jogo do esquecimento e da lembrança. O esquecimento, ou o silêncio, de muitas informações sobre tal prédio, apenas direcionam para o fato de que o trabalho de historiadores e demais pesquisadores deve ser constante e, até certo ponto, vigilante. Trata-se de um trabalho que perpassa pela atuação conjunta, que leva em consideração uma atitude ampla: a educação patrimonial. A educação patrimonial deve, então, abrir espaço para o debate de que a preservação e a conservação se tratam de concepções distintas, mas que devem coexistir no percurso de manutenção das memórias. Não se trata, por certo, de uma tentativa de cristalização de um tempo no presente, mas da percepção de que as temporalidades devem ser percebidas mediante, inclusive, os anacronismos, os usos e as funções. Nesse estudo, buscou-se abrir as portas e janelas do casarão, para que as luzes da história e da memória pudessem circular melhor entre a poeira e a escuridão do esquecimento. As marcas deixadas por essas poeiras também são importantes para a compreensão dessa história.

## Referências

AFONSO, Alcília. Arquitetura e Cultura no Piauí. IN: SANTANA, R. N. Monteiro. *Apontamentos para a História Cultural do Piauí*. Teresina: Fundapi, 2003, p. 51-57.

CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

CARVALHO JR, Dagoberto Ferreira de. Piracuruca de Nossa Senhora do Carmo. IN: *Revista Presença*. Teresina, Ano IV, Nº 8, p. 14-18, Julho/Setembro, 1983.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 2. Morar, cozinhar*. 10 ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

CHOAY, François. *A alegoria do Patrimônio*. 3. ed. São Paulo: EDUNESP, 2006.

ESCÓRCIO, Fabrício. Uma arquitetura em mudança. IN: *Revista Ateneu*. Piracuruca, Ano I, n.1, p. 18-19, jan., 2001.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 6. ed. Campinas, SP: EDUNICAMP, 2012.

LEVI, Giovanni. *A História é uma ciência da busca infinita*. <[www.revistadehistoria.com.br/secao/entrevista/giovanni-levi](http://www.revistadehistoria.com.br/secao/entrevista/giovanni-levi)>Acessado em: 12/12/14.

PARREIRAS HORTA, Maria de Lourdes. Os lugares da memória. IN: COSTA SILVA, René Marc da. *Cultura Popular e Educação*. Brasília. Ministério da Educação. Brasília. 2008, p. 111-118.

ROLNIK, Raquel. *O que é cidade*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

SILVA FILHO, Olavo Pereira da. *Carnaúba, pedra e barro na capitania de São José do Piauí*. Belo horizonte: Edição do autor, 2007.

WEHLING, Arno. *Formação do Brasil Colonial*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

# “MEMÓRIAS POSTÚMAS DE UMA EDUCADORA”: VISÕES E PERSPECTIVAS ACERCA DO ENSINO DE HISTÓRIA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS.

**Mirian da Silva Costa**

Acadêmica do Centro de Estudos Superiores de Caxias- CESC/UEMA. Departamento de História e Geografia, curso licenciatura em História.

**Jakson dos Santos Ribeiro**

Professor Adjunto da Universidade Estadual do Maranhão. Doutor em História pela Universidade Federal do Pará-UFPA.

**Resumo:** O presente memorial tem por objetivo apresentar as experiências obtidas durante o período de estágio na educação básica, no ensino fundamental, com uma importante particularidade, que diz respeito ao fato das observações se referirem a educação de jovens e adultos, onde o processo de ensino aprendizagem se dá de maneira distinta do regular. Pois como assinala Paulo Freire, “para ser um ato de conhecimento o processo de alfabetização de adultos demanda, entre educadores e educandos, uma relação de autêntico diálogo”, ou seja, cabe ao professor antes de querer ensinar qualquer conteúdo buscar ouvir e conhecer a trajetória e faixa etária de cada um.

**Palavras chaves:** Ensino, História, Educação de jovens e adultos.

## **Introdução**

O presente memorial tem por objetivo apresentar as experiências obtidas durante o período de estágio na educação básica, no ensino fundamental, com uma importante particularidade, que diz respeito ao fato das observações se referirem a

educação de jovens e adultos, onde o processo de ensino aprendizagem se dá de maneira distinta do regular. Pois como assinala Paulo Freire, “para ser um ato de conhecimento o processo de alfabetização de adultos demanda, entre educadores e educandos, uma relação de autêntico diálogo”, ou seja, cabe ao professor antes de querer ensinar qualquer conteúdo buscar ouvir e conhecer a trajetória e faixa etária de cada um.

Com relação ao ensino de história, o objetivo é levar os alunos a se verem como sujeitos históricos, indivíduos que atuam dentro da sociedade em que estão inseridos, podendo refletir de forma acerca da realidade em que os mesmos vivenciam. Dessa forma, o ensino de história contribui não apenas para formulação de um possível pensamento crítico, mais também para a formação de indivíduos atuantes no meio da sociedade, a partir disso, podendo modificar a mesma, caso desejem.

O ensino nessa modalidade de ensino requer do professor uma atenção aos saberes que os alunos já trazem de suas experiências de vida, utilizando desse mesmo conhecimento para apresentar o conteúdo da disciplina, nesse caso a história. Sabe-se que a educação de jovens e adultos foi criada pelo governo federal, a mesma sendo destinada principalmente a indivíduos que por uma série de motivos abdicaram do ensino, sendo assim esse sistema de ensino permitiria que os mesmos terminassem em menor tempo, possibilitando sua qualificação para o mercado de trabalho, dentro disso não existe uma idade certa para se entrar podendo se encontrar tanto adolescentes como adultos dentro da sala de aula, como foi o caso no colégio municipal Antônio Rodrigues Bayma onde o estágio foi aplicado.

“A educação de jovens e adultos é toda educação destinada àqueles que não tiveram oportunidades educacionais em idade própria ou que tiveram de forma insuficiente, não conseguindo alfabetizar-se e obter os conhecimentos básicos necessários.” ( PAIVA, 1973, p.16)

Dessa forma, o presente memorial visa apresentar algumas impressões tidas durante o período de estágio nessa modalidade, tendo em vista as problemáticas vivenciadas em ambiente escolar. Ao decorrer do material serão apresentados dois tópicos , o primeiro se refere ao ambiente escolar, como está organizado e suas principais características , o segundo tópico vem tratar de algumas visões construídas no decorrer do estágio , como a relação entre professor e aluno, aluno e estagiário, as problemáticas em sala de aula, e o ensino de história, e a percepção da professora em fase de estágio acerca dos alunos, tendo em vista que a realidade de cada um, sendo o objetivo suscitar questionamentos sobre como a educação ocorre nessa modalidade e sugerindo novas formas de se ensinar jovens e adultos.

Entende-se que nessa modalidade a evasão escolar se dá de forma latente, algo que pode ser observado nitidamente, com o passar dos dias os alunos vão se reduzindo e a sala ficando cada vez mais vazia, restando no final do semestre de seis a dez alunos e as razões são as mais diversas possíveis para tal desistência , tanto fatores de ordem social e econômica , como também o sentimento de exclusão e inferioridade que muitos alunos carregam em si.

Os jovens e adultos pouco escolarizados trazem consigo um sentimento de inferioridade, marcas de fracasso escolar, como resultado de reprovações, do não aprender. A não aprendizagem, em muitos casos , decorreu de um ato de violência , porque o aluno não atendeu as expectativas da escola. Muitos foram excluídos d escola pela evasão ( outro reflexo do poder da escola, do poder social); outros a deixaram em razão do trabalho infantil precoce, na luta pela sobrevivência (também vítimas do poder econômico). (SANTOS, 2003, p. 74)

Dessa forma, ensinar jovens e adultos se refere muito mais do que lhes repassar conteúdos, mais suscitar questionamentos dos mesmos sobre a realidade em que vivem, e foi esse o principal objetivo almejado no decorrer do estágio, promover reflexões tendo como base o conteúdo histórico assimilando com as experiências que

os mesmos já trariam de suas vivências no cotidiano. As perguntas que foram feitas no decorrer dos 70 dias que duraram o estágio foram as seguintes: será que a educação de jovens e adultos realmente promove a equiparação em sociedade desses indivíduos que por motivos diversos pararam de ir a escola? Será que realmente está tendo sentido para os alunos o conteúdo que é ministrado? E principalmente, qual o papel da disciplina de história na vida desses indivíduos?

### **Relação professor- aluno, professor e estagiário, aluno e estagiário**

Pode-se notar no período do estágio que consiste na observação, que a relação entre a professora e os alunos, se dá de forma respeitosa, apesar de existir uma distância entre os mesmos, no sentido de não ocorrer uma interação efetiva entre os dois. Pois entende-se que para ocorrer um processo de ensino- aprendizagem, o conteúdo ministrado precisa fazer sentido para o educando, no intuito de fazê-lo refletir sobre sua realidade.

E na educação de jovens e adultos (EJA) isso se dá de maneira primordial, pois com essa faixa etária se faz necessário respeitar sua trajetória de vida para conseguir lhes ensinar algo. Durante o processo de observação, um aspecto interessante chamou atenção, o fato de destacar um evento que ocorreu em outro estado em detrimento de um que ocorreu na própria cidade, que foi o caso da revolta da Balaiada , assunto que fora ministrado , mais que não se foi dada a devida importância , colocando a revolta dos males, ocorrida na Bahia como superior. Desse modo, se fosse explanado de forma abrangente sobre a revolta da Balaiada, os alunos se situariam melhor dentro do conteúdo, em que se inserem.

Mais como uma observação geral, o professor em vigência tem total domínio das classes, que são quatro no total, e os alunos por mais indisciplinados que sejam em algumas ocasiões, tem respeito pela professora, respeito esse adquirido ao longo do tempo , através da imposição de normas de conduta dentro da sala de aula.

A relação entre a professora e a estagiária em processo avaliativo se deu de forma amistosa, tendo em vista, que a mesma possui mais anos de experiência em sala de aula, e poderia dar orientações que contribuísse para que o período de estágio fosse desenvolvido da melhor forma possível. É claro, que as duas possuem visões diferentes acerca do processo de ensino, isso ocorreria naturalmente, pois de um lado temos uma profissional que já possui alguns anos em sala de aula, tendo já tido várias experiências dentro do ambiente escolar, sua mentalidade está condicionada a ter uma determinada visão acerca da educação.

Do outro lado, temos uma estudante em período de graduação tendo sua primeira experiência em sala de aula. Durante o período de estágio, a professora apoiou, e na medida do possível contribuiu para que o estágio pudesse ser desenvolvido de forma efetiva, não interferindo em nenhuma das decisões pela professora estagiária no período de regência, dando total domínio das classes para a mesma, dessa forma, mantendo uma relação de respeito, não questionando a forma que a estagiária administrava suas respectivas aulas, o que contribuiu para manter o respeito e a autoridade em sala de aula.

A relação entre os alunos e a professora estagiária a princípio foi dada pelo estranhamento de ambos, pois durante o período de observação o contato entre os dois era reduzido a cumprimentos formais, não dando espaços para uma relação mais próxima. Durante esse período de observação nas duas turmas em que foi realizado o estágio, salas essas sendo uma a 3 etapa A, que se refere series 6 e 7 ano, e a 4 etapa B, que se refere a series 8 e 9 ano, os alunos em sua maioria possuem dificuldade tanto com a leitura como na escrita, um processo mais lento de aprendizagem, devido ao fato do conteúdo não ser ministrado segundo a vontade do professor, mais seguindo o ritmo dos alunos.

Com o início da regência foi que a relação entre os alunos e o professor estagiário se tornou mais próxima, pelo convívio, e pela troca de conhecimentos de ambos, pois deve – se entender que ensinar jovens e adultos requer uma

proximidade do professor com seus alunos no sentido de respeitar suas vivências, suas histórias, seu cotidiano, pois eles já chegam com uma gama de informações provenientes de seu próprio mundo. Ignorar tais conhecimentos informais, é dificultar a aprendizagem dos mesmos, tornando-a sem sentido para os mesmos.

Durante o período de observação pode-se notar que a metodologia utilizada em sala de aula, era de cunho tradicional, ou seja, os únicos recursos utilizados eram o livro didático, que apresenta o conteúdo de forma bastante resumida, com imagens muitas das vezes fora de contexto, e que não permite um conhecimento mais amplo do assunto que se está ministrando. A partir disso, foi possível notar que esse método não causa um efeito positivo nos alunos, tendo em vista a baixa receptividade dos mesmos com o que está sendo apresentado.

Poderia ter sido utilizado outros métodos, como filmes ou documentários, entretanto devido aos horários serem distribuídos de forma insatisfatória, reduzindo o tempo que o professor tem em sala de aula, devido a não ser ensino regular, o que dificulta a execução de atividades mais dinâmicas em sala de aula. Dessa forma, durante o período de regência, o método mais utilizado foi o convencional, tentando diversificar no momento em que se ia explicar acerca do conteúdo.

O ponto principal do período de regência se deu no momento em que foi feita uma apresentação para a turma sobre um determinado aspecto da cultura afro-brasileira, sendo utilizado como recurso didático, que de acordo com Souza (2007,p.111), “ recurso didático é todo material utilizado como auxílio no ensino aprendizagem do conteúdo proposto para ser aplicado pelo professor a seus alunos”, dentro disso , o aspecto escolhido foi trabalhar o gênero musical Rap como representante dessa cultura, devido as letras das canções serem discursos não apenas políticos , mais também sociais, tratando da realidade , principalmente das comunidades negras que ainda hoje sofrem com a exclusão e o estigma do racismo, enraizado em nossa sociedade.

Com isso os alunos teriam maior facilidade para compreender o contexto em que as músicas foram escritas, além de se identificarem com as histórias de vida de seus respectivos autores, como por exemplo, o cantor Emicida, e os dois grupos musicais apresentados, um nacional, Racionais, e o outro maranhense denominado Gíria vermelha, dá qual foi-se apresentada uma das canções que tem por nome “ É preciso lutar “, e sendo discutida com os mesmos, pois a letra trata da realidade dos presidiários na penitenciária de Pedrinhas, no estado do Maranhão, trazendo referências históricas e tristes realidades, como a fome, exclusão social, descaso com a saúde e educação.

Pode-se notar uma recepção positiva por parte dos alunos com relação a apresentação feita, onde alguns disseram já terem escutado algumas das músicas do grupos e cantores citados, com isso foi possível trazer uma nova perspectiva para os alunos sobre as letras das canções de Rap, sendo um gênero musical não apenas para ser escutado, mais para refletir e problematizar as questões que o mesmo apresenta em suas letras.

No decorrer do estágio foram feitas tentativas para melhorar o processo de aprendizagem dos alunos, algumas tendo-se avanço, outras não alcançando o objetivo desejado, o que faz parte , tendo-se em mente que a sala de aula é uma espécie de laboratório onde são feitas tentativas de métodos educacionais que podem ou não dar certo, contribuindo assim, para o aprimoramento não apenas do professor, como também do aluno.

### **Problemáticas na sala de aula e a disciplina de História: desafios e perspectivas na sala de aula**

Da mesma forma que no ensino regular, na educação de jovens e adultos não se faz diferente (EJA), existem problemáticas semelhantes, a priori acreditava-se que apenas pessoas adultas pudessem ser encontradas nessa modalidade de ensino, mais o que foi possível notar foi adolescentes em sua grande maioria entre 15 e 18 anos,

que pelos diversos motivos em algum momento de suas diletas vidas, abdicaram do acesso ao ensino, problemas familiares, econômicos e sociais, estão entre eles.

Alguns dos principais problemas que foram observados ao longo dos 70 dias em sala de aula, foram alunos com dificuldade de leitura e escrita, um processo mais lento de aprendizagem, pois em muitas ocasiões atividades que eram para serem feitas em apenas um dia, passaram certa de duas aulas para serem realizadas. As duas turmas em que foi realizado o processo de estágio se distinguem pelo fato de na 4 etapa B, por exemplo, os alunos serem um pouco mais desenvolvidos do que na 3 etapa A, no sentido de participarem mais das aulas, sem tantas brincadeiras desnecessárias durante as aulas.

O fato de em muitos momentos serem dispersos ou conversarem entre si, é o que mais dificulta o processo de ensino, pois acabam se desconcentrando e conseqüentemente o professor também, tendo em vista que precisa manter o controle da turma. Desse modo, o professor tem a difícil tarefa de encontrar formas que chamem a atenção dos alunos nos momentos iniciais das aulas, pois depois que se passam os 15 minutos iniciais, caso essa atenção não tenha sido conquistada, o assunto perde o total sentido para os alunos. O que se pode observar é que principalmente no turno noturno as aulas precisam ser diferenciadas, pois se está lidando com um público que chega no ambiente escolar já desgastado do cotidiano.

Outro problemática que se pode notar é a falta de motivação dos alunos, como se o ambiente escolar fosse apenas uma válvula de escape, ou que não fizesse um real sentido. Os jovens e adolescentes que em sua maioria frequentam apresentam sinais de baixa autoestima, insegurança, indisciplina, e falta de perspectiva futura, como se por estarem no EJA, diminuísse suas chances de alçar posições de destaque. Logo o professor tem a tarefa de lidar não apenas com questões ligadas ao ensino da disciplina, mais também com as emoções dos alunos, toda aula é diferente, porque seus alunos todos os dias estão diferentes, as situações que ocorrem nos seus cotidianos tendem a influenciar a forma como se portam na sala de aula.

Dessa forma, o ensino de história tem um papel importante na formação desses alunos, tendo em vista que os coloca como sujeitos ativos em sua sociedade, formadores de opiniões, construtores de conhecimento. Nessa modalidade, como nas outras, a história deve se fazer atraente, para que o aluno possa se reconhecer e interferir com reflexões críticas a respeito do assunto explanado. Se a disciplina for apresentada de forma tradicional, privilegiando os grandes feitos, grandes heróis, logo os alunos não se identificaram, o interesse dentro disso é partir do micro para se chegar ao macro, se por exemplo, irá se falar sobre o período ditatorial, que tal não utilizar música, recurso esse que foi utilizado em uma das aulas na 4 etapa B, partindo das discussões acerca das letras para se entender esse período tão controverso da história brasileira.

O ensino de história deve levar os alunos a refletirem não apenas sobre o passado como também sobre o presente, para assim se construir um futuro mais igualitário. Precisa fazer sentido para aqueles que estão recebendo tal conteúdo, é dessa forma que funciona o processo de ensino - aprendizagem, onde professor e aluno aprendem juntos, trocando experiências e informações. Na educação de jovens e adultos, a história teria o papel de formular pensamentos críticos sobre as realidades dos respectivos alunos, fazendo-os formular questionamentos sobre a classe em que se inserem e todo o complexo sistema social que os envolvem, a história teria o papel de libertar esses jovens das gaiolas que as circunstâncias que os envolvem tende a colocá-los, incentivando-os a agir para modificar sua própria realidade, como o filósofo existencialista Sartre assinalou, “não importa o que a vida fez com você, importa o que você faz com o que a vida fez de você”.

### **Considerações finais**

O presente trabalho pretendeu apresentar as principais impressões obtidas no período de estágio supervisionado no ensino fundamental, tendo em vista, educação

de jovens e adultos. O que se pode observar ao longo desse processo é que o ensino de História nessa modalidade exige do professor um constante ambiente de diálogo com os alunos, tendo em vista, seus conhecimentos prévios que já trazem de suas vivências cotidianas.

A função da história nesse ponto teria como objetivo colocar esses indivíduos como sujeitos históricos, atuando na sociedade em que estão inseridos. Como a própria psicologia apresenta, o indivíduo se desenvolve através de suas múltiplas experiências de vida, e o professor dentro disso, deveria usar essas experiências para dar sentido ao ensino da disciplina. São várias as problemáticas que dessa forma, precisam ser enfrentadas dentro da sala de aula, principalmente nessa modalidade, cabendo ao professor em regência lidar com as inúmeras situações que vão surgindo, tendo em vista as peculiaridades de cada aluno presente na sala de aula.

## **Referências**

PAIVA, Vanilda Pereira. *Educação popular e educação de jovens e adultos*. Rio de Janeiro: Edições Loyola, 1973.

SANTOS, M.L.L. (2003). *Educação de jovens e adultos: marcas da violência na produção poética*. Passo Fundo: UPF.

# A ENCHENTE DE 1985 NA ZONA NORTE DE TERESINA: MEMÓRIAS E COTIDIANO

**Isabela Thamirys Silva Amaral**

Licenciada em História pela Universidade Estadual do Piauí- UESPI

E-mail: isabelathamirys@hotmail.com

**Resumo:** Este trabalho tem a proposta de apresentar a devastadora enchente que assolou Teresina no ano de 1985, especificamente nos bairros localizados na Zona Norte, área circundada pelos rios Poti e Parnaíba, onde existe a construção de diques, que visam contornar o problema das enchentes. Trata-se de pesquisa na área de cidades e memória dos habitantes atingidos pela calamidade pública, seu cotidiano, a comoção social, a ajuda assistencialista e os infortúnios que a população carente teve de enfrentar perante as adversidades da natureza e também da falta de planejamento urbano pelo poder público. Foram utilizadas fontes oriundas dos jornais O Dia, Jornal da Manhã, Jornal o Estado e Diário oficial, bem como a leitura das obras de autores como Alcides Nascimento (2015), Márcia Maria Menendes Motta (2012), Jacques Le Goff (1924), Tânia Regina de Luca (2006), José D'Assunção Barros( 2007), José Paulo Netto e Maria do Carmo Brant de Carvalho (2007). O presente estudo também se utilizou das fontes orais através de entrevistas realizadas com moradores da Zona Norte de Teresina.

**Palavras-chave:** Memórias. Cotidiano. Assistencialismo. Cidades.

## Introdução

O interesse em pesquisar o tema da enchente em Teresina surgiu através de estudos de obras que se debruçam sobre a população mais carente em épocas de enfrentamentos de situações adversas de calamidade pública, como as que apresentam

o tema da seca e suas consequências para a população, dentre elas, as obras “O poder e a seca”(1991), “Cotidiano e pobreza” (1995), ambas de Maria Mafalda Baldoíno de Araújo e, também, a leitura de “A cidade sob o fogo” (2015), de Francisco Alcides do Nascimento, obras clássicas da historiografia piauiense. Outro motivo que favoreceu a escolha deste tema foi não ter encontrado outras pesquisas que tratem sobre as enchentes na cidade de Teresina pelo viés historiográfico e sobre a problemática de sua dimensão, que por décadas vem importunando a vida dos moradores das áreas mais baixas, sujeitas ao alagamento.

As dificuldades sociais em Teresina foram agravadas fortemente pelo fenômeno das cheias dos rios Poti e Parnaíba e do consequente alagamento das áreas urbanas da cidade, em especial, nos bairros ribeirinhos da Zona Norte de Teresina. Problema recorrente nas cidades brasileiras, caracterizadas pelo crescimento desordenado e pela falta de planejamento, as enchentes atingem de maneira ainda mais catastrófica a população mais pobre, pois esta não está preparada para arcar com despesas inesperadas, uma vez que travam uma luta diária pela própria sobrevivência, e em períodos de calamidade pública, vão amargar a ajuda das autoridades. Este fato provocou grande comoção na sociedade civil, que se empenhava em campanhas para arrecadar e oferecer aos flagelados pelo menos os recursos paliativos.

Esta pesquisa foi empreendida através da metodologia da história oral, pela sua importância em nos permitir conhecer a memória viva de um tempo que ainda levanta questionamentos e traz o receio da instabilidade àqueles sujeitos que construíram sua Identidade de lugar<sup>6</sup> na comunidade em que residem. Para Thompson (2002) “A história Oral é uma história constituída em torno de pessoas. Ela lança a vida para dentro da própria história e isso alarga seu campo de ação [...]”.

---

<sup>1</sup> Identidade de lugar é uma subestrutura da identidade pessoal construída a partir da interação do indivíduo com seu entorno físico e social. CAVALCANTE, Sylvania e ELALI, Gleice A. (organizadoras).

O uso das fontes hemerográficas *Jornal O Dia*, *Jornal O Estado*, *Jornal da Manhã* e *Diário Oficial do Piauí* contribuiu, significativamente, como um acervo de informações que conduziram a pesquisa por apontar as condicionantes sociais, aspectos do cotidiano, e problemas enfrentados à época em estudo. Dada a sua importância como fonte de informação da história do tempo presente advindas com a renovação da historiografia, os jornais foram analisados com a perícia que o uso deste tipo de fonte requer, em observância às subjetividades impregnadas, aos discursos ora imparciais, ora tendenciosos, o papel desempenhado, os grupos dirigentes que influenciavam as publicações e as relações públicas do governo com a grande imprensa.

#### **A enchente de 1985 em Teresina: o espaço e as transformações ocorridas na Vida dos Moradores.**

A organização espacial de Teresina, traz o signo da segregação social, como é percebido em “A Cidade sob o fogo”, do historiador Francisco Alcides do Nascimento (2015). A população mais pobre é afastada do centro para as regiões periféricas, que não foram devidamente contempladas com os projetos de urbanização da cidade empreendidos pelas gestões governamentais. A zona norte de Teresina ocupa uma área delimitada pelo contorno dos rios Poti e Parnaíba, onde moradias foram construídas fora da área de proteção e, por conseguinte, são sujeitas a inundações.

O início do flagelo havia sido provocado por dois motivos: o clima de Teresina que, observado a longo prazo, é caracterizado pelo aumento dos índices pluviométricos nos primeiros meses do ano e também pela ação humana, intensificada pelo processo de urbanização desordenado e sem planejamento. Para José D’Assunção Barros (2007, p. 72), sobre a falta de planejamento urbano, a forma em que a cidade se configura revela um pouco de sua história e também expressa um processo de acomodação do ser humano aos limites físicos que o desafiam.

Naquele ano (1985), houve significativo aumento de elevação do nível das águas, fato que estabeleceu o caos na cidade de Teresina. Inúmeras famílias ficaram desabrigadas e tiveram que procurar abrigo na casa de parentes ou nas instituições públicas que paralisaram suas atividades-fim para atender as vítimas. Nas palavras de Marisa da Silva, moradora do bairro Itaperu à época da enchente:

As pessoas eram resgatadas de canoa com urgência, pois a água subia rapidamente de forma assustadora, o risco era grande de se perder na água e morrer afogado. Do Poti Velho à praça do Itaperu, era todo alagado, só se via o telhado das casas e o acesso ao Poti Velho, somente era possível de canoa e com a ajuda do exército, que levava as pessoas para o Colégio Edgar Tito, onde os alagados ficaram. As pessoas salvavam o que podiam, pois muitos móveis das casas se desmanchavam e o motor das geladeiras queimava, estragava tudo. Os meninos pequenos choravam no resgate e alguns maiorzinhos brincavam na água. Na época, o governador até sobrevoou a área de helicóptero. Muitas cobras apareciam na água, tentando fugir também.



Figura 01- Foto de família desabrigada tentando salvar alguns pertences  
Fonte: O DIA, 1985.

Na figura acima, pudemos visualizar como foi a saída dos moradores de suas residências e também a destruição causada pela invasão das águas que chegou a atingir quase o teto das moradias. A imagem nos remete às palavras da entrevistada Maria das Neves Santos Sousa, moradora do bairro Poty Velho, que afirmava que “teve muita dificuldade”, pois “não tinha energia, faltou logo tudo: energia, água...

tudo”. Por fim, onde os serviços essenciais foram desligados, as pessoas tiveram de sair, até mesmo as que ainda não estavam alagadas.

### **Problemas recorrentes em aglomerações de pessoas**

As instituições que abrigavam diversas famílias eram, na sua maioria escolas como o Colégio Edgar Tito, o Liceu Piauiense, a Escola Municipal José Carlos e também estádios esportivos como o Ginásio Pato Preto, Estádio Albertão, Estádio Lindolfo Monteiro, além das associações de fins religiosos. Nesses lugares aconteciam conflitos decorrentes das condições desconfortáveis e das diversas naturezas humanas que, obrigadas pelas circunstâncias, dividiam o mesmo espaço físico.

O Jornal da Manhã (1985, p. 06) noticiava em manchete as tragédias humanas vivenciadas nas barracas construídas para os desabrigados localizadas no bairro Marques de Paranaguá, uma denúncia feita pelo vereador Vieira Toranga<sup>2</sup>, que lamentava o óbito de 04 (quatro) crianças que estavam vivendo nessas habitações improvisadas, desprovidas de saneamento básico.

A marca da enchente de 1985 passou a fazer parte, também, do cotidiano de trabalhadores como as lavadeiras de roupa do cais do Rio Parnaíba, pois a água barrenta atrapalhava aquele ofício (O Dia, 1985), dos pescadores, pois havia o benefício do aumento do pescado e, ainda, do trabalho da polícia na proposição de hipóteses para desvendar ocorrências criminais, como na notícia que dava conta de um “corpo de mulher encontrado sem cabeça”, noticiado pelo Jornal O Estado (1985, p. irreg.), bem como de outros casos, em que se encontravam vestígios humanos sendo levados pela correnteza. Havia sempre a hipótese de morte por afogamento, juntamente com outras linhas de investigação.

---

<sup>2</sup> Raimundo Vieira e Silva Toranga. Foi vereador de Teresina por (oito) mandatos, incluindo o mandato de 1983 a 1988. Fonte: Tavares, Dílson. Vieira Toranga: Teresina, meu lugar ao sol. 2011.



Figura 02- Crianças vão a óbito nos acampamentos de alagados  
Fonte: Jornal da Manhã, 1985.

### **O poder público e a administração dos problemas gerados pelas enchentes.**

O Estado, através de suas instituições como BEC- Batalhão de Engenharia e Construção, Secretaria de Saúde, Sudene- Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, Defesa Civil, dentre outras, atuaram de maneira efetiva, dentro das suas respectivas áreas de atuação, e se fizeram presentes no cotidiano da população flagelada.

O jornal o Estado (1985, p.05), atuando como porta voz das ações do governo, informou sobre como estava sendo feita a distribuição de alimentos para a população através da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste- SUDENE.

Nos jornais, encontramos ricas informações sobre a atuação das autoridades quanto ao enfrentamento da calamidade pública, porém, nos atentamos para o uso dessas fontes hemerográficas com criticidade, evitando tomar as notícias veiculadas como verdades absolutas, pois, Tânia Regina de Luca (2006, p. 116), afirma que “Sempre será difícil sabermos que influências ocultas exerciam-se num momento dado sobre um órgão de informação, [...] qual a pressão exercida pelo governo”.

O historiador medievalista Jacques Le Goff (1988) já nos afirmava na sua obra *Por amor às cidades*, que na sociedade cristã “[...] parece imperativo alimentar aqueles que têm fome, vestir os que estão nus, abrigar os que não têm casa” e que sempre houve a caridade desde os primórdios do cristianismo. A assistência aos alagados tornara-se a questão central do cotidiano dos teresinenses, dada a grande dimensão de tragédia urbana em que se configurava.

Na paróquia da Igreja do bairro Primavera foi montado um posto de arrecadação de utensílios, alimentos e roupas, onde pessoas trabalhavam em sistema de plantão para arrecadar doações. Segundo o depoimento prestado por Marisa da Silva Amaral, os funcionários do CSU (Centro Social Urbano) do bairro Buenos Aires eram cedidos para trabalhar, voluntariamente, nos postos de arrecadação.

O *Jornal da Manhã* (1985, p. 06) informava sobre uma ação de solidariedade realizada pelo Estado de Santa Catarina, que se compadeceu das vítimas de enchentes teresinenses doando um carregamento de 12 toneladas de gêneros alimentícios para ser distribuído pela Defesa Civil. A contribuição assistencial foi agradecida, pelo Coronel Carlos Falcão, da Comissão de Defesa Civil, segundo suas palavras “um gesto de solidariedade dos irmãos de Santa Catarina”.

### **Dificuldades e desencontros na assistência aos flagelados**

O *Jornal O Dia*, de 06 de maio de 1985, trazia um editorial intitulado “O grande risco”, em que lamentava a continuidade da indiferença com que o Piauí era tratado a nível federal, pois a enchente trazia muita miséria social, derivando em fome, promiscuidade involuntária (prostituição) e risco de epidemias, o que tornava a situação cada dia mais insuportável. O sentimento era assim expressado:

[...] Extremamente cordiais, conciliadores, compreensivos, talvez sejamos reconhecidos como inibidos, encabulados, acomodados. Falta-nos aquele sentido sagrado da sã-rebeldia, a cada vez que negam nossos direitos, pisoteiam nossos brios, encarnecem da nossa

miséria, em grande parte imposta justamente pela insensibilidade oficial que nos considera inviável e só nos concede ajuda, esmolas, quando o de que realmente estamos necessitando é simplesmente de equidade, respeito e apoio.<sup>3</sup>

O vereador Olímpio de Castro <sup>4</sup>, fazia grave denúncia de oportunismo político em relação à distribuição de materiais de construção para os alagados, ao dizer que as pessoas que faziam a entrega dos materiais, faziam tal ato informando aos desabrigados que se tratavam de doações, que estavam sendo concedidas por pessoas que pleiteavam cargos políticos importantes no município.

Por outro lado, ao analisar as notícias que davam conta dessas intempéries, pudemos acreditar que o propósito daqueles impedimentos também poderia ser a existência de um suposto monopólio da assistência aos flagelados, pretendido por um ou outros partidos políticos. Todavia, as proibições de assistência aos flagelados por conta de disputas políticas prejudicavam sobremaneira a população carente, que necessitava da ajuda imediatista, sem olhar quem a prestava.

Sobre o quadro de desencontros apresentado, corroboramos com José Paulo Netto e Maria do Carmo Brant de Carvalho (2007, p. 42), ao afirmarem que:

[...] A vida cotidiana é também espaço da mediocridade. Os gestos comuns, a uniformidade e a padronização de desejos e necessidades reificados, fetichizados e controlados, reproduzem, a todo momento, os opressores e oprimidos, determinando, através da massificação, comportamentos acrílicos e anômicos. Alguns valores presentes no mundo moderno capitalista – individualismo, neutralidade, competição – reforçam a mediocridade, deixando as grandes dimensões políticas, econômicas, culturais e existenciais e mesmo espirituais ao sabor dos agentes mandantes. É através da

---

<sup>3</sup> Citação extraída de mensagem apresentada no editorial do jornal O Dia (1985), na edição que trazia notícias das ações dos parlamentares a nível federal, porém dada a ação do tempo sobre as fontes impressas, danificando páginas e omitindo informações, não foi possível identificar com clareza o sujeito que falava.

<sup>4</sup> Olímpio de Castro foi um vereador de Teresina entre os anos de 1982 a 1988. Foi líder do então prefeito Wall Ferraz na Câmara de vereadores de Teresina. Fonte: Portal O Dia.

mediocridade que o cotidiano se normaliza ao gosto das classes dominantes.

Outra denúncia grave da época tratava-se das ações de uma falsa assistente social que percorria as casas da cidade, pedindo ajuda de alimentos e roupas, dizendo ser por solidariedade aos flagelados. Preenchia fichas com os dados pessoais dos mesmos, prometendo-lhes benefícios e cobrando uma quantia de cinco cruzeiros pelo trabalho que estava realizando. (O DIA, 1985, p.10).

### **Considerações Finais**

Esta pesquisa tratou de um tema importante que pode contribuir para preencher uma lacuna na historiografia teresinense. É recorrente nos fragmentos de memória da sociedade e produz reflexos nas moradias dos bairros atingidos pela enchente de 1985.

As respostas aos objetivos desta pesquisa foram, em boa parte, satisfatórias, pois encontramos riqueza de detalhes nas fontes hemerográficas consultadas, que nos permitiram chegar próximo à reconstituição dos acontecimentos. Apresentamos uma diversidade de problemas enfrentados pela população de Teresina à época, bem como as ações do poder público, as iniciativas individuais ou coletivas da sociedade civil organizada e, também, as dificuldades e desencontros nas ações assistencialistas.

As entrevistas realizadas com os moradores que vivenciaram a época forneceram uma fonte alternativa importantíssima para confrontarmos com os documentos e as notícias oficiais e, ainda falando sobre o cotidiano, para podermos entrar no universo particular dos habitantes, compreendendo seus dilemas perante a situação provocada pela enchente.

Apresentamos um tema que merece ser investigado também por outros historiadores que possam se interessar, dada a sua atualidade. Esta pesquisa ainda

poderá ser ampliada e aprimorada, uma vez que não está isenta de falhas ou de questionamentos que poderão ser melhor respondidos.

## Referências

ARAÚJO, Maria Mafalda Baldoíno de. *Cotidiano e pobreza: a magia da sobrevivência em Teresina 1877-1914*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995.

ARAÚJO, Maria Mafalda Baldoíno de. *O poder e a seca de 1877 – 1879*. Teresina: EDUFPI, 1991.

BARROS, José D'Assunção. *Cidade e História*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

CAVALCANTE, Sylvia e ELALI, Gleice A. (organizadoras) *Temas básicos em Psicologia Ambiental*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

LE GOFF, Jacques. *Por amor às cidades: conversações com Jean Lebrun*; tradução Reginaldo Camelo Corrêa de Moraes. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1988.

LUCA, Tânia Regina de. Fontes impressas: História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, C. B.(Org.). *Fontes Históricas*. 2 ed. – São Paulo: Contexto, 2006.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. História, memória e tempo presente. In: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (Org.). *Novos domínios da história*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

NASCIMENTO, Francisco Alcides do. *A cidade sob o fogo: modernização e violência policial em Teresina 1937-1945*. Teresina: EDUFPI, 2015.

PAULO NETTO, José; CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. *Cotidiano: Conhecimento e crítica*. São Paulo, Cortez, 2007.

ROLNIK, Raquel. *O que é cidade*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

TÉTART, Philippe. *Pequena história dos historiadores*; tradução Maria Leonor Loureiro. – Bauru, SP: EDUSC, 2000.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado: História Oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

Câmara Municipal de Teresina, 1985, livro de ata nº 41. Arquivo do Poder Legislativo Municipal.

\_\_\_\_\_, 1985, livro de ata nº 42. Arquivo do Poder Legislativo Municipal

TERESINA. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Planejamento. BRANDT, José Roberto Thedim, PhD. *Programa Lagoas do Norte. Avaliação do Projeto Geotécnico – BOARD DE 2006*. Disponível em <<http://www.semplan.com.br>>. Acesso em: 01-05-2018.

\_\_\_\_\_. Secretaria Municipal de Planejamento. Estudos de Avaliação das condições de estabilidade e segurança do dique dos rios Poti e Parnaíba. 2º Painel de Avaliação do Banco Mundial – Aspectos Hidrológicos e Hidráulicos. Disponível em <<http://www.semplan.com.br>>. Acesso em: 01-05-2018.

#### **Fontes Hemerográficas:**

Jornal O Dia.

Jornal da Manhã.

Jornal O Estado

Diário Oficial do Piauí.

#### **Fontes Orais:**

AMARAL, Marisa da Silva. *Entrevista concedida a Isabela Thamirys Silva Amaral*. Teresina, 2018.

SOUSA, Maria das Neves Santos. *Entrevista concedida a Rubens Ialy Silva Amaral*. Teresina, 2018.

## AS CIDADES NO BRASIL DO SÉCULO XIX

**Allef Gustavo Silva dos Santos**

Graduando em História da Universidade Estadual do Maranhão-UEMA.

**Josiel Luis Franco de Andrade Carvalho**

Graduando em História da Universidade Estadual do Maranhão-UEMA.

**Resumo:** Procura-se neste trabalho analisar dois modelos de cidades brasileiras, uma advinda da colônia, e outra nascida na monarquia. As diferenças entre estas duas cidades e as classes que as compõem serão os traços argumentativos, juntamente com suas práticas econômicas. Para tanto o livro “sobrados e mucambos” de autoria de Gilberto Freyre nos ajudará a entender este processo de transformação das estruturas sociais e políticas deste recorte temporal que vai de 1822-1888. O livro de Lilia Moritz Schwarcz “a longa viagem da biblioteca dos reis”, para fundamentar a transformação das cidades do litoral em locais mais sofisticados. Caio Prado com seu livro “história econômica do Brasil” para entender o processo de evolução econômica e sua importância para as cidades. Emília Viotte da Costa para o entendimento da cidade rural brasileira do século XIX, abordada em capítulos de sua obra “Da monarquia á república”, além de outras obras e artigos complementares sobre o assunto, compõe o universo de referências.

**Palavras-chave:** Cidade. Sertão. Interior. Urbanização. Elites.

### **Introdução**

Busca-se analisar na historiografia pautando a escrita em Gilberto Freyre e Lilia Schwarcz, bem como em Emília Viotti da Costa entre outros, quais os dois modelos de cidades existentes no Brasil do século XIX, se existe uma perspectiva de

urbanização ampla e sofisticada destas cidades, e quais elementos além dos espaços podem nos fornecer estes a argumentação necessária para uma tomada de consciência da existência ou não destes aspectos. E claro ponderando e fundamentando através de artigos complementares, este estudo se delinea nas evoluções sociais e estruturais de um Brasil independente, buscado no recorte temporal do ano de 1822-1888, com suas marcas nas cidades deste período, enveredando também por uma nova perspectiva urbanística deste tempo que surge no litoral, no Rio de Janeiro, Salvador, o litoral paulista e o próprio interior desta província, como fundamentos de um novo Brasil, agora independente das amarras políticas de Portugal, que precisa se afirmar como nação, e que deve para isso organizar-se territorialmente, melhorar suas cidades ainda muito precárias. Constituir um berço do poder<sup>7</sup> moldado urbanisticamente de onde partirão as novas relações político-administrativas, exemplo: as novidades da pela época francesa, o comércio, a vida da nova classe integrante da sociedade brasileira chamada “burguesia”, esta típica das cidades urbanas, a aristocracia letrada e suas associações em instituições públicas<sup>8</sup>. O intuito é escrever mostrando as particularidades destes dois modelos de cidades brasileiras, uma engendrada na colônia ainda isolada no interior, ou pouco organizada espacialmente no litoral e a outra nascida nos primórdios da independência. Da contraposição litoral-sertão, urbano-interior, senhor de engenho<sup>9</sup>-burguesia.

## O que é Cidade

As dificuldades de se trabalhar uma definição de cidade é que nem toda cidade é igual. Que são diferentes em épocas distintas. Que os conceitos mudam de

---

<sup>7</sup> Referência à cidade do Rio de Janeiro que será sede da monarquia brasileira, e do governo republicado até a segunda metade do século XX.

<sup>8</sup> A criação do IHGB no segundo reinado é um exemplo.

<sup>9</sup> O engenho como instituição de produção mais mecanizada é típico da colônia, notoriamente perde sua força no império, e é aqui ressaltado como uma estrutura que serve de núcleo das cidades rurais, no entanto a outra instituição a que nos debruçaremos com mais veemência serão as fazendas (de café, de algodão, de gado, etc.).

acordo com o tempo. E que as cidades são híbridas, mas busca características próprias de acordo com o local onde ela se estrutura. Entretanto buscou-se em Raquel Rolnik “O que é Cidade” uma fundamentação mais abrangente para trabalhar estas cidades brasileiras, diferentes entre si, representantes de dois modelos tanto da estrutura de poder no Brasil, como marcas de sua própria história, que são as cidades do litoral e as do interior sertanejo. Por isso entende-se cidade aqui “um campo magnético que atrai, reúne e concentra os homens” (ROLNIK, p.12). Toda cidade é urbana por que tem estruturas características como ruas, construções e instituições, e em maior ou menor grau ela é estimulada pela população em constante crescimento atrelada ao comércio, símbolo das trocas mercantis, da circulação de produção, das trocas culturais.

Cabe, porém assinalar que os dois modelos de cidades do Brasil imperial são diferentes entre si tanto na estrutura, como nos núcleos de influência, carregam traços históricos de uma colonização portuguesa que custa a se modificar principalmente nas cidades do sertão.

### **Um processo político e social**

Com a chegada de D. João VI ao Rio de Janeiro, o patriciado rural que se consolidara nas casas-grandes de engenho e de fazenda – as mulheres gordas, fazendo doce, os homens muito anchos dos seus títulos e privilégios de sargento-mor e capitão, de seus púcaros, de suas esporas e dos seus punhais de prata, de alguma colcha da Índia guardada na arca, dos muitos filhos legítimos e naturais espalhados pela casa e pela senzala – começou a perder a majestade dos tempos coloniais. (FREIRE, p. 65).

Assinalar a queda gradativa da majestade dos senhores de engenho num tempo em que o Brasil, colônia elevada a reino unido de Portugal após a chegada da família real, pode parecer em certa medida presunção em relação à realidade local que se apresenta da seguinte maneira: produto de exportação sendo o açúcar, produzido nas antigas capitanias, em grandes propriedades, mão de obra escrava,

senhor de engenho (uma autoridade local muitas vezes mais forte que o vice-rei)<sup>10</sup>, poder fragmentado nas regionalidades. Este é o panorama encontrado pela família real aqui na sua colônia, contudo, o autor passa a assinalar a partir daí no cerne da nova política um interesse na modificação estrutural deste pedaço de terra no Atlântico sul.

No entanto como se verá nas discursões sobre os novos modelos de cidades brasileiras, baseadas na escrita de Gilberto Freyre no livro “Sobrados e Mucambos”, hora essa construção se da com as duas principais “elites” deste período de forma separada, hora as duas “elites” se unem para dar cabo desse processo. Cabe elencar que essas elites aqui no plural são duas, uma advinda do Brasil colônia, e a outra formada a partir de imigrantes europeus do século XIX<sup>11</sup> mais precisamente, com diferença da nomenclatura, pois a elite colonial é resquício de um processo de povoamento de terras desconhecidas, fazer-se produzir esta terra num contexto de capitalismo de exportação e escravista. Esta outra elite é uma elite do processo de industrialização da Europa, mas boa parte dela, só se constitui elite aqui nas terras brasílicas, cuja nomenclatura utilizada pelo autor é “burguesia”<sup>12</sup>. Convém assinalar que a burguesia enquanto classe dominante no Brasil só se efetiva nas modificações do cenário industrial já no governo Vargas, o que se tem aqui são traços de aburguesamento da aristocracia senhorial, principalmente através de seus filhos que vão estudar nas escolas de direito e medicina, seja no próprio país ou na Europa. Os

---

<sup>10</sup> Estrutura administrativa da colônia, permanecendo até a chegada da corte em 1808. O vice-rei tinha status de autoridade suprema na colônia, era a figura representativa do rei além-mar, mas como bem ressaltam Sergio Buarque de Holanda e Emília Vioti estas instituições não são tão respeitadas por esta aristocracia rural.

<sup>11</sup> Imigrações capitaneadas pela monarquia, mas segundo vários historiadores com objetivos controversos, como por exemplo: transformar o Brasil em uma Europa na América; embranquecer a população; substituir a mão de obra escrava. Estes dois últimos pontos são bem colocados por Emília Viotti da Costa no capítulo do seu livro: *DA MONARQUIA A REPÚBLICA: momentos decisivos* intitulado “escravos na grande lavoura”.

<sup>12</sup> Cabe assinalar que o termo “burguesia” utilizado aqui é específico da compreensão de Gilberto Freyre em “*Sobrados e Mucambos*” quando aborda os imigrantes europeus que se constituíram uma elite no centro urbano brasileiro (litoral), chegando a realizar atividades econômicas de médio e grande porte, mas nada relacionada ainda a uma “burguesia industrial”.

imigrantes ainda não tem tanta expressão de conquista de mercado e poder neste estado ainda servil, e cheio de monopólios. A burocracia estatal é formada sobretudo por estes filhos dos senhores da terra.

As rupturas que se pretende assinalar é parte de um processo político gradativo movimentado pelo Império, sobretudo pelo Segundo Reinado, de reformas das cidades, de reforma administrativa através da burocracia treinada nas universidades europeias ou nas faculdades de direito do Brasil (Olinda, Recife e São Paulo). Da arquitetura, do saneamento, das cidades que representaram este Brasil independente, haja em vista os resquícios de um Brasil colonial, como a escravidão, as localidades longínquas como partes servientes do estado nacional, com seu núcleo de poder situado no litoral no Rio de Janeiro. E esta ruptura em inicia-se com a chegada da família real ao Brasil no ano de 1808, trazendo um aparato de sofisticação anos a frente do que poderia pretender uma típica cidade da colônia até então. O teatro, o banco, a biblioteca, os jardins, estes últimos com certas ressalvas, mas seria um elemento do novo modelo espacial e social das cidades em desenvolvimento econômico na segunda metade do século XIX, contudo algumas instituições implantadas por D. João VI já abrem os aspectos do panorama desta nova cidade:

A presença no Rio de Janeiro de um príncipe com poderes de rei; príncipe aburguesado, porcalhão, os gestos moles, os dedos quase sempre melados de molho de galinha, mas trazendo consigo a coroa; trazendo a rainha, a corte, fidalgos para lhe beijarem a mão gordurosa mas prudente, soldados para desfilarem em dia de festa diante do seu palácio, ministros estrangeiros, físicos, maestros para lhe tocarem música de igreja, palmeiras imperiais a cuja sombra cresceriam as primeiras escolas superiores, a primeira biblioteca, o primeiro banco [...]. (FREYRE. p. 65).

O olhar culturalista, antropológico e histórico de Gilberto Freyre nos permite enxergar a partir daí não novos rumos para o Brasil, mas um novo processo que tomará todo o período monárquico adentrará a república e se renova até hoje, que é o processo de modernização das cidades de acordo com os padrões políticos e culturais

incorporados de fora, principalmente da Europa. As relações sociais dantes um tanto monótonas tomam rumos mais frementes, como por exemplo, os jornais como noticiário das atividades da monarquia no Brasil, em suas linhas abordando o cotidiano das cidades, da vida dos escravos, da literatura anedótica da vida diária chamada crônica, dos passeios nos jardins botânicos<sup>13</sup>. Nasce uma nova cidade, a cidade do poder imperial, mais organizada, preparada para a nobreza, para a aristocracia, a burguesia, e para onde os senhores de engenho irão tratar de negócios ou onde negros livres<sup>14</sup> cuidar dos mesmos. Altera-se uma vida cotidiana local. Um rei está na colônia. Isto não causa tanto uma mudança física nas cidades brasileiras, o que se busca elencar aqui é que o núcleo de poder de Portugal estando no Brasil favorece as instituições locais que se projetam com mais importância, e as elites locais veem um certo rigor nas organizações das capitanias, como as demarcações mais precisas para que não haja invasões de outras, como é o caso do Maranhão em 1816 mandando Francisco de Paula ribeiro cumprir uma exigência há tempos por se fazer, que seria a demarcação da capitania para frear as invasões da capitania de Goiás.

O Brasil a partir do segundo reinado, pós organizações do Estado, da constituição, do reconhecimento do estado independente, a certa tranquilidade de Dom Pedro II que não temia mais levantes nem conspirações, e as elites instruídas na Europa da revolução industrial tornarão este processo irreversível e seus desdobramentos sombrios. Fato é que é um trabalho realizado para fomentar a economia local, ajuntando-se a elite “rural cafeeira” e a elite litorânea constituída de burocratas do estado e burgueses:

Irineu Evangelista de Souza é um dos personagens mais importantes do Segundo Reinado no Brasil, juntamente com o Duque de Caxias.

---

<sup>13</sup> A revista “o agrônomo” de Campinas exibe uma seção de história sobre *OS JARDINS BOTÂNICOS BRASILEIROS*, retratando o surgimento destes jardins de plantas já no século XVIII, por tanto não uma invenção do império, mas um aperfeiçoamento destes locais, a expansão em outras áreas como São Paulo, e Rio de Janeiro.

<sup>14</sup> Emília Viotti sugere tal evidência no capítulo 6 aprofundando ainda na possibilidade de Ascensão social nestes “núcleos urbanos” dos fins do Brasil monárquico.

Mauá havia retornado da Inglaterra em 1840, com a cabeça fervilhando de ideias. A Revolução Industrial havia acabado de explodir por lá, e o velho mercantilismo de outrora estava sendo substituído pela indústria e pela produção de bens de consumo. (COSTA, p. 62).

### **A cidade litorânea no século XIX**

No entanto, foi após 1811 que se abriram as comportas para um bom banho de civilização. A final, uma corte que se preze não pode viver sem seus ícones de distinção, grandeza e civilidade. Era preciso dotar a cidade de símbolos que representassem a visão iluminista do governo, e a cidade do Rio de Janeiro deveria estar apta para cumprir o seu papel de sede da monarquia e cartão-postal do império. (SCHWARCZ, 2002, p. 256).

É o surgimento do que se entende por processo de urbanização no Brasil. São elementos incorporados para dar ares de “civilização” ao local ainda rural, como a biblioteca, o banco, o teatro, o jardim botânico, os palácios, etc. notadamente para o conforto da família real, mas após o regresso do rei a Portugal fica aqui uma estrutura sofisticada no litoral que será sede da monarquia brasileira. Monarquia de união territorial, da centralização de poder, e a partir de 1850 de incorporação das práticas de desenvolvimento da Europa. A arquitetura desta cidade mais urbana é um barroco europeu, e aí reside a confusão em grande parte do entendimento da questão urbana, pois o significado de urbano<sup>15</sup> pressupõe uma série de medidas de comodidade social, e não das construções, as construções são abordadas do ponto de vista arquitetônico, e estas medidas de comodidade social já existiam nas cidades mais urbanas do Brasil do século XIX:

Durante o segundo reinado (1840-1889), surgem os primeiros esforços para a industrialização do Brasil. Empresários brasileiros, como

---

<sup>15</sup> Urbano referente individualmente as casas, ruas e praças, não um meio completamente investido de organização ambiental saneada, avenidas largas, água encanada. Alguns destes problemas estimulam projetos de urbanização em raios mais amplos, aí sim é “urbanização”, quando a política toma parte. Em *A CIDADE COMENTADA: expressões urbanas e glossários em urbanismo* a resposta a esta questão fica mais clara.

Irineu Evangelista de Souza, o visconde de Mauá \_ e grupos estrangeiros, principalmente ingleses, começam a investir em estradas de ferro, estaleiros, empresas de transporte urbano e gás, bancos e seguradoras.[...] (VAL SANTOS, p. 7).

E as leituras de periódicos<sup>16</sup> sinalizam para uma convivência mais urbana do que se imagina. A crônica como símbolo da crítica ao cotidiano da cidade urbana onde se delineava a vida do cidadão destas áreas como sempre apressado, movimentando-se segundo os ponteiros do relógio nos remete a um grau de urbanização em ritmo crescente. As malhas férreas antes como símbolo e serviço do movimento da realeza no trajeto de Petrópolis e a baía de Guanabara, agora são símbolo do desenvolvimento mercantil, da rapidez no transporte dos gêneros agrícolas produzidos na grande lavoura para os portos de Santos e do Rio de Janeiro principalmente, de onde ganhavam o mercado mundial:

O aparelhamento técnico se desenvolvera bastante. As estradas de ferro, cujo estabelecimento data de 1852, somavam cerca de 9.000 km de linhas em tráfego, e outros 1.500 em construção. A navegação a vapor se estendera largamente, e além das linhas internacionais, articulava todo o longo litoral brasileiro desde o Pará até o Rio Grande do Sul; prolongava-se ainda para o Sul, e pelo Rio da Prata e rios Paraná e Paraguai, comunicava Mato Grosso com o resto do país. [...] (PRADO JUNIOR, p. 191).

A lavoura é o que prospera no Brasil e garante em grande parte o seu desenvolvimento, mas o que se quer assinalar são as iniciativas e implementações inovadoras para um país agrário-exportador, com classes sociais ainda bem divididas entre senhores e escravos, uma nova perspectiva norteadora do país independente. Sua integração no mercado global, e as modificações estruturais as quais se sujeita. Desta forma as relações sociais na cidade “urbana” são diferentes das relações citadinas no campo. A mulher parece não ter tanta repreensão, o filho dos “burgueses” destas cidades são estudantes das universidades europeias, formados

---

<sup>16</sup> Periódico no século XIX não são propriamente todos os artigos de leitura que conhecemos hoje, mas jornais, cuja circulação poderia não ser periódica.

para compor a burocracia imperial, encarregados de dar ares de civilidade a este canto do globo:

O bacharelismo, ou seja, a educação acadêmica e livresca desenvolveu-se entre nós com sacrifício do desenvolvimento harmonioso do indivíduo. Bernardo Pereira de Vasconcelos aos quarenta anos já parecia um velho. E é curioso salientar nos homens novos que no reinado de Pedro II tomaram tão grande relevo na política, nas letras, na administração, na magistratura, o traço quase romântico da falta de saúde. (FREYRE, p. 121).

É destas diferenças, seja na criação dos filhos, na formação intelectual, a qual devemos ter cuidado na análise e em não afirmar a existência de intelectuais das letras apenas na monarquia, ou que estes jovens burocratas, poetas, e músicos saíram exatamente da cidade mais urbanizada, pois mesmo na colônia se ouve falar em Gregório de Matos, Eusébio de Queiroz, e Bento Teixeira.

A cidade nova apresenta traços diferenciados da cidade colonial antiga, ou faz uso das estruturas existentes com mais intensidade. Temos os exemplos de sobrados, construções mais altas, mais aburguesadas, uma espécie de diferenciação da nova classe que compõe o Brasil em relação às “aristocracias regionais” mais conhecidas como senhores de engenho, ou oligarquias. A praça existe como espaço de socialização. A rua é uma rota de trânsito, mas, sobretudo do fluxo cultural, da troca de experiências, da venda ambulante que traz novidades do Oriente, ou do próprio Ocidente, as novidades francesas, e inglesas, das notícias sobre as ações do governo. Esta cidade se divide em bairros marcados culturalmente através das pessoas que os criam, como no caso de São Paulo o bairro de judeus, dos japoneses, de italianos, e quando não, de um caráter sindicalista:

As ruas, parece que tiveram nas cidades mais antigas do Brasil seu vago caráter sindicalista ou medievalista, em umas se achando estabelecidos, se não exclusivamente, de preferência, certa ordem de mecânicos, em outras, os negociantes de certo gênero – carne ou peixe, por exemplo. Ou de certa procedência: judeus ou ciganos. Os nomes mais antigos de ruas acusam sobrevivência, no Brasil, do

sindicalismo ou do medievalismo das cidades portuguesas. Rua dos Toneleiros. Beco dos Ferreiros. Rua dos Pescadores. Rua dos Judeus. Rua dos Ourives. Rua dos Ciganos. (FREYRE, p. 91).

Mesmo com saneamento ainda precário, estas cidades serão responsáveis por instituições de socorro para as quais os senhores da casa grande na cidade do campo correram quando precisar de ajuda<sup>17</sup>. A profilaxia engatinha, e as doenças são cruéis com a população, e reconhece-se, esta higiene é uma obra do século XIX europeu que chega atrasada no Brasil. Tal é a situação nestas cidades já com ares de “urbanização” no século XIX. É a cidade das relações sociais de maior complexidade que as do campo, ainda que estas sejam também complexas, mas as novas instituições endossam uma análise mais aprofundada e aguça, em vez que estas cidades se constituem de bairros devidos seu povoamento, e outra diferença em relação à cidade do campo, é o núcleo de emanção do poder, ele advém de uma burocracia especializada para tal, existem as instituições locais, já a cidade rural tem seu núcleo da casa grande e uma grande faixa de terra para produção agrícola.

Os ofícios do campo para a cidade urbana sofrem valorização, e quem desempenha geralmente é o mulato ou escravo ou ainda o ex-escravo, possibilitando uma ascensão social lenta, isso devido a não existência forte de uma economia industrial. Entre todos estes aspectos da cidade urbana, a sua dinâmica parece ser mais dinâmica, cabendo para a análise da mesma os por menores, como a casa, este núcleo citadino que ao lado das instituições públicas, privadas, sociais e religiosas, formam o todo do qual a urbanização age como adequação ao tempo e às necessidades dos moradores, nada mais que isso.

## **Conclusão**

Neste caso o intuito do trabalho foi perceber através da escrita de alguns autores, mas principalmente em Gilberto Freyre, Lília Schwarcz, Emília Viotti, e Caio

---

<sup>17</sup> Num período de mercado precário do Brasil frente aos produtos industrializados da Europa esta ajuda significa nas palavras de Gilberto Freyre “empréstimo”.

Prado, as cidades brasileiras como núcleos estruturantes da nação, a partir das perspectivas econômica, social e política. Observando as diferenças e permanências, as divisões e os conjuntos no processo de “urbanização” deste núcleo cheio de interpretações que é a cidade. Por isso através de metodologia bibliográfica buscou-se ponderar o que se conhece como “urbanização” neste período contrapondo ao rural deste período, assim ficou interessante o diálogo entre os autores e o auxílio de artigos, pois falaram de seus respectivos lugares, de intelectuais, e metodologias diversas.

Decorrido este percurso o urbanismo no século XIX existe, mas é um urbanismo de civilização, com a estrutura urbana ainda acanhada, com um processo de industrialização lento. No entanto revela-se pela leitura de *Sobrados e Mucambos* o declínio gradativo da aristocracia rural, o nascimento da “burguesia” no litoral, as divisões sociais trazidas pela nova cidade. Na leitura de Emília Viotti certo ceticismo em relação a esta cidade, para a qual a cidade brasileira é ainda rural, no entanto não deixa de elencar a possibilidade da ascensão social do ex-escravo através do comércio praticado nas cidades mais dinâmicas, esta para o artigo já em processo de urbanização. Lília Schwarcz olha para o aspecto de civilidade que tem a urbanização, dos elementos trazidos já coma a corte portuguesa para fundamentar um novo patamar dessa terra longínqua: a biblioteca, o banco, o jardim botânico. Em Caio Prado a estrutura política muda da colônia para a independência no sentido de localidade, mas a perseverança das divisões sociais é que inquietam um marxista a enxergar exatamente o que será o fim do regime: a abolição da escravatura. Já nos artigos organizados em Sérgio Buarque o poder da coroa centraliza a administração através da supressão gradativa das forças locais, é a luta da cidade “urbana” com a cidade “rural”. Com as demais leituras buscou-se fundamentar a escrita, trazendo pontos de vista divergentes a fim de encontrar esta urbanização no Brasil no século XIX, tratando de diferenciar os dois exemplos de cidades deste período.

## Referências

- ARAGÃO, Solange. *Fontes documentais para o estudo da casa brasileira do século XIX*. Seminário internacional "Arquitetura e Documentação". Belo Horizonte, 2008.
- ABREU, J. Capistrano de. *Capítulos de História colonial*. Brasília: conselho editorial do Senado Federal, 1998.
- COSTA, Marcos. *História do Brasil para quem tem pressa: dos bastidores do descobrimento à crise de 2015 em 200 páginas*. Rio de Janeiro: Editora Valentina, 2016, 1º edição. Recurso digital.
- PRADO JUNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. Brasília: Editora brasiliense, 26º edição.
- \_\_\_\_\_. *Formação do Brasil Contemporâneo: colônia*. Brasília: Editora brasiliense, 6º edição.
- CARPINTÉRO, Marisa Varanda Teixeira; CERASOLI, Josieanne Francia. *A cidade como História. História: questões e debates*, Curitiba, n. 50, p. 61-101, jan/jun. 2009. Editora UFPR.
- COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à república: momentos decisivos*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP. 1999.
- FREYRE, Gilbert. *Sobrados e Mucambos*. São Paulo: editora global, 1º edição digital, 2013.
- MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. *Memória histórica e Documentada da Revolução da Província do Maranhão desde 1839 até 1840*. São Paulo: Siciliano, 2001.
- REIS FILHO, Nestor Goulart. *Quadro da Arquitetura no Brasil*. Editora nova perspectiva; 9º edição, São Paulo: 2000.
- ROLNIK, Raquel. *O que é cidade*. São Paulo: Editora brasiliense; 1995.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *A longa Viagem da Biblioteca dos reis: do terremoto em Lisboa à independência do Brasil*. São Paulo: companhia das Letras.
- SCHMIDT, Benício Vieira. *A modernização e o Planejamento Urbano brasileiro no século XIX*. Congresso dos Americanistas. Vancouver, Canadá: 43º edição, agosto, 1979.
- SANTOS, Sylvio Val dos. *A metrópole brasileira: origens e perspectivas*. Rio de Janeiro. UFF.
- TAUNEY, Carlos Augusto. *Considerações gerais sobre a administração*. In: Manual do Agricultor brasileiro; organização de Rafael de Bivar Marquese. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

# CIDADES DO SERTÃO MARANHENSE NO SÉCULO XIX: ANÁLISES DO SERTÃO A PARTIR DE TRÊS CIDADES: PASTOS BONS E GRAJAÚ

**Allef Gustavo Silva dos Santos**

Acadêmico de licenciatura plena em História na Universidade Estadual do Maranhão/UEMA - Campus Caxias/MA

**Matheus Wilson Silva dos Santos**

Acadêmico de licenciatura plena em História na Universidade Estadual do Maranhão/UEMA - Campus Caxias/MA.

**Resumo:** O começo do entrelace de palavras e argumentos sobre a temática do artigo se fará pela significação histórica destes espaços distintos mais complementares que é a cidade e o sertão, e isto será necessário até mesmo para situar o leitor no contexto, espaço e tempo do qual o presente trabalho se debruça, e as definições que os circundam. Neste sentido Raquel Ronik em seu livro “O que é cidade” nos mostrará a relação da cidade com o contexto histórico, as diferenças entram as cidades, e a cidade como fonte de estudo e pesquisa. Para os serões não se busca autores muito longe a fim de que descrevam o sertão local, os próprios da terra fornecem descrições importantíssimas dos sertões maranhense, por isso a obra de Carlota Carvalho “O Sertão” teorizará os aspectos do sertão, em especial o do maranhão, e Francisco de Paula Ribeiro que além de descrever os sertões de pastos bons descreve a própria cidade, economia e rios que o cortam.

**Palavras-chave:** Maranhão. Sertão. Cidade. Rios. Economia.

## Introdução

O presente trabalho versa sobre a importância da historiografia sertaneja para o entendimento do povoamento do centro maranhense, práticas econômicas e

formação das cidades no século XIX, no entanto isto se fará ao inverso no artigo, trazendo um recorte espacial das cidades. Sim as cidades importantes núcleos estruturados de povoamento<sup>18</sup>, de produção, de cultura, etc. Mas falar de todas as cidades do Maranhão que pertencem a este bioma seria por demais custoso, num tempo muito curto para a elaboração deste trabalho, por isso as cidades de Caxias, Pastos Bons, e Grajaú, dado a literatura rica sobre elas<sup>19</sup> em particular, compõem os objetos de pesquisa.

É através da cidade que se procura entender o desenvolvimento desta região do Maranhão, sua contribuição para a província como um todo, e a dinâmica de cada uma delas em particular, buscando no livro de José D' Assunção Barros a contribuição necessária para o trabalho com essa subdivisão da história. Do outro lado o sertão maranhense, particular e caracterizado como sendo de "águas e de letras" (KARDEC, 2014, p.35-520).

## **O Sertão Maranhense**

Quase insensível no começo, a divisória das águas do Balsas e do Tocantins saliente-se muito em sua continuidade para o norte. Essa divisão das águas do Tocantins termina na nascente do rio Farinha. Desta por diante, a lombada, já muito saliente, dobra para nordeste e segue separando as águas do Balsas das do rio Mearim e depois as nascentes do Itapecuru das de tributários do Balsas. (CARVALHO, 2011, p. 91).

O sertão maranhense é um sertão diferente dos demais sertões baianos, pernambucano, cearense, paraibano ou piauiense. É nascente de rios os principais,

---

<sup>18</sup> De acordo com as leituras dos autores que serão trabalhados as fazendas reais e as emigrações de outros sertanejos foram as áreas do sertão maranhense até tiveram importante contribuição para o povoamento deste local, mas foi precisamente com as cidades que se possibilitou o desenvolvimento econômico e posteriormente o aumento considerável de povoados em torno destas cidades, contribuindo enormemente para isso os rios.

<sup>19</sup> De Carlota Carvalho a Alan Kardec Gomes Pachêco Filho, Francisco de Paula ribeiro a Domingos José Gonçalves de Magalhães. Todos elencando as riquezas destas cidades, as insurgências de que foram palco, e suas localizações geográficas estratégicas.

como o rio Balsas, Tocantins, Grajaú e Itapecuru. Talvez esteja aqui as principais características diferenciadoras deste sertão singular do qual se retrata nestas linhas escritas a partir de um clássico da literatura historiográfica e geográfica do Maranhão.

Este sertão era desconhecido da capital São Luís e da própria coroa. A partir dos empreendimentos a este “centro longínquo” como sempre foi retratado o sertão, descobre-se povoações de colonos vindos dos sertões baianos no que se chamou pela escritora Maria do Socorro Coelho Cabral “Caminhos do Gado”, remetendo que a conquista deste sertão se dá através do gado. E fornecendo descrições formidáveis a respeito do sertão de Pastos Bons Francisco de Paula ribeiro contribui para a escrita da história do centro-sul maranhense, elencando que esta terra banhada por rios em abundância e pastos extraordinários favorecia a criação de gado e conseqüentemente o estabelecimento de núcleos de povoamento através das fazendas. Cabe entender, porém que o desbravamento do sertão maranhense apesar de ser uma conquista feita pelos caminhos do gado através do semiárido sertanejo, é também uma conquista do litoral em relação a centro, o que a própria expedição de Paula ribeiro e outros oficiais da coroa endossam nesta análise.

Ao sair da capital São Luís, Francisco de Paula ribeiro nos dá a entender que só existia na capitania do maranhão uma cidade, a metrópole da qual ele partia em direção ao sul “embarquei no porto da cidade do maranhão, metrópole desta capitania”, cabendo assim a análise de que ainda em condição de capitania o seu interior não tinha “cidades” bem estruturadas, mas vilas ou freguesias, e que estas cidades do sertão maranhense se estruturam através de fazendas de gado, da agricultura ou das próprias freguesias que ali se estabelecem. Este seria, entretanto o panorama do sertão maranhense: localizado no centro-sul da então capitania, local de nascente dos principais rios e seus afluentes, diferente do semiárido sertanejo baiano e outros, e região de favorável desenvolvimento citadino a partir de empreendimentos econômicos na área da agricultura e criação de gado.

## **Pastos Bons**

Quando falamos ou citamos a formação das cidades dos sertões, não podemos deixar de lado a influencias dos rios e riachos dessas localidades, pois foram de grande importância para a criação e formação das mesmas, assim como podemos citar as cidades de “Pastos Bons” e “Grajaú” que por conta dos seus respectivos rios foram fundadas e desenvolvidas tanto na questão econômica quanto na intelectual, colocando em perceptivas as ideias e visões que são criados a respeito da população do local de fala de cada uma dessas cidades, mostrando que essas cidades não foram meros pontos comerciais mais também lugares de grande debates de intelectuais, banalizando a ideia de que as cidades do sertão, são lugares de ladrões e gente inculta, quebrando e assim mostrado a visão de um novo sertão. Afirmando na fala de Carlota Carvalho:

Na capital do Maranhão era o partido bem-te-vi que possuía maior número de intelectuais curtos, literatos, jornalistas, escritores. Irradiava na província de superioridade e eram bem-te-vis os que liam jornais e eram influenciados por sua literatura. Por toda a província, era o partido bem-te-vi o que reunia e seu grêmios os homens mais instruídos [...], tinha o gosto das Letras possuíam muitos livros não para ornamento da sala, mas para os livros instruísse e discutir assuntos literários históricos. (CARVALHO, p. 189-190).

As assertivas a respeito as destas praticas, de colonização de exploração, foi de grande relevância para a formação das “vilas” e posteriormente das cidades, essas explorações suscitaram nos reconhecimentos e catalogação dos rios e lugares para o cultivo de produtos e na procura de produtos nativos da área para a exportação do império. Entrando neste pensamento “Serra 1894” nos coloca a perspectiva econômica e de como os rios irão ser de grande importância para este

enriquecimento das “vilas” levando em conta que a colônia portuguesa nesse aspecto era apenas de exportação:

O governador desejava que fossem conhecidas “a direção e a capacidade do rio, a sua diversidade de braços [...], os rios com que se comunica”, a “qualidade dos terrenos, as povoações que se descobrirem e todos os vestígios notáveis de antigos povoações ou caminhos”, a “imensa variedade dos preciosos produtos nas classes dos três reinos da natureza”, bem como “mostras de todas estas descobertas para serem examinadas (RIBEIRO, 2007, p. 60).

A importância dos rios não vem apenas no fator econômico, mas também em questões de desbravamento e de procura por novos produtos para serem comercializados além de ser uma grande rota para os comerciantes de escravos indígenas, tanto em relação a exportação e importação, levando nessas questões podemos dizer que os rios tiveram grande importância e relevância dessa colonização até o império, por conta dessas rios as cidades eram fundadas aos redores, para que pudessem fazer o abastecimento de água na questão de irrigação das plantações que eram feitas para o comércio e para o consumo próprio dos fazendeiros e “Vilas” que estavam próximas:

Constitui-se de largos chapadões de terreno mais ou menos unido e plano; e a vegetação, ao contrário das densas matas que bordam boa parte do litoral e revestem outras áreas do território da colônia, é formada de uma associação florística que, sem ser rasteira, é bastante rala para oferecer passagem natural franca, dispensando para a instalação do homem quaisquer trabalhos preliminares de desbravamento ou preparo do terreno (PRADO Jr, op. cit., p. 62).

Tendo foco direto na vila e posteriormente a cidade de Pastos Bons podemos ter uma visão dos motivos da sua fundação, e entender como isso influenciou diretamente a formação de um comércio ligado à pecuária na região do Maranhão. Após fazer a delimitação das Fronteiras entre as capitanias Francisco de Paula Ribeiro delimitou o que hoje é conhecido como a cidade de Pastos Bons colocando

em perspectiva toda as suas fronteiras, rios, vegetação, e elencando todas as características de sua Geografia. Assim como afirma em sua fala:

Chama-se vestido ou frequência de parte bom todo aquele terreno que desde as fazendas de riacho Serra na extremidade do Sul dos limites de Caxias cortando na beira do rio Paraíba na povoação das queimadas a Barra do Riacho de corrente do Rio Itapecuru se estende por entre o mesmo Rio Paraíba e o Tocantins até às margens do rio Manoel Alves grande como fica relatado limitando-se por entre as Cabeceiras dos ditos paraíbas Emanuel Alves grande como a serra chamada do Piauí e como a capitania de este nome por uma parte das margens daquele Rio assim como se limita com a capitania de Goiás pelas margens de um parte também das do até defronte do voz do Rio Araguaia (RIBEIRO, p. 146).

A fundação da Vila de Pastos Bons teve como vertente tanto a criação de gado, vacas e novilhas, que era apropriado por conta do seu terreno plano e da sua vegetação rasa que serviria de alimento para o gado, “os seus Campos nutridores, o seu ar cômodo, preciosas águas, grande fertilidade seguida ao mais pequeno cultivo e a sua nunca interrompida verdura, são circunstâncias que fazem com que este país seja mais abundante e delicioso” segundo (Ribeiro p. 147), outra perspectiva que foi colocada, os rios com que “se comunica” segundo (Ribeiro p. 60) é a questão de envio e recebimento de mensagens proveniente de outras Capitânicas ou até mesmo decretos e mensagens do império, que coloca em vertente a rapidez da navegação pelos rios, o que diminuiria o tempo de recebimento das mensagens, até o nome que foi instituído Pastos Bons tem como vertente a questão do seu longo e plano terreno com a vegetação rasteira. Assim como suscita nos escritos de Francisco de Paula Ribeiro que diz: a “natureza de uns e de outros terrenos, excessivamente pródiga na sua vegetação, é que talvez adquiriu para todos este distrito o nome de Pastos Bons” (Ribeiro p. 147).

Inicialmente a economia de Pastos Bons se baseava em duas vertentes, agricultura de subsistência que consistia para alimentação dos fazendeiros que ali estavam formando seus engenhos e fazendas e a segunda é a criação e reprodução do

Gado, por conta dos grandes terrenos de Pastos Bons ainda não tinham sido completamente povoado, pois ainda estava no processo de povoamento dessa recente localidade que a traía muito os fazendeiros criadores de gado, pois com os enormes pastos e a vasta quantidade de território era um local propício para a criação do Gado além de que facilitava o plantio de produtos para a exportação:

Porém, contudo não lhe é ainda proporcionada a sua população nesta parte habitada, tanto porque repartidos os seus campos em fazenda de gado com três e três Léguas entre si, e não admitindo cada uma delas mais do que as poucas pessoas necessárias ao seu fabrico, e muito diminuto número que por este lado importa no total de habitantes, como porque, desprezada a cultura dos matos por falta de cômodo extração e exportação comercial dos gêneros que podem lavrar, não tendo ocupação lucrativa, além do particular sustento da vida. (RIBEIRO, p.148).

Com base nos relatórios de viagem deixados por Francisco de Paulo Ribeiro, podemos ter a percepção de como eram estruturadas as rotas fluviais que era usada para o comércio entre as capitânicas, abordando assim os rios que eram mais utilizados para esses propósitos, de comercialização e de comunicação, levando em questão a viagem de reconhecimento Francisco de Paulo Ribeiro, que durou exatos 91 dias, onde ele saiu do porto de do Maranhão, na baía de São João, até chegar no seu destino que era São Pedro de Alcântara, de acordo com seus relatos navegou pelos rios Tocantins e Itapecuru até chegar na localidade:

Durante todo o percurso registrava as condições geográficas do território suas ocupações condições e modo de vida dos habitantes colonos e indígenas e alinhava as potencialidades da região a cada dia anotava distância e local percorrido especificando localização e aspectos do território rios que a serra morros fazendas e povoações que ficaram por ter aumente registrados em seu roteiro. (Ribeiro, p. 61).

Todo esse trabalho tinha como prioridade o mapeamento e posteriormente a confecção de mapas para a navegação, e assim se utilizando das rotas para o

transporte de cargas para as capitanias ou até mesmo, o envio desses produtos para o exterior, sendo que a fundação de Pastos Bons estava alicerçada pelo grande território e a sua vegetação rasteira, como isso esse localidade tinha os pré-requisitos para a prática da pecuária, em um primeiro momento a criação de gado não foi tão produtiva, por conta dos poucos fazendeiro que estavam se apropriando das terras e os espaços em larga escala dificultava a criação, e a falta de mão de obra era outro motivo para essa má produção, mas esses problemas foram resolvidos com a povoação do território, dando assim os meios para o desenvolvimento dessa prática e também para a agricultura.

Há homens que, instalados somente do seu espírito patriótico (o que é muito raro), entram em planos e se arrojam a descobertas que, se elas se utilizassem, dariam um grande nome aos Estados, mas sucede infelizmente que, quase sempre abandonados, as suas forças débeis por isso não podem chegar à meta sublime e física a que suas vantajosas ideias se propõem, ficando por isso sendo, como se o não fossem, tão generosos esforços [...] <sup>20</sup>.

## Grajaú

As comodidades e vantagens do rio do Grajaú só começaram a fazer parte muito tempo depois da colonização das margens dos rios do sertão maranhense, assim como podemos ver na fala de Alan Kardec, “não obstante isso, o rio do Grajaú só começou a fazer parte do mundo dos colonos portugueses estabelecidos no sul do maranhense a partir de 1811.” Assim podemos ver a influência que esse rio deve para a fundação da “vila” do rio do Grajaú, sua fundação está diretamente ligada a primeira viagem fluvial do navegador Alferes<sup>21</sup> Antônio Francisco dos Reis que, com

---

<sup>20</sup> RIBEIRO, Francisco de Paula. Roteiro da viagem que fez o capitão Francisco de Paula Ribeiro às fronteiras da Capitania do Maranhão e da de Goiás no ano de 1815 em serviço de S.M. Fidelíssima. In: FRANKLIN, Adalberto; CARVALHO, João Renôr F. de. Francisco de Paula Ribeiro: desbravador dos sertões de Pastos Bons: a base geografia e humana do sul do Maranhão. Imperatriz, MA: Ética, 2005, p. 83.

<sup>21</sup> patente de oficial abaixo de tenente (no Brasil, a designação foi substituída pela de segundo-tenente).

outras pessoas de sua família e moradores da alta ribeira do Grajaú, desceu rio abaixo em 11 de março de 1811, em pequenos barcos fabricados com essa finalidade, para que permanentemente, fosse explorada a navegação e povoada da região:

[...] as várias bandeiras que partiram de Pastos Bons em busca de novas terras para estabelecer mento de novas fazendas de gado uma do Alferes António José Francisco dos Reis após percorrer o rio desta sua Nascente fixou em sua margem direita há aproximadamente duzentas Léguas da sede do distrito de Pastos Bons. (Alan Kardec, p. 135).

A “vila” do rio do Grajaú que se trona cidade posteriormente, e que podemos cita como um grande centro comercial e também um núcleo de intelectuais é Grajaú, Assim nós e colocada a ideia de um sertão de intelectuais, homes cultos que foram habita a localidade para inicia uma jornada na pecuária ou na agricultura, e uma dessa lugares que nos coloca são a famosas “rotas de amigos” como afirma Carlota Carvalho na sua obra “sertões”.

Nessa roda de amigos palestras tinha assunto hauridos em livros e havia disputa sobre o mérito dos escritores lindos e sobre as teses, teorias e fatos pelos autores expendidos estabeleceu assim um hábito, um costume e um meio de ilustrar os homens que se habituou a ler, não vivia sem o livro e sem o jornal em vez da vida alheia terá assuntos diversos para conversar e falar acerca de economia e Indústria geografia fatos históricos Geologia e descobertas do Espírito humano (Carvalho, p. 190).

Fundaram, à margem leste desse rio, a povoação onde foram construídas residências, depósitos de sal e gêneros alimentícios com vistas a abastecer os moradores ali residentes e de outras ribeiras vizinhas, chegando aproximadamente a quarenta o número de pessoas que se propuseram a habitar o porto, por essa visão assim como “Pastos Bons”, “Grajaú” também teve sua dificuldade para a sua habitação a dificuldade se manda ou encontra moradores que de alguma forma dessem retorno lucrativo para as capitánias, em vertente de exportação por conta do porto, quanto de importação.

Outra ponto que dificultou a fundação desta Vila do Rio do Grajaú foram os escritos do escrivão Sarmento que afirmava o quê nas margens do rio não havia terras férteis para que pudessem ser feito o plantio de produtos para a exportação e por conta da infertilidade da terra também teria dificuldades na criação e reprodução do Gado que era a prioridade dos fazendeiros que ali buscavam local para esta prática:

O escreva sarmento desaconselhou a criação de uma vila no Rio Grajaú. alegação de não ter encontrado terrenos férteis nas suas margens contradiz as informações contestada sm documentos encontrados e consultados que datam do século XIX. (Alan Kardec, p. 134).

A ideia é essa quebrada com a fundação da Fazenda de chapadas pelo Alferes Antônio José Francisco dos Reis que ali fundou a sua fazenda com alguns familiares e também com amigos empreendendo viagem de exportação procurando saber até onde chegava aquele rio, tendo assim o primeiro modo econômico e o início de seu comercio no seu porto, o modo econômico de Grajaú em um primeiro momento é diretamente ligado à criação de gado a pecuária e a agricultura realmente com “relatos de Marques, os franceses no tempo de seu domínio exploraram esses Rios até suas cachoeiras onde descobriram minas de lápis-lazúli Salitre, sal-gema e etc. chamávamos Grajaúg”. (Alan Kardec, p.137), hoje Grajaú é o segundo maior produtor de gesso do Brasil e possui Uma das minas de cobre cuja exploração foi concedida a uma multinacional que atua no Maranhão a mais de vinte anos com sugestivo nome de alumínio do Maranhão.

As descrições geográficas feitas por António Francisco dos Reis catalogar tanto às margens do rio Grajaú, Vertentes, Ribeiros, morros, matas e Campinas para que pudesse ter um mapeamento completo do território, para quê com esses relatos pudessem ser feita as propostas de colonização de povoamento desses lugares para uma produção tanto no quesito na produção pecuária quanto da agrícola, mas por

conta do seu conhecimento Raso sobre geografia as menções feitas pelo Alferes feitas em seu diário de viagem muitas vezes eram pobres de detalhes e outras não mencionavam quase nada sobre o título do seu diário tendo assim a perspectiva de que as suas descrições no seu relatório eram muito pobres para uma viagem Pioneira:

[...] o documento deveria ser um diário de viagem, como fez juzarte e tanto outros navegadores e exploradores. no entanto, o Alferes Antônio José Francisco dos Reis, muito provavelmente em razão de seu pouco conhecimento no vernáculo e da Geografia, fez um relatório muito pobre para uma viagem pioneiro. embora o seu título complete margens, Vertentes, Ribeiros, morros, matas e Campinas, seu autor não os mencione, ou os menciona muito pouco. (Alan Kardec, p. 137-138).

Com essa discussão podemos ter a perspectiva que a fundação das vilas tanto de Pastos Bons quanto Grajaú está alicerçada em uma questão da criação e do cultivo de gado uma perspectiva da pecuária que muitas vezes está apagada na historiografia da fundação das vilas que vão se estruturando em cidades ao decorrer da sua povoação, sendo que nesses lugares também havia o cultivo agrícola sendo de larga escala e também de pequena escala para exportação e para o consumo de subsistência dos fazendeiros que ali viviam, além de serem lugares de uma grande produção de conhecimento por autores literários e pesquisadores da geografia e da história, com esse pensamento podemos colocar a produção tanto dos relatórios de viagens descritivos diária Francisco de Paula Ribeiro e Antônio Francisco dos Reis quem foram os dois que catalogaram tanto a vegetação, Morros, margens e a terra sendo uma produção intelectual visando a economia e a população desses lugares.

## **Conclusões**

Feita as análises das obras que ajudaram a escrita deste artigo parte-se agora para as ponderações acerca do conteúdo aqui exposto. Começando pela

desmitificação de um sertão uno, homogêneo eternizado na literatura brasileira. A historiografia local acaba por revisionar as perspectivas analíticas presentes nesse tipo de historiografia ditam tradicional. Desta forma o sertão aqui compreendido não é o sertão árido da Bahia e Pernambuco, mas o sertão de águas correntes e vegetação verdejante do centro-sul maranhense, abordado nas obras de Carlota Carvalho, Francisco de Paula Ribeiro e Alan Kardec. Acompanhando esta linha revisionista pautada na historiografia regionalista buscou-se fundamentar a participação das cidades sertanejas: Caxias, Grajaú, e Pastos Bons a sua quota de contribuição para a economia e intelectualidade local, a partir de seus homens de letras, seu desenvolvimento na criação de gado e plantação na grande lavoura.

## Referências

AMADO, Janaína. *REGIÃO, SERTÃO, NAÇÃO*. Estudos históricos, Rio de Janeiro, '01. 8, n. 15, 1995, p. 145-151.

ARRAES, Esdras. *Caminhos do gado: paisagem cultural e urbanização de cidades do Sertão nordestino dos séculos XVII e XVIII*. Colóquio Ibero-americano. São Paulo.

BARROS, José D' Assunção. *Cidade e História*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

CARVALHO, Carlota. *O sertão: subsídios para a história e a geografia do Brasil*. Imperatriz: Ética, 2000.

FRANKLIN, Adalberto; CARVALHO, João Renôr F. de. Francisco de Paula Ribeiro: *Desbravador dos sertões de Pastos Bons: a base geográfica e humana do sul do Maranhão*. Imperatriz, MA: Ética, 2007.

MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. *Memória histórica e Documentada da Revolução da Província do Maranhão desde 1839 até 1840*. São Paulo: Siciliano, 2001.

PRADO JUNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. Editora Brasiliense: 26 ed.

PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. Editora Brasiliense: 6 ed, 1961.

REIS FILHO, Nestor Goulart. *Quadro da Arquitetura no Brasil*. Editora nova perspectiva; 9º edição, São Paulo: 2000.

REIS FILHO, Nestor Goulart. *Quadro da Arquitetura no Brasil*. Editora nova perspectiva; 9º edição, São Paulo: 2000.

SANTOS, Raimundo Lima dos. *O sertão inventado: a percepção dos sertões maranhenses pelo olhar de Francisco de Paula Ribeiro*. Revista de História Regional 16(1): 209-234, Verão, 2011.

TAUNEY, Carlos Augusto. *Considerações gerais sobre a administração*. In: Manual do Agricultor brasileiro; organização de Rafael de Bivar Marquese. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

VIEIRA, Layla Adriana Teixeira. *A guerra do Léda: conflito político no alto sertão maranhense*. XXVII Simpósio Nacional de História. Natal, RN. 22-23 de julho de 2013. Disponível em:<[www.snh2013.anpuh.org/.../1364694533\\_ARQUIVO\\_AGUERRADOLEDAConflitop](http://www.snh2013.anpuh.org/.../1364694533_ARQUIVO_AGUERRADOLEDAConflitop)>. Acessado em: 25/05/2019.

ARRAES, Esdras. *Caminhos do gado: paisagem cultural e urbanização de cidades do Sertão nordestino dos séculos XVII e XVIII*. Colóquio Ibero-americano. São Paulo.

# CONSTRUINDO O IMAGINÁRIO DA CIDADE: O MUSEU XUCURUS COMO ESPAÇO DE MEMÓRIA E ESQUECIMENTO NO MUNICÍPIO DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS / AL

**Aline de Freitas Lemos Paranhos**

Licencianda em História – UNEAL. Bolsista do Programa Residência Pedagógica e Integrante do Grupo de Estudo de Patrimônio Cultural, Imagem e Memória – GEPIM

**Resumo:** Pretende-se com esse trabalho discorrer sobre o Museu Xucurus de História, Artes e Costumes como um lugar de memória a partir das disputas identitárias e na construção dos espaços pertencentes ao branco, ao negro e ao índio nessa instituição que fica localizado no centro da cidade de Palmeira dos Índios, município localizado no interior do estado de Alagoas. Instaurado no edifício da antiga Igreja do Rosário dos Pretos, construída por negros fugidos, o acervo constituiu-se a partir de doações feitas por diversos moradores da região; o referido museu foi fundado em 1971 por personagens da elite palmeirense e membros da Igreja Católica, que vislumbravam a criação de um espaço capaz de conservar a memória da cidade. Desse modo, este trabalho tem como objetivo analisar a forma como essa instituição elabora a distribuição desse espaço, voltando suas lentes à história elitista e silenciando o protagonismo desses povos tradicionais na atualidade através de sua exposição. A pesquisa se materializa em dois momentos; a primeira etapa é construída a partir do estudo bibliográfico baseado nos pressupostos de CHAVES (2014), HALL (2015/2016), PEIXOTO (2013), POLLAK (1989/1992), POULOT (2009), SAMAIN (2012), entre outros; já no segundo, realizou-se uma pesquisa de campo, na qual contou com visitas periódicas ao museu e seu entorno para coleta de fotografias, conversas informais e entrevistas. Além disso, visitou-se a aldeia indígena Mata da Cafurna e a comunidade quilombola da Tabacaria no intuito de estudarmos a divergência entre as representações contidas nesses diferentes espaços memorialísticos, buscando preencher algumas lacunas historiográficas sobre o tema a partir dos usos e/ou desusos da capacidade memorialística e patrimonial.

**Palavras-chave:** Identidade. Imagem. Representação.

## Introdução

O município de Palmeira dos Índios é situado no interior de Alagoas; conhecido como a Princesa do Sertão e está na zona de transição entre o agreste e o sertão num clima semiárido cortado pelo Planalto da Borborema. Graças à sua posição geográfica, é marcada por ser rota de passagem de negros fugidos e conta, atualmente, com a presença de remanescentes dos quilombos que formam a comunidade quilombola da Tabacaria e vivem na zona serrana da região.

Nesse sentido, A história de Palmeira dos Índios, desde sua constituição, encontra-se entrelaçada a um processo de disputas memorialísticas e territoriais. Segundo Peixoto (2013), os dois grupos indígenas que deram início ao povoamento do território, os Xukuru e os Kariri, foram submetidos ao catolicismo pelo frei Domingos de São José, que no ano de 1773 solicitou a D. Maria Pereira Gonçalves, herdeira da sesmaria de Burgos, meia légua de terra para construção de uma capela.<sup>22</sup>

Com a documentação lavrada em cartório, começava então a ganhar forma o território de Palmeira dos Índios. Após construção da primeira capela e com o desenvolvimento da catequese indígena, o frei construiu uma segunda, na parte mais elevada da planície, tendo como principal objetivo o povoamento daquele local. Desse modo, com a criação da igreja, aumentara o fluxo de pessoas naquela região, e entre elas alguns comerciantes que foram estabelecendo residência no entorno da capela, criando assim um pequeno aglomerado populacional.

Diante do processo de povoamento dessa região, começa então a desencadear-se as primeiras disputas territoriais, tendo em vista que os indígenas eram privados de entrarem em determinados locais pelos novos moradores da localidade. De acordo com algumas documentações encontradas no NEPEF<sup>23</sup>, a

---

<sup>22</sup> Lembrando que na época, uma légua de terra era equivalente a 6.600 metros. Devida a essa vasta extensão territorial, eram feitas escrituras de doações de terras pertencentes a uma determinada sesmaria, fazendo com que novas sesmarias fossem criadas. Ver (VERÇOSA, 2018).

<sup>23</sup> Núcleo de Estudos Políticos, Estratégicos e Filosóficos da Universidade Estadual de Alagoas, campus de Palmeira dos Índios - AL.

elevação do povoamento à categoria de vila foi em 10 de abril de 1835, a partir da resolução nº 10. Em 1853 foi elevada à categoria de cidade e em 1872 teve a criação da sua comarca. Seu termo fazia parte da comarca de Atalaia, passando para Anadia em 1838.

Outra versão encontrada com frequência na região é a do memorialista Luiz Barros Torres, que vem sendo construída a partir de uma série de elementos que contribuem para a criação de um discurso que ecoa pela municipalidade, como a lenda<sup>24</sup> sobre a fundação da cidade, sua bandeira e imagens de índios encontrados ao longo do território palmeirense. Com as escavações feitas durante o século XX, uma série de igaçabas e outros artefatos indígenas foram encontrados em diversas partes do município de Palmeira dos Índios. Diante disso, Teixeira (2012) explicou que esse procedimento se fez necessário para que “[...] ocorresse uma apropriação local de valor da cultura material relacionada aos xucurus-kariri [...]” (TEIXEIRA, 2012,). Logo, esse processo exerce extrema relevância para que a presença indígena venha a ser associada como referência histórica para a edificação da cidade. Na mesma perspectiva, durante uma conversa, um informante (Informante 1) nos relata o seguinte:

Na rádio Palmeira FM, quando aquilo ali foi construído, era uma churrascaria, foi encontrado um quintal de igaçabas, ai o que fizeram ?! Quebraram tudinho e passaram pedra por cima, brita.. Concretaram e cabousse... [...] é para não perder o prédio... (INFORMANTE 1, 2017)

Diante disso, se por um lado há todo um processo de valorização histórica e identitário por meio desses objetos; por outro, eles são vistos, para alguns, como uma ameaça à medida em que o território que conta com a presença desses artefatos passam a ser considerados territórios indígenas, dando aos índios o direito à

---

<sup>24</sup> A lenda da fundação de Palmeira dos Índios, criada por Luiz B. Torres em 1971 foi feita em formato de quadrinhos. A versão original está no acervo de Luiz Byron Torres que se encontram no Núcleo de Estudos Políticos, Estratégicos e Filosóficos - NEPEF da Universidade Estadual de Alagoas, campus de Palmeira dos Índios - AL.

reinvidicação e posse da terra. No entanto, os artefatos encontrados durante as escavações, tanto na cidade, quanto na zona rural de Palmeira, são fundamentais e talvez, segundo Chaves (2014), o motivo que impulsionou a criação de um museu que evidenciasse a “[...] preocupação da sociedade palmeirense com a preservação da memória local.” (CHAVES, 2014). Nesse contexto destaca-se Luiz Torres, memorialista responsável por uma contribuição significativa sobre a história de município, que

Durante o tempo em que viveu em Palmeira dos Índios, de 1943 a 1992, Luiz Torres se dedicou a colecionar fotografias, documentos e recortes de jornal sobre a história da cidade. Deixando um acervo considerável em posse do seu filho Luiz Byron Passos Torres, além de ter fundado o Museu Xucurus de História Arte e Costumes onde expôs muitos dos artefatos que conseguiu arrecadar nos mais variados pontos do município. (PEIXOTO, 2013)

A partir da contribuição dada por Luiz Torres para a história de Palmeira dos Índios fica evidente que, se por um lado a memória, o esquecimento e o silêncio<sup>25</sup> andam juntos, por outro, existe uma teia que a interliga à identidade ao patrimônio. Nesse sentido, o Museu Xucurus de História, Artes e costumes, construído a partir da ideia de criação de Luis Torres trabalha tanto como patrimônio, quanto como espaço de silenciamento. O que para Paranhos (2017) é uma situação na qual a imagem do negro e o índio é vista de maneira estereotipada, negando em seu discurso que esses indivíduos desempenham um papel importantíssimo no estabelecimento de um sistema cultural.

### **Museu Xucurus: entre colecionismos, imagens e representações**

[...] o Museu Xucurus de História, Artes e Costumes perpetuou-se como local de memórias em Palmeira dos Índios, configurando-se

---

<sup>25</sup> Na relação entre a memória, a história e o esquecimento trabalhado por Michael Pollak, podemos perceber que o indivíduo e/ou a coletividade não só escolhe, mas também seleciona o que deve ser lembrado e o que deve ser esquecido. Ver (POLLAK, 1989).

num ambiente que transmite uma imagem própria, uma narrativa sobre a história da cidade, tecida a partir da visão dos seus idealizadores. (SOARES, 2017).

A princípio, como Luiz Torres era responsável por uma contribuição significativa sobre a história do município e vinha de uma série de escavações feitas na cidade e seu entorno, onde foram encontradas igaçabas e outros artefatos indígenas que, de acordo com o Termo de Convênio entre a Secretaria da Educação e Cultura e o Museu Xucurus, publicado no Diário Oficial do Estado (D.O.E de 20/04/1983) na Portaria nº 497, de 19 de abril de 1983, cláusula primeira; o objetivo deste “museu-popular” era promover o desenvolvimento cultural, a conservação do acervo indígena e o fomento da indústria do turismo.

Partindo desta premissa, é criado o Museu Xucurus, que nasce da parceria entre o memorialista Luiz Torres, o bispo Dom Otávio Aguiar e o tenente Alberto de Oliveira; que o instaurou no prédio que outrora formava a Igreja do Rosário dos Pretos, erguida pelos escravos que viviam nessa localidade durante o século XVIII, que estava desativada. Face a isso, se por um lado Luiz Torres fundamenta a ideia de construir uma instituição memorialística para salvaguardar os artefatos indígenas; por outro, o bispo cedeu o local para que essas aspirações fossem concretizadas. Além do mais, sua presença foi fundamental para a coleta de objetos que seriam expostos no museu devido a campanha que ele criou para a arrecadação de peças que durou de dois a três meses e teve como apoio a Rádio Educadora Sampaio (dados retirados de acordo com o relatório feito pela Biblioteca de Palmeira dos Índios no dia 25 de novembro de 1974 e assinada por Luiz Torres, presidente do Museu Xucurus, em 16 de julho de 1979).

Desse modo, em 1971 foi fundado o Museu Xucurus de História, Artes e Costumes; contendo um acervo bem diversificado, constituído a partir de doações feitas pelas elites da região que pertencia à diocese de Palmeira dos Índios, na época, através dos objetos como armas, louças, moedas, máquinas de escrever, bem como

uma parte destinada a arte sacra, correntes e objetos que serviam para torturar os negros, além de um acervo de artefatos indígenas. Durante a inauguração, não há relatos da presença de indígena e quilombola no local, no entanto, comerciantes, empresários, vereadores e outros personagens do tipo, lá estiveram.

Nos dias atuais, ao nos deparamos em frente ao museu, observamos paredes com suas tintas descascadas, ao entrar a primeira imagem que se tem é a de um altar com algumas imagens de santos e caixas de vidro com as vestes de um padre da igreja católica que viveu e atuou na cidade. Na nave direita, estão expostas fotografias de alguns prefeitos do município, e à esquerda, uma coleção de santuários e fotos da primeira paixão de Cristo que aconteceu na Serra do Goití. Subindo a escadaria, nos deparamos no topo da escada, com três manequins: à direita, uma figura com calça branca acorrentada com a frase “Ladrão e Fugão” estampada no peito. No centro, a representação de uma mucama e à esquerda, um manequim acorrentado com uma mordaca tapando-lhe a boca. Na última sala estão expostos alguns artefatos indígenas como arcos, flechas, igaçabas e vestes religiosas.

A partir disso, acentua-se uma discussão acerca das formas como estão expostos os artefatos da cultura branca, negra e indígena e como cada um deles se percebem neste espaço. Quando pergunto a uma entrevistada que vive na comunidade quilombola do município se ela já havia visitado o Museu Xucurus que fica na antiga igreja que havia sido construída por negros ela me responde que nunca foi no museu, mas que já ouviu falar nessa igreja. Então, ao ver algumas fotos referentes a cultura negra que estão expostas no museu (fotos dos manequins acorrentados, do tronco e das telhas e potes de barro) ela diz emocionada, o seguinte:

É muita, é muita coisa minha fia... [...] Eu sinto muito problema, porque você ver a gente que é negro... Hoje tá melhor, porque no tempo dos antepassados a gente era humilhado [...] (INFORMANTE 2, 2019)

Em contrapartida com a fala do Informante 2, durante uma visita ao Museu com outra entrevistada, também quilombola, ela diz o seguinte em relação aos manequins dos negros que estão expostos no museu:

Olha a estética... Esse negro está totalmente europeu, não que ele não tenha havido a miscigenação, só que pra um negro requinto, com a pele super escura, como é que ele vai ter esses traços? Esses olhos que não são escuros? [...] Ai você trás um período tão longo que foi a escravidão e você traz três negros que foram responsáveis? [...] Você trás três negros pra representar [...] ai tipo, só foram esses três que ajudaram a construir aqui? Ai quando você coloca... olha a formosura que está no início do museu. Olha a riqueza de detalhes [...] protegido... Olha como está exposto! Olha a cor que está! Não é tirado, não é tido manutenção e além do mais não é valioso [...] Um manequim de plástico que vai ser substituído, que eles tentaram escurecer. Eles pintaram [...] foram tentar modificar o nariz e alargar [...] E olha só como eles colocam as marcas e os lábios tentando recortar os lábios dando aquela ideia de negro europeu [...] E outra coisa, só tem isso aqui relacionado à escravidão da população negra [...] e a maioria dos quilombos não é isso. Os quilombos não são isso. Eles tem a sua história ! (INFORMANTE 3, 2019)

A partir das narrativas da Informante 3, fica evidente a divergência que há em relação a imagem negra que está contida no Museu Xucurus e o que de fato eles simbolizam na atualidade.

Corroborando com isso, destacamos alguns elementos que envolvem a divergência entre aquilo que é projetado através das representações negras e indígenas contidas no museu e o que de fato simbolizam para os povos esquecidos pelo conjunto de relações econômicas, políticas e sociais. Para alguns Quilombos da Tabacaria, ver os objetos da cultura negra expostos no museu os trazem lembranças de dor e embora façam parte de sua trajetória, não mostram de fato o que eles são hoje. Já na perspectiva dos Xukuru-Kariri, os artefatos do sagrado indígena expostos são tidos como uma ofensa para sua cultura e para sua religião, além de seus mortos terem sido desenterrados e se tornado peça de museu.

## Conclusão

Ao compreendermos a impossibilidade de preenchermos completamente lacunas historiográficas, ao considerarmos suas continuidades e rupturas presentes na produção de documentos, ou na memória dos envolvidos nos processos históricos; apresentamos, nessa pesquisa, várias faces do cotidiano palmeirense, descritas a partir do Museu Xucurus de História, Artes e Costumes e, com isso, um pouco de como sua identidade é construída, transparecendo sua singularidade à medida em que deixa florescer as múltiplas expressões étnicas que dão, tanto o índio quanto o não-índio, o valor simbólico de sua cultura e marca as fronteiras sociais existentes entre eles.

Baseada nas relações socioculturais que ocorrem em meio a diversidade cultural do município, as análises e reflexões aqui feitas nascem da ideia de Certeau (2011), vinculadas a operação historiográfica, onde as imagens projetadas dos índios Xukuru-Kariri são influenciadas pelo tempo e espaço e assim pela subjetividade de cada indivíduo que está disposto a analisá-las, buscando romper com as barreiras que geram poucos ou um só eco, causadas pelos silenciamentos e pelos esquecimentos.

Assim, discutimos sobre como o museu pode representar o contexto de conflito em que se encontra o local no qual foi fundado. Esse caso nos faz refletir sobre quais são as histórias, as artes e os costumes neles representados, privando os usos e/ou desusos da capacidade memorialística e patrimonial. Compondo enfim, uma instituição capaz de demonstrar a predominância e o prestígio de mais de uma memória e, assim, mais de uma história que descreve o município de Palmeira dos Índios.

## Referências

CHAGAS, Mário. Memória e poder: dois movimentos. *Cadernos de Sociomuseologia*, [S.I.], v.19, n.19, jun, 2009. p. 43 – 80.

CHAVES, Julio César. “*Eu não queria que índio se tornasse peça de museu*”: polifonias dos Xucuru-Kariri sobre museus. Especialização – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Maceió, 2014.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. Tradução de Maria de Lourdes Menezes; revisão técnica Arno Vogel. 3ª ed. Rio de Janeiro, Forense, 2011.

Diário Oficial do Estado (D.O.E de 20/04/1983) na Portaria nº 497, de 19 de abril de 1983. *Termo de Convênio entre a Secretaria da Educação e Cultura e o Museu Xucurus*.

HALL Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*; tradução Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 12ª ed. Rio de Janeiro: Editora Lamparina. 2015.

\_\_\_\_\_. *Cultura e representação*; Organização e Revisão Técnica: Arthur Ituassu; tradução: Daniel Miranda e William Oliveira. Rio de Janeiro: Ed: PUC-Rio: Apicuri, 2016.

PARANHOS, Aline de Freitas Lemos. *NAS FRONTEIRAS DO SILÊNCIO: a presença negra e indígena no acervo museológico de Palmeira dos Índios/AL*. In: MARIA NETA, Francisca; PEIXOTO, José Adelson Lopes. *Alagoas nos trilhos das memórias: imagens patrimônios e oralidades*; prefácio Edson Silva. Recife: Libertas, 2017. p. 221 – 233.

PEIXOTO, José Adelson Lopes. *Memórias e imagens em confronto: os Xucuru-Kariri nos acervos de Luiz Torres e Lenoir Tibiriçá*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa: UFPB, 2013.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

\_\_\_\_\_. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

POULOT, Dominique. *Uma história do Patrimônio no Ocidente, século XVIII – XXI: do monumento aos valores*; tradução Guilherme João de Freitas Teixeira. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

SAMAIN, Etienne. *Como pensam as imagens*. SAMAIN, Etienne (Org.). Campinas: Editora da Unicamp, 2012.

SOARES, Brunemberg da Silva; SILVA, Edson. *Os indígenas Xuhuru-Kariri em Palmeira dos Índios/Al: entre relatos e espaços de memórias*. In: MARIA NETA, Francisca; PEIXOTO, José Adelson Lopes. *Alagoas nos trilhos das memórias: imagens patrimônios e oralidades*; prefácio Edson Silva. Recife: Libertas, 2017. p. 123 – 140.

TEIXEIRA, Luana. *Para além da “pedra e caco”*: o patrimônio arqueológico e as igaçabas de Palmeira dos Índios, Alagoas. Monografia (Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan/ Superintendência Estadual de Alagoas, Rio de Janeiro, 2012.

TORRES, Luiz B. *Tilixí e Txiliá. Lenda da fundação da cidade de Palmeira dos Índios*. Texto não publicado. 1971.

# LUGARES DE TRABALHO E MEMÓRIA: PATRIMÔNIO INDUSTRIAL FERROVIÁRIO EM PARNAÍBA-PI, 1916-1980

**Lêda Rodrigues Vieira**

Mestrado em História do Brasil pela UFPI

Professora Assistente II da UESPI, Campus Professor Alexandre Alves de Oliveira. E-mail: ledarodrigues@phb.uespi.br

**Resumo:** A ferrovia chegou no Piauí depois de muitas paralisações, sendo somente em 1916 a inauguração do primeiro ramal ferroviário, ligando Portinho à Cacimbão na região norte do Estado. Nesta região foram inaugurados outros trechos e estações ferroviárias entre os anos de 1920 a 1937, atingindo cidades como Parnaíba, Amarração (atual Luís Correia), Bom Princípio, Frecheiras, Cocal, Deserto, Piracuruca e Piripiri. Com as ferrovias, a paisagem urbana e rural se modifica, as ruas assumem novos contornos e funções, o que antes funcionava como símbolo do movimento de pedestres, com o trem passa a ter outros significados: espaço de velocidade, barulho das locomotivas, perigo dos atropelamentos, trabalho, etc. A proposta deste artigo é problematizar o legado do patrimônio industrial ferroviário na cidade de Parnaíba no período de 1916 a 1980, uma das primeiras cidades do Estado a ser contemplada por trilhos de ferro e a ter sua paisagem transformada com a passagem do trem. Para isso, analisamos elementos materiais da cidade dotados de diferentes temporalidades, sendo os espaços da ferrovia marcados pelo fervilhar humano (do passageiro ao trabalhador ferroviário) por meio da estação ferroviária, da guarita, das oficinas, etc. Além disso, as memórias escritas e orais dos atores sociais, por meio de crônicas publicadas em jornais e entrevistas orais com ferroviários aposentados da Central do Piauí na busca de compreender os diversos sentidos atribuídos ao espaço ferroviário e a relação com a história da cidade.

**Palavras-chave:** História. Trabalho. Memória. Patrimônio Industrial. Ferrovia.

Nos primeiros anos do século XX, o Piauí ainda não possuía um quilômetro sequer de trilhos ferroviários assentados. Foi somente em 19 de novembro de 1916, que ocorreu a inauguração do primeiro trecho ferroviário na região norte do Estado, entre Portinho e Cacimbão, com 24 km de extensão. Nesse mesmo dia foi também lançada a pedra fundamental da Estação Ferroviária de Parnaíba.

A ferrovia chegou ao Piauí num momento em que o governo federal começa a se preocupar em integrar e desenvolver as diversas regiões brasileiras através da construção de rodovias em todo o país. Nesse sentido, as ferrovias assume uma posição secundária nos programas de transporte do governo federal, ficando muitos projetos ferroviários esquecidos e/ou abandonados durante anos. No Piauí não seria diferente, antes da implantação dos primeiros trechos ferroviários, inúmeros estudos e projetos foram produzidos e mantidos no esquecimento durante os anos finais do século XIX e início do século XX, mas por iniciativa do governo federal acabou sendo efetivado alguns desses trechos, principalmente aqueles que interligavam Amarração (Atual Luís Correia) às principais cidades da região norte do estado: Parnaíba (1920), Cocal (1923) e Piracuruca (1923).

As cidades contempladas por estradas de ferro tiveram sua paisagem urbana transformada devido a presença de diferentes edificações construídas para auxiliar as diversas atividades profissionais realizadas no espaço ferroviário, bem como ao atendimento dos passageiros: estações, armazéns de carga e mercadorias, oficinas de manutenção, local para manobra de composições, caixas d'água suspensas, casas para funcionários (vilas ferroviárias), depósito de carvão, curral, etc. Essas edificações tornaram-se o maior legado das ferrovias em cidades contempladas por essa modalidade de transporte, pois contribuíram para o surgimento de cidades e povoados em regiões antes desertas e consolidou os núcleos urbanos já existentes.

Nesse sentido, realiza-se uma análise do legado das ferrovias no Piauí, sobretudo na cidade de Parnaíba uma das primeiras do Estado a ser contemplada

por trilhos de ferro e a ter sua paisagem transformada com a passagem do trem. O historiador ao narrar a história da cidade precisa investigar, recolher e analisar diversos vestígios de uma determinada época desde o material ao simbólico. Para isso, o investigador precisa de um olhar atento e apurado para perceber nos elementos materiais da cidade diferentes temporalidades. Para Brescianni, “na cidade, a história se constrói no espaço e no edifício público; nesses espaços, instauram-se possibilidades de ação pela presença coletiva dos atores sociais e pelo registro dessa presença dramatizada em espetáculo” (OLIVEIRA In BRESCIANNI, 2002, p. 30), e os espaços da ferrovia traduzem, muito bem, esse fervilhar humano: do passageiro ao trabalhador ferroviário.

No entanto, não é somente os elementos materiais que dar a ver o passado da cidade, mas também as memórias escritas e orais dos atores sociais. Desse modo, na tentativa de compreender as transformações sociais, culturais e econômicas ocorridas em Parnaíba, principalmente no espaço ferroviário recorreremos a metodologia da História Oral para aproximarmos das experiências no trabalho e na cidade presentes nas memórias construídas de ferroviários aposentados da Estrada de Ferro Central do Piauí. Quais as representações construídas em torno da ferrovia? Como representavam o espaço ferroviário enquanto lugar de trabalho? E enquanto lugar de sociabilidade?

A metodologia da História Oral representa uma possibilidade de alargar os horizontes do pesquisador em relação as diferentes vivências humanas, mas para isso é indispensável um trabalho histórico, de pesquisa prévia para compreender as expressões de vida e acompanhar o relato do interlocutor. Nesse sentido, as vivências narradas pelos interlocutores permitem ao historiador conhecer diferentes interpretações e experiências do cotidiano do entrevistado, mas não esquecendo que a entrevista de história oral é uma fonte, uma versão dentre outras constituída de subjetividades, distorções, erros, omissões e silêncios possíveis de serem interpretados pelo historiador. Para Verena Alberti,

[...] a história oral é um método de pesquisa (histórica, antropológica, sociológica etc.) que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram de, ou testemunharam, acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, como forma de se aproximar do objeto de estudo. Como consequência, o método da história oral produz fontes de consulta (as entrevistas) para outros estudos, podendo ser reunidas em um acervo aberto a pesquisadores. [...] A entrevista de história oral – seu registro gravado e transcrito – documenta uma versão do passado. (ALBERTI, 2005, p. 18-19)

As entrevistas de história oral permitem ao historiador realizar comparações das diferentes versões sobre o acontecido, compreender que o passado não constitui um só, mas é plural. Ecléa Bosi ao realizar entrevistas com antigos moradores de São Paulo percebeu que “a memória dos velhos desdobra e alarga de tal maneira os horizontes da cultura que faz crescer junto com ela o pesquisador e a sociedade em que se insere”. (BOSI, 2003, p. 199) Nesse sentido, se faz a análise das memórias de ferroviários aposentados da Central do Piauí na busca de compreender os diversos sentidos atribuídos ao espaço ferroviário e a relação com a história da cidade. Nas entrevistas realizadas com esses atores sociais se pode perceber que ao lembrarem de seu tempo de trabalho na ferrovia apoiavam-se muitas vezes nas “pedras da cidade”, remetiam aos “lugares de memória” ainda hoje existentes no cenário urbano como, por exemplo, a estação. De acordo com Vera Dodebei:

[...] Para a imaginação histórica, há a necessidade de dar sentido ao material do passado, ao material morto ou às ruínas. Tais ruínas estão sempre presentes nas construções da memória, de tal sorte que não representam a degradação ou perda de uma possível identificação cultural; ao contrário, fundam o imaginário histórico. (DODEBEI, 2005, p. 47)

Os trabalhos de construção dos primeiros trilhos de Ferro no Piauí foram iniciados em 1916, através da iniciativa do governo do Estado. Anteriormente, através do Decreto n. 8.711, de 10 de maio de 1911, ficara a construção da linha de

Amarração à Campo Maior a cargo da Companhia *South American Railway Ltda* que construiu 23 km de ferrovia, sendo paralisados os serviços em 1913. Em 1915, com o decreto de caducidade do contrato celebrado com a companhia *South American Railway Ltda*, a estrada de ferro piauiense passou a ser subordinada pelo governo federal, através da Rede de Viação Cearense e tendo como sede de seu escritório central na cidade de Parnaíba. Em portaria de 28 de maio de 1920, a estrada de ferro Amarração-Campo Maior passou à Superintendência da Inspeção Federal das Estradas com a denominação de Estrada de Ferro Central do Piauí. Nesse período, foram planejadas e construídas por engenheiros e trabalhadores diversas obras d'arte: estações, pontes e pontilhões, bueiros, assentamento de trilhos etc. que contribuíram para a formação de cidades e povoados na região norte do Estado.

A história da construção da ferrovia no Piauí pode ser narrada por antigos ferroviários que trabalharam de sol a sol para ver concluído um grande sonho, ver o território piauiense cortado por trilhos de ferro. São trabalhadores constituídos de engenheiros e operários que povoaram os mais diferentes espaços da ferrovia acompanhados do desejo de trabalhar para o sustento próprio e de sua família. Esses trabalhadores eram contratados para os diversos serviços: construção de pontes, pontilhões e bueiros, implantação de dormentes e trilhos, manutenção e conservação do material rodante, etc. Na lembrança de Francisco de Sousa Marques, admitido em 9 de setembro de 1950 e aposentado em 30 de setembro de 1979 como supervisor especial de linha da Central do Piauí e filho de ex-ferroviário, João Marques de Melo, que trabalhou na construção do primeiro trecho ligando Portinho à Cacimbão, afirmava que uma das obras mais importantes numa ferrovia é a construção de uma ponte. Francisco Marques (2006) citou o exemplo de seu pai que

[...] foi um dos primeiros funcionários, ele veio pra construir, ele veio pra construir os serviços de obras artes, obras artes que chamamos era bueiros e pontes não sabe? Chamam-se obras artes, ele veio pra fazer estas construções. Primeiro veio construir os pilares da ponte lá

do rio Portinho depois foi que os engenheiros veio localizar a parte metálica, já com as placas e o concreto armado.

As “obras artes” mencionadas por Francisco Marques eram representadas pelas pontes metálicas, aterros, bueiros e pontilhões, construídas ao longo da ferrovia para permitir a passagem do trem em lugares cortados por rios, riachos e pequenas serras. Na construção da Estrada de Ferro Central do Piauí foram edificadas diversas obras artes, dentre elas, podemos destacar a ponte metálica sobre o rio Portinho, inaugurada em 1922 e cuja implantação objetivava ligar a localidade de mesmo nome a Cacimão. Atualmente essa ponte encontra-se abandonada precisando de reparos e manutenção.

No município de Parnaíba, cidade situada a 345 km da capital Teresina e a poucos quilômetros do mar, à margem direita do rio Igaracú, nos tempos áureos da ferrovia entre os anos de 1920 a 1960 teve diversos povoados circunvizinhos formados e desenvolvidos pela presença da estrada de ferro como Marruás, Bom Princípio e Cocal. Este último desenvolveu-se com maior proporção ao se destacar no intercâmbio comercial com o Ceará através da cidade de Viçosa, absorvendo toda a produção agrícola e pecuária da Ibiapaba. A estação de Cocal foi inaugurada em 13 de fevereiro de 1923, pelo então diretor da Central do Piauí, Miguel Furtado Bacelar. Com o início do tráfego ferroviário, a cidade passou por um desenvolvimento comercial muito significativo, contribuindo para a formação de pequenas aglomerações populacionais que atualmente são cidades ou povoados como Cocal dos Alves e Freicheiras<sup>26</sup>.

Em algumas cidades brasileiras os trilhos percorriam diversos lugares, principalmente cortando ruas e avenidas, ocasionando um novo reordenamento e assumindo novos significados dentro do espaço urbano. Em Parnaíba, o visitante ao percorrer os trilhos de ferro podiam observar uma cidade dividida entre o “pra cá” e

---

<sup>26</sup> Frecheiras é um povoado situado a 13 km de Cocal, no qual a estação ferroviária foi inaugurada em 19 de janeiro de 1923.

o “pra lá” dos trilhos, setorizando, parte das vezes as classes sociais e em seu percurso os passageiros podiam visualizar paisagens diversas desde edificações comerciais, fábricas e praças até residências com estilo colonial.

A paisagem urbana sofre diversas modificações com a presença da ferrovia quando o silêncio é interrompido pela passagem rápida e esfolegante da locomotiva e de seus apitos estridentes que avisava a população a hora da partida e chegada e quando o ar é envolvido por rolos de fumaça e faíscas. Para Certeau, dentro do vagão de trem o viajante é “uma célula racionalizada” experienciando na estação a “imobilidade de uma ordem” onde “reinam o repouso e o sonho” para logo ao adentrar no trem se deparar com a imobilidade das coisas de fora “montanhas solenes, extensões verdes, aldeias sossegadas, colunatas de prédios, negras silhuetas urbanas contra a rosa do entardecer, brilhos e luzes noturnas em um mar de antes ou depois de nossas histórias”. (CERTEAU, 1996, p. 194) O historiador para chegar ao conhecimento do passado da cidade acumula através da investigação diferentes fontes que auxiliam em sua interpretação e

a cidade, processo de construção coletiva, acumula em sua paisagem os momentos da história de uma coletividade e os elementos da paisagem urbana, manifestações da vida social e, portanto, prova viva de valores, culturas, memórias e identidades de uma época. (PASSARELLI, 2006, p. 370)

A chegada da ferrovia na cidade representou uma mudança na rotina das pessoas, a velocidade do trem impõe aos passageiros uma nova percepção da paisagem e os horários de chegada e partida do trem passam a controlar o tempo obrigando “os passageiros a ajustarem suas particularidades e o próprio cotidiano”. (POSSAS, 2001, p. 57) A estação ferroviária se coloca como referência arquitetônica e urbana do lugar, “pelo fato de ligarem a via férrea com as respectivas aglomerações” e, muitas vezes chega a originar uma avenida ou praça à sua frente. (POSSAS, 2001, p. 63)

## Referências

- ALBERTI, Verena. *Manual de História Oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- BOSI, Ecléa. Memória da cidade: lembranças paulistanas. *Estudos avançados*, v. 17, n. 47, 2003.
- BRESCIANI, Maria Stela. Cidade e história. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (Org.). *Cidade: história e desafios*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 2002.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Rio de Janeiro: Vozes, 1996.
- DODEBEL, Vera. Memória, circunstância e movimento. In: DODEBEL, Vera; GONDAR, Jô. (Org.). *O que é memória social*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2005.
- MARQUES, Francisco de Sousa. *Depoimento concedido a Lêda Rodrigues Vieira*. Cocal, 22 dez. 2006.
- PASSARELLI, Silvia Helena Facciolla. Paisagem ferroviária: memória e identidade na metrópole paulista. *Exacta*, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 363-373, jul./dez. 2006.
- POSSAS, Lidia Maria Vianna. *Mulheres, trens e trilhos: modernidade no sertão paulista*. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

# FORMAÇÃO DA FAUNA E FLORA NO PERÍODO PERMIANO NO NORDESTE BRASILEIRO

**Danúbia da Rocha Sousa**

Graduada em História (UESPI), pós-graduada em História do Brasil (FAEME) e pós-graduanda em Práticas Assertivas da Educação Profissional Integrada à EJA (IFRN). Tutora Presencial do curso de História CEAD/UFPI polo de Floriano-PI.

**Resumo:** O artigo propõe analisar a formação da fauna e da flora no nordeste brasileiro (Tocantins, Maranhão e Piauí) durante o período Permiano. O mesmo relata sobre a contribuição dos fatores climáticos durante esse período e sua influência para o surgimento das espécies e árvores típicas da região, bem como as consequências das mudanças do clima nessa região que afetaram na formação e transformação da fauna e flora, uma vez que muitas foram extintas e outras começaram a aparecer. Assim, no decorrer do texto será apresentada a relevância dessas mudanças de clima para a formação das espécies e suas variedades. Descrever os fatores que propiciaram a biodiversidade da região do nordeste brasileiro e destacar sua importância para a disseminação da história e arqueologia do nordeste brasileiro. A metodologia utilizada para o desenvolvimento do artigo foi baseado em referenciais teóricos como: Brito (2009), Cardoso (2015), Santos e Carvalho (2004) entre outros. Ficou evidenciado na pesquisa que tanto a fauna como a flora do nordeste brasileiro resultou das mudanças climáticas ocorridas durante o período Permiano, último da era paleozoica e constitui um grande legado para a arqueologia brasileira.

**Palavras-chave:** Formação da Fauna e Flora. Período Permiano. História e Memória.

## Introdução

O período permiano ocorreu entre os anos de 299-251 milhões de anos e foi o último da era paleozoica. Foi uma época de grandes transformações na terra. Tais

mudanças ocorreram de maneira brusca, ou seja, muitas espécies desapareceram neste tempo. Tanto que teóricos afirmam ter sido um período de maior extinção de animais da história da Terra. Porém, afetaram em maior quantidade as comunidades marinhas, que muitas foram extintas, diminuindo bastante este domínio ecológico.

A fauna e flora do período permiano foram marcadas pela variedade das mesmas, isso se deve os fatores climáticos que propiciaram estímulos à biodiversidade. Dados estatísticos mostram que muitos vertebrados deixaram de existir durante o permiano. Benton (2005) afirma que, *apud*, Cardoso (2015) apenas 12 das 48 famílias de vertebrados terrestres existentes sobreviveram. Em contrapartida, outras começam a aparecer.

Sabemos assim, que tais registros fósseis do período são de origem tanto dos restos de animais como das florestas. Esses materiais eram soterrados por meio de ações naturais como os ventos, às chuvas dentre outras ações da natureza. Eram acumuladas em camadas e com o passar dos anos eram petrificadas, ocorrendo à formação de rochas.

Vale ressaltar que neste período também foi demarcado de macroevolução, quer dizer, muitas espécies sumiram, porém, outras novas começaram a surgir. Outras famílias de mesmas espécies passaram a ganhar novas formas para o corpo. Segundo Cox e Hutchison (1991) *apud* Santos e Carvalho (2004) reestudaram o *Prionosuchus* (anfíbio), perceberam que a espécie possui a cabeça alongada, possivelmente para facilitar alimentação de peixes. Compararam com outros gêneros do mesmo grupo, que ocorreram no Hemisfério Norte e sugeriram que sua expansão foi controlada através dos fatores climáticos.

Para a compreensão melhor do período, pesquisadores adotaram como meio para o entendimento deste, estudo do fóssil de um anfíbio labirintodonte. Com isso foi possível classificar o período. Além disso, estudos voltados para características de outros peixes.

A flora também foi analisada com o mesmo ponto de vista da macroevolução no Período Permiano. Foi diagnosticada na bacia do Parnaíba a presença de troncos de madeiras em todo o envolto da bacia. Estudos admitiram que houvesse o surgimento de novas espécies de madeiras nesse tempo. Em outros casos, a substituição de uma família por outra, ou seja, a flora deste período sofreu mudanças radicais, com a alteração do clima. Era bastante presente as de origem das Gimnospermas.

As florestas foram denominadas de petrificadas porque possuíam caules fósseis, com o passar dos anos estes se tornaram mais resistentes, resultando na fossilização dos mesmos e também na sedimentação, processo este derivado do material localizado no ambiente. A grande maioria deles ficava soterrada e em estado de decomposição.

De acordo com BRITO et al.. (2009) o maior registro fóssil deste período no Brasil ocorreu no estado do Tocantins. O autor afirma que os vegetais, permineralizados (fósseis advindo de matéria como, lenhos e ossos) por sílica - rolados ou encontrados em quartzo-arenitos e pelitos - são abundantes e tridimensionalmente bem preservados. Caules muito longos, ultrapassando 10m e com diâmetros basais de até 1,20m, são comuns. Essas características podem ter contribuído para que diversos pesquisadores entendessem a botânica tanto aquática como terrestre do período.

A Floresta Petrificada do Tocantins Setentrional (FPTS) - listada entre as 31 mais belas florestas fossilizadas da Terra (Dernbach, 1996) *apud* BRITO et al (2009) é um desses tesouros da natureza, constituindo-se no mais exuberante e importante registro florístico tropical-subtropical permiano no hemisfério sul.

Assim, pode-se dizer que tanto a fauna quanto a flora sofreram transformações no período permiano, sendo este considerado um dos períodos que mais marcou a história de espécies na Terra, devido algumas catástrofes naturais. Com isso, muitos animais deixaram de existir durante este tempo.

Além desse, podemos afirmar registros fósseis no Piauí, na região de Teresina, este conhecido como Parque Floresta fóssil do Rio Poti, neste é certo que os fósseis encontrados são de plantas das classes pteridófitos e gimnospermas, árvores de grande porte do período Permiano. Os táxons vegetais presentes são *Psaronius sp.* e uma espécie fóssil só conhecida nesse sítio, que recebeu o nome *Teresinoxylon euzebioi* em homenagem a Teresina (Caldas et al. 1989). Também foi constatada a presença de estromatólitos, os quais são estruturas sedimentares de origem orgânica, formadas

por atividades de microrganismos bentônicos fotossintetizantes em ambientes aquáticos (Santos e Carvalho 2004).

## Teorias sobre as extinções da Fauna e Flora do Período Permiano

Segundo Cardoso (2015) estas grandes extinções ocorreram por diversos motivos, como choques de asteroides, mudanças climáticas, alterações na tectônica de placas, níveis globais de vulcanismo e elevação do nível dos mares. Podemos assim entender que esses eventos explicam o comportamento da vida no planeta e as respectivas transformações na superfície terrestre.

A imagem abaixo mostra uma análise dos períodos de maiores extinções na história do Planeta Terra. Assim, podemos ver através da mesma que o Permiano foi marcado por essas percas ecológica, neste caso acredita-se que a grande maioria delas foi ocorrida por questões naturais e não humanas. O gráfico mostra a extinção em massa durante o Permiano.

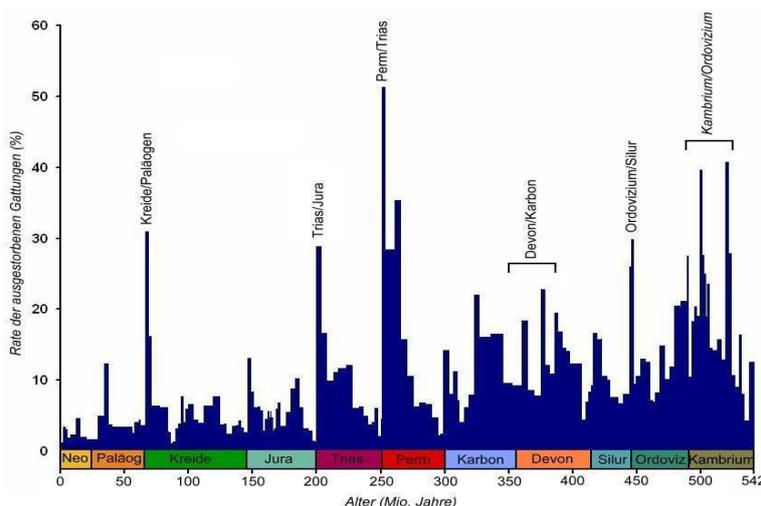


Figura 01 – a imagem representa as cinco maiores extinções de espécies aquáticas e terrestres no mundo. Disponível em: <https://www.google.com/search?client=firefox-b-ab&biw>

Essa extinção das espécies ocorridas no período Permiano marcou o fim da Era Paleozoica e marcou o início da Mesozoica.

Outro fator que marcou o período Permiano foi à formação do pangeia, segundo algumas teorias afirmam que foi formado um único supercontinente (pangeia). As condições climáticas sofreram grandes transformações na era permiana, um dos fatores responsáveis foi à diminuição da glaciação (diminuição do gelo na superfície), tornando os continentes mais secos, essa ocorrência, se deu principalmente no Hemisfério sul do pangeia, facilitando no melhoramento do clima para animais que se adequava a essas condições climáticas. Os mesmo que sobreviveram, tiveram que se adaptar ao clima do ambiente, caso contrário, não viveria. Novas famílias também apareceram, outras foram substituídas.

Algumas mudanças climáticas foram se acentuando devido aos choques das placas continentais, com isso começou a surgir às montanhas, e, os ventos tomaram rumos de circulações diferentes. Tais fatores contribuíram para as formações climáticas do pangeia a diferenciar-se. Quer dizer, a região do continente passou a ter clima diversificado desde a parte interna do mesmo, diferentemente ao norte e sul.

Este período também foi marcado por um aquecimento global exacerbado, causa que também justifica as extinções das espécies. Segundo CARDOSO (2015) essas consequências podem ser resultado da variação do nível do mar, uma vez que o planeta estava numa situação de Pangeia (supercontinente formado, e, portanto, nível do mar baixo) (Rees, 2002), houve um aumento abrupto da temperatura e uma acentuada formação de rochas pelo vulcanismo, resultando em subida do nível do mar.

O período Permiano ocorreu na era paleozoica, foi possível perceber que este foi marcado no nordeste do Brasil, pela formação da pedra de fogo na bacia do Parnaíba e também a formação Motuca, entre as cidades de São Domingos e Benedito Leite no Maranhão. Ambas as formações abrangem áreas do Piauí, Tocantins e Maranhão.

A Formação Pedra de Fogo, de idade permiana, foi mapeada sistematicamente por técnicos da PETROBRAS, que identificaram o deslocamento das áreas de

subsidência para o centro e oeste da bacia (Aguiar 1969; Aguiar 1971; Mesner & Wooldridge 1964). *Apud* Santos e Carvalho (2004). Observe a imagem abaixo

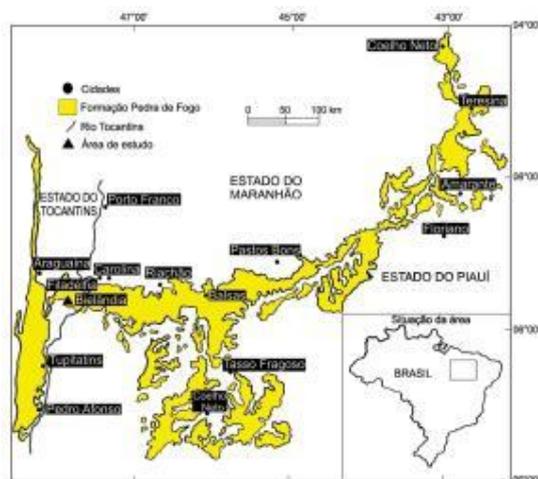


Figura - Área de exposição da Formação Pedra de Fogo

A formação da pedra de fogo se deu devido aos fosséis vegetais, principalmente advindo da madeira e de arenitos argilosos. Quer dizer, tanto a fauna quanto a flora foram responsáveis pela formação da pedra de fogo nas áreas do Piauí, Tocantins e do Maranhão, foram pioneiras nessa formação durante o período permiano.

É perceptível em várias áreas do Piauí, como, por exemplo, a vista panorâmica da serra das arraras próximo a Floriano Piauí. Na Figura 01.

Além da formação da pedra de fogo no permiano houve também a Formação Motuca, outro grande marco para este período. Faria Jr. (1984) *Apud* Santos e Carvalho (2004) descreveu a Formação Motuca, a oeste da bacia, reconhecível pela cor vermelha tijolo, com predomínio de pelitos (argilitos e siltitos). Apresentam camadas de gipsita (anidrita) intercaladas aos carbonatos. Os ambientes foram definidos como compostos por ambientes fluviais, eólicos, correspondentes a uma evolução para um clima mais árido. Na figura 02, a imagem retrata o predomínio das características acima descritas das camadas rochosas durante a Formação Motuca no estado do Maranhão.

No Piauí, podemos afirmar que existem outros sítios paleontológicos, porém não mais no período Permiano. Destarte, serão apresentados abaixo nas imagens referentes aos sítios localizados no Piauí. Como por exemplo, o parque de Sete Cidades, monumento este de formação natural, oriundo do período Devoniano; o Parque Nacional da Serra da Capivara, localizado próximo à cidade de São Raimundo Nonato, Piauí. É um patrimônio cultural da humanidade, devido a sua amplitude de registro fósseis do período. Vários estudiosos realizam pesquisas neste sítio, buscando entender a sociedade de povos antigos que deixaram seus registros nessa região; existe também no Piauí o Parque Floresta fóssil Rio Poti, localizado em Teresina, é importante frisarmos que este teve sua formação no período Permiano; e, o Parque Nacional da Serra das Confusões, localizado na cidade de Caracol, região sudeste do Piauí, este também é de suma importância para a área, pois, ainda possui um ecossistema de caatinga, deve ser preservado, trata-se de registros paleontológicos do Piauí.

## **Conclusão**

O trabalho foi realizado levando em considerações as características do Período Permiano da era Paleozoica. Foi possível diagnosticar que este tempo foi de grandes transformações tanto da fauna e da flora. É considerado como o de maior extinção das espécies da história da Terra. Muitos peixes desse período foram extintos, como também alguns dinossauros. As florestas petrificadas tiveram características próprias, através de camadas soterradas formavam as rochas argilosas. Logo, a questão climática foi importante para a conservação de muitas espécies, e preservação dos ecossistemas.

Nesse trabalho mostrou-se o período permiano desde a sua origem até término do mesmo, dando início a uma nova era, a mesozoica. Além disso, vários

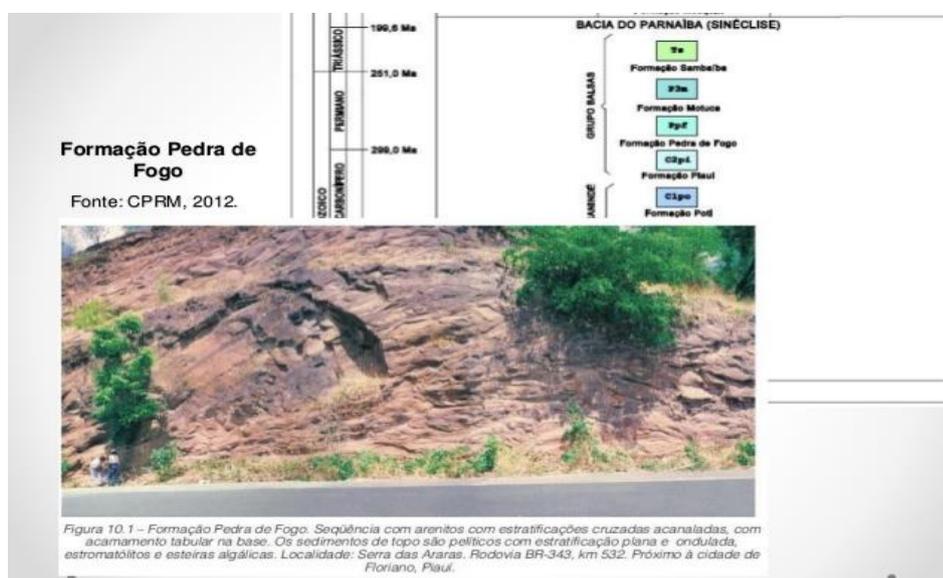
fatores foram apresentados sobre as teorias da extinção dessas espécies tanto terrestre quanto aquática.

Assim sendo, mencionou-se que as extinções, ocorreram devidas, o aquecimento global exacerbado, vulcanismos, encontro continental das placas tectônicas, em alguns casos, elevação do nível do mar. Alterando a questão climática.

Por fim, descreveu-se sobre alguns sítios paleontológicos do Brasil e do Piauí. Inferindo as características de cada um dos citados, como também sua respectiva importância para os estudos realizados pelos pesquisadores. Pois, a grande maioria desses sítios são considerados patrimônio histórico e cultural da humanidade. Sendo preciso haver a preservação dos mesmos.

### Figuras sobre os sítios retratados na pesquisa

Figura 01 – Referente à Pedra de Fogo na área do Piauí, próximo a Floriano - PI



Formação pedra de Fogo.

Figura 02 – Referente à Formação Motuca



Afloramentos e caules petrificados. Formação Motuca.

Figura 03 – Parque Nacional de Sete cidades, Piauí.

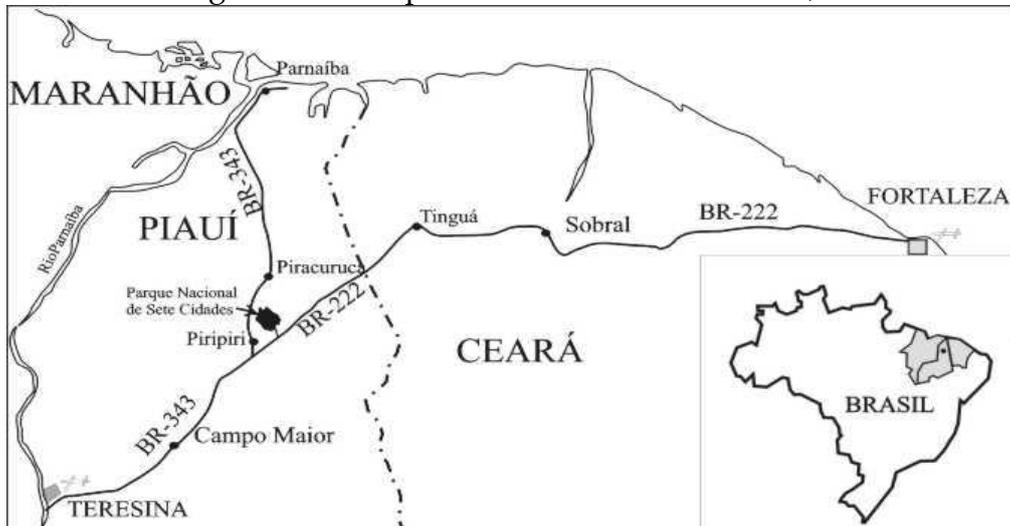


Figura 04 – Parque Nacional da Serra da Capivara, Piauí.

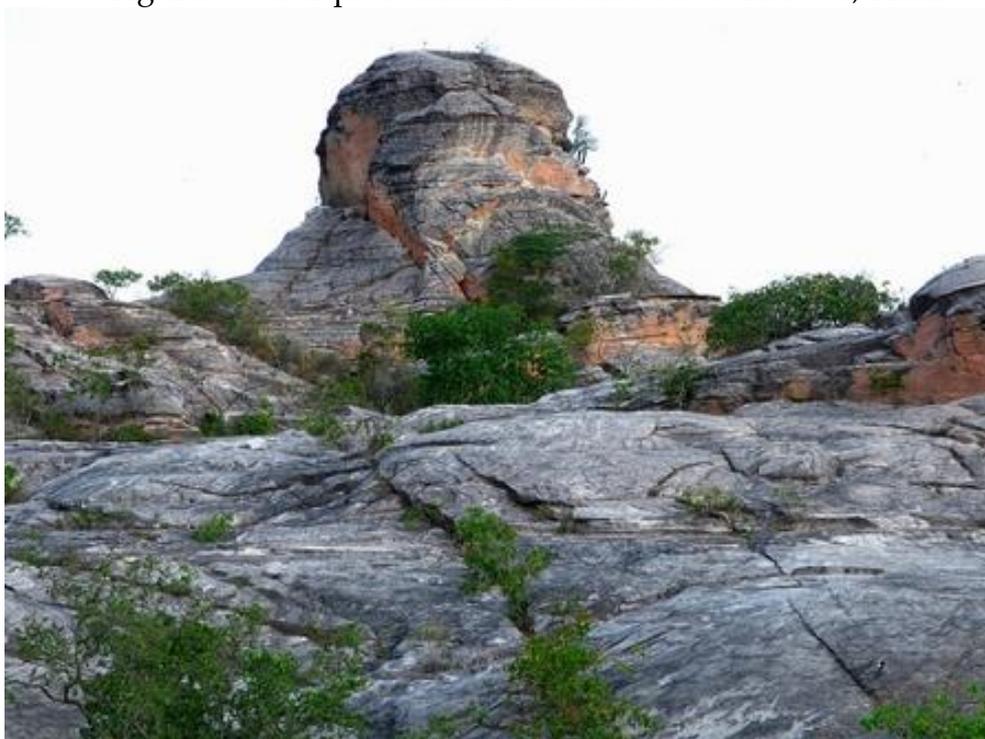


Inscrições rupestres

Figura 05 – Parque Floresta Fóssil Rio Poti, Teresina Piauí.



Figura 06 – Parque Nacional da Serra das Confusões, Piauí.



## Referências

BRITO, Dimas Dias. *Et al... Floresta Petrificada do Tocantins Setentrional*. Trabalho divulgado no site da SIGEP <<http://www.unb.br/ig/sigep>>, em 23/1/2007, também com versão em inglês.

CALÇA, Cleber Pereira. *Microbiota Fóssil em sílex da formação assistência* (subgrupo Irati, Permiano, Bacia do Paraná) São Paulo, 2008.

CÂMARA, Ibsen de Gusmão. *Extinção e Registro Fóssil*. Artigo publicado. Revista Anuário do Instituto de Geociências - UFRJ ISSN 0101-9759 e-ISSN 1982-3908 - Vol. 30 -1 / 2007 p. 123-134.

CARDOSO, Fernanda Dittamar. *A Sexta extinção em massa e o antropoceno*. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título. Curitiba, 2015.

GALLO, V.; SILVA, H. M. A.; BRITO, P. M. & FIGUEIREDO, F. J. *Temnospôndilos do Brasil: uma breve revisão e aspectos paleobiogeográfico* (eds.) – p. 69-98 – ISBN: 978-85-7193-236-4

LUZ, Carolina Francisca Marchiori da. *Sítios Arqueológicos de Registro Rupestre: Gestão Compartilhada e as Ações de Preservação do Iphan no Parque Nacional Serra da Capivara e entorno – Piauí, Brasil/ – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2012.*

QUARESMA, Larissa Sales. CISNEROS, Juan Carlos. *O Parque Floresta Fóssil do Rio Poti como ferramenta para o ensino de Paleontologia e Educação Ambiental.* Artigo publicado na revista TERRÆ 10,2013. ISSN 1679-2297.

SANTOS, Maria Eugenia de Carvalho Marchesini. CARVALHO, Marise Sardenberg Salgado de. *Paleontologia das bacias do Parnaíba, Grajaú e São Luís.* CRPM, (programa levantamentos geológicos básicos do Brasil) Rio de Janeiro, 2004.

SILVA, Diego Teixeira Lima. *et al... Mapeamento Geológico na Escala de 1:25 000 no Município de Babaçulândia-TO Equipe IX.* Trabalho acadêmico da universidade federal do sul e sudeste do Pará instituto de geociências e engenharias faculdade de geologia. Pará, 2004.

#### **Sites visitados**

[http://www.cprm.gov.br/publique/media/Cap10\\_11.pdf](http://www.cprm.gov.br/publique/media/Cap10_11.pdf)

[http://www.anuario.igeo.ufrj.br/anuario\\_2007\\_1/2007\\_1\\_123\\_134.pdf](http://www.anuario.igeo.ufrj.br/anuario_2007_1/2007_1_123_134.pdf)

<http://rigeo.cprm.gov.br/xmlui/handle/doc/448>

<https://www.portalsaofrancisco.com.br/biologia/periodo-permiano>

# HISTÓRIA E MEMÓRIA: NOTAS SOBRE O PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO DA CIDADE DE PINHEIRO- MA

**Alessandra Cristina Costa Monteiro**

Mestrado em História Social pela Universidade Federal do Maranhão- UFMA.

**Natália Regina Costa Monteiro**

Graduação em Ciências Humanas – Habilitação História – pela Universidade Federal do Maranhão- UFMA.

**Resumo:** Constata-se em Pinheiro, sobretudo no bairro da Matriz, um conjunto de edifícios que são resultado de um passado materializado e que abarcam um relevante patrimônio histórico e arquitetônico para a cidade. Nesta pesquisa, achamos importante levar em consideração reflexões do debate histórico contemporâneo, como a relação entre história e memória. Trata-se de conhecer alguns dos importantes debates e desafios postos para este campo de conhecimento. Portanto, mapeamos e analisamos os principais casarões do bairro da Matriz, procurando relacioná-los a história local a partir da memória da população mais antiga do bairro.  
**Palavras-Chave:** Patrimônio Histórico. História. Memória. Cidade.

## **Introdução**

O processo de ocupação e povoamento da atual cidade de Pinheiro começou no século XVIII a partir da chegada de lavradores e criadores de gados na região e de seus familiares e escravos. Um dos bairros mais antigos da cidade, que leva o nome

de Matriz, foi o local onde se desenvolveram as primeiras construções a partir da formação de povoados e vilas. Desse modo, constata-se que em há Pinheiro, sobretudo no bairro acima citado, um conjunto de edifícios que são resultado de um passado materializado, e que abarcam um relevante patrimônio histórico e arquitetônico para a cidade.

A proposta para este estudo surgiu a partir de inquietações provocadas pelo processo de construções e transformações urbanas ocorridas no bairro da Matriz. Dessa maneira, a escolha do Patrimônio Arquitetônico como objeto de estudo se deu por acreditarmos na importância destes para a Memória, a História e a Cultura histórica local.

Portanto, observamos que o crescimento urbanístico do município trouxe transformações nos interesses de grupos da comunidade local, em relação à preservação ou não de algumas construções antigas do município.

### **História Oral e Memória**

A História Oral, surgiu a partir dos anos 1970, ligada a linha de estudos culturais que se afastava dos estudos puramente estruturais e quantitativos. Conforme Philippe Joutard, a história oral apareceu com três objetivos iniciais: 1) ouvir a voz dos excluídos; 2) trazer à tona as realidades indescritíveis; 3) testemunhar as situações de extremo abandono. Desse modo, havia a possibilidade de se discutir o que não havia nos documentos escritos, por meio da qual se poderia penetrar no mundo imaginário e do simbólico (JOUTARD, 2000: 33-34 apud FIORUCCI, 2010: 07).

A memória passou a fazer parte das discussões epistemológicas que foram/são frequentes e intensas nas últimas décadas. Assim, os historiadores têm dedicado grande interesse na relação entre memória e história como um problema historiográfico. Desse modo, nas décadas de 1960 e 1970 a memória surgiu na cena historiográfica via história das mentalidades coletivas, e hoje constitui um

importante campo de pesquisa empírica e de reflexão teórica no campo do conhecimento histórico.

Ademais, a história deve, por meio da memória, recuperar a história que os livros não registraram. Uma maneira de resgate dessa memória é pela tradição oral, por meio dos “homens-memória”, que nas palavras de Le Goff, são uma espécie de guardiões da memória coletiva (LE GOFF, 1992: 422), responsáveis por transmitir aos mais novos as memórias do povo, da comunidade, por meio da narração de suas histórias.

O fato é que a história oral deixou de ser apenas fonte como era na década de 1970, passando a metodologia da história. Nessa linha, a memória tornou-se importante campo de pesquisa para os historiadores, de maneira que aos poucos as relações entre história e memória foram se tornando elementos de reflexão teórica. Hoje, sabe-se que a memória constitui um elemento indispensável à construção de uma identidade nacional. É por ela que o homem atualiza impressões ou informações passadas e recompõe ou compõe a sua história.

### **Memória e Cidade: o patrimônio arquitetônico da cidade de Pinheiro- MA.**

Para Rolnik, as construções arquitetônicas de uma determinada época guardam muito das experiências e histórias vivenciadas pelas sociedades que as construíram e, por isso, a preservação da memória coletiva dessas sociedades, por meio da existência desse patrimônio, é uma riqueza que pode ser descoberta através da memória, das imagens e da oralidade (ROLNIK, 1995: 18).

Conforme Halbwachs, a materialidade de uma cidade ajuda a resgatar as lembranças apagadas ou esquecidas. Para ele “nossas impressões se sucedem, uma à outra, nada permanece em nosso espírito e não seria possível compreender que pudéssemos recuperar o passado, se ele não se conservasse, com efeito, no meio material que nos cerca” (HALBWACHS, 1990: 143).

A partir da identificação e localização desses bens, buscamos mapear informações sobre seus proprietários, fazer algumas descrições dos imóveis, entender as modificações recentes, além de fazer o uso de fotografias para uma melhor compreensão do tema abordado. Contudo, para melhor delimitar o objeto de estudo, mapeamos algumas das edificações mais antigas dessa área, são elas: os sobrados da família Correia e a casa de dona Maria de Jesus.

### **Sobrados da família Correia**



Fonte: Natália Monteiro

É importante destacar esses dois sobrados localizados em frente à praça Newton Pereira, conhecida popularmente como a Praça da Matriz, construídos no século XX e para os quais não encontramos ano preciso de sua construção, que chamam atenção pelas suas características e principalmente por estar presente na memória dos moradores como os prédios mais antigos da cidade.

O casarão à esquerda foi construído pelo senhor Raimundo Carlos Correia, mais conhecido como Raimundo Socó, aos seus 22 anos. Ele foi ferreiro e atleta, competiu em vários lugares, inclusive Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília. Construiu esse sobrado para morar com sua primeira esposa com a qual teve quatro filhos. Após o falecimento da mulher, casou-se com Dona Joana, atual moradora.

Dona Joana relata que além de guardar objetos muito antigos, faz o possível para conservar a mesma estrutura da casa, porém, o custo para mantê-la é muito alto. Segundo ela, no decorrer dos anos houve apenas alteração na cor da fachada e nas

paredes internas, como percebemos nas imagens acima. Isso fica mais evidente quando chegamos à parte interna da casa.

Para Bosi (1994), o ver corrobora o lembrar, por isso que as pessoas mais velhas a maioria das vezes guardam vestígios do que vivenciaram, como fotos, estatuetas, cartões, e, quaisquer outros objetos que lhes transmitam o passado.



Baú e Pilão, objetos antigos preservados pelos atuais moradores dos casarões. Fonte: Natália Monteiro

Enquanto isso, o casarão que aparece na imagem acima (lado direito), também chama atenção pela sua arquitetura. Ele pertence atualmente a Mario César Correia, filho do seu Raimundo Socó. Seu Mário, nos fala que nasceu e foi criado nesse sobrado, que pertencia a seus avôs. Segundo o mesmo, ali funcionava uma padaria e a primeira e única fábrica de cigarros da cidade. Relata ainda que seu avô contribuiu muito para a economia de Pinheiro, além de ter sido uma pessoa solidária que ajudava muito a população pinheirense.

Em relação a estrutura, “a casa conserva a mesma fachada, mas na parte interna, já foi quase toda descaracterizada”, relata o morador Mário. Além disso, guarda inúmeras peças que foram dos seus antepassados.

### **Residência de dona Maria França**



Fonte: Natália Monteiro

Também merece análise a residência de dona Maria França. Segundo o relato da moradora, esta é uma das casas mais antigas da cidade. Ela conta que ali funcionava uma sorveteria. Ademais, a casa conserva a mesma estrutura antiga, inclusive um porão aos fundos. Dona Maria diz que “não há interesse em fazer modificações”, isso por pensar em sua residência como herança e parte da história de Pinheiro.



Porão localizado aos fundos da casa de dona Maria.  
Fonte: Natália Monteiro

Acrescenta ainda que sua filha não quer modificações. Nesse sentido, as únicas alterações na residência foram as grades colocadas nas portas e janelas, apenas por motivo de segurança. Desse modo, no interior da casa percebemos que os ladrilhos da sala, fazem parte ainda da construção inicial, e “apresentam motivos geométricos em formato retangular tridimensional, de esmalte que se torna impermeável e brilhante” (RUBIM, 2003: 48).



Piso da casa com formas geométricas, conservados desde a sua construção até os dias atuais.  
Fonte: Natália Monteiro

Conforme Rubim,

“a porta principal é constituída por almofadas simples e bandeira fixa com vidros pequenos para facilitar a iluminação interna. As quatro janelas laterais possuem almofadas simples abaixo de venezianas de duas folhas; as bandeiras das janelas são fixas. Abaixo de cada uma das janelas há linhas verticais com relevos. Uma faixa horizontal de relevos dá destaque à fachada” (RUBIM, 2003: 47).

Merece destaque ainda o forro de madeira da sala. Conforme dona Maria, ela mandou colocar o forro de assoalho, contudo, afirma que toda a casa era forrada de tabica aberta. Segundo o seu marido, isso deixava a residência ventilada.



Forros de tabica em formas geométricas conservados pela atual moradora.  
Fonte: Natália Monteiro

Enquanto isso, constatamos que nos quartos foram conservados os forros de tabica em formas geométricas quadriculadas, tendo uma pequena separação entre elas para arejamento no interior da casa.

### **Considerações Finais**

“A preservação de centros históricos além de marcar a identidade coletiva dos povos, promove o cuidado de seus bens culturais tanto materiais quanto imateriais, pois, representa em termos simbólicos, a memória de uma nacionalidade” (SILVA, ARAÚJO, BARCELLOS, 2010: 01).

Assim, o patrimônio é entendido como “o conjunto de bens materiais e imateriais que contam a história de um povo e sua relação com o ambiente em que viveram e que ainda vivem, prevalecendo à herança do passado que é transmitida de geração para geração” (SILVA, ARAÚJO, BARCELLOS, 2010: 01).

Nesse sentido, “o patrimônio histórico da cidade se insere como espaço onde as identidades podem ser resgatadas e que fornece às pessoas uma sensação de um conforto sobre sua história” (SILVA, ARAÚJO, BARCELLOS, 2010: 01). Assim, ao se tratar da preservação do patrimônio histórico, é preciso deixar bem claro que se trata também do desejo da sociedade, para a qual determinado monumento tem significações relevantes, por ser parte de sua construção histórica.

Portanto, nota-se que não há uma forte preocupação com o patrimônio arquitetônico, e isto é evidenciado na ausência de esforços de diferentes grupos, públicos e privados, em estabelecer memórias concernentes às histórias da região. Apesar disso, nas lembranças dos moradores mais antigos do bairro, percebemos que há ainda uma forte relação entre os imóveis e a história da cidade, embora muitas vezes estas encontrem-se afetadas pelo contexto social em que estão inseridas.

## Referências

BOSI, Ecléa. Memória e sociedade: lembranças de velhos. São Paulo, Companhia das Letras, 1994.

FIORUCCI, Rodolfo. História Oral, Memória, História. In: Revista História em Reflexão: Vol. 4, n. 8 – UFGD- Dourados Jul/dez 2010.

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo, Vértice, 1990.

LE GOFF, Jacques. Memória. In: \_\_\_\_\_. História e Memória. Trad. Bernardo Leitão et al. Campinas: Educamp, 1992.

SILVA, Jaquisandro Ferreira da; ARAÚJO, Marianna de Queiróz; BARCELLOS; Lusival Antônio. Patrimônio Histórico e Cultural: o caso da cidade de Rio Tinto, 2010.

RUBIM, Paulo César Souza. Características da Arquitetura Luso- Brasileira na Cidade de Pinheiro- Ma: localização, história e memória. Monografia apresentada ao curso artes visuais da UFMA, 2013.

## NO RITMO DA FOLIA: O CARNAVAL TERESINENSE E SUAS TRANSFORMAÇÕES HISTÓRICAS NO COMEÇO DO SÉCULO XX

**Fransuel Lima de Barros**

Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História do Brasil pela UFPI. Professor substituto de História pela Universidade Estadual do Piauí. Tutor à Distância do Curso de Licenciatura Plena em História no Centro de Educação Aberta e Distância da Universidade Federal do Piauí. E-mail: fransuellima@gmail.com.

**Resumo:** Esse trabalho tem como objetivo analisar as transformações históricas que ocorreram no Carnaval teresinense entre os anos de 1900 a 1930. Destaca-se principalmente duas posturas: a primeira ligada a cronistas que almejavam uma festividade que representasse o progresso e o adiantamento de Teresina (carnavais particulares), e a segunda uma postura mais tradicional, ligada à igreja católica, os quais viam na festividade, sobretudo as festejadas nas ruas, uma folia que precisava ser combatida, pois, para eles, incentivava vários tipos de vícios como a ociosidade, a libertinagem e outros comportamentos que iam de encontro a uma capital civilizada. A metodologia utilizada, foi as crônicas publicadas nos jornais teresinenses, pois elas possuem uma relação direta com o cotidiano e a própria memória da cidade. As análises revelam que por trás da história metódica e oficial, o Carnaval tem muitas outras versões, contadas e interpretadas por quem viveu o período.

**Palavras-Chave:** História. Carnaval. Teresina. Crônica. Civilização.

São várias as denominações dadas ao Carnaval em seu percurso histórico. Reinado de Momo, dias de folia, tempo de loucura, rito de diversão, festa nacional

etc. A festa do Momo foi definida, no século XX, com uma nova roupagem, em que há a desqualificação do jogo das molhadeiras e ganha destaque o modelo de carnaval veneziano (PEREIRA, 1994, p. 195). Esse carnaval, com fortes ligações com as formas de folguedo europeu, apresenta caráter mais comportado e civilizado e passa a privilegiar os bailes e passeios de mascarados pelas ruas das cidades.

O carnaval brasileiro herdou diversas características do Entrudo Português e dos Carnavais de Veneza e Nice. O Entrudo, durante o século XIX, sofreu grande perseguição por parte da imprensa e das elites urbanas, que viam naquela forma de lazer, uma prática de caráter “incivilizada”<sup>27</sup> e “bárbara” (SILVA, 2010, v. 2, p. 5). De acordo com Tito Filho (1959, p. 1), a festa do Momo, em Teresina, até 1859, era muito modesta e consistia, quase que exclusivamente, no entrudo.

No primeiro momento, conhecido como entrudo familiar, as festas eram brincadas em diversas cidades brasileiras entre os membros de um mesmo nível social e funcionava como um ambiente de interação social. O lazer era praticado nos salões das melhores famílias, seja na forma de “guerra” entre famílias ou em ataques pela sacada das casas, utilizando-se como “arma” banhos e limões de cheiro (PEREIRA, 1994, p. 32). Em um segundo momento, conhecido como entrudo externo, era praticado na rua. Eneida Moraes (1987), ao pesquisar a História do Carnaval Carioca, disse ser uma diversão “porca e brutal”, aquela com que se festeja nos tempos de Colônia e Império, refletindo os hábitos dos portugueses. Utilizavam-se água suja, groselha, tinta e até lama. Porém, esse modelo de folia passou a ser combatido em todo o território brasileiro e, em Teresina de 1859, segundo Tito Filho, percebeu-se o gradual desaparecimento do carnaval das “molhadeiras”:

---

<sup>27</sup> Conceito formulado através da análise da sociedade Ocidental e refere-se desde os desenvolvimentos técnico-científicos, maneiras, ideias religiosas e costumes, até os diferentes tipos de habitação ou mesmo o modo como homens e mulheres vivem juntos. Levando em consideração o discurso evolucionista entre o final do século XIX e início do XX, a civilização passa a configurar como algo que se opõe à barbárie e carrega em sua essência a noção de futuro, de progresso, em oposição à passado e a atraso. Cf. ELIAS, N. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2011, p. 26 e 70.

Em 1859 começou a desaparecer o entrudo. Houve o primeiro carnaval em Teresina. Fundou-se uma sociedade carnavalesca. Brincou-se de domingo a terça. Bailes de máscaras no Teatro Santa Teresa. Desfile de música e cavalheiros mascarados pelas ruas. Rapazes já se fantasiavam vestidos de mulheres. (TITO FILHO, 1959, p. 23)

O processo de tornar o carnaval a festa da civilização teresinense esteve presente na escrita de alguns cronistas locais, que a todo momento esboçavam como a festividade deveria ser praticada. Suas crônicas eram atravessadas por mensagens “pedagógicas”, que pretendiam fazer do lazer uma festa homogênea, capaz de representar a imagem harmônica e civilizada. No entanto, como o próprio Leonardo Pereira (1994, p. 197) indica, deve-se captar nas linhas ou entrelinhas das produções dos cronistas, as pistas para que se pudesse ver o carnaval em sua diversidade, como um momento de embates sociais. Exemplo desse embate são as organizações carnavalescas do início do século, em Teresina, em que se tinha forte crítica aos participantes das festividades. Tomando uma postura de incentivador da festa de Momo, Jônatas Batista (1985, p. 119) apontava aquelas pessoas que censuravam as iniciativas de realização das atividades como “assassinos inconscientes de toda e qualquer boa ideia, entendedores de tudo, mas incapazes de promover ou levar a efeito coisa nenhuma”.

Ainda nesses anos de consolidação do carnaval na cidade, os redatores do jornal *Alvorada* tiveram a iniciativa de reaver a antiga festa do Momo. Entretanto, decidiram chamar para organizá-la críticos da cultura teresinense. O resultado, segundo o periódico, foi uma festa com poucas fantasias e sem expressão. Batista (1985, p. 120) relatou que havia “dois máscaras, montados em um só jumento, sempre com a célebre frase para as pessoas que tiveram a desgraça de encontrá-los: – você me conhece? e nada mais”. Para o cronista, as censuras e julgamentos feitos ao carnaval prejudicavam muito a festa popular, pois as famílias se sentiam intimidadas diante dos boatos que percorriam a cidade. Isso acabou se tornando uma perda para a sociedade que almejava a civilização, pois, como o próprio literato declarou, “as

diversões fazem também com que se possa fazer um seguro juízo do progresso e do adiantamento”.

A. Tito Filho, no seu livro *Os carnavais teresinenses*, observa as transformações históricas do festejo ao longo do século XX. A intenção dentro desta perspectiva, é “perceber a complexidade dessa forma de expressão, de grande riqueza para o descortínio das atitudes, valores e comportamentos dos diversos grupos sociais” (SOIHET, 1998, p. 9).

Diante desse recorte, a abordagem recairá entre os anos de 1900 e 1930, onde, segundo Tito Filho (1959, p. 25), a atração teve bons e maus momentos. Inicialmente, quando Teresina possuía características de uma urbe provinciana a principal atração eram os folguedos. Porém, a partir do ano de 1905, a cidade de Teresina passou por pequenos desenvolvimentos urbanos, o que resultou em um maior envolvimento da população e o surgimento de clubes, como *Dragões de Averno* (1906), que promovia bailes e batalha de confetes, e dos *Fenianos* (1907), que percorria as ruas da cidade com carros alegóricos.



**Figura 1** - Manifestações carnavalescas  
Fonte: *O Obuz*. Teresina [1926?]

Na compreensão do autor supracitado, depois desse início animador, teve-se nos anos seguintes pouco destaque à sociabilidade, em que se configurou um Carnaval sem grandes atrativos. Porém, os anos de 1913 e 1914, fogem a regra e acabavam ficando na lembrança dos teresinenses como momentos de alegria e descontração. Em 1914, por exemplo, a coluna de crônica intitulada *Furos*, do *Diário do Piauí*, traz à tona o envolvimento da população em torno da comemoração, e mostra como a festividade acabou funcionando como uma válvula de escape as rotinas diárias da vida urbana:

[...] devido à febre do entusiasmo carnavalesco, um certo bacharel já prorrogou por 6 vezes a sua volta ao interior, não sabendo se ficará para os bailes. As coisas estão neste pé. Da criança a velhos, só se ouve falar nos disfarces, nas fantasias. Uns indagam nas lojas de moda; outros, fazendo da indiscrição um direito, perguntam sobre as cores com que se apresentarão; outros, fazendo conjecturas, traduzem os sonhos como se jogassem o bicho; e outros ainda, recorrendo a milagres de cartomancia, procuram descobrir os trajes. (FUROS, 18 fev. 1914, p.1)

A euforia, nesse emblemático ano era evidente. No relato acima, é possível vislumbrar os efeitos que o lazer provocava no cotidiano teresinense. Caracterizado pelo espírito irreverente e envolvente, o Carnaval transmitiu alegria e divertimento para os seus participantes, que são contagiados pela ansiedade e incitados pelo desejo e pela aparente liberdade de poder fazer tudo o que não é permitido, durante o ano, nos três dias de festa. Muitos acabavam abandonando sua profissão por longo período, como o caso do advogado que retardou sua rotina de trabalho, para prolongar seus dias festivos. Exemplo esse que muito lembra os ensinamentos de Peter Burke (2001, p.27-30), ao relatar que o período carnavalesco era um palco de “permissividade relativa”, de agitações afloradas, um tempo percebido como “liberdade universal” pelos participantes, que parece deter uma sensação de poder e de impunidade durante os dias de folia, pois se tem a sensação de um afrouxamento

consentido das regras, em que os limites entre o lícito e o ilícito tornam-se mais tênues.

Ainda no ano de 1914, um cronista do *Diário do Piauí* relata o sucesso do Carnaval naquela data, em que se pôde contar com boa música e a presença de gente elegante, principalmente, o governador do Estado, Miguel Rosa, junto com mulher e filha. Ele assim escreveu:

Excedeu a toda a expectativa a batalha de lança-perfume anteontem, no jardim da Praça Rio Branco. Não só pelo número e seleção da concorrência, como pelo entusiasmo que reinou. A música do corpo militar de polícia, sempre correta e afinada, ali chegou 5 horas da tarde [...]. [Assim] começaram a fluir grupos de encantadoras crianças e senhoritas, respeitáveis senhoras e cavalheiros, que desembocavam na vasta praça do jardim, por todas as ruas. Às 5:12, a batalha se generalizara e não eram respeitadas simples minorias desarmadas, em cujo número se encontrava o exm<sup>o</sup> sr. Governador do estado, que compareceu ao jardim acompanhado de madame e mademoiselle Miguel Rosa (Grifo nosso). (CARNAVAL, 17 fev. 1914, p. 3)

É oportuno observar como os periódicos, através de seus “mosqueteiros intelectuais”, difundem a imagem de uma festividade que conta com gente educada e fina. Ao analisar as crônicas sobre Carnaval em Porto Alegre, Alexandre Lazzari (2001) percebeu um discurso recorrente entre a maioria dos cronistas, onde dizia que o verdadeiro carnaval estava ligado à classe distinta, abastada, pois a sociabilidade deveria distinguir os indivíduos, ou então, as posições sociais perderiam o seu real sentido. Assim como cronistas gaúchos, as inclinações dos cronistas teresinenses iam de encontro ao que foi defendido por eles. A tentativa de tornar o Carnaval uma festa grande e desenvolvida, mesmo que isso representasse a exclusão do “povo”, significava um projeto de cidade moderna.

Em 1919, o Carnaval vivia sob constantes críticas. Jônatas Batista (1985, p. 120) asseverava que “Teresina estava se tornando uma cidade sem alma, sem vida, sem alegria. Uma verdadeira cidade morta”. Enquanto em cidades como Paris e Veneza,

referência nesse tipo de comemoração, a população festejava com grande alegria os três dias de Carnaval, em Teresina, a população vivia uma

fase de transformações lentas, demoradas, em que se dá a luta terrível do progresso contra o costume rotineiro de um povo, em que tudo fala, tudo reprova, tudo comenta, pelo simples prazer de falar, de reprovar, de comentar. Diante disso, as famílias fogem, e com toda razão, dos teatros, bailes e festas. (BATISTA, 1985, p. 120)

Em tese, tinha-se uma festa quase sem a participação popular e com pouca expressão. Nesse sentido, Batista (1985, p.120) impunha uma linha de defesa na qual era preciso combater esse costume e deixar “que cada um responda por seus atos, bons ou maus, procurando corrigir seus vícios próprios, antes de querer corrigir os erros dos outros”. E conclui, afirmando que as pessoas que se importavam com a arte e cultura teresinense precisariam tomar a frente dessa festa popular, que tanto distrai o povo da vida dura que ele leva.

O festejo de Momo só voltou a crescer e ganhar novamente destaque a partir da década de 1920, quando houve grande comoção popular, em que se brincava e dançava numa alegria nunca vista antes (TITO FILHO, 1959, p. 27). Foi durante esse período que a Praça Rio Branco tornou-se o principal ponto de encontro entre os foliões em Teresina. Os dias dos foliões eram preenchidos por Zé Pereira, Bailes, Batalhas de lança-perfume e Confetes. Além das manifestações de rua, onde as pessoas de diferentes classes sociais se divertiam sem muitas restrições, a elite financiava um Carnaval elegante em locais privados, onde o acesso era limitado a seus pares. Essas festas eram organizadas por grupos carnavalesco que tinham como objetivo criar um carnaval civilizado. Destacam-se entre os clubes: *Os Fanfarrões* (1921); *Bloco da Folia* (1922); *Assembleia Teresinense* (1924); *Clube dos Fenianos* (novamente fundado em 1925).

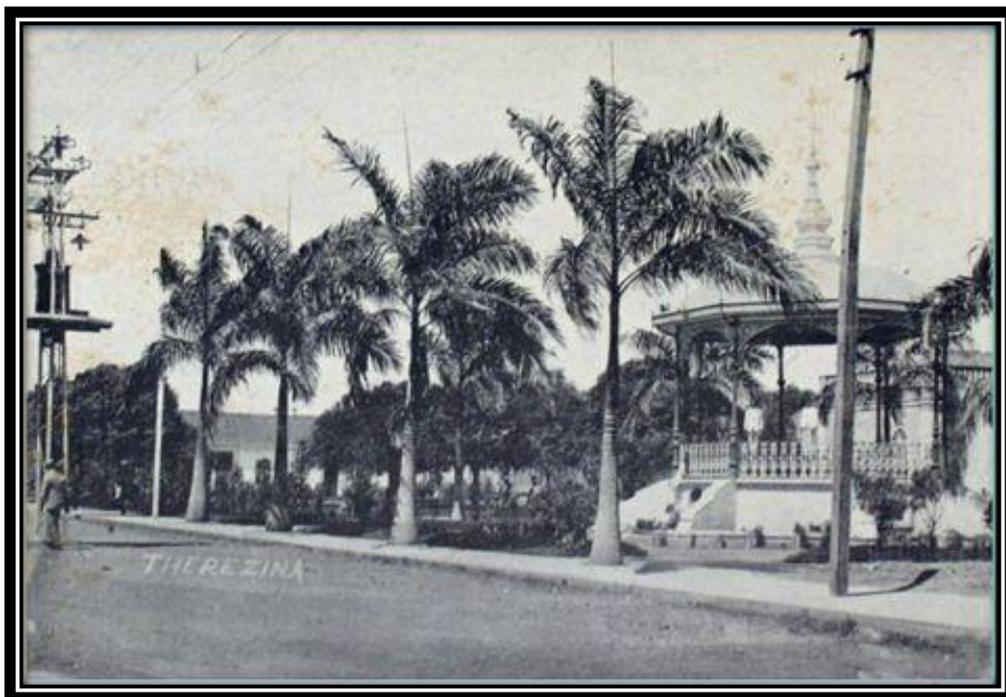


Figura 2 - Praça Rio Branco, 1925.  
Fonte: Acervo do Arquivo Público do Piauí

Diante da infinidade de clubes e blocos que surgiram na década de 1920, merece destaque O *Petit Clube*, que dava um baile toda tarde de domingo, em sua sede, na Praça Rio Branco.

Às 17 horas, curso de automóveis, na praça Rio Branco à praça Deodoro, usando-se serpentina, lança-perfume e confete. Músicas mais tocadas: sambas, tangos e maxixes. Do curso participaram dois caminhões: um lindamente enfeitado, conduzia senhoras, senhoritas e cavalheiros; o outro levava a orquestra. Jônatas Batista improvisava versos num automóvel. Muito luxo nos bailes do Clube dos Diários. (TITO FILHO, 1959, p. 30)

Com efeito, a elite teresinense delimitava o seu espaço no Carnaval. Em vários momentos, os membros das famílias ricas brincavam o curso e as batalhas de confetes na Praça Rio Branco, dividindo o espaço público com pessoas de classe média e pobres. Porém, em outras ocasiões, recolhiam-se em seus elegantes clubes, onde a diversão era restrita apenas àquele seleto grupo da elite. Na versão de Castelo Branco (2013, p. 58), na entrada dos salões de festa era exigido convite, o que barrava

as pessoas de menor poder aquisitivo. Além disso, a maioria dos bailes era de fantasias, o que dava um toque de refinamento e atraía a curiosidade de várias pessoas que se aglomeravam na parte de fora dos clubes, nos chamados serenos.

Um cronista anônimo do jornal *O Obuz* relata que, na quarta-feira de cinzas do ano de 1926, “o clube dos Batutas se transformará em Centro Familiar Teresinense, sociedade perpétua recreativa, com aula de música e declamação de jogos e bebidas não proibidas” (CARNAVAL DO BICENTENÁRIO, [1926?], p. 4). A forma bem delineada de organização do lazer veio se eternizando ao longo dos anos entre as classes mais abastadas e, em 1927, diante desse novo panorama carnavalesco, foram criados novos clubes, grupos fantasiados e uma inovação do curso, que ganha o requinte dos carros automotores percorrendo as ruas próximas à Praça Rio Branco.

Em 1923, ocorreu um fato curioso no Carnaval de Teresina que merece ser destacado. O cronista do jornal *O Arrebol* relata que, devido ao mau tempo, muitos blocos viram-se obrigados a não sair com seus disfarces, limitando-se exclusivamente aos bailes. Porém, o Bloco da Folia contrariou essa lógica dos carnavais dos clubes e, não obstante o mau tempo, desfilou pelas ruas de Teresina, e “cumpriu a contento o seu itinerário de passeio às casas combinadas, agradando geralmente como de costume”. (CARNAVAL, 18 fev. 1923, p. 23)

Registre-se que havia, em grande parte dos cronistas, uma preocupação em vincular as festividades ao universo das elites letradas e políticas, onde eles tinham a função de transformar a opinião pública, criando um modelo de sociedade baseado na civilidade. Compreende, assim, uma forte inclinação para os carnavais brincados nos clubes e um maior “controle” para os carnavais brincados nas ruas.

Brincar o carnaval poderia também acarretar em atos disciplinares prescritos pela Igreja Católica. Por volta de 1926 foi divulgado no jornal *O Obuz*, na coluna *Atos de Contrição*, que descreve que seriam comungados, na quarta-feira de cinzas, os “diversos endiabrados” que se deixassem contaminar pela festa da carne. O Monsenhor Pedro Mendes, diretor espiritual, foi o responsável pelas diversas

penitências aos foliões, destacando-se duas: a aplicada a Dota Oliveira, que não deveria falar com pessoa alguma durante a quarentena, e a recebida por Francisco Freire, que deveria viajar a pé de Teresina a Caxias. (ATOS DE CONTRIÇÃO, [1926?], p. 1)

Nessas duas crônicas, há diferentes críticas ao Carnaval. A primeira mostra o ócio vivido pela juventude durante o período carnavalesco, isso porque o assunto tornou-se modismo nos meios sociais e fez com que os jovens não fizessem outra coisa senão pensar na festividade. A segunda tem um caráter mais de redenção, em que, através da penitência, o praticante se purificaria dos pecados cometidos nos dias de folia. Diferente de alguns cronistas, que viam no Carnaval uma porta para uma sociedade civilizada, outros, ligado à igreja católica, difundiam um discurso moralizador, o qual, através de mensagens disciplinadoras, punha a festa como um problema social antes do individual. O historiador Castelo Branco (2013, p.55) recorda que, em 1908, o jornal católico *O Apóstolo* imputava ao Carnaval o causador de ruína das famílias cristãs bem como os desvios morais e de bons costumes dos teresinenses.

Nesse cenário, o carnaval teresinense, até a década de 20, esteve restrito basicamente a bailes em clubes e residências particulares. Dessa data até os anos 30, encontrava-se quase que exclusivamente limitado aos clubes, por isso a fundação de vários deles durante esse período. Os indícios que os cronistas deixam nos levam a concluir que havia um forte discurso onde tenta-se passar a imagem do Carnaval como uma festa elitizada e restrita a certos espaços privados.

Assim, a história do Carnaval teresinense configura-se como uma sociabilidade de múltiplas faces, fruto de diferentes significados atribuídos pelos muitos foliões. Percebe-se, então, uma fragmentação refletida em diversas posturas, sobressaindo duas mais atuantes, a ligada aos cronistas, que almejavam no Carnaval uma diversão que representasse o progresso e aditamento de Teresina; e os ligados à igreja católica, os quais viam na festividade, sobretudo as festejadas nas ruas, uma

folia que precisava ser combatida, pois, para eles, incentivava vários tipos de vícios como a ociosidade, a libertinagem e outros comportamentos que feriam a moral e os bons costumes.

Nesse sentido, os cronistas nos dão a chave para evidenciar as construções que eles mesmos pretendiam afirmar em relação à festa do Momo. Eles corroboram que, por trás da história metódica e oficial, o Carnaval tem muitas outras versões, interpretadas e ressignificadas por quem viveu o período. Desse modo, vislumbra-se que a folia de Momo estava atravessada tanto por discursos tradicionais como modernos. Isso porque, embora a elite se fechasse em seus luxuosos bailes, havia aqueles momentos tradicionais nas ruas da cidade onde acontecia o encontro entre diferentes classes sociais nas famosas batalhas de confetes.

## Referências

ATOS de contrição. *O Obuz*, Teresina, ano 3, n. 4, [1926?].

BATISTA, Jônatas. *Poesia e Prosa*. Teresina: Projeto Petrônio Portela, 1985.

BURKE, Peter. O carnaval de Veneza. In: CUNHA, Maria Clementina Pereira. (Org.). *Carnavais e outras f(r)estas: ensaios de história social da cultura*. Campinas: Unicamp/CECULT, 2001, (Coleção Várias Histórias).

CARNAVAL do bicentenário. *O Obuz*, Teresina, ano 2, n. 4, [1926?].

CARNAVAL. *Diário do Piauí*, Teresina, ano IV, n. 38, 17 fev. 1914.

CARNAVAL. *O Arrebol*, Teresina, ano 9, n. 29, 18 fev. 1923.

CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. *Mulheres plurais: a condição feminina na primeira república*. Teresina: EDUFPI, 2013.

CUNHA, Maria Clementina Pereira. Vários Zés, um sobrenome: as muitas faces do senhor Pereira no carnaval carioca da virada do século. In: CUNHA, M.C.P. (Org.). *Carnavais e outras f(r)estas: ensaios de história social da cultura*. Campinas: Unicamp/CECULT, 2001. (Coleção Várias Histórias).

ELIAS, N. O processo civilizador: uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2011, p. 26 e 70.

FUROS. *Diário do Piauí*, Teresina, ano 4, n. 39, 18 fev., 1914.

LAZZARI, Alexandre. *Coisas para o povo não fazer: carnaval em Porto Alegre (1870-1915)*. Campinas: Unicamp/CECULT, 2001.

MORAES, Eneida de. *História do carnaval carioca*. Rio de Janeiro: Record, 1987.

PEREIRA, Leonardo A. de M. *O carnaval das letras*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1994.

SILVA, Augusto Neves da. Reflexões sobre o carnaval e samba na historiografia brasileira. *Revista da UFPE*, v. 2, n. 2, p. 5, 2010.

SOIHET, R. *Reflexões sobre o carnaval na historiografia: algumas abordagens*. Academia do samba. Publicado em 1998. Disponível em: <<http://www.academiadosamba.com.br/monografias/raquelsoihet.pdf>>. Acesso em: 24 mar. 2010.

TITO FILHO, A. *Os carnavais de Teresina*, Teresina: Primeiro Século, 1959.

Parte III  
**HISTÓRIA, GÊNERO,  
POLÍTICA E TRABALHO**

# A DEMONIZAÇÃO DE UMA RAINHA: ANA BOLENA (1501-1536) E SUAS REPRESENTAÇÕES COMO BRUXA NA HISTÓRIA E NA LITERATURA

**Marcos de Araújo Oliveira**

Graduando em Licenciatura em História na Universidade de Pernambuco – UPE (Campus Petrolina). É integrante do *Spatio Serti* – Grupo de Estudos e Pesquisa em Medievalística da UPE/Petrolina. Orientador: Prof. Dr. Luciano José Vianna (UPE/Petrolina).

E-mail: drmarcosaroeira@hotmail.com

**Resumo:** Durante todo o período que Ana Bolena (1501-1536) vivera um romance com Henrique VIII (1491-1547) da Inglaterra, ela foi bastante depreciada pela corte e pela Igreja, pois ia contra os padrões de comportamento feminino aceitáveis para sua época. O estigma de concubina recaía sobre Ana, mas seu nome também esteve vinculado a feitiçaria, pactos com o diabo e sortilégios. Encontramos, assim, alguns desses aspectos reverberantes de uma “Lenda Negra” de Ana Bolena na obra literária *Lasher* (1996) de Anne Rice. Este trabalho analisa o processo de demonização de Ana Bolena e os aspectos utilizados por Rice na construção de sua narrativa atribuindo a Ana Bolena características de uma bruxa. Vemos que através das metaficcões historiográficas, que segundo Hutcheon (1991) são narrativas ficcionais que se apropriam das verdades e mentiras do registro histórico, a literatura contemporânea ao retratar Ana, expõe reflexos do próprio imaginário inglês do século XVI.

**Palavras-chave:** Ana Bolena. Lenda Negra. Demonização. Bruxaria. Literatura.

## Introdução

Ana Bolena ficou conhecida como a segunda plebeia a ascender ao trono da Inglaterra. Coroada em maio de 1533, a jovem extremamente inteligente e audaciosa

conseguiu fazer com que o rei Henrique VIII (1491-1547), da dinastia Tudor, rompesse seu casamento com a princesa espanhola Catarina de Aragão (1485-1536) para casar-se com ela.

Ana Bolena, todavia, nunca foi bem aceita por seus contemporâneos, havendo inclusive na corte a “facção anti-bolena” que torcia pela queda da nova rainha. Esta mulher tão polêmica acabou por receber entre várias tentativas de depreciação de sua imagem o “adjetivo” de bruxa, despertando assim o desprezo de vários membros da corte. Entretanto, com o surgimento de novos estudos sobre a condição feminina da mulher medieval, a visão sobre Ana Bolena e suas contribuições históricas foi modificada, problematizando os vários estigmas difundidos historicamente acerca desta mulher.

Ainda assim, nota-se que em narrativas literárias a representação de Ana Bolena ainda é vinculada ao mundo da bruxaria, como no livro *Lasher* (1996) de Anne Rice, que ao apropriar-se da figura de Ana Bolena enquanto uma bruxa poderosa, mostra-se como uma extensão da “Lenda Negra” difundida no século XVI que atribuiu a ideia de Ana como bruxa, sendo válido, assim, debater e problematizar esses tipos de discursos acerca de Ana Bolena.

Ao se adotar uma metodologia na análise de uma fonte literária, é preciso destacar que o romance histórico, apesar de se apropriar da personagem Ana e de fatos históricos, é uma narrativa ficcional diferente das outras. Segundo Hutcheon (1991) esse tipo de narrativa é denominada como metaficção historiográfica, e destaca-se por unir literatura com história

### **Uma Rainha odiada**

Ana Bolena era dama de companhia da Rainha Catarina, mas segundo Fraser (2014) estima-se que em meados de 1527-1528, a filha de Thomas Bolena e Elizabeth Howard teria chamado a atenção de Henrique VIII, cada vez mais insatisfeito com seu casamento e a ausência de um herdeiro homem, já que Catarina tinha tido uma

série de gestações com abortos ou filhos mortos, sobrevivendo saudavelmente apenas Maria Tudor (1516-1558).

Ana, que passara sua juventude toda no Reino da França, sendo dama de companhia da rainha Cláudia, esposa de Francisco I, tornou-se uma mulher extremamente culta. Ela sabia interpretar, dançar e cantar muito bem, possuindo uma personalidade muito forte. Entretanto, Ana não contentara-se apenas em ser amante do monarca Tudor. Vendo na jovem a esperança de obter o herdeiro do trono inglês, Henrique VIII passou a buscar perante a Igreja a anulação de seu casamento com Catarina de Aragão, alegando que como a mesma foi a viúva de seu irmão, Artur Tudor (1486-1502), seu casamento fora amaldiçoado por Deus. O Papa Clemente VII (1523-1534) negou o pedido de Henrique várias vezes.

Ana Bolena, entretanto, já era uma admiradora das ideias reformadoras que atingiam a Europa no século XVI; costumava ler obras muitas vezes compreendidas como heréticas, sendo ela uma das principais influências para que Henrique lesse obras protestantes.

A Londres daquele período – aquela cidade tão pronta a incendiar-se com rumores de mudança na corte – era um foco de “evangélicos” ou pretensos reformadores religiosos. O desgosto deles para com as práticas do Clero da época concentrava-se em questões tão diversas quanto a falta de um celibato de verdade [...] e a prática de vender missas e orações pelos mortos. [...] a importação de textos e livros do exterior era um bom negócio. [...] Há várias histórias sobre Ana Bolena mostrando ao rei obras anticlericais ou possivelmente hereges. (FRASER, 2014, p.195-196)

A autora Antônia Fraser (2014) aponta em Ana uma tendência às ideias reformadoras, e reafirma assim que Ana Bolena usou de suas prerrogativas femininas perante o rei, intercedendo pelos reformadores. Sem aguentar esperar mais, o monarca casou-se em segredo com Ana Bolena em janeiro de 1533 e em 1534 rompeu de vez com a Igreja Católica.

Com a aprovação do Ato de Supremacia, Henrique tornou-se chefe da Igreja na Inglaterra, beneficiando o rei com todos os bens e recursos eclesiásticos. Porém, sem mudanças teológicas nascia assim o Anglicanismo, consequência principal do relacionamento de Henrique VIII com Ana Bolena, um dos maiores marcos políticos, religiosos e culturais na Inglaterra do século XVI. (ANDRADE, 2013)

No dia 07 de setembro de 1533, Ana Bolena dera à luz não ao filho homem tão sonhado por Henrique VIII, mas sim a uma menina nomeada Elizabeth<sup>28</sup>. Ana continuou tentando gerar o herdeiro homem para Henrique, porém, sofreu dois abortos. O último deles, em janeiro de 1536, supostamente fora o de um feto masculino, no mesmo mês em que morria também Catarina de Aragão, banida e solitária no castelo de Kimbolton.

Como aponta Tapioca Neto (2013) Ana, que em 1534 adotara como seu lema de rainha “The most happi” (A mais feliz), passava agora a enfrentar a ira do rei, que se sentia mais uma vez amaldiçoado em um casamento. A “mais feliz das mulheres” começou a ter sua queda arquitetada pelo próprio marido, que, receoso em enfrentar mais um processo de divórcio, resolvera livrar-se dela de um modo mais rápido e decisivo.

[...] sem ter conseguido dar à luz ao menino almejado pelo rei, Anne tornou-se vulnerável as intrigas de seus opositores. Assim, foi acusada de tê-lo seduzido através de bruxaria, de tramar a morte do rei, da princesa Mary e do Duque de Richmond, de ter cometido incesto com seu irmão George Boleyn, e adultério com outros cinco homens: Henry Norris, Francis Weston, Willian Brereton, Marc Smeaton (O único que não fazia parte da nobreza e que sob tortura, confessou as acusações recebidas) e Sir. Thomas Wyatt (o poeta, o único que não foi levado a julgamento e que recebeu a liberdade). Julgada e condenada a morte pelas acusações recebidas, Anne Boleyn foi decapitada na Torre de Londres no dia 19 de maio de 1536. [...] Com aquela terrível condenação, a memória de Anne Boleyn foi

---

<sup>28</sup> Mesmo sendo mulher, Elizabeth assumiu o trono e ficou conhecida como a “Rainha Virgem”, por não casar-se com nenhum homem. Seu reinado ocorreu entre 1558 e 1603, e é lembrado como a “Era de Ouro” inglesa.

irremissivelmente manchada com as máculas do incesto, bruxaria e adultério. (ANDRADE, 2013, p. 92-93)

Ana, coroada rainha em 23 de maio de 1533, reinou por mil dias, mudando para sempre o curso da corte, religião e política na Inglaterra. A espada de um carrasco francês silenciou a sua derradeira oração nos seus últimos instantes de vida, sendo o seu corpo selado em um sepulcro na capela de Saint Peter.

### **A condição da mulher medieval e a demonização de Ana Bolena**

Foi a partir das conquistas do movimento feminista entre as décadas de 60 e 70 que houve a emergência dos estudos do campo da História das Mulheres (SCOTT, 1992), proporcionando uma nova abordagem sobre as figuras femininas no Medievo (KLAPISCH-ZUBER, 1992), sendo possível visualizar uma expansão nas pesquisas acadêmicas acerca do papel de Ana Bolena, antes tão demonizada pelos estigmas de “concubina”, “inimiga da cristandade”, “adúltera” e possível “bruxa”, destacando-se no Brasil, as pesquisas de autores como Flávia Adriana Andrade (2013) e Renato Drummond Tapioca Neto (2013).

É preciso destacar, assim, que as relações de gênero no século XVI na Inglaterra eram marcadas por uma intensa desigualdade entre homens e mulheres. Segundo Klapisch-Zuber (1992), qualquer sociedade define culturalmente o gênero, dividindo socialmente os sexos e atribuindo-lhes papéis determinados. Dessa forma, machos e fêmeas assumem então a “condição” de homens e mulheres.

Nessa perspectiva, e face à construção simétrica dos papéis masculinos, os papéis atribuídos às mulheres são lhes impostos ou concedidos não em função das suas qualidades inatas – maternidade, menor força física, etc –, mas por razões erigidas em sistema ideológico; menos pela sua natureza do que pela sua suposta incapacidade de entrar na cultura (KLAPISCH-ZUBER, 1992, p. 12).

Klapisch-Zuber (1992) aponta também que a maioria dos registros sobre as mulheres medievais partem de homens ligados ao contexto religioso. Esta visão cristã condicionava a figura da mulher como alguém a ser virtuosa, tal qual a Virgem Maria, evitando uma conduta pecadora e conseqüentemente abominando figuras que fossem em oposição a este padrão de comportamento como no caso de Ana Bolena.

Segundo a concepção cristã do século XVI, a mulher deveria viver para o marido e a família, prezando por um comportamento que refletisse o recato e a virtude. Aquelas que fugissem a esse padrão eram logo vistas com desconfiança pela sociedade e ao mínimo deslize, seriam taxadas por uma série de apelidos, entre os quais o de bruxa. (TAPIOCA NETO, 2013, p. 43)

Por ter feito um rei romper com a sua esposa – e pior, com o Papa –, Ana obteve uma visão muito depreciativa de seus contemporâneos, mais forte após sua decapitação diante de tantas acusações polêmicas. Entretanto, ela não foi acusada formalmente em seu julgamento como bruxa, o boato que cresceu apontando a mesma como uma mulher ligada a feitiçaria nasceu na corte por meio das pessoas que não gostavam de Ana enquanto rainha e foram alimentados pelo próprio rei Henrique VIII.

Muito mais tarde diriam que o rei justificou isto tudo fazendo uma referência a feitiçaria: ele tinha sido enfeitado por Ana Bolena, isto não era literalmente verdade. Ela não era uma feiticeira – fosse lá o que línguas maliciosas pretendessem –, não fez feitiços nem criou poção alguma com a ajuda do diabo, “o Inimigo da Humanidade” para conquistar o amor do rei. Mas em outro sentido, Henrique VIII foi enfeitado: não apenas pela juventude, pela graça e vivacidade de Ana, mas pela promessa que ela oferecia de um casamento fértil (com filhos homens para sucedê-lo – como Francisco I e Carlos V, de algum modo ele tinha sido privado disso. (FRASER, 2014, p. 185).

Toda esta crescente depreciação de Ana Bolena vinculando a sua imagem à de uma bruxa só fez com que a rainha fosse ainda mais odiada, o que justificou muito da má aceitação para com ela. Nota-se, com isso, que a ascensão de Ana na corte e o

fato da mesma ser mulher, e ainda ter sido amante do monarca Tudor, acaba influenciando para a cristalização de preconceitos acerca da mesma.

Segundo Tomazelli (2015), a misoginia medieval, herança da Antiguidade Clássica e dos escritos dos Padres da Igreja, reforçou a concepção da mulher como meio para o pecado e perdição. Vista como maligna, a mulher podia ser instrumento do Diabo, o que despertava uma certa repreensão em relação a mulher, pois temia-se sua sexualidade. Dessa forma, os discursos religiosos difundidos a partir do século XIII, além de disseminarem o pânico em relação ao demônio, consolidaram o arquétipo das malévolas bruxas, tidas como suas aliadas.

Sendo assim, Tomazelli (2015) esclarece que, a passagem do final do medievo para o princípio da modernidade faz nascer a bruxaria demonizada, tendo sua origem em três fatores principais: na elaboração clerical da demonologia, na diabolização da mulher e no temor ao fim dos tempos.

Com a inimizade do Vaticano, a vilanização somou-se a demonização. Os católicos, passaram a criar inúmeras ficções, vinculando Anne, a herege protestante, ao demônio, atribuindo a ela características físicas monstruosas, extremas crueldade e práticas de bruxarias. Os processos de vilanização e demonização da personagem foram acentuados com base nas acusações do processo que a levou a morte, incesto, bruxaria, adultério, ninfomania e assassinato. Some-se a tudo isso que o casamento de Ana fora declarado nulo e ela recebeu oficialmente o status de concubina do Henry VIII. (ANDRADE, 2013, p. 19)

Logo aspectos apontados como diabólicos ou pecaminosos foram difundidos a respeito de Ana, trazendo para esta mulher o pecado e a vilania de uma bruxa. Ainda de acordo com Andrade (2013), todos estes aspectos negativos atrelados a figura de Ana Bolena serviram para alimentar uma espécie de “Lenda Negra” acerca dessa importante figura histórica. Esta difusão de ideias obscuras sobre Ana impulsionou a “Licença Poética” de Anne Rice para a escrita de seu romance *Lasher* (1996), personificando a rainha como uma bruxa.

### **A “Lenda Negra” de Ana Bolena presente em *Lasher* (1996) de Anne Rice**

De acordo com Andrade (2013), muito do imaginário negativo que se criou a respeito de Ana Bolena foi difundido por Nicholas Sanders, católico opositor ao governo de Elizabeth I, nascido em torno de 1530 e que provavelmente nunca tivera contato com Ana Bolena. É Nicholas Sanders que faz a descrição mais horripilante a respeito de Ana, afirmando que a mesma possuía “um dente projetado para frente sob o lábio inferior, uma verruga no queixo e seis dedos na mão direita” (ANDRADE, 2013, p.153).

Segundo Andrade (2013), foi Nicholas Sanders que criou a história de que na última tentativa de gerar o herdeiro homem para Henrique, Ana Bolena teve um aborto na qual o feto seria do sexo masculino e estaria todo deformado. Sendo assim, Sanders claramente atribuía a Ana Bolena uma representação monstruosa. Atualmente, vemos que várias produções cinematográficas ou até literárias perpetuam essa “Lenda Negra” a respeito de Ana Bolena que influencia no imaginário contemporâneo, vendo-a como bruxa, como na cena do filme *Harry Potter e a Pedra Filosofal* (2001) – onde um retrato de Ana Bolena é exposto na galeria da Escola de Magia e Bruxaria de Hogwarts, considerando-a uma bruxa importante.

Mas, no campo da Literatura, essa ideia de Ana Bolena como bruxa também foi reproduzida, pois vemos que Ana Bolena também é retratada como bruxa na obra *Lasher* (1996) terceiro livro da série *As Vidas dos Bruxos Mayfair*, publicado no Brasil pela Editora Rocco. A obra é escrita pela norte-americana Anne Rice, autora de séries de terror e fantasia sobrenatural, considerada uma das autoras mais aclamadas e lidas da América.

*Lasher* (1996) conta em seu enredo central a história de uma entidade sobrenatural chamado Lasher, sendo um ser cuja natureza mística é extremamente enigmática e obscura, com a missão de acompanhar por gerações as bruxas da

família Malfoy. Lasher na verdade é filho de um homem chamado Douglas de Donnelaith (morador de uma aldeia fictícia chamada Donnelaith). Douglas é um personagem fictício, pertencente a um clã de Donnelaith cuja genética permite que os seus membros, ao manterem relações sexuais com bruxas, originem seres adultos extremamente fantásticos, de uma raça diferente dos humanos e bruxos, chamados de Taltos.

Segundo o romance de Anne Rice, Lasher teria sido o feto deformado que Ana Bolena teria abortado em 1536, o que demonstra que essa “Lenda Negra” acerca de Ana Bolena inspirou Anne Rice a descrevê-la como uma mulher adúltera, já que a mesma manteve relações extraconjugais com Douglas de Donnelaith (por mais que seja um personagem fictício), e também como bruxa, já que Ana geraria um monstro. Em uma passagem do livro, vemos Lasher descrever seu nascimento, o que só reforça a ideia da obscuridade de Ana.

Eu sabia quem ela era, que eu estivera dentro dela, e sabia que ela corria perigo de vida. Que, quando se revelasse minha monstruosidade, ela seria indubitavelmente chamada de bruxa e condenada à morte. Ela era uma rainha. E as rainhas não podem parir monstros. Que o rei não havia posto os olhos em mim, que as mulheres o estavam mantendo afastado dos aposentos, isso eu também sabia. As mulheres sentiam tanto medo de mim quanto minha mãe. [...] Minha mãe chorava sem parar e não queria me tocar. Ela falava em inglês e dizia que Deus a amaldiçoara pelo que havia feito, Deus amaldiçoara a ela e ao rei. E agora seus sonhos estavam destruídos. Eu era o castigo vindo dos céus: minha deformidade, meu tamanho, o fato óbvio de eu ser um monstro. De eu não poder ser um ser humano. (RICE, 1996. p.446)

O momento em que o passado de *Lasher* vem à tona, se passa no reinado de Elizabeth I, quando a mesma é coroada em 1559. A narrativa literária de Rice explora e reproduz aspectos de um imaginário depreciativo acerca de Ana Bolena, como o fato dela ter seis dedos, por exemplo. “Minha mãe levantou-se e me encarou em meio às lágrimas. Ergueu a mão esquerda. Vi ali a marca da bruxa, o sexto dedo. Eu soube que voltara por meio dela por ser ela uma bruxa poderosa, embora inocente como todas as mães” (RICE, 1996, p. 446).

De acordo com Tapioca Neto (2013), algumas deformidades físicas em Ana só endossariam ainda mais o argumento de que ela valeu-se de sortilégios para conquistar o rei. Uma vez que Henrique se casara com Ana Bolena na esperança de que ela pudesse lhe dar um filho saudável e como ela não cumprira esse desejo, “então as pessoas acusaram o aborto da rainha como resultado de possíveis práticas de bruxaria e, portanto, se fazia necessário que o rei arrumasse uma nova esposa o mais rápido possível” (TAPIOCA NETO, 2013, p. 35).

Ao avançar do enredo no livro, Lasher é confrontado por Emaeth, filha de Douglas e, portanto, sua irmã bruxa, sobre ser filho de Ana Bolena, e sente-se acuado pois este segredo ficara guardado durante muito tempo, já que logo que nasceu Lasher teve que partir com o seu pai e não teve maior contato com sua mãe, condenada e morta tempos depois.

-Não sei o que você está dizendo, não compreendo. Minha mãe era uma grande rainha. Nunca soube seu nome. - Gaguejei ao dizer isso porque há muito eu já havia adivinhado quem ela poderia ter sido, e era tolice minha fingir que não sabia. [...]

-Era a Bolena - disse a mulher, Emaeth, minha irmã. - A rainha Ana foi sua mãe e foi condenada à morte por feitiçaria e por gerar monstros.

Abanei a cabeça. Eu via apenas aquela pobre mulher assustada, pedindo aos berros que me levassem dali. - Bolena - sussurrei. E me ocorreram todas as velhas histórias dos mártires daquela época: os cartuxos e todos os padres que se recusaram a legitimar o perverso casamento do rei com a Bolena. Minha irmã prosseguiu, ao ver que eu não a contradizia, nem falava nada

- E a rainha da Inglaterra que está agora no trono é sua irmã - disse ela - E tem tanto medo do sangue da mãe que gera monstros que não permite que homem nenhum toque nela e nunca irá se casar! (RICE, 1996, p. 490)

Neste trecho do livro, Anne Rice utiliza-se da sua “liberdade criativa” para justificar a condenação de Ana Bolena que foi arquitetada por Henrique VIII por considera-la uma bruxa; e também o fato de Elizabeth I nunca ter se casado, por ter medo da sua descendência ser monstruosa tal qual igual sua mãe, o que até onde se

sabe pela historiografia – a exemplo de Antonia Fraser (2014) que nega que Ana tenha sido bruxa-, isto não é verídico.

As palavras me atingiram como tudo: música, beleza, assombro ou medo. Eu sabia. Eu compreendia. Bastava que eu me detivesse por um instante de verdade na velha história. A rainha Ana, acusada de encantar Sua Majestade e de par uma criança deformada no leito real. Henrique, ansioso por provar que não era o pai, acusou-a de adultério e mandou que cinco homens de reconhecida perversidade e falta de moral preparassem o terreno para que ela fosse decapitada. (RICE, 1996, p. 490)

Entretanto, Tapioca Neto (2013) argumenta que todas essas acusações de bruxaria não passavam de conspirações contra Ana por conta de sua personalidade forte e por ter conquistado o Rei. Para o historiador, uma mulher com as características de Ana Bolena constituía-se num prato cheio para aqueles que queriam acusá-la de bruxa e de manter relações com o diabo.

### **Considerações finais**

Ainda que não houvesse qualquer prova ou registro de que Ana Bolena fosse realmente uma feiticeira como seus caluniadores apontaram, ela acabou pagando um preço alto por ser mulher e por despertar a paixão de Henrique VIII. Ter influenciado na reforma religiosa serviu ainda mais para toda a construção da demonização da sua imagem, o que perdura até hoje, seja em obras literárias ou até cinematográficas.

A obra *Lasher* (1996) da americana Anne Rice, ao representar a personagem Ana Bolena como uma bruxa que enfeitiçou o rei e gerou monstros, apropria-se assim do imaginário que perpetua a “Lenda Negra” acerca desta rainha, vilanizando esta figura histórica como adúltera, bruxa e pecadora. Entretanto, a narrativa ficcional não possui compromisso algum com a verdade, podendo-se, assim como a própria História, tecer suas próprias interpretações e dar versões acerca dos fatos e sujeitos históricos.

## Referências

### Fontes

FRASER, Antonia. Ana Bolena. In: \_\_\_\_\_. *As Seis Mulheres de Henrique VIII*. Rio de Janeiro: BestBolso, 2014. p. 150-300.

RICE, Anne. *Lasher: As Vidas dos Bruxos Mayfair – Livro 3*. Tradução de Waldéa Barcellos. Rio de Janeiro: Rocco, 1996. 576 p.

### Bibliografia

ANDRADE, Flávia Adriana. *Ficções de Anna Bolena, na história e na literatura contemporâneas*. 2013. 390 f. Tese (Doutorado) – Instituto de Letras. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

HUTCHEON, Linda. *Poética do pós-modernismo: História, Teoria, Ficção*. Trad. Ricardo Cruz. Rio de Janeiro: Imago, 1991. 331 p

KLAPISCH-ZUBER, Christiane. Introdução. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (Orgs). *História das mulheres no ocidente: A idade média*. Porto: Afrontamento, 1992. p. 9-23.

SCOTT, Joan. História das Mulheres. In: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da História*. São Paulo: Unesp, 1992. p. 63-95.

TAPIOCA NETO, R. D. *A condição da mulher na Inglaterra do século XVI: O discurso feminista em The Secret Diary of Anne Boleyn (1997)*. Monografia de conclusão de curso (História) – Universidade Estadual de Santa Cruz. Ilhéus, 2013. 62 p.

TOMAZELLI, Roni. Para onde foram as bruxas? Os estudos históricos sobre a bruxaria tardo medieval. In: V Encontro Internacional de História UFES/ Paris-Est. 5., 2015, Vitória. *Anais eletrônicos...* Vitória: LHPL, 2015, p.940-949. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/UFESUPEM/article/view/12355/8634> >. Acesso em: 05 de jul. 2019.

# RELAÇÕES DE GÊNERO NA LITERATURA DE CORDEL

**Caroline Pinheiro de Oliveira**

Graduada do curso de Licenciatura Plena em História na Universidade Federal do Piauí-UFPI, Campus Senador Helvídio Nunes de Barros–Picos-PI.

**Resumo:** O presente artigo tem como objetivo discutir as relações de gênero na literatura de cordel, para esta análise usaremos os seguintes cordéis: *A bunda da Chica boa* e *O morto que foi chifrado e voltou pra se vingar*. O foco principal será as relações de gênero que são descritas nestes textos, esses cordéis disseminam padrões sociais ajudando no controle social. Os cordéis podem assumir dimensões imaginárias e reais, sendo assim não existe um limite para as histórias contadas, misturando a realidade com o imaginário.

**Palavras-Chave:** Literatura de cordel. Relações de gênero. Padrões sociais.

## As histórias de cordéis no Nordeste

Os folhetos de cordel chegam ao nordeste do Brasil no final do século XIX. Primeiramente essas histórias eram repassadas pela oralidade por meio de cantigas e assim percorriam as estradas, os vilarejos e engenhos. “Esses cantadores apresentavam-se nas casas-grandes das fazendas ou em residências urbanas, em festejos privados ou em grandes festas públicas e feira” (ABREU, 1999, p. 75).

Os assuntos tratados nessas cantigas eram os mais variados, como sátiras, descrições da natureza, romance. O vaqueiro e o boi eram os personagens mais frequentes nesse período. É necessário destacar que essas cantigas eram exclusivamente cantadas por homens.

Depois é que essas histórias passaram a ser escritas, assumindo formas e linguagens, segundo Abreu (1999, p. 91) “no final dos anos oitocentos, parte do universo poético das cantorias começa a ganhar forma impressa, guardando, entretanto fortes marcas de oralidade”.

A partir dessa produção literária, podemos perceber o imaginário construído no ideal dos autores, que expressam nos cordéis situações diversas, e em muitas delas, essa discussão que aborda experiências cotidianas dos personagens, como também dos próprios autores onde unem o imaginário com o cotidiano, o cenário e a situação social, “Trata se, pois, da constante preocupação do cordelista em mostrar um modelo idealizado da boa conduta, como forma de ensinamento e correção, porquanto somente as atitudes positivas e virtuosas são dignas e valem a pena” (SILVA, 2008, p. 39). O cordel serviria como uma espécie de manual de conduta que representa as histórias de forma mais descontraída, por meio dessas histórias é possível saber quais comportamentos são adequados e quais são reprovados na sociedade.

### **As representações do feminino e do masculino**

O cordel *A bunda da Chica boa* do autor Alberto Porfírio traz a história de uma mulher que tinha a bunda de um tamanho avantajado e que chamava a atenção por onde passava, alguns ficavam admirados e outros espantados, gerando comentários maldosos e críticas. Vejamos a seguir um trecho do cordel:

De dez e quinze pessoas  
Se via em cada janela

Todo comércio parou  
Para olhar a bunda dela  
Tenho visto muita bunda  
Mas nunca vi como aquela.

É bunda de dar sucesso  
Do norte ao sul do país  
Não pude medir, é claro,  
Mas, pelos cálculos que fiz,  
Dava no mínimo dois metros  
A largura dos quadris.  
(PORFÍRIO, 2006, p.1)

Nota-se que o corpo avantajado de Chica parou o movimento da rua, alguns homens mostravam-se encantados por suas proporções expressando admiração, desejo e até mesmo assédio, tecendo comentários e fantasiando comparações exageradas a partir do que observavam em Chica, daí as piadas com teor sexual e também humorístico.

Multidões acompanhavam  
Onde a Chica ia passando  
Eu como poeta e filósofo  
Fiquei sozinho murmurando:  
Tanta gente desbundada  
E tanta bunda sobrando.

Marta Rocha da Bahia  
Que bunda famosa a dela!  
Em um concurso de bunda  
Ultrapassou a tabela  
Foram-se medir as duas  
A Chica Boa deu nela.  
(PORFÍRIO, 2006, p. 03)

Neste cordel conseguimos perceber uma padronização dos corpos, uma mulher com o bumbum avantajado causa espanto na maioria da população, o normal seria um bumbum nem pequeno e nem grande. Contudo vemos que esses padrões ditam uma cultura de uma harmonia em que o que é demais é excesso e o de menos fica a desejar, por isso aquilo que foge a esses padrões e alvo de polêmica e crítica. Os

padrões da sociedade muitas vezes estão voltados para agradar um público específico, no caso a mulher deve agradar a classe masculina.

Encarnar a beleza é uma obrigação para as mulheres, não para os homens, situação esta necessária e natural por ser biológica, sexual e evolutiva. Os homens fortes lutam pelas mulheres belas, e as mulheres belas têm maior sucesso na reprodução. A beleza da mulher tem relação com sua fertilidade; e, como esse sistema se baseia na seleção sexual, ele é inevitável e imutável. (WOLF, 1992, p. 15)

Cada sociedade tem um padrão de beleza específico, no Brasil esse padrão é definido pelas mulheres magras, mas que possuem seios e bumbum avantajado. A sociedade da beleza também é a sociedade do consumismo, pois esses corpos são desenhados através de horas intensas na academia com seus personal trainer, dietas restritas, suplementos alimentares. Ser bonita custa caro e boa parte das mulheres não tem o dinheiro necessário. “Ao atribuir valor às mulheres numa hierarquia vertical, de acordo com um padrão físico imposto culturalmente, ele expressa relações de poder segundo as quais as mulheres precisam competir de forma antinatural [...]” (WOLF, 1992, p.15). Por esse motivo econômico as mulheres da capa de revistas, as belas atrizes de filmes e novelas são “perfeitas” quando comparadas as mulheres reais, é uma competição desigual e que traz sérios problemas.

Ao observarmos a ilustração da capa do cordel analisado, figura 1, percebemos como a Chica boa está arrumada, veja que ela usa um vestido que valoriza seu bumbum e um salto que o deixa mais empinado. O padre na ilustração mostra-se “espantado” com Chica boa, pois o bumbum é uma parte física do corpo que atrai sexualmente e que é capaz de fazer até um homem santo cair em tentação, observe como ele faz uma oração enquanto observa fixamente para a moça.

O Bumbum feminino é um elemento tão atrativo que até existem concursos para eleger o bumbum mais belo do Brasil, e nesse contexto também associamos ao fato de para outros olhares o avantajado se torna algo que qualifica e dá ênfase enquanto o pouco se torna descartado. “A “beleza” não é universal, nem imutável,

embora o mundo ocidental finja que todos os ideais de beleza feminina se originam de uma Mulher Ideal Platônica” (WOLF, 1992, p.15). O nome da personagem também pode ser motivo de análise, Chica boa, pela história podemos sugerir que o boa está relacionado com os atributos físicos de Chica.



Figura 1: Capa do cordel “A bunda da Chica boa”  
Fonte: PORFÍRIO, Alberto. A bunda da chica boa. Ceará: Fortaleza, 2006.

No cordel seguinte intitulado *O morto que foi chifrado e voltou pra se vingar* do autor Sávio Pinheiro, traz a história de um marido que foi traído pela esposa com seu irmão. O cordel começa com a discussão sobre a mudança de uma fase etária, na qual as transformações do corpo é assunto entre os adolescentes, que procuram se informar sobre a questão. É aí que também vemos o confronto entre opiniões e ideologias mais tradicionais com as mais contemporâneas.

É chegada a juventude  
De maneira natural  
Muda o corpo de Maria  
Fica mais escultural  
Os dois rapazes crescendo  
Já tem vida sexual.  
(PINHEIRO, 2006, p.03)

De um lado podemos ver que essa mudança se dá de uma forma natural, inevitável e comum entre os jovens, no período da puberdade, a passagem do menino para o rapaz, da menina para a mocinha, e que sobre um olhar mais tradicional, essa mudança vem também como afirmativa da virilidade, do início da atividade sexual no caso dos meninos, e da fertilidade no caso das meninas. Esses meninos eram iniciados desde muito cedo na vida sexual, contudo essa vida sexual não deveria estar ligada a afetividade, mas apenas a satisfação. Enquanto isso as mulheres deveriam manter-se virgens até o casamento, para satisfazer as vontades dos futuros maridos.

A mulher cabia também zelar pelo bom andamento da casa e da família. Ela devia ser o ponto de apoio para o marido e os filhos, devia saber perdoar as pequenas falhas cotidianas, manter-se firme nos seus compromissos e fiel ao marido, mesmo que ele não fizesse o mesmo. A harmonia e equilíbrio do lar estavam diretamente ligados ao bom desempenho, por parte da mulher, de seus deveres domésticos. (CASTELO BRANCO, 2005, p.76)

Por outro lado também vemos que a formação do corpo, por exemplo, o “mais escultural” remete também aos instintos de admiração e desejo associados à prática da sexualidade, os traços a serem admirados que embelezam o olhar dos que admiram, como também os rapazes que “já tem vida sexual” assumem aquele posto em que já estão prontos para estarem em uma constante busca para praticar a sexualidade, como se a prática da sexualidade fosse necessária para legitimar a masculinidade.

No próximo verso a moça casada, mesmo assim vaidosa, e o marido, aquele que sustenta e não deixa nada faltar, nos remete àquela velha concepção patriarcal, do homem o guardião da família e a mulher a responsável pelos cuidados do lar, ou seja, nessa estrofe podemos discutir a relação de um padrão incorporado na obra defendendo princípios que atualmente não nos são mais tão imponentes.

Maria sempre bonita  
Bem contente e arrumada  
Cuida bem de seu marido  
E se sente muito amada  
Ele, um trabalhador  
Não lhe deixa faltar nada.  
(PINHEIRO, 2006, p. 06)

O que vemos hoje é uma realidade bem diferente, em que as mulheres que não deixam de serem zeladas, que se arrumam, que trabalham e que se sustentam, e que às vezes invertem o papel que foi construído por uma sociedade machista e que preza por uma hierarquia de gênero não mais condizente com a realidade atual.

As próximas duas estrofes remontam uma situação também muito comum a ser vista cotidianamente, no caso do desgaste de relações em que a supremacia de um dos lados encarrega o outro por tais atos, a responsabilidade e a liberdade se confrontam nesse cenário familiar. Contudo, na maioria dos casos o desgaste do casamento, a responsabilidade é atribuída à mulher, sendo assim a traição masculina teria uma justificação.

Passados dez longos anos  
Três filhinhos dão à graça  
Mas o casal perde o ânimo  
Não se beija, não se abraça,  
A rotina toma conta...  
Poderá surgir trapaça?

Maria sente a mudança  
No coração de Zezinho  
Ele se perfuma todo  
Não lhe faz um só carinho  
Passe a noite no forró  
Chega em casa de mansinho.  
(PINHEIRO, 2006, p. 06)

Mais uma vez vemos a autoridade masculina se sobrepondo em tal situação, os filhos já são uma responsabilidade, mas mesmo assim podemos entender que

enquanto Maria sente os reflexos desse desgastes, Zezinho se sente na liberdade de sair não se importando com Maria, resquícios de uma relação ao que cai na rotina e traz a questão “Poderá surgir trapaça?”, essa trapaça seria uma possível traição. “A fidelidade da esposa ao marido deveria também ser observada no tocante as ideias e princípios defendidos pelo mesmo. A mulher não deveria discordar do seu esposo, ter pensamentos que viessem a entrar em conflito com os dele” (CASTELO BRANCO, 2005, p.76).

Contudo a “traição natural” seria o marido ter uma amante, entretanto nesse cordel quem tem um caso é a esposa. Essa traição aconteceu apenas em sonho, Maria teve uma relação sexual com Zezé que é irmão de seu marido, mas ficou muito arrependida por ter tido sonhos impuros. Com isso vai pedir perdão ao esposo pela traição cometida. Perceba que a traição feminina é tão repugnante que até um sonho erótico com um homem que não seja o marido é motivo de vergonha. “A elas certos comportamentos, posturas, atitudes e até pensamentos foram impostos, mas também viveram o seu tempo e o carregaram dentro delas” (FALCI, 2001, p. 202). O marido pode passar a noite no forró com outra sem ter a consciência pesada.



Figura 2: Capa do cordel “O morto que foi chifrado e voltou pra se vingar ”

No desenrolar da história descobrimos que os papéis do casamento foram trocados e que Maria estava casada no papel com Zezé que acaba morrendo, o seu espírito ao saber que seu irmão o enganou decide voltar para se vingar, os sonhos eróticos que Maria tinha com Zezé faziam parte da vingança. A narrativa não está ligada diretamente aos limites da realidade, a história do morto que se vinga de uma traição, e que sem barreiras o cordel é construído mesmo sem probabilidades reais de tal acontecimento.

O presente cordel apresenta a história de um homem que para se vingar de uma traição precisa usar a esposa, colocando a mulher a disposição do homem, ou melhor, dos homens, o marido e o amante, também havia os homens que foram traídos, colocando a dualidade nas identidades masculinas.

### **Considerações finais**

A análise desse material possibilitou conhecer as realidades acerca desse cenário em que a sexualidade ainda é alvo de estereótipos, o debate sobre o uso dos corpos tem sido constante. Entendemos que o corpo enquanto construção histórica, influenciado por fatores sociais, políticos e culturais apresenta questões que atingem a construção das identidades. Na atualidade a discussão de gênero ganha destaque, tem se discutido muito sobre as mudanças que a sociedade vem enfrentando e as relações de poder que os sexos exercem um sobre o outro.

Uma das causas discutidas no contexto de gênero e história é a relação de poder e sexualidade, como construção histórica e social, na qual estabeleceu padrões tradicionais. A masculinidade também era definida nos espaços domésticos, na relação com as mulheres, com filhos e agregados onde esses tinham que dar o respeito, a obediência ao marido, ao pai e ao patrão, sempre uma figura masculina.

Nas histórias A bunda da chica boa e O morto que foi chifrado e voltou pra se vingar as protagonistas são mulheres, contudo suas narrativas se desenvolvem em

torno de homens que de alguma forma tentam impor seus domínios sobre os corpos e pensamentos femininos.

## Referências

- ABREU, Márcia. *Histórias de cordéis e folhetos*. Campinas: São Paulo, 1999. p. 75-91.
- CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. *Mulheres Plurais: a condição feminina na Primeira República*. Teresina: Bagaço, 2005.
- FALCI, Miridan Knox. Mulheres do sertão nordestino. In: PRIORE, Mary del. (Org.). *História das mulheres no Brasil*. 4 edição. São Paulo: Contexto, 2001. p. 202.
- PORFÍRIO, Alberto. A bunda da chica boa. Ceará: Fortaleza, 2006. p. 01-03.
- PINHEIRO, Sávio. O morto que foi chifrado e voltou pra se vingar. Ceará: Fortaleza, 2006. p. 03-06.
- SILVA, Raimundo José da. *Identidades e Representações do Nordeste na Literatura de Cordel*. Universidade Federal do Mato Grosso. Três Lagoas. 2008. p. 39.
- WOLF, Naomi. *O mito da Beleza: como as imagens de beleza são usadas contra as mulheres*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

# ENTRE A NATUREZA E A CULTURA: UMA ANÁLISE DA PROIBIÇÃO DO INCESTO

**Márcio Douglas de Carvalho e Silva**

Doutorando em História-UFPA

Mestre em Antropologia-UFPI

E-mail: conectadonomarcio@hotmail.com

**Resumo:** Este texto propõe uma análise teórica acerca da proibição do incesto de acordo com a concepção de Lévi-Strauss. Para isso, buscou-se estabelecer um debate em torno das ideias do autor, que busca identificar as causas da proibição do incesto em diferentes culturas, concluindo ele, tratar-se de algo que está relacionado a passagem do fato consanguíneo natural ao fato cultural da aliança.

**Palavras-chave:** Incesto. Natureza. Cultura.

## **Lévi-Strauss e a proibição do incesto**

Na tentativa de estabelecer um entendimento sobre o posicionamento de Lévi-Strauss acerca da proibição do incesto, é importante recorreremos à discussão inicial que ele esboça, com o objetivo de identificar as principais distinções entre as questões que envolvem natureza e a cultura.

Para o autor “o homem é um ser biológico ao mesmo tempo em que é um indivíduo social” (LÉVI-STRAUSS, 2012, p. 39), daí, a necessidade de entender o homem no seu aspecto mais amplo, nascendo nesse aspecto a dificuldade apontada por Lévi-Strauss de se entender o limiar desses dois mundos (natureza e cultura), pois para o mesmo “nenhuma análise real permite apreender o ponto de passagem entre os fatos da natureza e os fatos da cultura, além dos mecanismos de articulação deles” (LÉVI-STRAUSS, 2012, p. 45).

O ponto fulcral dessa hipótese, que traça o eixo epistemológico defendido pelo autor, pode ser percebido a partir do ponto de vista analítico estabelecidos como um dos critérios possíveis de perceber as ações dos seres humanos em contextos sociais, pois para o mesmo

Em toda parte onde se manifesta uma regra podemos ter certeza de estar numa etapa da cultura. Simetricamente, é fácil reconhecer no universal o critério da natureza. Porque aquilo que é constante em todos os homens escapa necessariamente ao domínio dos costumes, das técnicas e das instituições pelas quais seus grupos se diferenciam e se opõem. Na falta de análise real, os dois critérios, o da norma e o da universalidade, oferecem o princípio de uma análise ideal, que pode permitir - ao menos em certos casos e em certos limites - isolar os elementos naturais dos elementos culturais que intervêm nas sínteses de ordem mais complexa (LÉVI-STRAUSS, 2012, p. 45).

Lévi-Strauss continua sua tese afirmando que, onde se percebem as prescrições das regras, ali está o que chamou de uma etapa da cultura, estabelecendo uma generalização, ao afirmar que todos os aspectos de caráter universal do ser humano “dependem da ordem da natureza e se caracteriza pela espontaneidade, e que tudo que está ligado a uma norma pertence a cultura e apresenta os atributos do relativo e do particular” (LÉVI-STRAUSS, 2012, p. 45, *grifo nosso*).

Seguindo essa linha de raciocínio, Lévi-Strauss se reporta no tocante a questão do incesto, que segundo ele, apresenta de forma confluyente “os dois caracteres nos quais reconhecemos os atributos contraditórios de duas ordens exclusivas [...]

constituem uma regra que única entre todas as regras sociais, possui ao mesmo tempo caráter de universalidade” (LÉVI-STRAUSS, 2012, p. 45-46).

Esse tom universalizante atribuído por Lévi-Strauss ao incesto, independente do curso histórico que o homem viveu/vive, mesmo se levando em consideração todas as diferenças culturais existentes entre as sociedades, nos faz perceber que o banimento do incesto em todas as sociedades, expõe a maneira de como o ser humano se estabelece em relação aos indivíduos de sexo oposto, criando nos meandros das relações sociais, um conjunto de regras de caráter ético e moralizante, assim como de julgamento e até punição para os transgressores dessas normas.

Assim, todos os aspectos que se podem dizer que são universais no homem, se referem a natureza e as representações que se dão a partir do estabelecimento de normas, correspondem a cultura, sendo sujeitas a interferências de natureza diversa que podem se fazer presentes ou afetar o grupo social. Daí, podemos pensar que o incesto, no ato de sua proibição, expõe ao mesmo tempo elementos que estão tanto na cultura como na natureza.

Para reforçar suas conclusões, Lévi-Strauss expõe teorias explicativas sobre o incesto ao mesmo tempo em que as refuta. Essas teorias são, segundo o mesmo, de três tipos: a teoria de primeiro tipo, esboçada por Lewis H. Morgan e Sir Henry Maine, pressupõe que “a origem da proibição do incesto é realmente ao mesmo tempo natural e social, mas no, sentido de resultar de uma reflexão social sobre um fenômeno natural” (LÉVI-STRAUSS, 2012, p. 50).

Diante desse fato, a proibição do incesto representava um mecanismo de proteção contra os possíveis resultados indesejados e até trágicos que poderiam surgir a partir da realização dos casamentos consanguíneos, portanto, essa teoria defendia que o incesto era proibido por questões de defesa do próprio grupo.

O segundo tipo teórico evocado por Lévi-Strauss, que “tende a eliminar um dos termos da antinomia entre os caracteres, natural e social, da instituição” (LÉVI-STRAUSS, 2012, p. 50), expõe o pensamento de Westermarck e Havelock Ellis. Para

ele, “a proibição do incesto é apenas a projeção ou o reflexo no plano social de sentimentos ou tendências que a natureza do homem basta inteiramente para explicar” (LÉVI-STRAUSS, 2012, 50). Seguindo essa linha, a proibição do incesto se daria pelo que ele chama de “voz do sangue”, onde naturalmente os entes consanguíneos teriam um horror contra o incesto, que teria origem no próprio instinto “familiar”.

A explicação de terceiro tipo diverge das duas anteriores, no momento em que a primeira explicação atribui a proibição do incesto ao temor do resultado nefasto, do casamento consanguíneo; a segunda reduz essa proibição “a um fenômeno psicológico ou fisiológico de caráter instintivo”; e a terceira explicação é atribuída a fatores “puramente culturais”, pois, “vê na proibição do incesto uma regra de origem puramente social, cuja expressão em termos biológicos é um aspecto acidental e secundário”, (LÉVI-STRAUSS, 2012, p. 56) que segundo Lévi-Strauss, deve ser verificado levando em consideração um número mais diversificado de detalhes que as anteriores.

Considerada como instituição social, a proibição do incesto aparece sob dois aspectos diferentes. Ora achamo-nos somente em presença da proibição da união sexual entre consanguíneos ou colaterais próximos, ora esta forma de proibição, fundada sobre um critério biológico definido, é apenas um aspecto de um sistema mais amplo, do qual parece estar ausente qualquer base biológica (LÉVI-STRAUSS, 2012, p. 56-57).

Nesse grupo de explicações, onde o social é tido como fator determinante, a hipótese de Émile Durkheim apresenta natureza tripla, pois inicialmente “funda-se na universalização de fatos observados em um limitado grupo de sociedades; faz da proibição de incesto uma consequência longínqua<sup>29</sup> das regras da exogamia” (LÉVI-STRAUSS, 2012, p. 58).

---

<sup>29</sup> Para Lévi-Strauss (2012), o problema da proibição do incesto não consiste tanto em procurar que configurações históricas, diferentes segundo os grupos, explicam as modalidades da instituição em tal ou qual sociedade particular, mas, em procurar que causas profundas e onipresentes fazem com que,

Todas as teorias analisadas por Lévi-Strauss são rebatidas, como, por exemplo, nas teorias de segundo tipo onde expõe sua crítica afirmando que

[...] o fato do pretense horror do incesto não poder ser derivado de uma fonte instintiva está suficientemente estabelecido pela verificação de que se manifesta somente por ocasião de um conhecimento suposto, ou posteriormente estabelecido, da relação de parentesco entre os culpados (LÉVI-STRAUSS, 2012, p. 54).

As críticas de Lévi-Strauss recaem ainda sobre a psicologia e a biologia, pois, para o autor “a proibição do incesto representaria o único caso em que se exigiria das ciências naturais que explicassem a existência de uma regra sancionada pela autoridade dos homens” (LÉVI-STRAUSS, 2012, p. 62). E continua afirmando que, por seu aspecto universal, a proibição do incesto se aproxima da natureza (biologia e psicologia), porém, mesmo com isso, “não é menos certo que, enquanto regra, constitui um fenômeno social e pertence ao universo das regras, isto é, da cultura, e por conseguinte à sociologia que tem por objeto o estudo da cultura” (LÉVI-STRAUSS, 2012, p. 62).

Com essas críticas, percebemos que as explicações que contemplam as três determinações mostradas anteriormente, são duramente descartadas pelo autor, só a partir daí é que expõe a sua hipótese, que como sabemos, não contempla uma única variável.

A proibição do incesto não é nem puramente de origem cultural nem puramente de origem natural, e também não é uma dosagem de elementos variados tomados de empréstimo parcialmente à natureza e parcialmente à cultura. Constitui o passo fundamental graças ao qual, pelo qual, mas sobretudo no qual se realiza a passagem da natureza à cultura. Em certo sentido pertence à natureza, porque é uma condição geral da cultura, e por conseguinte não devemos nos espantar em vê-la conservar da natureza. Seu caráter formal, isto é, a universalidade. Mas em outro sentido também já é a cultura, agindo e

---

em todas as sociedades e em todas as épocas, exista uma regulamentação das relações entre os sexos (LÉVI-STRAUSS, 2012, p. 61).

impondo sua regra no interior de fenômenos que não dependem primeiramente dela (LÉVI-STRAUSS, 2012, p. 62).

Sendo assim, a proibição do incesto se dá em um aspecto modelar, que aproxima em um único contexto elementos de extratos díspares que são o biológico (natural) e o social (cultura).

Dando prosseguimento a sua hipótese, ao referir aos aspectos funcionais da proibição do incesto no caso dos casamentos exógamos<sup>30</sup>, Lévi-Strauss afirma que “a proibição do incesto é menos uma regra que proíbe casar-se com a mãe, a irmã ou a filha do que uma regra que obriga a dar a outrem a mãe, a irmã ou a filha. É a regra do dom por excelência” (LÉVI-STRAUSS, 2012, p. 522).

Para exemplificar tal fato, o autor cita um diálogo de Margaret Mead com um Arapesh, em que pelas repostas do nativo, a etnógrafa percebe a valoração que é dada à exogamia em contraposição a endogamia e ao incesto.

[...] "Não coabitamos com nossas irmãs. Damos nossas irmãs a outros homens e estes outros nos dão suas irmãs". [...] "Mas como! Queria casar com tua irmã? O que há contigo? Não queres ter um cunhado? Não compreendes que se te casares com a irmã de outro homem e um outro homem se casar com tua irmã terás pelo menos dois cunhados, enquanto se te casares com tua própria irmã não terás nenhum? E com quem irás caçar? Com quem farás as plantações? Quem irás visitar?" (LÉVI-STRAUSS, 2012, p. 528).

Com esse exemplo, fica explícito mais uma vez que a proibição do incesto não se vincula exclusivamente aos sistemas biológicos nem ao social do ser humano, mas está ligado ao

processo pelo qual a natureza se ultrapassa a si mesma. Acende a faísca sob a ação da qual forma-se uma estrutura de novo tipo, mais complexa, -e se superpõe, integrando-as, às estruturas mais simples da vida psíquica, assim como estas se superpõem, integrando-as, às

---

<sup>30</sup> Para Lévi-Strauss a exogamia é a única forma “de manter o grupo como grupo, de evitar seu fracionamento e a divisão indefinidos que seriam o resultado da prática dos casamentos consanguíneos (LÉVI-STRAUSS, 2012, p. 522).

estruturas, mais simples que elas próprias, da vida animal. Realiza, e constitui por si mesma, o advento de uma nova ordem (LÉVI-STRAUSS, 2012, p. 63).

Levando em conta essas considerações, voltamos agora a nos referir às implicações, outro elemento já citado anteriormente – dos casamentos exogâmicos. O exemplo citado acima, em que o nativo demonstra surpresa com as perguntas de Margaret Mead, mostram o quanto a aliança deve se estabelecer com pessoas fora do seu próprio grupo, como um fator benéfico. Nesse caso, “a proibição do incesto exprime a passagem do fato natural da consanguinidade ao fato cultural da aliança” (LÉVI-STRAUSS, 2012, ap. 68). Com isso, percebemos as outras implicações que levam a proibição do incesto, que fogem somente a proibição pura e simples. Essa proibição é baseada nos preceitos da troca<sup>31</sup> pois, “como a exogamia, a proibição do incesto é uma regra de reciprocidade: pois renuncio minha filha ou minha irmã à condição que meu vizinho às suas também renuncie” (LÉVI-STRAUSS, 2012, p. 101). Portanto, identificamos que tanto o natural como o social operam a partir da lógica do eu dou para que possa receber, e a partir disso se estabelecem essas alianças (daí a necessidade de trocar minha irmã com meu amigo, para que receba a irmã dele).

Rebatendo as teorias que tentavam explicar o problema do incesto, a partir de uma análise das relações das alianças, e se recusando a atribuir esse problema unicamente a natureza ou a cultura, por razões já explicadas anteriormente, Lévi-Strauss acaba “introduzindo a argumentação da inspiração comunicacional” (RODRIGUES, 2015: 169), por esse motivo,

quando se proíbe a um homem ou mulher que mantenha relações sexuais com indivíduos de seu próprio grupo acaba-se tornando imperativo que as realize com indivíduos de outro. Dessa forma, ao colocarem os grupos familiares em articulação recíproca, as relações sexuais e a reprodução populacional transformam-se em dispositivos sociológicos. Logicamente a comunicação entre clãs, famílias, etc.

---

<sup>31</sup> Sobre a troca onde são expressas as relações de dar e receber ver MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a Dádiva: Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: Maus, M. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo. EPU, 1974. (pp. 185-314).

cessará e a sociedade correrá risco de pulverização no caso de os indivíduos passarem a sistematicamente se casar dentro de seus próprios grupos de origem. Em síntese, o incesto resume-se a uma espécie de recusa de comunicação (RODRIGUES, 2009, p. 57).

Como “filho” dessa recusa de comunicação, “a proibição do incesto não se limita apenas as relações sexuais: por derivação repercute sobre o conjunto do universo simbólico” (RODRIGUES, 2009, p. 170). Com isso, o ato de proibir o incesto no pensamento de Lévi-Strauss, surge de uma prescrição originada nas próprias regras sociais que são estabelecidas entre e dentro dos grupos, porém, é um fenômeno que apresenta configuração dual, sendo o conduto de fenômenos que ao mesmo tempo pertencem tanto a natureza como a cultura.

## Referências

LEVI-STRAUSS, Claude. *As estruturas elementares do parentesco*. Petrópolis: Vozes, 2012.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a Dádiva: Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: Maus, M. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: EPU, 1974. (pp. 185-314).

RODRIGUES, José Carlos. Lévi-Strauss (1908-2009) In: ROCHA, Everaldo e FRID, Marina. (orgs.). *Os antropólogos: clássicos das ciências sociais*. Rio de Janeiro: Vozes, 2015.

\_\_\_\_\_. Lévi-Strauss, teórico da comunicação. *Revista Famecos*. Porto Alegre, nº 39, agosto de 2009

# O PERFIL FEMININO PARA O CASAMENTO

**Marciele Sousa da Silva**

Graduada em História/UEMA

**Jakson dos Santos Ribeiro**

Prof. Adjunto I na Universidade Estadual do Maranhão – UEMA

Doutor em História Social da Amazônia – UFPA

**Resumo:** A pesquisa histórica tem passado por uma ampliação, em que passa a apresentar uma grande variedade de objetos, novas fontes, metodologias e abordagens. Tem-se procurado dar voz aos grupos, antes negligenciados, como: crianças, doentes, operários, mulheres e tantos outros, que podem ser considerados como “excluídos da história”. Neste processo de ampliação e renovação os estudos sobre as mulheres e as relações de gênero emergem com novos objetos e categorias de análise. Deste modo o objetivo deste trabalho é compreender o papel das mulheres diante do casamento, o perfil de mulher considerado ideal para o matrimônio, e entender como a historiografia vem se comportando em torno do tema, principalmente, analisando seus principais conceitos. Além desta questão, a pesquisa demonstrou o quão ainda se faz necessário debates e reflexões, como também, o alargamento do conhecimento sobre a história das mulheres e as relações de gênero, intercalando o matrimônio, como meio de entender os papéis sociais destinados a mulher dentro da sociedade.

**Palavras-Chave:** Gênero. Mulher. Matrimônio. Ideal Feminino.

## Introdução

É notório, que nas últimas décadas, a historiografia tem privilegiado uma história social, mas também cultural das mulheres e das relações de gênero, de modo

que passou a ser objeto de estudo de historiadores e pesquisadores em outras áreas das ciências humanas, que desconstruíram os papéis destinados a homens e mulheres no decorrer da história, tornando – a assim, objeto de investigação histórica. Nesse sentido, como aponta a historiadora, Michelle Perrot (2007):

A história das mulheres mudou. Em seus objetos, em seus pontos de vista. Partiu de uma história do corpo e dos papéis desempenhados na vida privada para chegar a uma história das mulheres no espaço público da cidade, do trabalho, da política, da guerra, da criação. Partiu de uma história das mulheres vítimas para chegar a uma história das mulheres ativas, nas múltiplas interações que provocam a mudança. Partiu de uma história das mulheres para tornar-se mais especificamente uma história do gênero, que insiste nas relações entre os sexos e integra a masculinidade. Alargou suas perspectivas espaciais, religiosas e culturais (PERROT, 2007, p. 15-16).

Neste sentido, a pesquisa histórica tem passado por uma ampliação, em que passa a apresentar uma grande variedade de objetos, novas fontes, metodologias e abordagens. Tem-se procurado dar voz aos grupos, antes negligenciados, como: crianças, doentes, operários, mulheres e tantos outros, que podem ser considerados como “excluídos da história”. Neste processo de ampliação e renovação os estudos sobre as mulheres e as relações de gênero emergem com novos objetos e categorias de análise.

Deste modo o objetivo deste trabalho é compreender o papel das mulheres diante do casamento, o perfil de mulher considerado ideal para o matrimônio, e entender como a historiografia vem se comportando em torno do tema, principalmente, analisando seus principais conceitos.

Notamos que, ao estudarmos a história da mulher no Brasil, podemos perceber que a representação em relação a ela foi marcada pelo domínio da ordem patriarcal, que validada pela religião cristã, cooperou com a disseminação desse domínio sobre o feminino em todas as esferas sociais. Elas eram consideradas como propriedade do homem, em sua grande maioria, subordinadas e dependentes do pai

ou do marido. Desde meninas eram ensinadas a serem mães e esposas. Mantidas longe dos espaços públicos, eram consideradas frágeis, com inteligência reduzida, delicadas e indefesas. De acordo com Rachel Soihet (1997):

Constituem-se as mulheres, de acordo com a maioria dos filósofos iluministas, no ser da paixão, da imaginação, não do conceito. Não seriam capazes de invenção e, mesmo quando passíveis de ter acesso à literatura e a determinadas ciências, estariam excluídas da genialidade. A beleza atributo desse sexo era incompatível com as faculdades nobres, figurando o elogio do caráter de uma mulher como a prova de sua fealdade (SOIHET, 1997, p.09).

Dentro desse cenário o papel do gênero feminino, considerado ideal era aquele em que a mulher é vista como ser inocente, submissa e virtuosa. Associaram-nas a uma natureza indócil, e incontroláveis desejos. A imagem da mãe – esposa – dona de casa como, a principal e mais importante função da mulher, correspondia aquilo que era pregado pela Igreja, ensinado por médicos e juristas, legitimado pelo Estado e divulgado pela imprensa. O casamento, a maternidade e o lar eram representados enquanto ideais. Como escreve Danda Prado (1979):

A mulher do século XIX é a mulher do lar, sem exceção significativa. Isso decore de vários fatores históricos, mas a educação dada aos rapazes foi um dos fatores que permitiu essa uniformização do papel da esposa como dona de casa, tendo sob sua responsabilidade todos os aspectos materiais e emocionais da vida do marido e dos filhos. O rapaz aprendia na escola o que devia esperar de uma esposa. A família era tida como pilastra central da nação porque produzia a honestidade, a moral e a disciplina. O matrimônio ainda permanecia como um ato para a vida (PRADO, 1979, p.86).

As mulheres viviam pelo olhar do homem, do “outro”. Segundo Del Priore (2014):

A filha deveria se preocupar com o matrimônio, pois a fraqueza de seus órgãos, e mesmo por certo grau de insuficiência para poder viver por si só e independente, necessita mais dessa união e deve

procurar casar-se, não tanto para satisfazer o apetite da natureza como para ter um amigo e protetor. (DEL PRIORE, 2014, p.46).

Com isso, a mulher, ser menor e frágil, só existia amparada pelo homem. Enfim, a mulher precisava de um protetor, por isso, devia se casar. Como escreve Luis de León em seu livro *A perfeita mulher casada*, obra que aponta as características da mulher ideal, encarnada nos papéis de mãe e esposa, segundo o padrão de julgamento social, da Europa Medieval e da Europa, à época da Renascença, aponta que:

A mulher devia “colocar em seu coração com muita firmeza, que ser amiga de Deus é ser uma boa mulher casada, que o bem da sua alma está em ser perfeita em seu estado, que trabalhar e se empenhar, é oferecer a Deus um sacrifício muito aceito de si mesma. [...] esta deve tratar com Cristo para alcançar dele graça e favor para acertar na criação do filho, para governar bem a casa e servir como se deve ao marido” (DE LEÓN, 1997, p. 18).

A ideia de “moça de família” perdurou como modelo a ser seguido por muitas. O bem estar do marido e dos filhos era visto como meio de se chegar à felicidade conjugal. Era necessário manter uma reputação de boa esposa e mulher ideal, mas, quem era essa mulher ideal? Como escreve Del Priore (2014), a que não criticava que evitava comentários desfavoráveis, a que se vestisse sobriamente, a que limitasse passeios quando o marido estivesse ausente, a que não fosse muito vaidosa, nem provocasse ciúmes no marido.

Era fundamental que ela cuidasse em manter boa aparência, de modo que, se embelezar era uma obrigação.

A caça já foi feita, é preciso tê-la presa ou Um homem que tem uma esposa atraente em casa esquece a mulher que admirou na rua, eram ditos correntes. Jamais se deveria discutir por questões de dinheiro; aliás o melhor era não discutir por nada. A boa companheira integrava-se às opiniões do marido, agradando-o sempre [...] (DEL PRIORE, 2014, p. 69).

Esse era o modelo de mulher ideal. Um conceito que muitas mulheres acabavam tomando como prisma para formação do seu perfil feminino. No Brasil, o presidente Vargas, em um decreto assinado em abril de 1941, insistia em que a educação feminina deveria formar mulheres “afeiçoadas ao casamento, desejosas da maternidade, competentes para a criação dos filhos e capazes na administração da casa”.

Essas representações foram sendo construídas ao longo de todo o século XVIII e XIX, inicialmente, na Europa e depois trazidas ao Brasil, e se mantiveram ainda, no início do século XX. Essas representações passam a ter novas conotações, relacionadas às novas questões que surgiam com o aumento do espaço urbano. Algumas transformações como a implantação da República, o fim da escravidão, a consolidação do capitalismo, e o crescimento das cidades, que marcaram os finais do século XIX e início do século XX, fizeram com que as relações sociais e de gênero fossem também afetadas, e, conseqüentemente, transformadas. Mesmo com todas essas transformações, ainda se buscou, de todas as formas, manter os discursos acerca do modelo de homem e mulher ideal.

As produções acerca do período, principalmente, nas primeiras décadas do século XX, foram marcadas pela mudança da estrutura patriarcal. De modo que surge uma nova ordem econômica, política e social, e ideologias individualistas, trazendo no seu âmbito mudança nos valores. Como escreve Maria Helena Bueno Trigo (1989):

[...] essa mudança de perspectiva e visão de mundo atinge instituições como a família e casamento que procuram moldar suas estruturas aos novos valores sem, contudo, desfazer-se dos velhos costumes. Ao indivíduo cabe harmonizar papéis, muitas vezes antagônicos e conflitantes, em suas vivências e representações (TRIGO, 1989, p.88).

Dessa forma, para a mulher recaía a função de manter a família desejada, isto é, era responsável pela manutenção da ordem e dos bons costumes, e deveria

resguardar a tranquilidade do lar e, conseqüentemente, da Nação. Sobre essa ótica, Rachel Soihet (2009), aponta que:

Era especificamente sobre as mulheres que recaía uma forte carga de pressões acerca do comportamento pessoal e familiar desejado, que lhes garantissem apropriada inserção na nova ordem, considerando-se que delas dependeria, em grande escala, a consecução dos novos propósitos. (SOIHET, 2009, p. 363).

A mulher deveria fazer a manutenção da ordem em casa, mantendo o lar tranquilo, educar os filhos para serem bons cidadãos, cuidar do marido, ela deveria assegurar a família desejada, pois isso servia de modelo para outras mulheres.

A virada do século XIX, para o início do século XX, trouxe tensões, visto que a mulher decide sair do lar para frequentar novos espaços, como: festas, praças, lojas de luxo, teatro, cinema, entre outros espaços de sociabilidades. Alguns discursos, ainda assim, deslocavam o foco para o lar, casamento, consumo e exaltação da beleza. Como escreve Mônica Raisal Schpun (1999), a saída das mulheres as ruas da cidade deveria ser organizada. Agora visíveis a todos, eram embaladas por uma nova preocupação: “a apresentação física, que as introduz na vida urbana de forma conveniente” (SCHPUN, 1999, p.80).

Era necessário se tornar uma bela mulher e estar dentro dos padrões da moda. Isso era partilhado e mantido pelos jornais e anúncios da época. A divulgação da moda nos jornais recebeu muitas críticas, uma vez que as mulheres estavam aderindo à moda. As roupas, com as mudanças, estavam diferentes dos padrões estabelecidos. Logo, além dos meios de comunicações, as instituições tradicionais, tal como a Igreja e os conservadores (médicos e positivistas), cabiam definir os traços que uma mulher e um homem deveriam possuir diante das mudanças trazidas pela modernidade, buscando de todas as formas reagir contra as imposições comportamentais, de vestuário, traçando uma “cruzada” em favor de comportamentos e modas “corretos” e “morais” (GIORGIO, 1990, p.226).

A construção da boa família e da mulher ideal foram discursos que permearam muitas épocas da nossa história. Era de tal modo, tão repetitivo e propagado que, conforme Rago (1985):

Aquela que não preenchesse os requisitos estipulados pela natureza, inscrevia-se no campo sombrio da anormalidade, do pecado e do crime. Não amamentar e não ser esposa e mãe significava desobedecer á ordem natural das coisas, ao mesmo tempo em que se punha em risco o futuro da nação. (RAGO, 1985, p. 79).

Era necessário manter a ordem natural das coisas, e isso, se dava através da manutenção dos bons costumes por parte das mulheres, que quando desobedeciam a ordem natural das coisas, eram tidas como pecadoras, e colocavam em risco o futuro da nação. Deste modo estas deviam casar-se e manter-se no papel de mulher ideal.

Desta forma o matrimônio religioso era tido como celebração solene, conforme escreve Campos (2009), “Jesus o havia elevado a condição de sacramento”. Tradicionalmente, o casamento deveria ser sacramentado pela Igreja Católica. Nesta ótica, Del Priore (2014), aponta que “apenas dentro desse tipo de família – a sacramentada pelo matrimônio – seria possível educar os filhos segundo os preceitos cristãos, movimentando uma correria de transmissão pela qual passariam, de geração a geração, as normas e os valores da Igreja Católica” (DEL PRIORE, 2014, p.20).

A família era considerada, pela igreja, uma instituição indispensável para a vida social, tendo a ideia de que, quem não participasse de um círculo familiar, praticamente, não sobrevivia socialmente, sendo mal visto, renegado ou ignorado. O matrimônio era, extremamente, restrito a poucas famílias, uma vez que implicava um alto custo e o enquadramento em uma acentuada burocracia eclesiástica.

Quando estudamos sobre a trajetória do casamento, no Brasil e no mundo, percebemos que em algumas épocas funcionou como meio para a obtenção de lucros

e riquezas, não existiam laços de amor no casamento, somente de conveniência, que eram tratados, somente pelo pai, que visava o lucro e o acúmulo de bens.

Todas essas exigências transformavam as mulheres em seres recatados e sisudos que, no casamento e na família, tinham função específica: a de “servir e obedecer como fazem as boas, virtuosas e bem procedidas mulheres”, como explicou uma delas ao responder, em 1761, a um processo de divórcio. O companheirismo, baseado na concórdia mútua, era o sentimento aconselhado aos esposos. O amor e a paixão dentro do casamento deviam ser minimizados, pois o amor – paixão era sempre visto como algo irracional. Segundo os pregadores, era “o oceano em que naufragam as más paixões”, arriscando levar, nesse naufrágio, os bens, a honra e o patrimônio familiar (DEL PRIORE, 2014, p. 28).

Nesse caso, a mulher para realizar um bom enlace matrimonial, tinha que ter, antes de tudo, um bom dote, isto é, deveria ser de família nobre e rica, posto que, era o pai quem arcava com todas as despesas. Muitas vezes, o casamento era organizado para manter a paz entre parentes e vizinhos. A quantidade ou igualdade de bens possuídos era fundamental para assegurar que os filhos continuassem com a mesma condição que seus pais.

Além das questões financeiras, existiam os discursos acerca do homem e mulher ideal. Manuais eram entregues aos solteiros e noivos em que prescreviam as melhores regras para consumir o matrimônio com sucesso. Como escreve Del Priore (2014), o *Guia* queria dizer que as pessoas não podiam ter origens sociais ou religiosas diferentes; casamento de pobre com rico, de branco com negro ou de católico com judeus ou mulçumanos eram severamente criticados, por isso se falava tanto em “proporção”, isto é, em harmonia, igualdade.

O matrimônio, por muito tempo, era tido como uma forma de contrato, com validade infinita, a mulher casava e não podia se separar, “até que a morte nos separe”, literalmente. A mulher que não casava e convivia juntamente com um homem, era considerada impura, recentemente, estas designações não existem mais, livrando a mulher de preconceitos do passado.

O modelo de família patriarcal, rígido e hierárquico, que tinha o pai ou o marido como a figura central do lar, o ser supremo, a quem todos deviam obediência, foi, significativamente, reduzida com o passar dos anos, dando espaço e lugar à pluralidade familiar, direcionados a criação e a manutenção da afetividade entre todos da família, ao respeito e a compreensão mútua, colocando de lado a ordem e a obrigação.

Mesmo o casamento que, inicialmente, tinha como característica o pátrio poder do homem sobre a mulher e era caracterizado pela procriação desenfreada feminina, que só devia se preocupar com o lar e os filhos, se alterou e passou a valorizar a concretização do amor entre os seres, a mulher passou a ansiar pelo enlace, porque ama e compartilha afeto, e não, por medo e obrigação. Nery de Mello Almada (2006) conceitua o casamento como:

Quem contrai núpcias quer assistir e proteger o seu par amoroso e essa expressão do amor é implícita no matrimônio como elemento lógico de sua motivação e finalidades maiores, pois casamento é integração harmônica de predicados, suprimento recíproco de falhas, comunhão de esforços diferenciados, para o atingimento de um fim comum: a felicidade (ALMADA, 2006, p.30).

A igualdade de direitos e obrigações, finalmente, foi reconhecida pela sociedade brasileira, pela Constituição Federal e pelo Direito, através do Código Civil. A mulher deixou de ser vista como uma moeda de troca. A relação entre os membros existentes na família da atualidade passou a ser direta rápida e dinâmica, uma oposição ao passado, baseada em novos valores e novas realizações.

### **Considerações Finais**

O casamento era considerado como instituição moralizadora, que seria capaz de garantir a pureza da relação conjugal, sobretudo, por meio da mulher, e por vezes, da Igreja. A família era considerada uma instituição indispensável para a vida social,

tendo a ideia de que quem não participasse de um círculo familiar praticamente não sobrevivia socialmente, sendo mal visto (a), renegado ou ignorado.

Podemos notar que os papéis sociais da mulher na sociedade não são fixos, principalmente, no caso das mulheres casadas, dado que, com o matrimônio ela adquire novos hábitos e comportamentos que se tornam imprescindíveis na pedagogia do casamento, visto que para ser uma boa dona-de-casa precisa saber perfeitamente os gostos do marido e procurar sempre agradá-lo, de modo que esteja sempre atenta às necessidades do lar e do marido. Assim a mulher precisa manter sempre o perfil de boa esposa, de mulher submissa, inocente, recatada.

Por isso se faz necessário esta pesquisa para a compreensão da vivência matrimonial, onde buscamos compreender as diversas facetas das mulheres, em seus vários papéis e espaços. Sendo relevante para os estudos e pesquisas sobre o gênero feminino, podemos assim considerar um pequeno avanço e uma contribuição para a história das mulheres.

## Referências

ALMADA, Nery de Mello. *Manual de Direitos das Famílias*. 3ª. Ed. Revisão atual e ampliada. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006. p.30.

CAMPOS, Ipojucan Dias. *Para além da tradição: casamentos, famílias e relações conjugais em Belém nas décadas iniciais do século XX (1916/1940)*. 2009. 344 f. Diss. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

DE LEÓN, Luiz. *A perfeita mulher casada*. Trad.: Liliana Raquel Chwat. São Paulo: Escala, sd (Grandes obras do pensamento universal, 19) (1997).

DEL PRIORE, Mary. *Histórias e conversas de mulher: Amor, sexo, casamento e trabalho em mais de 200 anos de história*. São Paulo: Planeta, 2014.

GIORGIO, Michela de. O modelo católico. In: DUBY, Georges; PERROT, Michele (Orgs). *História das mulheres no ocidente*. Porto: Afrontamento, 1990. V. 4. p. 198-237.

PERROT, Minha *história das mulheres*. Tradução: Ângela M. S. Côrrea - São Paulo: contexto, 2007.

PRADO, Danda. Ser esposa – a mais antiga profissão. São Paulo: Brasiliense, 1979.

RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930*. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

SCHPUN, Mônico Raisal. *Beleza em jogo: cultura física e comportamento em São Paulo nos anos 20*. São Paulo: Bointempo, 1999.

SOIHET, Rachel. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. In: PRIORE, Mary Del. *História das mulheres no Brasil*. 9 ed. São Paulo: Contexto, 2009. P. 362-400.

SOIHET, Rachel. *História, mulheres, gênero: contribuições para um debate. Gênero e Ciências humanas: desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres*. Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos, p. 95-114, 1997.

TRIGO, Maria Helena Bueno. Amor e casamento no século XX. In: D'INCAO, Maria Ângela. *Amor e família no Brasil*. São Paulo, 1989. P.88 – 94.

# **MEDIDAS DE PROTEÇÃO À MULHER VÍTIMA DE VIOLÊNCIA E A LEI MARIA DA PENHA**

**Ronnie Cassio Coelho Silva  
Aldeanne Silva de Sousa  
Jakson dos Santos Ribeiro**

## **Conceito e procedimentos de Medidas de Proteção à luz da Lei Maria da Penha**

As medidas protetivas tratam-se de meios ou mesmo procedimentos judiciais, onde se visa coibir ou mesmo refrear ações de violências, sofridas por mulheres, que são vitimadas no âmbito do lar, por seus companheiros, dessa forma acabam por recorrer aos meios judiciais para que seja preservado o direito a se viver com dignidade.

Lavigne e Perlingeiro (2014, p. 292) vem destacar acerca das medidas protetivas ou, por assim entender as medidas de proteção às mulheres vítimas de violência, o seguinte: “As medidas protetivas de urgência, além de gerar procedimentos judiciais, abarcam os políticos, bem como os serviços especializados, todos com foco interdisciplinar na proteção da mulher vítima de violência doméstica”.

Nota-se a partir da ideia sustentada por Lavigne e Perlingeiro (2014), outrora pontuada, que em se tratando de Medidas Protetivas em seu caráter emergencial ou não, acaba por ser entendido como um caminho procedimental, sendo este ainda judicial ou mesmo político, para que se possa proteger a mulher vítima da violência doméstica.

Dessa maneira é possível compreender que a vítima ao procurar ajuda, seja através das Secretárias de políticas para as mulheres, ou mesmo em cidades onde exista instalação de Casa de apoio a mulher vítima de violência, esta vítima acaba por

depositar sua inteira confiança no Estado, buscando assim, que o mesmo venha a cuidar de sua proteção.

Nesse sentido Meneghel et al (2013, p. 697), afirma: “A vítima precisa sentir-se de fato protegida, não somente para denunciar como para manter esta denúncia”, por isso a mesma recorrer ao Estado como o garantir de proteção e segurança pública.

No tocante às medidas de proteção ou mesmo medidas protetiva de urgência, conforme já pontuado anteriormente, tem recepção normativa na Lei 11. 340 de 2006 em especial nos artigos 23 e 24 ao que trata de medidas que protegem a ofendida e consequentemente obrigam o agressor.

Na referida lei, do art. 18 ao 21, esta mesma apresenta todo um procedimento acerca das medidas de proteção às mulheres, sendo elencado no art. 18, que a partir do momento em que o magistrado toma ciência do requerimento da medida, este tem um prazo limite de até 48 (quarenta e oito) horas para que emita decisão acerca destas.

Calazans e Cortes (2011, p. 51), destacam de forma crítica a inobservância do prazo legal de 48 (quarenta e oito) para que o magistrado possa decidir, a matéria referente a expedição da medida protetiva, o que acaba por agravar ainda mais as condições da vítima nesses casos.

A decisão a que cabe ao magistrado, deverá ser tomada a partir do pedido da ofendida e assim deverá decidir, seguindo art. 18, inc. I, II e III, ou seja tomar conhecimento do pedido e decidir sobre as medidas de urgência requeridas; determinar pelo encaminhamento da ofendida para assistência judiciária e ainda comunicar o Ministério Público para que tome as medidas cabíveis.

Importante destacar o que pontua o art. 19, da lei discutida, que as medidas de urgência, podem ser requeridas tanto pelo Ministério Público quanto pela própria ofendida e as medidas serão então concedidas pelo magistrado, e estas poderão ainda ser concedidas de imediato, isoladamente ou cumulativamente e ainda poderá

ser substituída por qualquer outra de maior eficácia que a lei venha a permitir, desde que os direitos da ofendida estejam ameaçados ou sejam violados.

A lei garante ainda que a ofendida venha a ser comunicada de todos os atos processuais referentes ao agressor, naquele caso, assim como ao que tange a entrada e saída do agressor da prisão, sem que provoque nenhum dano ao advogado constituído ou defensor.

Assim, ao refletir a importância das Medidas Protetivas aplicada e que existem como um meio de prevenir e ainda proteger as mulheres que são vítimas de violência no campo doméstica e/ou família, pode-se perceber que as medidas são rígidas e garante que o Estado desenvolva seu dever no tocante a proteção e segurança dos cidadãos.

A Lei Maria da penha, 11. 340 de 2006, não surge apenas, em consequência das inúmeras vítimas que a violência doméstica e familiar trouxe, mas surge ainda a partir do fundamento constitucional, garantido na Carta Constitucional Brasileira em seu art. 226, § 8º. Logo a CF/88 vem pontuar que cabe ao Estado como propor da sociedade assegurar e assim garantir a assistência familiar de cada pessoa e ainda deve se pautar na garantia de criação de mecanismos que visem diminuir a violência no campos desta relações. De maneira notória pode-se perceber a responsabilidade social que o Estado dispõe e deve assumir frente as família brasileiras, assim este dever assegurar a todos os componentes familiar a sua plena segurança e ainda deverá criar meio que venha a coibir qualquer violência nesse campo.

A partir daí que se percebe a necessidade e a obrigação do Estado em criar a lei Maria da Penha, pois, se havia a necessidade de fazer cessar a violência contra a mulher e seus familiares, evidentemente que não se trata de uma questão exaurida ou, por assim dizer exterminada, uma vez que, cotidianamente ainda é possível se deparar com relatos de violência nesse campo.

Nesse contexto que surge então a necessidade de se fomentar políticas públicas que se voltasse para a garantia de segurança e cidadania para as mulheres, assim Macedo (2016, p.28) entende que no tocante a proposição de meios e formas que visem a prevenção da violência contra a mulher, deva partir do próprio Estado, mas em conjunto com a sociedade, uma vez que se entende como um caso de saúde público.

Diante da condição de extrema importância que tem o assunto, em meio ao 54<sup>o</sup> Conselho Diretor e 67<sup>a</sup> Sessão do Comitê Regional para as Américas da Organização Mundial da Saúde, juntamente com os ministros e ministras de 38 (trinta e oito) Estados Membros da Organização Pan-Americana de Saúde-OPAS, aprovaram de maneira unanime um plano de estratégia em que se comprometiam em reforçar o sistema de saúde visando o combate e a identificação da violência contra a mulher.

No documento denominado “Estratégia e Plano de Ação para o Reforço do Sistema de Saúde para Abordar a Violência contra a Mulher 2015-2025”, contém estratégias e metas para que no campo da saúde a violência contra a mulher seja um fator de urgência que precisa ser enfrentado, no documento aponta:

*A violência contra a mulher, uma forma extrema de desigualdade de gênero, é um problema de saúde pública e de direitos humanos que atinge um grande número de mulheres em todo o mundo (...) ao longo da vida, uma em três mulheres sofre violência doméstica praticada pelo parceiro íntimo ou violência sexual praticada por outra pessoa que não seja o parceiro (ONU-OMS, 2015).*

Dessa maneira é possível perceber a grandeza e a necessidade no que tange a violência, uma vez que o documento destaca que ao longo da vida uma a cada três mulheres sofrem de violência doméstica em seu aspecto sexual, portanto, não se trata apenas, de um problema particular, ou de caráter brasileiro, mas sim de um problema mundial e de saúde pública que precisa ser combatido.

Ainda acerca desse documento de planejamento e estratégia visando ampliar a discussão, bem como o combate a violência contra a mulher, fora pensado para que

viesse a ser aplicado de 2015 a 2025, nesse tempo que já se passou, pode-se perceber como fruto dessa intervenção, a ampliação do debate e a busca pela solução do conflitos existentes nesse campo.

Nota-se que a violência contra a mulher, sendo ela doméstica, familiar ou não, se trata não mais de um assunto em que cabe apenas a uma área, como era o caso da segurança pública, mas a abrangência passou a ser coletiva, pois, a partir do momento que uma mulher é feita vítima, toda a sociedade também se faz vítima dessa forma de violência.

Mais uma vez pensando na evolução no campo da proteção das mulheres vítimas de violência, que a lei 11.340 de 2006 em seu art. 35 passou a elencar:

Art. 35. A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios poderão criar e promover, no limite das respectivas competências:

I - centros de atendimento integral e multidisciplinar para mulheres e respectivos dependentes em situação de violência doméstica e familiar;

II - casas-abrigos para mulheres e respectivos dependentes menores em situação de violência doméstica e familiar;

III - delegacias, núcleos de defensoria pública, serviços de saúde e centros de perícia médico-legal especializados no atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar;

IV - programas e campanhas de enfrentamento da violência doméstica e familiar;

V - centros de educação e de reabilitação para os agressores (BRASIL, 2006)

Portanto, a partir da lei e seu dispositivo legal, é possível perceber a participação do Estado, através da União, Distrito Federal, Estados e Municípios, a maneira como poderão efetivamente responder a crise de violência contra a mulher. Através de criação de centro de atendimento integrais e multidisciplinares, para a vítimas e seus dependentes, visando assim a garantia de segurança e integridade física.

A criação de casas abrigos também para as mulheres e seus dependentes permite a retirada da vítima da área de risco em que está, garantindo sua segurança e

bem-estar, não somente a criação de centros, mas delegacias, defensorias e outras instituições que contribua para a assistência a mulher vítima de violência.

E por fim a essência do movimento de combate à violência contra a mulher, que embora componha os últimos incisos, não deve ser visto como menos importante, uma vez que é através também dos programas e campanhas de conscientização e enfrentamento que se alcançará o empoderamento da mulher, o possível enfrentamento destas formas de violência e ainda a reabilitação dos agressores, como meio de selar as formas de violência por estas praticadas.

## Referências

BELLOQUE, Juliana Garcia. **Das medidas protetivas que obrigam o agressor – artigos 22**. In: CAMPOS, Carmen Hein de. *Lei Maria da Penha comentada em uma perspectiva jurídicofeminista*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011, p. 307-314.

BRASIL. Lei Maria da Penha. Lei N.º11.340, de 7 de Agosto de 2006.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>.

CALAZANS, Myllena; CORTES, Iáris. O processo de criação, aprovação e implementação da Lei Maria da Penha. CAMPOS, Carmen Hein de. *Lei Maria da Penha comentada em uma perspectiva jurídico-feminista*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, p. 39-64, 2011.

LAVIGNE, Rosane M. Reis. PERLINGEIRO, Cecília. Lei Maria da Penha comentada em uma perspectiva jurídico – feminista. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2011, p.291-305.

MENEGHEL, Stela Nazareth et al. Repercussões da Lei Maria da Penha no enfrentamento da violência de gênero. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 18, p. 691-700, 2013.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE; Organização Pan-Americana da Saúde. **ESTRATÉGIA E PLANO DE AÇÃO PARA O REFORÇO DO SISTEMA DE SAÚDE PARA ABORDAR A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER** [Internet].

Washington: OMS; 2015 (54º Conselho Diretor, 67ª Sessão do Comitê Regional para as Américas da Organização Mundial da Saúde (OMS). Disponível em português em: [http://iris.paho.org/xmlui/bitstream/handle/123456789/18386/CD549Rev2\\_por.pdf?sequence=9&isAllowed=y](http://iris.paho.org/xmlui/bitstream/handle/123456789/18386/CD549Rev2_por.pdf?sequence=9&isAllowed=y) Acesso em: 28 de agosto de 2018.

# ESTADO FORTE: CONCEPÇÃO DE ABSOLUTISMO NA OBRA “O PRÍNCIPE” DE MAQUIAVEL

Maykon Albuquerque Lacerda

Graduando em Licenciatura Plena em História pelo Centro de Estudos Superiores de Caxias da Universidade Estadual do Maranhão-CESC/UEMA.

E-mail: maykonalbuquerquelacerda@gmail.com

**Resumo:** O presente artigo busca compreender o processo de formação do Estado Absolutista, legitimado pelas monarquias europeias no decorrer do livro *O príncipe*, escrito em 1513, de autoria do italiano Nicolau Maquiavel. Essa compreensão se faz a partir do pensamento político maquiaveliano à época, ou seja, teoria que defendia os mecanismos de manutenção e concentração de poder nas mãos do governante, fortalecendo o Estado e seu aparato militar. A análise proposta irá discutir a construção de alguns conceitos, como: Estado, Monarquia e Absolutismo visando entender a conjuntura do início do século XVI na Europa, sobretudo, na península itálica. O cerne teórico de Maquiavel é que um governo é sempre determinado pela realidade dos fatos, e o ato político do governante pela imposição dessa verdade.

**Palavras-chave:** Estado Absolutista. Maquiaveliano. Poder.

## Introdução

No início do século XIV no continente europeu, período de transição entre o medievo para a modernidade, consolida-se de forma árdua o processo de unificação política e territorial, que resultou na origem dos Estados Nacionais.

Entre os séculos XII e XVII o Estado monárquico centralizado se impõe praticamente em toda a Europa. Tendo em vista, algumas características, como: delimitação de fronteiras territoriais, emissão de moeda, constituição de um exército, unificação de leis e medidas, e o monopólio da justiça.

A própria compreensão da primeira forma de governo do Estado Nacional, que é a monarquia, será primordial para o surgimento de territórios políticos referente ao poder absoluto do soberano, posto um favorecimento aos interesses da nobreza e burguesia em legitimação de poder de intervenção concedida à autoridade monárquica.

Dentre os principais teóricos do poder absoluto, tem-se o italiano Nicolau Maquiavel que numa conjuntura de guerras civis e violências religiosas, elabora seu celebre livro intitulado "*O príncipe*". Dessa forma, para Maquiavel, o soberano (Príncipe) era fonte de todo poder e autoridade em seu território, desvinculado da ética cristã e normas morais existentes, sobretudo, diante da preservação, ampliação e o fortalecimento do Estado e seu aparato militar, cuja obrigação era do próprio governante.

### **Gênese e ascensão do Absolutismo**

A ascensão do absolutismo europeu foi fruto de disputas políticas constantes entre os diversos reinos cristãos espalhados pelo continente, em especial, na península itálica. Porém, alguns conceitos construídos na modernidade são essenciais para uma análise de conjuntura europeia, como: Estado, Monarquia e Absolutismo.

Etimologicamente, a denominação Estado vem do latim "*status*" = está firme, conceituada como situação permanente de convivência ligado à sociedade política. O termo Estado aparece de forma preexistente na obra *O Príncipe*, quando Maquiavel diz:

Todos os estados que existem e já existiram são e foram sempre repúblicas ou principados. Os principados ou são hereditários, quando por muitos anos os governantes pertencem à mesma linhagem, ou foram fundados recentemente. (MAQUIAVEL, 2007, p.15)

Assim, o termo Estado passou a ser utilizado pelos italianos, sempre referente a uma cidade-independente. Adiante, franceses, nórdicos e ingleses adotam a expressão no decorrer dos séculos XVI e XVII e, até o século XVIII, os espanhóis aplicam o termo para trata-se de propriedades rurais privadas.

Diante do aspecto histórico, o Estado é tido em constante evolução, pois ao contexto da época, e até na atualidade, o Estado tem que possuir um território, língua, leis, forças militares e moeda própria.

Enquanto, a Monarquia é tida como uma forma de governo hereditário, onde se deve ter uma relação de convívio entre o monarca e seus súditos, por exemplo, à época tinham-se as monarquias hereditárias europeias (reinos cristãos), como: Inglaterra, França, Espanha, Portugal, entre outros.

Visto um Estado monárquico consolidado por um governante hereditário, surge-se uma necessidade de legitimação de interesse por parte da camada burguesa e nobre que concede poderes ilimitados a uma única pessoa, o “Príncipe” (Soberano). Deste modo, em relação ao emprego do termo Absolutismo, Squiere (1997, p.02) considera que:

[...] de um ponto de vista descritivo, podemos partir da definição de absolutismo como aquela forma de governo, em que o detentor de poder exerce esse último sem dependência ou controle de outros poderes superiores ou inferiores.

Assim, essa forma de governo mencionada será defendida teoricamente diante da instabilidade política na Europa, e como uma resolução de problemas internos e externos tidos pelos reis europeus cristãos.

Absolutismo, contudo, não é sinônimo de tirania ou despotismo. Pois, de fato o monarca estava sempre sujeito às tradições e valores morais previamente existentes, conforme o historiador inglês Anderson (1987, p.48-49): “nenhuma monarquia ocidental gozara jamais de poder absoluto sobre seus súditos, no sentido de um despotismo sem entraves”.

Apesar de Maquiavel propor sua teoria política concernente ao poder absoluto e sua concentração nas mãos do soberano, ele afirmava que as normas morais e religiosas que regiam o comportamento humano, criavam certos obstáculos ao bom governo do Estado, e que essas normas não valiam para o príncipe. Sobretudo, conservar o poder era um dever político que não podia ser limitado por nenhum empecilho de ordem moral ou cristão.

Isso faz com que o próprio italiano Maquiavel diferenciasse dos pensadores da época, atrelados às explicações divinas para justificar o poder político, pois a teoria do Direito Divino não era comungada pelo italiano, pois o pensamento maquiaveliano desvincula qualquer laço entre religião e política, embora na prática o governante esteja atrelado a sua ética cristã.

O rei absolutista é oriundo de uma espécie de equilíbrios de força entre a nobreza (decadente) e a burguesia (em ascensão), além de certo amparo da igreja, levando seu Estado absolutista ao ápice político entre os séculos XVI e XVIII. Dentre os Estados modernos, tem-se: França, Inglaterra, Espanha e Portugal. Cabe ressaltar, que no processo de centralização de poder político da Idade Moderna, são ausentes desse processo, Itália e Alemanha, que só se unificaram no século XIX.

### **A conjuntura italiana**

A península itálica no início do século XVI passou por um momento de instabilidade e disputa entre suas cidades-independentes, além, da temeridade às ameaças externas. Sobretudo, havia se uma resistência por parte do papado nas inúmeras tentativas de unificação territorial da península.

Dessa forma, tinha-se uma ausência de um poder ascendente, o que contribuiu para as manobras políticas da Igreja Católica. Assim, era enorme a influência e predomínio do poder temporal do papa, por exemplo, Alexandre VI, perante os potentados italianos. Logo, Maquiavel (2007, p. 65) afirma que: “Hoje, o Estado eclesiástico é temido pelo rei da França, que foi por ele expulso da Itália- como também pôde arruinar os venezianos”.

Ou seja, percebe-se a diminuição de poder por parte da cristandade católica em todo o território italiano, apesar de barreiras impostas pelos senhores feudais dos distintos reinos cristãos à época, além, das constantes invasões estrangeiras na península, uma vez que:

Antes de Carlos, rei da França, entrar na Itália, este país era governado pelo papa, pelos venezianos, pelo rei de Nápoles, pelo duque de Milão e, pelos florentinos. Suas preocupações principais não podiam deixar de ser as seguintes: em primeiro lugar, evitar que qualquer estrangeiro invadisse a Itália com seu exército; em segundo, impedir que os governantes existentes estendessem seu domínio. O papa e os venezianos precisavam ser vigiados com cuidados especiais. (MAQUIAVEL, 2007, p.65)

O próprio autor Maquiavel afirma que a Itália estava à mercê de invasores, por não ter se consolidado enquanto um Estado forte, centralizado, cujo poder político estivesse nas mãos de um monarca, que não agisse conforme seus ditos princípios morais e éticos cristãos.

Nesse contexto, a Renascença atinge seu apogeu, fomentando culturalmente as cidades italianas, além do desenvolvimento urbano-industrial, do comércio, ascensão burguesa etc. Enquanto, no aspecto político, consolidavam-se diversas teorias nos centros urbanos, responsáveis pelos conflitos internos em busca de uma hegemonia itálica. Pois,

[...] nenhum dos cinco principais Estados da península- Milão, Florença, Veneza, Roma e Nápoles- tinha poder suficiente para vencer os outros, ou mesmo por absolver os numerosos principados e cidades menores. (ANDERSON, 2004, p.161)

A teoria política maquiaveliana, nasce a partir da experiência histórica dos senhorios italianos, assim:

A acurada inteligência de Maquiavel estava consciente da distância que existia entre os Estados dinásticos da Espanha ou da França e as tiranias provinciais da Itália, [...]Aqueles Estados cuja vida política mantém-se incorrupta não permitem que os seus cidadãos sejam fidalgos ou vivam à moda dos fidalgos (...). (ANDERSON, 2004, p.163)

O historiador inglês Perry Anderson faz uma crítica sucinta ao jogo de interesses dos fidalgos, considerados tiranos em seus domínios (possessões), além, de desfrutarem de uma vida de prestígios, regalias e distinção social na nobreza feudal. Tendo em vista, que independentemente do regime político dominante à época (Tirania, República, Monarquia etc.), sempre existiria um forte círculo íntimo de poder. Dessa forma:

Um governo bem-sucedido sempre podia suprimir as liberdades tradicionais, conquanto deixasse intata a propriedade e a família de seus súditos; se tanto, deveria promover os seus empreendimentos econômicos, desde que isso contribuísse para o seu próprio proveito. (ANDERSON, 2004, p.164)

Cabe ressaltar, que ao escrever "*O Príncipe*", Maquiavel desejava ver uma Itália poderosa e unificada, e que esse Estado unificado fosse conduzido por um monarca de pulso firme, determinado e legitimado, que defendesse seu povo sem medir esforços.

Logo, Maquiavel dizia que o governante não podia hesitar ou agir conforme a situação, mesmo que diante da crueldade ou da trapaça, se o que estivesse em jogo fosse o bem do povo. Por isso, afirma que: "foram tais circunstâncias, portanto, que deram a esses homens a grande oportunidade; e suas próprias e elevadas qualidades fizeram que a aproveitassem, trazendo honra e fidelidade à pátria". (MAQUIAVEL, 2007, p.37)

Ou seja, cada circunstância uma política adequada, que deve conciliar com o seu social, que acolhe os opostos, enraizados na temporalidade, e enfrentando os limites construídos pelos anseios do homem. É o que diz Winter (2006, p.121):

E na verdade efetiva das coisas que o príncipe deve pautar a sua ação política. A ação do príncipe deve ser sempre movida pela realidade dos fatos e não pelo “como deveria ser”. E a necessidade que deve reger a ação política do príncipe. Assim, diz Maquiavel, é preciso que, para manter-se no poder, um príncipe aprenda a ser mau, e que da maldade se servir ou não de acordo com a necessidade.

Portanto, se o governante estiver agindo em prol da coletividade, estará aceitável toda forma de crueldade ou maldade de sua parte. Utilizando-se de alguns recursos: o uso da força coercitiva do Estado, a violência, a guerra, as traições, enfim, o príncipe sempre deverá se impor perante as necessidades à frente, visando o bem comum.

### **O Estado e seu aparato militar**

Conforme, o viés maquiaveliano a consequência de um Estado está nas suas forças militares. Assim, por exemplo, o exército é o responsável pela defesa da soberania territorial frente às ameaças externas, e a manutenção da ordem interna, além, da própria segurança do príncipe, que dependerá da estabilidade do povo, evitando uma possível revolta contra o poder vigente. Aliás, o soberano nunca deve esperar o apoio da maioria da população, mesmo que esse povo seja o mais honesto, e em maioria do que os governantes.

No que se refere à avaliação do aparato militar do Estado, Maquiavel (2007, p.79) diz que:

Os príncipes nunca devem permitir, portanto, que seus pensamentos se afastem dos exercícios bélicos; exercícios que devem praticar na paz mais ainda que na guerra, de duas formas: pela ação física e pelo estudo [...]. Quanto à ação física, além de manterem seus homens bem disciplinados e exercitados, devem sempre praticar a caça, que

habituava o corpo às agruras. A caça ensina a natureza das regiões, a posição das montanhas, a abertura dos vales, a extensão das planícies; a compreender a natureza dos rios e dos pântanos, o que requer muita atenção[...].

Dessa forma, é essencial que o príncipe tenha apoio armado, fortalecendo seu poderio bélico, além, de estudo geográfico, histórico e cultural, para se conhecer melhor seu domínio territorial, e visando obter informações precisas da realidade social dos seus súditos. Pois, diversas ações eram adotadas pelos príncipes como a construção de fortalezas, permanecendo numa defensiva prévia.

A própria manutenção do principado é destacada pela importância do vestir e da fortuna, pois, o reconhecimento dos súditos diante das práticas do soberano, se torna um fator de durabilidade desse Estado, aceitando a autoridade legítima do príncipe, uma vez que, o mesmo deverá saber conduzir seu povo com astúcia, cautela, e sagacidade. Portanto:

São esses os métodos que deve seguir um príncipe prudente, nunca permanecendo ocioso em tempo de paz, mas, ao contrário, capitalizando experiência, de modo que qualquer mudança da sorte o encontre sempre preparado para resistir aos golpes da adversidade, impondo-se a ela.  
(MAQUIAVEL, 2007, p.81)

Entretanto, o povo sente-se uma necessidade de proteção, que pode ser concedida pelo monarca absolutista, em livra-los da opressão dos grandes, ou seja, aqueles que estão em prol de seus interesses pessoais.

Acima de tudo, o equilíbrio do Estado deve ser mantido diante dos desejos distintos dos sujeitos sociais e políticos, pois a estabilidade estatal causa dissensões em meio social, provocando uma instabilidade política. Logo, “o bem ou o mal é o bom caminho” (WINTER, 2006, p.10). E isso é reiterado, quando:

(...) O verdadeiro príncipe é aquele que sabe tomar o poder e que para isso, jamais deve aliar-se aos grandes, pois eles são seres rivais e

querem o poder para si, mas deve aliar-se ao povo que espera do governante a imposição de limites ao desejo de opressão e mando dos grandes. A política não é lógica racional de justiça e da ética, mas a lógica da força transformada em lógica do poder e da lei. (CHAUI, 2000, p.203)

Isto significa que a unidade política é de suma importância para a existência do Estado, apesar de nunca pressupor término de conflito social. Pelo contrário, o Estado só se mantém perante a lacuna de confrontos opostos, o que reduz à unidade, à aceitação, além, de toma-lo enquanto inseguro e enfraquecido.

### **Considerações finais**

Em um viés mais interpretativo e tendencioso à época, pode considerar-se que Maquiavel defendia a Monarquia Absolutista. Sobretudo, a concepção de Absolutismo, enquanto teoria política, e que seu tratado só foi de conhecimento de todos, posterior a sua morte, embora, algumas pessoas não o veja enquanto um absolutista moderno.

A obra maquiaveliana perante alguns leitores é tida, como um manual ou guia de um novo pensamento moderno, fruto da conjuntura europeia, em especial, da península itálica no início do século XVI, considerando o florescimento da renascença cultural, ascensão burguesa, expansão ultramarina e outros acontecimentos notórios.

O próprio sucesso do Príncipe não dependerá de sorte, e sim das suas ações circunstanciais, determinado pela interpretação da realidade, logo, é o único instrumento disponível ao momento para o governante agir. Assim: “E este o novo que Maquiavel traz com tanta intensidade e que envolve este confronto com a sorte. É o humano que se manifesta e se sobrepõe ao determinismo. É uma redefinição do poder e da força que o fundamenta[...]” (FERREIRA, 2006, p.185).

O êxito do governante é exclusivo da sua virtú, ou seja, a capacidade humana de controle e antecipação aos efeitos da fortuna. Pois, não é fácil a manutenção da conquista territorial, que praticamente ocorre à força com um auxílio militar, que sustenta o poderio do governo, e conseqüentemente, a constituição de um Estado forte, centralizado em um monarca que tem o apoio popular, e mantendo em última instancia a estabilidade política e social, voltada para a consolidação do poder do soberano.

### Referências

ANDERSON, Perry. *Linhagens do Estado absolutista*. Tradução João Roberto Martins Filho. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2004, p. 48-49, p. 161, p. 163, p.164.

CHAUÍ, Marilena. *Filosofia*. São Paulo: Ática, 2000, p. 203.

FERREIRA, João Vicente Hadich. A política em Maquiavel. In\_\_\_\_\_. *Filosofia: Ensino Médio*. Curitiba: Seed-Pr, 2006, p. 185.

MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. Tradução Pietro Nasseti. 11ª ed. São Paulo: Martin Claret, 2007, p.15, p.65, p.37, p.79, p. 81.

SQUIERE, P. Estado Moderno. In: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. *Dicionário de Política*. Brasília: UNB, 1997, p.02.

WINTER, Lairton Moacir. *A concepção de Estado e de poder político em Maquiavel*. Revista Tempo de Ciência, Toledo-PR, v.13, n.25, p.117-128, 1º semestre. 2006, p.121, p. 10.

# AS BASES ECONÔMICAS DO PIAUÍ NO SEU PROCESSO DE FUNDAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

**Maria Luiza Vieira de Carvalho**

Graduanda de licenciatura plena em História pela Universidade Federal do Piauí,  
Centro de educação Aberta e a Distância, Polo Concita Mendes

**Resumo:** O Piauí foi um estado que teve em sua essência as atividades do ramo da agropecuária em suas bases de desenvolvimento. A pecuária teve em sua gênese os fundamentos para a criação do estado do Piauí no âmbito de sua principal forma de obtenção de lucros. As fazendas de gado e as sesmarias foram em essência as bases criadoras das estruturas de criação do estado. A agricultura foi mola de subsistência para o desenvolvimento da região, não de forma tão marcante, porém, de extrema importância.

**Palavras-Chave:** Piauí. Pecuária. Agricultura.

O Piauí é um estado que teve suas bases de formação direcionadas por atividades agropastoris, onde diversas especificidades agrícolas e pecuárias se fizeram presentes de forma marcante. A intensa ocupação da zona da mata no Nordeste pela cultura da cana de açúcar, fez com que fosse necessário a busca de novas opções de comércio que auxiliassem na manutenção dos engenhos e toda essa

confluência contribuiu para as bases da construção do Piauí como nós observamos em seus auspícios.

Com essa forma de desenvolvimento e expansão, a pecuária foi a grande mola de transformação e subsistência das atividades ligadas aos engenhos. A pecuária é uma atividade que não requeria para os trabalhadores grandes somas de investimentos ou estruturas mais elaboradas, isso aliada a um grande pasto e uma faixa considerável de terra a ser desbravada, contribuiu para o desbravamento de muitas áreas no território brasileiro.

Nesse processo de desenvolvimento e expansão de território nordestino, dois locais foram pioneiros e de grande relevância para o processo, Pernambuco e Bahia. Pernambuco teve na cidade de Olinda o seu principal ponto de distribuição e irradiação, sobretudo para a Paraíba e o Rio Grande do Norte, chegando até terras cearenses. A pecuária foi para a parte baiana um grande incentivo, pois os negócios e suas práticas adjacentes na cidade de Salvador onde foram criadas as primeiras cercanias e instalações de currais.

Depois de diversas extensões de terra conquistados no que diz respeito a produção e pecuária, o povoamento que se iniciara desenvolveu-se em direção a chapadas de Araripe e Mangabeiras. Depois de ultrapassar as águas do São Francisco e do Parnaíba, criaram-se as bases para a formação do território piauiense.

### **As Bases da Ocupação no Piauí**

A ocupação do território piauiense se deu a partir da segunda metade do século XVII na parte conhecida como “Sertão de Dentro”, na parte leste e sul do território, pelas margens dos rios Gurguéia, Paraim, Piauí e Canindé. Depois de um certo tempo, a atividade pecuária desencadeou-se para Parnaíba e conseqüentemente desembocou no lado maranhense. De acordo com ABREU (1969: 158):

Em 1751 a Capitania [do Maranhão] contava com oito freguesias, cinco engenhos de açúcar, duzentas e três fazendas de criar gado, das quais quarenta e quatro em pastos bons e trinta e cinco em aldeias altas que perfaziam uma grande soma.

O território piauiense começou de forma interligada a Casa da Torre e sua conquista de terras de forma intensa, tal casa se constituía de uma instituição administrada pela família baiana Ávila. A referida instituição tinha como principal função, incentivar desbravadores que iam desde caçadores de índios a buscadores de terras destinadas e próprias para o ramo pecuário. Após a conquista das terras, o mecanismo de sesmarias era implantado (ASSIS; OLIVEIRA, 2009).

Um dos nomes mais marcantes nesse processo era o do bandeirante português Domingos Afonso Mafrense que foi um grande desbravador dos sertões piauienses. Em 1770 Afonso Mafrense se instalou nas proximidades do rio Canindé, onde deu início a ocupação que tempos depois viria a ser território piauiense fundando mais de 30 fazendas de gado. Os vaqueiros foram na realidade os grandes desbravadores do solo piauiense. O grupo dos Mafrense foram os primeiros a serem detentores de títulos no território piauiense, onde ao longo do tempo começaram a trabalhar o espaço, porém, de forma bastante incisiva e autoritária, não dando margem para participações alheias a suas vontades (ALVES, 2003).

Poucas pessoas participavam de forma independente e ativa das decisões e do controle das terras no território piauiense, o próprio Afonso Mafrense após fundar fazendas e sesmarias, retorna para a Bahia onde fixa residência. A maioria das terras foi entregue a vaqueiros em forma de arrendamentos e poucas tinham realmente em seu controle os verdadeiros detentores dos direitos sobre a posse da terra de forma legal e irrestrita. Ausência dos proprietários das terras no seu controle poderia ser entendida pela falta de estruturas de moradia e saneamento básicos e que de forma precária ou inexistentes eram encontradas nessas regiões que os seus territórios estavam inseridos. Somavam-se a isso o perigo de ataques por parte de índios e outras sortes que se apresentavam na região ocupada. Segundo ALVES (2003):

‘Esse caráter rústico, extensivo e disperso contribuía para o isolamento da população piauiense, cuja vida se resumia ao trabalho dentro das fazendas, sem muita comunicação com o mundo exterior. Frequentemente o contato com o mundo fora das fazendas somente ocorria quando passavam por ali os transportadores das boiadas; eram eles que levavam e traziam notícias de outras áreas’.

Motivado por tais situações, os núcleos de povoamento na região eram bastante reduzidos no período de início das conquistas, surgindo somente no século XVII o primeiro núcleo de povoamento do Piauí conhecido como freguesia de Nossa Senhora da Vitória, que se elevou a categoria de vila no século seguinte, ganhando o nome de Vila da Mocha. Esta Vila que mais tarde se tornaria sede do governo recebendo o nome de Oeiras (SOUSA, 2005).

### **A importância da Pecuária no desenvolvimento do Piauí**

A pecuária foi sem sombra de dúvidas a atividade que contribuiu de forma substancial para o Piauí desde os seus primórdios, acha visto que na região estão reunidas todas as condições para o pleno desenvolvimento dessa atividade, tais como terras abundantes com pastagens e muitas seguidas de cursos de rio que contribuía bastante para tal fim. O número de pessoas que a região dispunha era muito reduzido devido as condições que a região impunha aos mesmos, porém, para atividades ligadas as fazendas e pecuária não se necessitou de tantos recursos humanos (ALVES, 2003).

As fazendas de gado se tornaram inúmeras no Piauí e todas as atividades econômicas da região se mantinham em tono disso. A região se tornou uma das principais criadoras de gado da região, onde se mantinha comercio fecundo com várias regiões, principalmente com Pernambuco e Bahia. Muitos rebanhos eram perdidos devido a distância entre as fazendas e seu local de compra, porém, era um comércio considerado lucrativo para os piauienses atingido somas importantes. Com

o crescimento do comércio de gado, outras regiões passaram a entrar no rol de praças de comercialização como o Maranhão, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro, Pará e Minas Gerais (QUEIROZ, 2006).

Pela força que a pecuária tinha na região, as outras atividades exerciam um papel coadjuvante na obtenção de lucros para o comércio. A agricultura era a segunda maior área de negociação e principalmente de práticas de subsistência, não sendo considerada a época, grande fonte de lucros para a região. As terras que se dispunha, apesar de serem de extensões muitas das vezes consideráveis, não estavam prontas para o cultivo e prática agrícola, visto que estavam inteiramente destinadas a criação do ramo pecuário e suas pastagens. Todos os hábitos e tradições que foram sendo desenvolvidas na região, há de forma presente os aspectos advindos da pecuária e sua influência. Os produtos fabricados a partir do couro, por exemplo, era uma forma bem visível de se perceber a forte influência que esse ramo de atividade tinha e tem na região piauiense (ASSIS; OLIVEIRA, 2009).

### **A Agricultura no contexto de desenvolvimento do Piauí**

A agricultura como forma de subsistência foi extremamente importante apesar de não ser a principal fonte de comércio e renda da região. Os moradores dessa região cultivavam culturas de ciclo curto e que eram utilizados para sustento próprio como milho, feijão, arroz e mandioca e de forma menos presente a cana de açúcar que viria a ter um papel mais presente na região, sobretudo após a questão do extrativismo. Algodão e fumo também fizeram parte da cultura agrícola de certa forma (ALVES, 2003).

O incipiente e atrasado início do ramo agrícola se deve as situações outrora elencadas e que estavam relacionadas indivisivelmente a questão da pecuária. As terras para a prática de criação de animais era um fator importante para tal impedimento, além disso, se dispunha de poucos recursos destinados a isso e o fraco

mercado interno que não teria capacidade de absorver toda a produção. O gado era criado solto o que se tornava também um grande obstáculo para a manutenção das práticas agrícolas (ARAÚJO, 2015).

O extrativismo também se fez presente de forma ativa na região, principalmente com a questão da borracha e da carnaúba que foram para muitos, grande fonte de renda e subsistência laboral. Da mesma forma como outras culturas desenvolvidas, por não dispor de um mercado comprador forte, não era uma atividade que trouxesse consigo grandes investimentos e lucros (QUEIROZ, 2006).

### **Considerações Finais**

Diante do todo o exposto, observa-se que em relação as bases econômicas que se fundamentaram na região piauiense, a pecuária foi a grande transformadora de todo o cenário inicial e trouxe consigo as bases para a inserção, até certo ponto incipiente de diversas outras modalidades de exploração e renda, como a agricultura e seus subgêneros.

A produção agrícola foi também marcante, porém, assim como na questão pecuária, demonstrou a forma diferenciação existente, de um lado os grandes proprietários de terra e detentores de vultuosos lucros e do outro a grande massa de trabalhadores que eram os verdadeiros responsáveis pela lucratividade, sem contudo ter o dinheiro de almejar maiores oportunidades no que diz respeito a crescimento e desenvolvimento econômico e social.

### **Referências**

ABREU, J. Capristano de. *Capítulos de História Colonial (1500-1800)*. 5a. ed. Rio de Janeiro: Livraria Briguet, 1969.

ALVES, V. E. L. *As bases históricas da formação territorial piauiense*. Geosul, Florianópolis, v. 18, n. 36, p 55-76, jul./dez. 2003

ARAÚJO, J. S. *O PIAUÍ NO PROCESSO DE INDEPENDÊNCIA*: contribuição para construção do império em 1823. CLIO – REVISTA DE PESQUISA HISTÓRICA – nº 33.2:2015.

ASSIS, N. P. D; OLIVEIRA, A. S. N. *Padres e Fazendeiros no Piauí Colonial – Século XVIII*. ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Fortaleza, 2009.

QUEIROZ, T. *Economia Piauiense: Da pecuária ao extrativismo*. 3ª edição. Teresina: Edufpi, 2006.

SOUSA, V.V. *PIAUI: APOSSAMENTO, INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO (1684-1877)*. Pós história. [ufg.br/original](http://ufg.br/original):2005.

# **LUTAS AGRÁRIAS: A RESISTÊNCIA PELA POSSE DA TERRA DO POVOADO NOVA CHAPADA**

**Brígida Lima Magalhães**

Profa. SEMEC-CAXIAS/MA

Especialização em Currículo e Avaliação na Educação Básica – CESC/UEMA

**Raimunda Nonata Paiva Andrade**

Profa. SEMEC-CAXIAS/MA

Especialização em Currículo e Avaliação na Educação Básica – CESC/UEMA.

**Jakson dos Santos Ribeiro**

Professor Adjunto I na Universidade Estadual do Maranhão - UEMA

Doutor em História Social da Amazônia – UFPA

**Resumo:** O Estado do Maranhão desde o período colonial, até os dias atuais sempre existiram conflitos agrários pela posse de terras. Nesta perspectiva, a pesquisa aborda sobre a temática a resistência do povoado Nova Chapada pela posse da terra. Tendo como objetivo geral: refletir sobre as lutas e conquistas pela posse da terra do referida povoado; apontar a relevância das lideranças da comunidade para a conquista dos direitos, caracterizar a dinâmica social do povoado Nova Chapada e identificar as conquistas da comunidade investigada. Quanto ao percurso metodológico da pesquisa fundamenta-se numa perspectiva qualitativa, fazendo-se uso da pesquisa bibliográfica. Para a coleta dos dados utilizou-se a entrevista semiestruturada com as lideranças locais e moradores que residem a mais tempo na referida localidade. O mesmo está ancorado em autores como: Pesavento (2004), Rodrigues (2010), Candido(1987), Tourane(2003), Gonh (1997), Camacho(1987), Melucci (1999), Doimo(1995) e Lakatos (2003). A partir dos estudos realizados da pesquisa, aponta que os movimentos sócias contribuíram de forma significativa para conquista de direitos sobre a posse do referido povoado bem como a garantia de outros direitos tais como: escola posto médico (UBS).

**Palavras-Chave:** Conflitos Agrários. Povoado Nova Chapada. Lideranças Políticas.

## Introdução

Ao estudar sobre a história agrícola brasileira percebe-se que existe um abismo entre trabalhador versus distribuição de terras geralmente têm acesso às mesmas ainda é privilégio de quem tem poder e dinheiro e só as possui quem tem esses dois itens. Com relação à mobilidade espacial da produção sobre a ótica da localização Rural e Urbana entre os anos de 40 a 80 existiam a verdadeira intenção das duas conforme salienta Rossi:

Ampliação das relações capitalistas no campo desestruturando as antigas relações tradicionais de trabalho a parceria ou arrendamento a mecanização da agricultura e substituição da lavoura por pastas e a grande especulação Imobiliária foram as causas que estimularam a fuga da população do campo para as cidades. (ROSSI, 2003.p. 10).

Isso significa que as condições não são as mais favoráveis para que o homem do campo permaneça no seu local de origem e que o problema está exatamente na política adotada segundo Gonçalves: o padrão de desenvolvimento Agrário atual é socialmente excludente pois a seco ainda mais a diferenciação entre os agricultores já que poucos foram favorecidos muitos desapareceram pois perderam suas terras e uma quantidade também grande continuou sobrevivendo no caminho do Campo porém de maneira cada vez mais Marginal (GONÇALVES, 2009,p.32).

Há portanto dois modelos de produção agrária um deles o dominante o modelo agroexportador baseado na lógica neoliberal e no livre comércio na privatização e na mecanização da terra utilização em grande quantidade de água das matas na pesca das sementes do conhecimento e da vida social esse modelo intensivo está causando danos ao meio ambiente e à saúde desestruturando Agricultura Familiar.

Outro modelo é baseado na agricultura familiar e na soberania alimentar pelo contrário prioriza a produção local para os mercados locais e nacionais e utiliza a

prática de produção baseada no comércio local ou seja a partir da produção de culturas em pequena escala com a predominância do trabalho familiar com baixa mecanização com base na biodiversidade e sem utilização de agrotóxicos.

A emancipação das classes trabalhadoras queria ver a ser conquistada pelas próprias classe trabalhadora que a luta pela emancipação das classes trabalhadoras não significa luta por privilégios e monopólios de classe e sim uma luta por direitos e deveres iguais bem como a abolição de todo domínio de classe (MARX E ENGEL,2007, p.107).

Partindo dessa premissa é interessante frisar que sou a partir dessa tomada de consciência é que irão melhorar as condições de vida dos Camponeses daí a relevância de sua participação na luta por reforma agrária e isso ocorrerá quando os mesmos estiverem organizados em prol de um objetivo comum.

Enfim os movimentos de camponeses pescadores povos indígenas trabalhadores rurais e comunidades raciais socialmente excluída estão cada vez mais vivos bem organizados e mais preparados do que nunca opondo-se ativamente ao modelo destrutivo dominante no transcurso da história os Camponeses pescadores trabalhadores rurais e povos indígenas desenvolveram minerais de produzir alimentos de relacionar-se com a natureza que se baseia no Cuidado da terra da água nas sementes dos animais e da própria vida.

Hoje os diferentes movimentos e cobram a memória da luta de seus povos contra a opressão reafirmo suas raízes e suas culturas se preparam e capacitam para se organizar lutar construindo as alianças que são necessárias para conseguir uma reforma agrária autênticas adaptadas às necessidades de cada povo.

### **A afirmação do Campesino enquanto ato político**

O povoado nova chapada 3º distrito de Caxias povoado nova chapada está localizado no terceiro distrito de Caxias enviar na rodovia ma-101 a 17 Km da sede

deste município, no qual está situada a unidade integrada Municipal São Raimundo, há um posto médico, capela Nossa Senhora da Conceição que faz parte da Paróquia Nossa Senhora de Nazaré da cidade de Caxias, um salão de festa que se chama Chapadão Auto Esporte, onde ocorre o grande campeonato de futebol envolvendo diversos times das localidades vizinhas e uma associação dos trabalhadores rurais.

Atualmente existem no povoado, em média, 60 famílias que vivem da agricultura de subsistência produzindo arroz, feijão, milho, mandioca e melancia, sendo que, segundo informações dos moradores, existem alguns que trabalham na cerâmica de tijolos denominada de Vitória.

Segundo informações de moradores mais antigos, através de depoimentos do Senhor Raimundo Nonato da Silva 68 anos da Dona Raimunda Mendes da Silva 70 anos que relataram como surgiu o povoado, as lutas pela conquista da terra e como o povoado foi conquistando seus direitos segundo.

Segundo os referidos moradores, a disputa pela posse da terra já vem de muito tempo pois existiam na comunidade os “donos” da terra, já que as famílias abastadas vendiam na hora que quisessem para outro dono. A princípio, era de Luiz Chapada, de Conceição Chapada, daí o nome do povoado, depois as mesmas foram tomadas por um senhor de nome João Santino Paraibano que comprou as terras. O mesmo proibiu a população de colocarem roças, quebrarem coco babaçu e as quem insistem, eram presas.

Ainda sobre os relatos dos moradores, não houve casos mortes, mas ameaças e tiroteios. Raimundo Nonato Oliveira da Silva em entrevista realizada em 16 de Maio de 2011 Raimunda Mendes da Silva entrevista realizada em 10 de Maio de 2011 Eliane Augusta de Oliveira entrevista realizada em 24 de Maio de 2011. Segundo a Dona Irene Augusta de Oliveira

[...] quando esse homem comprou as terras as casas foram derrubadas sendo que as grandes foram no chão e as pequenas eram Agarrada Em um cabo de aço e puxadas por um automóvel era tempo de muita luta e medo de ser morto a qualquer momento mesmo assim a

comunidade se uniu e começou a organizar-se em associações para lutarem para permanecer na terra após a morte de João Santina com a ajuda e orientação do sargento Cícero Alves o link do hotel às terras dividido para os verdadeiros donos um ou dois lotes para cada chefe de família (OLIVEIRA, 2011).

A escola teve início no ano de 1984 como Escola Municipal São Raimundo funcionando apenas de primeira à quarta série em uma casa de taipa temporariamente no ano de 1992 a mesma passou a funcionar em um prédio pequeno construído com apenas uma sala de aula onde o ensino será ministrado de forma multisseriada.

O presidente do sindicato dos trabalhadores e trabalhadoras Rurais do município de Caxias (MA), sendo o responsável pelo órgão, nos informou que atualmente por decisão da justiça do trabalho é dirigido por uma junta provisória diretiva composta pelo presidente, uma secretária de Finanças e uma secretária geral. Há os delegados sindicais considerados pelo presidente, braços direitos do sindicato, eles são os responsáveis por trazer as pessoas para se associarem ao sindicato para conseguir benefícios tais como: auxílio-doença; salário materno e aposentadoria etc.

A data de sua Fundação foi no dia 12 de dezembro de 1971, sendo um órgão autônomo que tem por adjetivo objetivo trabalhar em defesa do Trabalhador do homem Campesino, dentre as principais lutas e conquistas estão a desapropriação da Terra para vários assentamentos como povoado nova chapada, Buriti do Meio e Buenos Aires. Em relação ao número de agricultores Associados, segundo relatório feito no ano de 2010, foram 33 associados sendo que o associado paga uma taxa de inscrição R\$ 27 assegurando direito a dar a ter uma carteira tornando-se filiado. A partir daí contribui com a taxa de R\$ 10 mensais.

No que diz respeito aos projetos voltados à agricultura familiar, atualmente há dois projetos executados pelo Banco do Nordeste, PRONAF B e C financiado pelo Ministério da Agricultura, que varia de R\$ 7.000 a R\$ 8.000 reais. O sindicato realiza também seminários e palestras, principalmente sobre o associativismo.

A delegada sindical Maria Raimundo dos Prazeres a delegada falou a respeito da função de um delegado sindical, que consiste em buscar de pessoas para se associarem para conseguirem aposentadoria, auxílio-doença e salário-maternidade.

Em relação às reuniões a Associação não possui sede própria, as mesmas acontecem na capela Nossa Senhora da Conceição ou na casa de algum sócio, não há um período determinado para que elas ocorram, geralmente só fazem reuniões quando vem os projetos para decidir em quais serão aceitos e de desenvolvidos. Segundo a mesma, uma das maiores dificuldades é a distância, pois além do povoado chapada, há outras localidades vizinhas como: Miranda, Volta do S e Balarão.

A delegada está a menos de um ano posto, sendo eleito em Assembleia, sendo responsável pela arrecadação da mensalidade que é de R\$ 11a taxa de inscrição é de 30 reais, de acordo com a mesma há inadimplência.

Maria Arcanjo da Silva, já técnica em enfermagem responsável pela unidade básica de saúde (fundada em 1997 através de reivindicação da associação) informou que o mesmo funciona com uma equipe de profissionais responsáveis pela saúde básica da família (Um médico, um dentista, enfermeiros e agentes de saúde).

Os atendimentos feitos no posto: são exames ginecológicos curativo simples aplicação de vacinas, pré-natal, aplicação de flúor, controle de natalidade (planejamento familiar) etc. O mesmo dispõe de uma ambulância para as emergências.

Maria do Socorro Oliveira da Silva coordenadora da capela Nossa Senhora da Conceição, Padroeira do povoado. De acordo com a mesma as celebrações acontecem aos domingos no horário das 19 horas às 20 horas. Em dezembro ocorre o festejo com uma novena, sendo que no dia 9 do 12 Acontece uma missa com a presença do padre da Paróquia. Nesse dia é servido um almoço solidário.

## Considerações finais

Nos últimos anos, a polêmica em torno dos movimentos sociais e conseqüentemente em torno do papel dos Trabalhadores Rurais nas transformações da sociedade brasileira vem adquirindo novo vigor. Recoloca-se nesse quadro a necessidade de se entender qual o significado político e ideológico dos movimentos sociais e quais as relações de poder em que ele esbarra. Os indivíduos constroem, as suas identidades individuais, mas também coletivas, ao superar suas dominações, prepotência e subordinações sempre coletivas, ou seja a forma como este se relaciona coletivamente é um elemento determinante da identidade de um povo.

A partir da pesquisa realizada, verificou-se que a comunidade do Povo Nova Chapada, município de Caxias, embora esteja organizada em associações, já tendo conquistado alguns direitos, falta ainda uma mobilização mais efetiva, tendo em vista que as suas conquistas resumem-se mais a direitos assistencialistas tais como: salário materno aposentadoria auxílio-doença entre outros

## Referências

CAMACHO, D Movimentos Sociais: Algumas discussões conceituais. In: SCHERER-WARREN e KRISCKE (Org). *Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América do Sul*. São Paulo: brasiliense 1987.

CARDOSO, Roberto. A trajetória dos movimentos sociais. In: TELLES, Veiga (Org.). *Anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

DOIMO, Ana Maria. *A vez e a voz do popular: Movimentos sociais e participação política no Brasil pos-70*. Rio de Janeiro: Relume-Dumara/ ANNPOCS,1995.

GOHN, Maria da Gloria. *Teorias dos movimentos sociais. Paradigmas clássicos contemporâneos*. São Paulo: Loyola 1997.

GONÇALVES, Sergio. *Campesinato, resistência e emancipação: Um modelo agroecológico adotado pelo MST no Estado do Paraná*. 2008.311f. Tese (Doutorado

em Geografia) - Faculdade de Ciências e tecnologia, Universidade Estadual Paulista e “Júlio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente 2008.

GRZY BROWSKY, Candido. Caminhos e descaminhos dos Movimentos Sociais no Campo. Ed. Vozes. 1987.

IANNI, Otavio. Karl Marx. (Coleção grandes cientistas sociais) MARX, K e ENGELS, F. obras escolhidas São Paulo, São Paulo: Ática, 1982.

MELUCCI, Alberto. *Acción colectiva, vida cotidiana y democracia*. El Colégio de México, 1999.

MIRANDA, Alina Silva de Moraes. Gestão Educacional do Campo: Um olhar panorâmico sobre a realidade do Maranhão/ Alina Silva de Moraes Rodrigues. São Luís: Emante, 2010.

PENSAVENTO, Sandra Jatahy. *História e história cultural*. 2. Ed. Belo Horizonte: Autentica, 2004.

ROSSI, Jurandir. *Geografia do Brasil*. Edusp. São Paulo: Brasil, 2003.

TOURAINÉ, Alain. *Crítica da modernidade*. Petrópolis: Vozes, 1998.

TOURAINÉ, Alain. *Poderemos viver juntos? Iguais e diferentes*. Petrópolis: Vozes, 2003.

Parte IV  
**HISTÓRIA, ARTE E  
PATRIMÔNIO**

# REPRESENTAÇÕES DO NORDESTE NO CINEMA NACIONAL NA DÉCADA DE 1950

**Marcelo Gonçalves Ferraz**

Graduando em História pela Universidade de Pernambuco (UPE)

**Resumo:** Este trabalho tem por objetivo apontar determinadas obras cinematográficas realizadas na década de 1950 que corroboraram com o discurso vigente sobre o Nordeste, bem como sobre os nordestinos, contextualizando-as com obras que tratam da forma como foi realizada a construção do discurso caricato ao qual foi imposto ao Nordeste e da construção da identidade nacional no século XX. A metodologia consistiu em possibilitarmos o diálogo das obras fílmicas tratadas com pesquisas sobre as temáticas Nordeste, cinema e pedagogia, bem como com obras impressas sobre a história do nosso país. Com isso observamos quão profícuo pode ser a contextualização dos fatos históricos encontrados na literatura com as obras cinematográficas. Dessa forma, a história da invenção Nordeste passa a contar com mais uma importante ferramenta no processo ensino-aprendizagem.

**Palavras-chave:** Estereótipo nordestino. Elites intelectuais. Cinema. Educação.

## Introdução

O cinema tem sido explorado como fonte de pesquisa histórica há alguns anos, sendo que vários autores já se debruçaram sobre o tema. Além de ferramenta pedagógica o cinema tem o poder de ditar modas, costumes, hábitos e mentalidades. Segundo Duarte (2009), o hábito de ir ao cinema está ligado à origem social e familiar das pessoas e à prática de ver filmes. Assim, ver filmes é uma prática social tão

importante, do ponto de vista da formação cultural e educacional das pessoas, quanto a leitura de obras literárias.

É inegável que as relações que se estabelecem entre espectadores, e entre estes e os filmes, são profundamente educativas. Além disso, segundo Duarte (2009), muito da percepção que temos da história da humanidade talvez esteja irremediavelmente marcada pelo contato que tivemos com as imagens cinematográficas. Muitas das concepções veiculadas em nossa cultura acerca do amor romântico, da fidelidade conjugal, da sexualidade ou do ideal de família tem como referência significações que emergem das relações construídas entre espectadores e filmes. Da mesma forma, muitos dos conceitos ou preconceitos que adquirimos no curso de nossa existência podem ser adquiridos por meio das mídias fílmicas.

Dessa forma, podemos considerar a construção e reafirmação de estereótipos, bem como a transformação de determinados sujeitos sociais em caricaturas de si mesmas. Albuquerque Junior (1999) realça o poder exercido pelo cinema no que concerne à criação da imagem do Nordeste, bem como de seus habitantes. Segundo o autor, a década de 1950 viu emergir a representação do Nordeste nas obras cinematográficas do Cinema Nacional, na trilha deixada pelas obras literárias, em especial as obras da *Geração de Trinta*. O autor nos diz que “Os tipos ‘nordestinos’ do pau-de-arara, do coronel, do cangaceiro [...] faziam parte da coleção de tipos que a chanchada [...] levava para a tela, já na década de quarenta” (ALBUQUERQUE JUNIOR, 1999, p. 266).

De fato, desde a década de 1920, o cinema mostrava a dicotomia entre o urbano e o rural (sertanejo), ou entre a industrialização e a natureza brasileira, em obras como *Viagem ao Brasil* (1928). Essa dicotomia era fruto da tentativa de se criar uma identidade nacional, na qual “Os costumes [...] tipicamente brasileiros são os do interior [...]” (BERNADET, 2009, p. 104), mas não necessariamente o interior

delimitado como Nordeste. Certamente, “[...] esse Brasil sertanejo não agrada a todos; ao contrário, é preciso mostrar o Brasil urbano, o Brasil do progresso” (*ibidem*).

A tentativa de criação de uma identidade nacional esteve presente durante boa parte do século XX, a partir do conjunto das manifestações culturais do povo brasileiro, segundo Gonçalves (2009). De acordo com o autor, as representações cinematográficas constituem um dos inúmeros caminhos possíveis para se discutir o conceito de nação, bem como o de identidade nacional e histórica. Então o que podemos esperar dos conceitos emanados pelas obras cinematográficas sobre a identidade nacional? Que mensagens podemos observar, e mais importante, que leituras são mostradas sobre o Nordeste e os tipos nordestinos nos filmes nacionais?

Albuquerque Junior (1999) é enfático ao dizer que o Nordeste é uma criação de seu oposto, o Sul industrializado, povoado por habitantes civilizados, verdadeiros europeus dos trópicos. Segundo o autor, os discursos que tratam do Nordeste, nas primeiras décadas do século XX, estão sempre apoiados na reafirmação de estereótipos, como discurso repetitivo e arrogante. Em relação à construção de uma identidade nacional, Albuquerque Junior (1999) a trata como uma construção mental, abstrata.

O Sul do início do século XX, habitado pelos descendentes dos europeus, que aqui chegaram com o objetivo de substituir a mão de obra escrava em fins do século XIX, torna-se o exemplo do avanço civilizacional, tecnológico e racial que o Brasil pretende oferecer ao mundo como fotografia de sua identidade nacional. O Nordeste passa a ser, dessa forma, o retrato do país arcaico, selvagem e indesejado. Há uma necessidade premente em salvar as almas daqueles seres miseráveis, facínoras, intelectualmente inferiores localizados no Nordeste do país.

O mundo novo que se descortinava, embalado pelas conquistas tecnológicas – e aqui inserimos o cinema como meio de comunicação de massa – foi palco de discursos que mostravam o Nordeste como lugar de práticas estranhas, antigas e exóticas. Os filmes que trataremos nesse trabalho estão recheados do discurso de

estranhamento ao qual o Nordeste e os nordestinos se enquadram, de acordo com a narrativa da elite intelectual e econômica do Brasil na primeira metade do século XX.

### **Representações do Nordeste no Cinema Nacional na década de 1950**

Com o objetivo de observarmos a construção imagética do Nordeste e do nordestino nas primeiras décadas do século XX, decidimos discorrer sobre três obras cinematográficas realizadas na década de 1950 que muito tem a nos mostrar sobre essa construção, bem como sobre a assimilação dessa ideia caricata que se desenvolveu sobre o Nordeste e seus habitantes.

#### **O canto do mar (1953)**

Segundo Gonçalves (2009), a década de 1950 foi testemunha de um novo Brasil que surgia. Um país cada vez mais industrializado e urbano. Portanto, moderno. A forma como o cinema procurava retratar a nação também deveria seguir esse padrão, obviamente, hollywoodiano. A dicotomia que se estabelecia entre o moderno e o ultrapassado, ou seja, entre o urbano e o rural, e mais precisamente entre o Norte e o Sul, estava presente nas telas.

De acordo com Albuquerque Junior (1999), o filme que deu início ao discurso do Nordeste inventado foi justamente *O canto do mar*. O filme está repleto de “enunciados-clichê” e torna-se exemplar na “forma como se olha e como se vê o Nordeste” (ALBUQUERQUE JUNIOR, 1999, p. 266). *O canto do mar* foi dirigido por Alberto Cavalcanti, um carioca que viveu grande parte de sua vida na Inglaterra. Em matéria publicada no *Diário de Pernambuco*, de 4 de junho de 1953, chama-se o filme de Cavalcanti de “[...] eminentemente nordestino representativo de nossa gente, nossos costumes, tradições e folclore [...]”, que para tanto necessitou de “Estudos e investigações [...] em torno dos costumes populares [...]” (REGIS, 1953, p. 3).

O filme de Cavalcanti foi produzido pela Kino Filmes, pequena produtora que se espelhava nas produções da companhia Vera Cruz, e abre com um close sobre o mapa de Pernambuco. Após algumas imagens de terra rachada e árvores secas, surge uma voz em *off*, que diz: “Há muito tempo que não chove. A terra seca, virgem de água, racha-se até o horizonte. O céu sempre azul aguarda os dias piores que não de vir. Os galhos das árvores, tostados pelo sol apontam para o céu como se pedissem clemência [...]” (O CANTO do mar, 1953). O cenário que se apresenta é o mais desolador e desgraçado possível, com casas sendo abandonadas por pessoas maltrapilhas, com aspecto de mortos-vivos, miseráveis, além de cruzeiros, que indicam que o semiárido pernambucano virou um imenso cemitério a céu aberto, além de urubus que sobrevoam na expectativa de se alimentarem dos corpos raquíticos e descarnados dos habitantes desse cenário hostil.

O discurso que se apresenta, na abertura de *O canto do mar* assemelha-se ao discurso da elite intelectual de seu tempo, que tinha por objetivo dividir o país entre o moderno e o atrasado. Segundo Albuquerque Junior (1999, p. 267), o filme “tenta, de forma clara, trazer para o cinema toda uma visibilidade e dizibilidade do Nordeste construídas pelo romance, pelas narrativas jornalísticas e pelo discurso da seca”. De acordo com o autor, as imagens evocadas no filme reforçam o Nordeste como *locus* de sofrimento e miséria, enquanto o Sul, o não-Nordeste, seria o lugar do desenvolvimento. De qualquer forma, o semiárido serve apenas como desculpa para a narrativa da desgraça estabelecida por Cavalcanti.

A trama se passa no litoral, envolvendo uma família pobre que tem o pai com transtornos emocionais e o filho (Raimundo) que sonha em ir para o Sul, a terra das maravilhas. Raimundo planeja fugir com Aurora, filha de um comerciante local, mas a mesma prefere abandonar tudo com um caminhoneiro (João Bento), que aparentemente oferece mais condições de vida para o casal. Além disso, Albuquerque Junior (1999) chama a atenção para as formas como as manifestações culturais do homem rural são apresentadas. O olhar do homem urbano sobre essas

manifestações rurais imprime um tom folclórico, até mesmo ridículo, sobre as mesmas.

O autor cita a cena do velório do filho mais novo da família, irmão de Raimundo, no qual os vizinhos chegam trazendo candeeiros, enquanto a mãe escreve uma carta para Nossa Senhora, explicando que não chora a morte do filho para que ele não entre no céu com chuva. Da mesma forma, no filme, sem qualquer relação com a narrativa, podemos observar números de danças folclóricas, em uma tentativa de delimitação do espaço civilizado/arcaico, como frevo, maracatu e bumba-meu-boi, que não trazem absolutamente nada à trama que se desenrola na tela.

O desejo de Raimundo é ir para o Sul e esquecer a miséria. Mas após roubar a mercearia do vilarejo ele se arrepende de fugir, pois “o mar só traz desgraça”, referindo-se à situação em que se encontra seu pai, um homem do mar. O filme encerra justamente confirmando essa desgraça trazida pelo mar com a morte do pai de Raimundo, encontrado na praia, sem vida.

### **O Cangaceiro (1953)**

Dirigido por Lima Barreto, a película produzida pela Companhia Cinematográfica Vera Cruz é considerada por Gonçalves (2009, p. 171) como uma das possíveis representações “[...] da nação brasileira em toda sua diversidade e complexidade”. *O Cangaceiro* se tornou o maior sucesso da Vera Cruz, tendo sido escolhido, inclusive, o melhor filme de aventura do Festival de Cannes de 1953.

Freire (2005, p. 69) classifica o filme como um dos mais importantes da cinematografia brasileira, e “[...] o pioneiro de um gênero genuinamente brasileiro [...] que inseriu [...] a representação do sertão no cinema nacional”. O gênero “genuinamente brasileiro” ao qual Freire (2005) se refere não passava de um pastiche do *western* norte americano. De acordo com Bernadet (2009, p. 113), *O Cangaceiro*, como a maior parte dos filmes que o imitam, tem mais a ver com o *western* do que

com o próprio cangaço. Sequer foi filmado no Nordeste, mas no interior do estado de São Paulo. Entretanto, após a repercussão que o filme alcançou, sendo sucesso de público e crítica, “[...] foi fundamental para a fixação de certa imagem do Nordeste” (ALBUQUERQUE JUNIOR, 1999, p. 268). Segundo Merten (2016), Lima Barreto tinha por mestre o diretor John Ford, famoso por seus filmes sobre a conquista do Oeste norte americano.

*O Cangaceiro* inicia com uma legenda onde pode ser lido “Época imprecisa: quando ainda havia cangaceiros”. Esta advertência serve para situar o enredo da película em um passado remoto, com “personagens arcaicos” (FREIRE, 2005, p. 70), bem diferentes do público dos grandes centros como São Paulo e Rio de Janeiro. As imagens iniciam com o bando do cangaceiro Galdino Ferreira cavalgando no alto de um morro, tendo um crepúsculo por trás. As imagens se mesclam ao som da música *Mulher rendeira*, com o objetivo de situar espacialmente e temporalmente o homem cangaceiro. Em relação a essa observação, Albuquerque Junior (1999) nos faz lembrar que a estética empregada no filme tem por meta mostrar a distância entre dois pontos diametralmente opostos: a civilidade (o mundo urbano) e a barbárie (o sertão).

Gravado em São Paulo, as referências imagéticas ao Nordeste não poderiam faltar. Dessa forma, “[...] surgem os cactos, as pedras, o sol, as ossadas [...]” (ALBUQUERQUE JUNIOR, 1999, p. 269).

O enredo do filme se baseia na trama maniqueísta entre Galdino Ferreira, cangaceiro facínora, e Teodoro, “homem letrado, que entrou no cangaço por uma fatalidade” (FREIRE, 2005, p. 72). Um dos erros observados na trama de *O Cangaceiro*, diz razão ao fato do bando de Galdino Ferreira se locomover a cavalo, quando na realidade os bandos do cangaço nordestino se movimentavam a pé, para evitar o confronto com as volantes. Outro aspecto observado é o clima de festa nos acampamentos. Tal como em *O canto do mar* (1953), eventos folclóricos como dança e

música tipicamente nordestinos são inseridos gratuitamente nos filmes a partir da década de 1950, com o objetivo de associá-los simbolicamente ao Nordeste.

Os diálogos do filme foram escritos por Rachel de Queiroz e serviram, segundo Gonçalves (2009, p. 174) para dar a “necessária brasilidade e autenticidade ao filme”. Não faltam figuras caricatas do Nordeste, como o coronel e os habitantes miseráveis, que possibilitam “[...] visualizar o que era o cangaço no interior do nordeste brasileiro no início do século XX”, segundo Gonçalves (ibidem), em uma observação que beira o caricato. Que cangaço é esse? E qual Nordeste serve de espelho para o filme *O Cangaceiro*?

### **Rio, 40 graus (1955)**

O filme *Rio, 40 graus* não trata do Nordeste. Ambientado no Rio de Janeiro da década de 1950, o filme discute sobre vários tipos humanos presentes no ambiente urbano carioca daquele recorte, “com particular insistência sobre a favela” (BERNADET, 2009, p. 93). Dirigido por Nelson Pereira dos Santos e produzido em um sistema de cotas entre os próprios profissionais envolvidos, o filme é considerado precursor do movimento *Cinema Novo*.

De acordo com Gonçalves (2009, p. 191), o filme trouxe novos elementos para o discurso cinematográfico nacional por ter a preocupação de “[...] retratar e empreender um esforço de análise das questões nacionais [...]”. Em *Rio, 40 graus* observados o cotidiano de uma série de personagens urbanos diferentes, alinhavados pela jornada de alguns jovens vendedores de amendoim que tentam ganhar o seu sustento nas mais diversas áreas do Rio de Janeiro.

Dentre esses personagens urbanos encontramos uma forte referência aos nordestinos. Um casal discute sobre o que fazer já que a moça está grávida e o rapaz parece não querer assumir o relacionamento. A moça diz estar com medo de contar ao irmão sobre a gravidez, ao que o rapaz retruca “Seu irmão não é um bicho”. A

moça responde: “Mas é nortista”. Percebe-se, de imediato, a construção da figura de homem violento ao qual o nordestino (nortista) está atrelado.

Segundo Albuquerque Junior (1999), o nortista adquire uma conotação pejorativa de selvagem e de homem violento devido às notícias veiculadas nos jornais do Sul sobre o banditismo e o cangaço no Nordeste. O que torna o homem do Nordeste um verdadeiro facínora. O interessante a se observar é que o diretor da película, entre tantos personagens que tentou retratar, deixou um espaço bem delimitado a ser ocupado pelo nordestino.

Dessa forma, as características presentes nas obras fílmicas aqui discutidas se resumem à fome e à violência. Características indeléveis atribuídas ao Nordeste pela elite econômica e intelectual do Sul do país nas primeiras décadas do século XX.

## **Conclusões**

Podemos observar que os discursos construídos nas primeiras décadas do século XX sobre o Nordeste e seus habitantes encontraram terreno fértil em algumas produções cinematográficas da década de 1950. Seguindo as narrativas estabelecidas pela literatura regionalista, responsável por reforçar o discurso da seca e da miséria, o cinema abriu uma janela para que se testemunhassem a desgraça vivida pelos nordestinos, homens violentos e mulheres submissas.

Muitas obras fílmicas que se seguiram, inclusive mais recentes, reforçaram esse discurso limitado e caricato. A mesma mensagem pode ser observada em obras televisivas, adaptações de tantas outras já consagradas, bem como escritos originais que se transformaram em novelas e seriados sempre prontos a pintarem o Nordeste como espaço marcado por sotaques arrastados, mulheres beatas e homens de atitudes facinorosas, que matam para lavar a honra ou para se apropriarem das posses de outrem.

As simplificações mostram-se perigosas, pois, da mesma forma que o Sul tem tinha seus problemas sociais, o Nordeste apresentava uma gama de características a serem elencadas. Procurou-se criar uma simples dicotomia entre moderno e arcaico, urbano e rural, civilização e barbárie, Sul e Nordeste, que por mais que se considere esse discurso ultrapassado, ainda se percebe difícil desmontá-lo.

## Referências

### Cinematográficas

O CANGACEIRO. Direção: Lima Barreto. Produção: Companhia Cinematográfica Vera Cruz. 1953.

O CANTO do mar. Direção: Alberto Cavalcanti. Produção: Kino Filmes. 1953.

RIO, 40 GRAUS. Direção: Nelson Pereira dos Santos. Produção: Vários. 1955.

### Bibliográficas

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. São Paulo: Cortez, 1999.

BERNADET, Jean-Claude. *Cinema brasileiro: propostas para uma história*. São Paulo: Companhia das letras, 2009.

DUARTE, Rosália. *Cinema & educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

FREIRE, Alberto. Remake de O Cangaceiro: nova versão, velhas leituras. In: CAETANO, Maria do Rosário (org.). *Cangaço: o nordestern no cinema brasileiro*. Brasília: Avathar, 2005.

GONÇALVES, Maurício. *Cinema e identidade nacional no Brasil. 1898-1969*. São Paulo: LCTE, 2009.

MERTEN, Luiz Carlos. Grandeza de um derrotado. *Estadão blogs*. 27 jun. 2016. Disponível em: <https://cultura.estadao.com.br/blogs/luiz-carlos-merten/grandeza-de-um-derrotado/>

Acesso em 07/04/2019.

REGIS, Ernani. Concluída as filmagens de O canto do mar. *Diário de Pernambuco*, 04 jun. 1953. p. 3. Disponível em:

[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033\\_13&PagFis=5740&Pesq=o%20canto%20do%20mar](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_13&PagFis=5740&Pesq=o%20canto%20do%20mar). Acesso em 07/04/19.

# CONTANDO HISTÓRIAS DA PRINCESA DO SERTÃO ATRAVÉS DO TEATRO DE BONECOS

**Ana Carolina Cardoso Dias**

Graduando em História – 7º Período do Curso de Licenciatura em História -UEMA

**Jakson dos Santos Ribeiro**

Doutor em História, Professor Adjunto no Departamento de História e Geografia – DHG da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA campus Caxias-MA.

**Resumo:** Ao longo de diferentes décadas a história cultural vem se ampliado em diversos âmbitos do conhecimento histórico, não somente no campo acadêmico, espaço de grande produção de conhecimento, mas também vem sendo inserida ainda que de maneira não tanto eficaz, no ensino básico, o que se percebe é que ainda existem muitas deficiências a serem corrigidas e temáticas a serem trabalhadas. Partindo desse pressuposto, o presente projeto tem como um dos diferentes objetivos, colaborar e estimular a abordagem dessa história cultural no espaço do ensino básico. O projeto: “Abrem-se as cortinas que vamos contar as histórias da Princesa do Sertão!! Contando os saberes, memórias populares da cidade Caxias a luz do teatro de bonecos”, utilizará o teatro de fantoches, como ferramenta pedagógica dentro do contexto escolar, visando a disseminação dos saberes populares da cidade Caxias; ampliará os conhecimentos dos alunos acerca aspectos culturais locais, tendo em vista a importância de trabalhar a história local como processo de formação e auto identificação dos indivíduos que compõe a realidade escolar. O público alvo que o projeto contempla, são alunos do quinto ano do ensino fundamental menor, justificando-se pela deficiência apresentada no que diz respeito à abordagem e entendimento a respeito da cultura popular, tanto por parte dos alunos, como também de seus pais e/ou responsáveis, promovendo a ampliação do conhecimento. A temática abordada gera em suma, grande preocupação acerca de como o ensino da história local e cultural de Caxias está sendo abordada e inserida entre esses indivíduos. Baseado nisso, formula-se uma série de perguntas, tais como: A história local está inserida na programação de conteúdos nas séries iniciais? Os professores possuem alguma especialização em história local e cultural? Quais

conteúdos são abordados e quais os procedimentos pedagógicos utilizados? As perguntas suscitadas compõem o questionário que da base para compreensão e entendimento acerca do assunto, o que a partir das respostas dos docentes que fazem parte desse espaço poderemos inferir quais os pontos que devem ser trabalhados com maiores ênfases nas apresentações do teatro de fantoche. Dentre as diversas atividades propostas no cronograma do projeto, a maioria delas já foram realizadas. Como por exemplo, leituras, reuniões com o corpo docente e discentes que integram a equipe do projeto, visita aos arquivos bibliotecários da cidade e site da Benedito Leite, para assim a montagem dos roteiros, visita nas escolas, formulação e aplicação do questionário, compra de materiais; confecção dos bonecos, além da coleta de algumas imagens de Caxias referentes a temáticas e produção dos vídeos. O projeto( que estar em andamento), tem como atração principal a apresentação do teatro de fantoches, para além desse, contará com a apresentação de vídeos acerca da temática em questão, tornando possível a interatividade com elementos áudio visuais, apresentando a cidade de Caxias em seus diferentes momentos: fundação, vivências populares, danças, suas memórias, crenças, superstições, transmissão dos saberes através da oralidade, tornado assim efetiva a visibilidade da história local e presente na educação desenvolvida com esses sujeitos.

**Palavras-chave:** Teatro de Bonecos. História Local. Ensino.

## Introdução

O Brasil se constitui como um dos países que apresenta uma pluralidade de cultura em sua história. Para (Assunção e Marques, 2009), a cultura no quesito de produção humana é formada por um universo simbólico. O teatro por sua vez, segundo Cartaxo (2001, p.69), é uma de ferramenta forte, o autor elenca que o mesmo é forte porque explica o mundo que está a sua volta através do divertimento, da análise e da crítica.

Sendo assim, a aprendizagem que acontece de diversas maneiras torna possível apreender e reconhecer os aspectos culturais de uma determinada sociedade, nessa perspectiva e corroborando com os autores citados, as produções artísticas possuem vários objetivos e o principal destas é a criação de significados nos indivíduos.

O teatro de bonecos é atualmente uma das ferramentas pedagógicas mais interessantes e ao mesmo tempo lúdica na abordagem de diferentes temas no contexto escolar, tais como: aquecimento global, religião, cidadania e até mesmo questões que apresentam polêmicas ao serem abordadas. O presente projeto tem

como perspectiva a abordagem da história local e cultural por meio dessa ferramenta pedagógica. Esta por sua vez auxiliará na disseminação do conhecimento acerca da história local e cultural dos cidadãos caxienses, história essa contada não somente por livros, mas também pela oralidade, memória, saberes populares e manifestações culturais.

Trabalhar com fantoches as memórias, os saberes populares, as manifestações culturais, de forma lúdica possibilitará abordar a cultura e tornar conhecido a história local composta por diferentes indivíduos e grupos sociais. Conhecer a história local, possibilita os indivíduos a construção e formação de suas identidades bem como o reconhecimento de si enquanto sujeito histórico.

O uso dessa ferramenta pedagógica torna possível a inserção de novas temáticas que se apresentam como relevantes e principais na discussão acerca de como melhorar a educação e na compreensão dos sujeitos nos diferentes contextos sociais.

## **Desenvolvimento**

O prazer na aprendizagem é um elemento fundamental no processo da construção do conhecimento e o teatro com sua característica artística, torna-se ferramenta pedagógica de enorme valia, além de ser uma linguagem interdisciplinar, que possibilita trabalhar diferentes temas para diferentes públicos (Santos e Chiapetti, 2001).

Para Souza, 2008, (p. 38), as dramatizações das narrativas de cunhos fantasiosos, podem afetar o imaginário infantil sensível, desenvolvendo habilidades, como aquisição de conhecimento, aproximação com outro oposto, respeito, valorização da experiência, além de se expressarem pelo meio artístico, elas acabam aprendendo, outras coisas importantes, para Assunção e Marques, 2009 (p.11), a cultura enquanto produção humana compõe um universo simbólico.

Os fatos sociais são simbólicos, desta forma a cultura é simbólica pois pode ser considerada como um conjunto de sistemas simbólicos, como por exemplo a linguagem, as regras matrimoniais, a arte, a ciência, a religião, entre outros. Assim, a explicação do símbolo pelo “real” é ilusória, sendo naquela interpretação da cultura que necessitamos instalar-nos, recusando toda e qualquer redução ao naturalismo. Por exemplo, o mito e o ritual não são para serem compreendidos em função do real, uma vez que consistem numa organização da experiência sensível no âmbito um sistema semântico. (Assunção e Marques, 2009)

O teatro é um dos principais meios para se levar um conhecimento popular utilizando-se da ludicidade, inserindo o prazer nessa aprendizagem que é algo tão essencial para o ensino. Há diversas conceituações para o teatro. A primeira delas, como o local em que se apresenta uma ou várias artes, é tido também como algo fenomenal que existe em diversos espaços, como no presente projeto, em que se pretende demonstrar o imaginário das pessoas, como também nos aspectos individuais e coletivos.

Agora adentrando de fato no teatro de fantoches, nesse tipo de apresentação teatral, os atores são bonecos, geralmente são feitos de retalhos de tecidos e de outros materiais. Esse tipo de teatro é o mais antigo, serviu também para realização da catequização dos povos aborígenes, ou seja, os jesuítas desde cedo perceberam a pedagogia nessa dramatização

O teatro de bonecos em si traz em suas apresentações temas do dia a dia. No teatro de bonecos popular o tema é o cotidiano do homem, suas lutas em seu meio social, suas ilustres e decepções pessoais (Amaral, 1993, p.165). Entretanto é importante atentar-se para o fato de que o fantoche não é somente ferramenta de cunho crítico político mais desenvolve ações pedagógicas, como a oralidade, sendo assim esse tipo de teatro trabalhará a história, local e cultural.

Nesse sentido, é válido considerar que a cultura não é um poder, algo ao qual podem ser atribuídos casualmente os acontecimentos sociais, os comportamentos, as

instituições ou os processos; ela é um contexto, algo de dentro eles podem ser descritos de forma intangível – isto é, descritos com densidade (GEERTZ, 1989,24). Assim percebe-se que os patrimônios materiais, imateriais são diversos, seja nas questões de práticas, representações, ou até mesmo no modo das pessoas se reunirem para celebrarem suas identidades, memórias, o que reforça assim seu caráter cultural.

A escola por sua vez, é um espaço propício para desenvolvê-lo na perspectiva da cultura popular. O teatro de bonecos é uma ferramenta pedagógica para abordar, desenvolver esses saberes, memórias, desenvolvendo o conhecimento e o sentimento de valorização e pertencimento. Portanto trabalhar a cultura popular na escola é um modo de vencer os enormes preconceitos existentes com relação à cultura e suas manifestações. É preciso entender que a identidade cultural, assim como as demais, consiste em algo que vai se construído ao longo do tempo com o acúmulo dos diferentes significados o que torna importantíssimo a abordagem dos conhecimentos da melhor maneira possível.

## **Material e Método**

Foram realizadas pesquisas nas bibliotecas, sendo utilizado e ainda em uso as seguintes fontes de pesquisa: livros e jornais. Após a coleta das fontes foi feita criação dos roteiros e produzido um questionário para compreender como a história local e cultural é desenvolvida nas escolas que o projeto abrange. Os fantoches serão de E.VA, que são confeccionados com seguintes matérias: E.V.A, TNT, cola quente, tesoura, linha de costura, e fita. O projeto contempla três escolas, durante o turno da tarde com os alunos do quinto ano do ensino fundamental menor.

Dentre as diversas atividades propostas no cronograma do projeto, a maioria delas já foram realizadas. Como por exemplo, leituras, reuniões com o corpo docente e discentes que integram a equipe do projeto; visitação aos arquivos bibliotecários da cidade e site da Benedito Leite; para assim a montagem dos roteiros; visita nas

escolas; formulação e aplicação do questionário; compra de materiais para a confecção dos bonecos; além da coleta de algumas imagens de Caxias referentes a temáticas; produção dos vídeos ou seja, projeto já se encontra com suas estruturas totalmente montadas, restando apenas a aplicação da peça, contação das histórias.

As atividades realizadas foram diversas. Dentre as primeiras atividades realizadas, foram feitas três reuniões com corpo docente, professor orientador e os professores colaboradores que compõe o projeto, sendo realizadas leituras e discussões teóricas acerca da temática, ou seja, a história local, cultural e teatro de fantoches. A segunda parte consistiu na visita aos arquivos bibliotecários.

A primeira visita se deu no Instituto Histórico e Geográfico de Caxias – IHGC, onde estive presente por cinco vezes, seguida da visita à Academia Caxiense de Letras, no qual foi colhido dados referente a temática do projeto, além destes, foram feitas visitas a Academia Sertaneja de Letras, Educação e Artes do Maranhão – ASLEAMA e Centro de Folclore de Caxias – CEFOL, na biblioteca do Centro de Estudos Superiores de Caxias/CESC–UEMA a última visita se deu no site da Biblioteca Benedito Leite.

Após a catalogação da pesquisa, foi produzido um questionário para se saber a respeito da aplicação do ensino de história local nas escolas, com questões referentes aos tipos de conteúdo possivelmente trabalhados como a história da balaiada, danças, comidas típicas e visita às escolas com intuito de apresentar o projeto. A parte seguinte foi a elaboração do roteiro, onde consta alguns aspectos populares de Caxias nos tempos de colônia, império e república, mostrando os aspectos culturais, religiosos, festivos.

A temática abordada gera em suma, grande preocupação acerca de como o ensino da história local e cultural de Caxias está sendo abordada e inserida entre esses indivíduos. Baseado nisso, formula-se uma série de perguntas, tais como: A história local está inserida na programação de conteúdos nas séries iniciais? Os

professores possuem alguma especialização em história local e cultural? Quais conteúdos são abordados e quais os procedimentos pedagógicos utilizados?

As perguntas suscitadas compõem o questionário que da base para compreensão e entendimento acerca do assunto, o que a partir das respostas dos docentes que fazem parte desse espaço poderemos inferir quais os pontos que devem ser trabalhados com maiores ênfases nas apresentações do teatro de fantoche, o mesmo (questionário) encontra-se em fase de análise. A parte seguinte tratou-se da confecção dos bonecos e produção dos vídeos.

### **Considerações Parciais**

No que concernem as considerações parciais desse relatório, se torna necessário enfatizarmos a importância que tem pensar a temática da História local a partir do teatro de bonecos, porque como já explicitado anteriormente, inaugura uma ferramenta pedagógica no ato de ensinar dos docentes e educandos, tornando a manifestação artística um aparato de grande relevância na vida desses indivíduos, possibilita assim com que desde cedo os alunos conheçam a cultura no qual estes se encontram inseridos.

Através do teatro de bonecos, será possível contar a história da fundação de Caxias, a independência e seus reflexos na sociedade, trabalhar também aspectos culturais, tais como: danças, culinária, as lendas que muito compõe o imaginário dos caxienses, os grandes poetas que contribuíram para uma identidade literária da cidade, as manifestações religiosas que se apresenta como plural no contexto social dos caxienses.

As problemáticas que se apresentam no desenvolvimento do projeto, foram múltiplas, são elas: dificuldades em encontrar imagens do passado que podem representar determinadas manifestações, outra problemática encontrada é acerca do tempo disponibilizado no cronograma da escola, para que sejam desenvolvidas as

atividades propostas, uma vez que as escolas possuem um calendário estipulado para o ano todo; atraso no início das aulas no município, contribuindo assim para o não desenvolvimento da produção teatral no primeiro semestre, sendo assim o projeto será totalmente desenvolvido no segundo semestre letivo. Levando em considerações tais problemáticas apontadas a equipe do projeto se mobilizou e continua a trabalhar para a resolução dos problemas.

## Referências

AMARAL, Ana M. *Teatro de formas animadas*. São Paulo, Editora: EDUSP, 1993. (Texto e Arte 2).

ASSUNÇÃO, S.; MARQUES, B. *Babel ou o Início Simbólico: Caminhos para uma Pedagogia do Sujeito*. Covilhã: LusoSofia, 2009.

CARTAXO, Carlos. *O Ensino das Artes Cênicas na Escola Fundamental e Média*. João Pessoa, UFPB.2001.

GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro, Editora: Guanabara Koogan.1989.

SANTOS, Rita de Cássia Evangelista dos; CHIAPETTI, Rita de Jaqueline Nogueira. *Uma investigação sobre o uso das diversas linguagens no Ensino de Geografia: uma interface teoria e prática*. *Revista Geográfica, Ensino & Pesquisa*. Santa Maria, RS, v.15, n.3, p.167-183, set/dez.2001.

SOUZA, Luís Fernando de. *Um palco para um conto de fadas: uma experiência teatral com crianças pequenas*. Porto Alegre, Editora: Mediação, 2008.

## EXPRESSOES HIP HOP E CULTURAS JUVENIS, NA CIDADE DE PICOS-PI (2004-2010)

**Rosyane da Silva Cortez**

Graduando em Licenciatura Plena em História – Universidade Federal do Piauí).

E-mail: rosyane1500@hotmail.com

**Resumo:** O presente artigo constitui-se em uma tentativa de aprofundar a discussão sobre a origem e desenvolvimento das expressões Hip Hop na Cidade de Picos-PI. Todavia, vamos buscar conhecer as várias nuances produzida pelo Movimento Hip Hop, que é constituído por quatro elementos culturais: o Rap (música), o Break (dança), o Grafite (artes plásticas) e o DJ (som). A música Rap e a dança Break, não são diferentes das outras vertentes, representam formas de expressões e manifestações juvenis, próprias de uma cultura desenvolvida por jovens da Cidade de Picos-PI. Tais configurações apresentam-se como possibilidades para aprofundamentos da reflexão sobre os conhecimentos produzidos pela e sobre a juventude, bem como as suas atuações no cotidiano dos bairros vistos como 'estigmatizado' pela a sociedade Picoense que desenvolve atividades relacionadas às expressões Hip Hop em vários bairros periféricos da cidade como no Parque de Exposição, Belo Norte, Morada do Sol, Paroquial, Canduru, São José. Fato que demonstrar a relação entre cidade e cultura hip hop e a sensibilidade desses jovens no decorrer desses anos de resistência contra a falta de incentivo do poder publico a cultura hip hop dando-nos a possibilidade de fazer uma reflexão critica acerca da relação entre os jovens subalternos e a sociedade picoem-se na contemporaneidade.

**Palavras-chave:** Hip Hop. Práticas Juvenis. Cultura. Construção de Identidades.

### Introdução

Picos, cidade do Centro Sul do Piauí, em 2017, possui uma população de 73.414 habitantes e deste total 1/3 constitui a população jovem<sup>32</sup>. Grande parte deles, em

---

<sup>32</sup> Dados do IBGE disponível: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/picos/panorama>

especial aqueles que habitam nos bairros vistos como 'suburbanos', vivem em condições de pobreza, sendo que na maioria destes bairros onde habitam há pouca existência de estruturas para se viver bem. Há diversos tipos de carências que, envolve a situação presente na vida dos jovens que moram nos bairros esquecidos de Picos-PI, como falta de trabalho, lugares para praticar esportes e saúde pública de qualidade. De todas essas carências, resultam graves problemas: conflitos familiares impedindo ou dificultando os diálogos em família, analfabetismo, altos índices de analfabetismo funcional, altos índices de violência e gravidez na adolescência.

Nesse contexto, contraditoriamente, segmentos das populações jovens e adultas, prosseguindo a experiência de luta pela redemocratização do nosso país, de modo enfático o segmento juvenil organiza e atuam em múltiplas agregações, quais sejam: a Pastoral da Juventude, o Movimento HIP HOP, grupo ADIMO, grupo de capoeira mestre Moises, dentre outros.

Todas essas diversidades são cheias de potencialidades organizadas, criativas e produtoras de ações solidárias configuradas em desenvolvimento sustentável, atividades artísticas (música, dança, grafite, artes plásticas, capoeira etc.) que resultam numa cidade que tenta demonstrar uma, certa presença de cultura juvenis, que expressam de diversas formas de construção de identidades jovens, em busca de reconhecimento e visibilidade social na busca de resolução dos problemas sócias que a sociedade enfrenta, tudo isso nos leva a refletir sobre as relações sociais em que essa sociedade estava inserida, como percebemos no tocante a fatores políticos, sentido de que, de acordo as entrevistas no que refere ao questionamento sobre o local em que os integrantes e a maioria das pessoas que tem uma proximidade maior as causas que circundam em bairros periféricos, portanto gostaríamos de ressaltar que essa ideia posta não ah sentido generalizante, mas como podemos ver desde quando se começa o hip hop em seus primórdios com as batalhas de dança e rimas, lá no Bronx, se constitui historicamente no gueto caracterizando um movimento com

a afirmação de uma Identidade negra, que falar de diversos temas envoltos na desigualdade social, buscando chamar atenção para dar voz aos “marginalizados”<sup>33</sup>

No entanto, diversidades cheias de potencialidades organizativas, criativas e produtoras de ações solidárias configuradas em desenvolvimento sustentável, atividades artísticas (música, dança, grafite, artes plásticas, capoeira etc.), que resultam num capital cultural traduzido em culturas juvenis que expressam diversas formas de construção de identidades jovens, em busca de reconhecimento, visibilidade social, bem como organizando “redes sociais” com uso de equipamentos e linguagens eletrônicas, exercitando lutas em prol da Cidadania e de respeito aos Direitos Humanos (DELORS, 2012).

O Movimento Hip Hop é um exemplo nítido de manifestação e cultura juvenil. Através dos estilos, das danças e músicas e, também, do grafite, os jovens se constituem em protagonistas de suas realidades e buscam difundir a sua cultura preñe de denúncias, protestos e demonstração de uma juventude submetida a vivências periféricas em condições vulneráveis.

Entretanto, tais experiências se constituem, também, em fonte de socialização e saberes juvenis, caracterizados pelo estilo, territorialização e “marcas” específicas que definem as identidades juvenis, criação de letras, danças e desenhos inusitados refletindo o cotidiano dos espaços onde habitam, fabricam cartazes e folders, divulgando os eventos por eles organizados e a execução de projetos que visam maior integração comunitária. Tudo isso requer planejamento, sistematização e tempo específico, porque, como ações educativas formam mentes e corpos que se movimentam ao construírem sua própria existência, pois na cidade de picos já foi realizado dez encontros de hip hop segundo disse o próprio sócio fundador do movimento m2hp resistência e luta, o movimento que durante muito tempo manteve

---

<sup>33</sup> Indivíduos ou grupo de pessoas que são estigmatizados pela sociedade em que vivem, ou seja, que são rotulados ou estereotipados por características com sentido pejorativo, vistos como vagabundos, maloqueiros e etc.

suas atividades em movimento em picos tanto em projetos sociais como na correrias para trazer uma nova forma de viver e ver a cidade.

No entanto a cidade, sensibilidade e dinâmica, o resultado da construção cultural e social dos seres humanos ali residentes. Para Pesavento a cidade é também: sociabilidade: ela comporta atores, relações sociais, personagens, grupos, classes, práticas de interação e de oposição, ritos e festas, comportamentos e hábitos... A cidade é concentração populacional... Cidade lugar do homem; cidade, obra coletiva que é impensável no individual; cidade moradia de muitos, a compor um tecido sempre renovado de relações sociais. (PESAVENTO, 2007:14)

Numa busca fomentada pelo desejo de compreender as expressões juvenis picoense do momento presente, fomos de encontro a movimento de hip hop de Picos tratado como objeto de análise dessa pesquisa, para tentar compreender as formas pela qual a cidade é representada nas múltiplas concepções do viver urbano, dentro de espaço, através dos discursos construídos e disseminados pelas práticas cotidianas na atuação do movimento m2hp em seu meio social, portanto busco no decorrer do trabalho analisar também a trajetória dos membros e dos que não fazem parte do grupo de maneira específica para tentar englobar alguns processos que não cabem numa abordagem grupal.

Permitindo nos estar em contato com essas experiências juvenis na cidade de picos na contemporaneidade expressas e materializadas por meio da arte, entre os quatro elementos que compõem o hip hop, sendo essas o grafite, o break, o rap e o som (Dj) já distinguidos no início do artigo.

Porem diante de uma observação intensa, denotamos a relevância de ir além desse conjunto de atividades, tendeu se a alargar essa abordagem considerando a expressão também transmitida pelo modo de vestir, de falar, a postura diante dos acontecimentos que circunscrevem a vida desses sujeitos, enfatizando o caráter do movimento em ir esboçando os sentidos sociais, culturais e políticos, responsáveis pelo desenvolvimento de sua performance, no tempo.

Sobre as práticas juvenis selecionadas, o presente estudo busca a consecução dos seguintes objetivos: a) apresentar o movimento Hip Hop da cidade de Picos-PI, Historicizando, os seus principais acontecimentos e ações junto com a sociedade ao longo dos anos b) analisar e apresenta parte das produções do grupo, destacando seus saberes, destinatários e principais mensagens, que são fontes de protestos, denúncias e expressão de desejos, potencialidades e práticas, utilizando fonte oral, revistas, letras de música, folders, reportagens na mídia nos meios de informações de redes, imagens que relatam a participação do grupo na atuação da constituição de identidades, e na interação social do movimento Hip Hop com a sociedade em Picos-PI, Dados do IBGE (Instituto Brasileiro Geográfico e Estatísticas) com os dados da cidade de acordo o recorte temporal da pesquisa utilização de autores que nos mostra nências de pensar a cidade como Sandra Pesavento, Raquel Rolnik, Michel Certeau, Mariana Floracir e Michel Foucault.

### **Formação do Movimento Hip Hop em Picos**

O movimento Hip Hop em contexto mundial surgiu no final da década de 1960 como um movimento de protesto de jovens negros e hispano-americanos dos guetos pobres do Bronx, nos arredores de Nova Iorque - EUA. Por meio de manifestações artísticas, o movimento representou uma saída para expressão e identificação de uma juventude que vivenciava situações de exclusão econômica, educacional e racial. É composto de quatro elementos: o rap (música), o break (dança), o grafite (artes plásticas) e o DJ (som). No Brasil, esse movimento chegou ao início da década de 1980 em São Paulo, por intermédio dos dançarinos de break, sendo posteriormente divulgado nos bailes e nas lojas específicas de música negra. As ruas e as praças dos grandes centros urbanos tornaram-se espaços para a socialização dessa manifestação cultural juvenil. Em Fortaleza por volta 1983-84 de acordo afirma os estudos sobre os hip hoppers, moradores dos guetos em fortaleza,

CE. Produzido pelo o historiador e professor da UECE, (Universidade Estadual Do Ceara), Francisco Jose Gomes Damasceno<sup>34</sup>.

O surgimento do Hip Hop em Picos começou a fluir nos anos 1994, quando a pessoa do Nonato Matos dançava e começou a ensinar outros caras a dançar também como dito pelo entrevistado 1 (Ted Rap), não como algo que surgiu do dia para noite, mas que a partir desses primeiros momentos em que foi notificado as expressões hoppers na cidade. Mas, foi se ganhando corporeidade à medida que outros jovens foi identificando com hip hop e foi aderindo aos ideais e atividades artístico cultural, no ano 2006 de forma organizada de acordo com o sentido que é atribuído às normas codificadas socialmente nas contingências contemporâneas, levados pelos mares dos afetos e demarcados pelos sinais que indicam o caminho que os levam através das correntezas do devir encontram-se meios, encontram-se pelos meios de acesso, pelas praças, calçadas, muros, peles, olhares, passos, pé formas, traços e estilos, redes pois são muitos os meios e se transmutam sempre em mais. No entanto, compreendemos que as expressões Hip Hop da cidade de Picos-PI desenvolvido em alguns bairros é como um imã que atrair a juventude para desenvolver e ou apreciar as diversas atividades que o movimento proporciona aos seus praticantes e público que as acompanha.

Suas conexões se estabelecem de acordo com o contexto possibilitam, porem são múltiplos mundos em cada um de voz, de vozes que reivindicam união e consciência, o direito de exercer suas pautas e não ser colocado à margem, alado na história, mas que resiste e condensa suas forças na medida em que constrói seus espaços de comunicação ganhando vida e visibilidade dentro de um meio social localizado na cidade de Picos no estado do Piauí, no Brasil, caracterizando se pelo o símbolo de luta e resistência de acordo vemos no slogan do movimento hip hop de picos.

---

<sup>34</sup> DAMASCENO, Francisco J. G. Memória de jovens – hip hoppers e punks em fortaleza ou um caminho construído e registrado no cotidiano.

Todavia, é importante ressaltar que o imaginário coletivo não se revela apenas no grafite, na poesia, na música e na dança. Revela-se também no cotidiano dos bairros tidos como periféricos da cidade de Picos. Vivem dificuldades de toda ordem e as contornam com 'astúcias' e 'táticas'. Um dos entrevistados nos pergunta: como não viver com astúcias no meio do caos que rodeiam os nossos cotidianos? Realmente, não podem. Aliás, Michel de Certeau, no seu livro, *A Invenção do Cotidiano*, revela que pessoas se utilizam desse expediente, alterando objetos, códigos e procedimentos, cada um com seu jeito próprio. Seguem caminhos tortuosos, usam de rodeios, de subterfúgios e manobras no intuito de driblar as normas gerais. Cortam, burlam e transmutam, o que significa que esses indivíduos não são absolutamente obedientes e passivas, As astúcias e as táticas são além da dança, da música e do grafite, são o sentimento busca incessante de liberdade de expressão e de viver que fazem a vida desses jovens ter sentido.

Dentro de uma relação de poder na qual a sociedade estar inserida, sendo consolidado num regime de verdade que estar relacionado com o saber e o poder como nos mostra os estudos de Michel Foucault, durante toda sua produção intelectual e principalmente em suas primeiras obras como a história da loucura, vigiar e punir e a ordem do discurso, colocando discurso como instrumento ideológico, no entanto na reflexão levantadas nos pressupostos de Foucault se torna muito relevante compreender modo que a classe que contem predominância de poder historicamente constituído que legitima pelo saber utilizando como instrumento o discurso como forma de validar ou marginalizar certos comportamentos, além de outros meios como o padrão de comportamento imposto pelas instituições, inclusive diante do rigor científico em vigor na sociedade moderna, em que o ser humano se encontra nesse jogo de poder, portanto como vimos no parágrafo anterior como Michel de Certeau descreve as táticas como forma de subverter as normas imposta pelas instituições através das estratégias, no entanto forma se desdobra de forma sucinta e individual no cotidiano.

### **Interações do movimento M2HP, na cidade de picos-PI.**

De acordo podemos observar nos folders disponibilizados numa rede de sites, informando os encontros, palestras, apresentações e eventos em que o grupo ou alguns membros estão presentes, buscamos observar os locais onde são encontrados os desenhos espalhados pelos muros da cidade utilizando dos registros de imagens mostrando as mensagens transmitidas pelas as formas e cores que vai dando vida e visibilidade uma série de questões que envolvem o problema da desigualdade social vigente no Brasil, portanto vimos nos sites uma série de apresentações em vários espaços como os encontros organizados pelo o grupo que nesse ano de 2018 vai acontecer a sétima edição no qual a maioria dos folders encontrados apresentam programação similares como batalha de b-boy e show de Rap na Praça Dirceu Arcoverde popularmente conhecida como Praça do PCC, (junco) em Picos PI e grafite na Praça Felix Pacheco, centro de Picos PI,



Imagem 1: Grafite na praça do PCC Imagem 2: Grafite no muro da UFPI

Como também podemos observar as inter-relações entre os sujeitos dos grupos culturais que se identifica na luta contra a desigualdade social e diante dessa revolta por causa de um conjunto preconceitos sofridos por os jovens negros pobres, moradores das periferias que se conhecem através dos diversos projetos sociais existentes ou através daqueles que já existiram na cidade marcando assim esse

caráter de sociabilidade que os lugares e as ações comunitárias que caracteriza uma das pautas centrais levantadas pelo o movimento hip hop como no ano de 2014.

No entanto, podemos confirmar essa constante luta travado pelo movimento em busca de incentivar os jovens a seguir o caminho dos estudos, a buscar exercer sua cidadania e despertar a consciência sobre os problemas sociais que enfrentamos problemas esses que foram socialmente construídos ao longo do tempo, mostrando que existem saídas para essa marginalização que o povo pobre é rotulado de maneira generalizante, saídas através da arte, da educação, da união na buscar de uma igualdade de classe, de raça, de gênero, enfim todas as causas minoritárias, pois o movimento tem esse papel de transformação social.

Dai notamos que o grupo tem certo respaldo social dentro da cidade, ou ate em outras cidades próximas que como no caso de Itainópolis que um hopper, itainopolense que mantem inter-relações com o grupo, portador do nome Pedro Paulo popularmente conhecido em Itainópolis, como Pedrinho do hip hop, em muitos momentos pude perceber a interação desse membro, na cidade vizinha, aonde muitos dos jovens e adolescentes naquele lugar pode ter o primeiro contato com a cultura hip hop, inclusive muitos daqueles tiveram a oportunidade de aprenderem a dançar break, pois, este membro faz parte desse elemento, isso aconteceu por volta de 2012.

Ano em que as expressões da cultura hip hop estava num momento marcante naquela cidade, em por muitas vezes de deparei nas noites, depois das aulas na escola (Alayde Rodrigues), em que eu estudava no ano de 2012, tanto que ouve nesse ano o primeiro encontro de hip hop de Itainópolis – PI, podendo ser confirmado a magnitude do movimento em luta por suas diversas formas e meios de expressão, que vai ampliando suas atuações e ganhando visibilidade social para além da cidade Picoense.

## **Considerações Finais.**

As práticas culturais juvenis são espaços de construção de saberes e socialização dentro de uma cidade. São manifestações que contribuem para o enfrentamento da violência no contexto das comunidades onde vivem seus integrantes para a construção de identidades juvenis positivas, tanto individuais quanto coletivas. Os jovens vêem essas práticas como uma alternativa de lazer, um espaço de reivindicações contra situações de exclusão/injustiça social e de construção de amizades e cumplicidade em seus projetos.

É através da música e da dança, principais produtos culturais consumidos pelos jovens, que estes atores adquirem autonomia e se tornam protagonistas de suas histórias. Assim, as juventudes pobres e marginalizadas traçam práticas de resistências, para denunciar e protestar as situações de exclusão e injustiça social, a que são submetidos. Por meio da dança os jovens ganham espaço, visibilidade e tecem experiências, que somadas ao contexto e as especificidades de cada um, constroem suas múltiplas identidades. Compreender e reconhecer estas atuações como é o caso do movimento Hip Hop de Picos-PI, é entender como construtoras de saberes é deixar-se contaminar por outra cultura, outra ideologia e novos costumes. Valorizar a diversidade cultural significa saber conviver com as diferenças, significa entendermos que não existe raça, crença, costumes, ideologias, saberes, inferiores ou superiores. Significa construirmos um mundo mais igualitário e justo, onde cada contexto possui sua importância e papel.

## **Referências**

DELORS, Jacques. *Educação: um tesouro a descobrir*. Trad. José Carlos Eufrázio<sup>7</sup> ed. São Paulo: Cortez; Brasília – DF, 2012.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades visíveis, Cidades sensíveis, Cidades imaginárias. *Rev. Bras. Hist.*, São Paulo, v. 27, n. 53 de Junho de 2007.

CERTEAU, Michel de. Caminhadas pela cidade. In: *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

# JÔNATAS BATISTA E SUA MISSÃO CULTURAL

**Ronyere Ferreira**

Doutorando em História na Universidade Federal do Piauí

**Resumo:** Esse trabalho apresenta a trajetória de Jônatas Batista como um intelectual comprometido com o desenvolvimento social e cultural de Teresina. A partir de fontes hemerográficas, destacamos sua militância no teatro, na literatura e seu ressentimento em relação aos conterrâneos.

**Palavras-chave:** Jônatas Batista. Teresina. Primeiras décadas do século XX.

De escrita simples e espontânea, Jônatas Batista recorria à pena movido pelo amor a literatura e pelo anseio de interferir em seu tempo e em seu espaço, negando-se ao comodismo e dedicando-se às letras de tal forma que se tornou o primeiro grande vulto da dramaturgia piauiense, sem prejuízos aos demais gêneros literários.

Jônatas nasceu no povoado Natal, atualmente Monsenhor Gil, em 18 de abril de 1885, sendo o primogênito do matrimônio firmado entre o professor de primeiras letras e tenente-coronel João José Batista e Rosa de Jericó Caldas. Sua mãe era filha de David Caldas, político e jornalista ativo e militante no Piauí durante o segundo reinado, atuação esta que em muito influenciou a trajetória intelectual do neto.

Ainda jovem, mudou-se com a família para Teresina, onde estudou em escolas particulares e posteriormente no Liceu Piauiense, instituição que foi fundamental para sua inserção futura no mundo das letras. No Liceu, Jônatas entrou em contato com docentes que concomitantemente eram intelectuais consagrados no meio literário, além de inserir-se em círculos de amizades que juntos formariam uma geração de escritores influente e criativa.

Contudo, com a morte de seu pai, em 1903, teve que pôr fins aos estudos, voltando-se desde os dezoito anos para o trabalho, com o intuito de prover a família que era composta por sua mãe e nove irmãos, entre eles Zito Batista, que se tornou um intelectual respeitado em Teresina, mudando-se em 1913 para o Rio de Janeiro, onde ocupou cargos públicos sem expressividade e se impôs em meio às rodas intelectuais da capital republicana.

Em Teresina, Jônatas ocupou cargos públicos de pouca notabilidade e de ordenados tímidos, acarretando-lhe incontáveis problemas financeiros ao longo de sua estadia. Na cidade ocupou o cargo de Oficial do Registro Civil e em 1905 já era escrivão da Mesa de Rendas de Teresina, emprego que perdurou pelo menos até 1920. Ainda no início de sua carreira administrativa no Piauí, buscou maior estabilidade social por meio de concurso público prestado em 1906 na Delegacia Fiscal do Piauí para o “preenchimento dos lugares de fazenda, de primeira entrância”, classificando-se em segundo lugar, segundo consta no Diário Oficial da União (SR DELEGADO fiscal do Piauí, 9 nov. 1906, p. 6011). Deste concurso é possível que tenha sido chamado em meados da década de 1920 (QUEIROZ, 2006, p. 97).

Passados os primeiros apertos da vida prática e anos iniciais como provedor familiar, casou-se com Durcila Cunha, oriunda de família tradicional de intelectuais, detentora de dotes artísticos e frequentadora das sociabilidades elegantes em Teresina. Do matrimônio, logo nasceu sua primogênita, Dilnah Batista, como informou o jornal *O Apóstolo* ao enviar felicitações em 24 de novembro de 1907 (O

LAR do nosso distinto amigo [...], 24 nov. 1907, p. 3), e mais sete filhos: João Higino, Jônatas Batista Filho, Dusa Eleonora, Jofre, Jufiente, João Virgílio e Maria Rosa.

Durcila era filha de Higino Cunha, bacharel em direito, literato de renome e um dos republicanos históricos que ao lado de Clodoaldo Freitas formava a dupla de mestres admirados por Jônatas Batista e sua geração durante os anos iniciais do século XX. Jônatas Batista e Higino Cunha mantiveram-se próximos durante décadas, frequentando os mesmos ambientes e firmando diversas parcerias em iniciativas intelectuais.

A proximidade familiar e literária com Higino Cunha de certo auxiliou na inserção de Jônatas Batista no meio cultural teresinense, iniciada ainda nos primeiros anos do século XX, quando divulgava poemas em pequenos jornais pelo menos desde 1905. Um ano depois lançava seu primeiro livro de poemas, *Sincelos*, obra que alimentou durante meses a sede por polêmica da crítica e público piauienses. Seus versos voltariam ao prelo em 1934, quando residia em São Paulo, para comporem *Alma sem rumo*, livro que foi recebido com simpatia e como prova de sua maturidade enquanto poeta. Em um jornal carioca lê-se:

O Sr. Jônatas Batista – abençoado seja pela coragem – tem sonetos soberbos em *Alma sem rumo*... Fazer sonetos hoje em dia – dizem os que querem ser *poetas* – é sintoma inequívoco de passadismo; fazê-los, porém – dirá o poeta de *Alma sem Rumo* – é para quem pode e quem sabe. E nós, daqui, batendo palmas [...] não nos furtamos ao prazer de declarar que os seus versos magníficos hão de ficar, como ficaram os de Zito Batista, seu irmão pelo sangue e pelo espírito. (LIVROS Novos, 23 fev. 1935, p. 17)

Durante sua trajetória social em Teresina teve intensa participação na imprensa, redigindo alguns jornais, entre eles: *O Operário*, voltado principalmente para as classes trabalhadoras; *Alvorada*, revista literária; *O Escrínio* e *Chapada do Corisco*, voltados para o público feminino; e *O Nordeste*, jornal literário e noticioso. Ainda colaborou com diversos gêneros literários em periódicos da capital, interior e de outros estados: *Borboleta*, *Diário do Piauí*, *Cidade de Teresina*, *Correio do Piauí*, *O*

*Apóstolo, Alto Longá, O Monitor, O Artista, O Arrebol, Cidade Verde, Litericultura, Revista da Academia Piauiense de Letras, Belém Nova (PA), Vida Doméstica (PA), O Jornal (MA), Folha do Acre (AC) e A Reforma (AC).*

Sua vigorosa produção literária, associada à tradição familiar e desenvoltura na construção de laços sociais com intelectuais do período, contribuiu para que compusesse o grupo fundador da Academia Piauiense de Letras em 1917, juntamente com literatos consagrados e amigos de sua geração originada do Liceu: Higino Cunha, Clodoaldo Freitas, Lucídio Freitas, Edson Cunha, Antônio Chaves, Baurélio Mangabeira, Celso Pinheiro, Fenelon Castelo Branco e João Pinheiro. Na instituição, ocupou a cadeira de número 7, cujo patrono é seu avô, David Caldas; foi segundo secretário, proferiu palestras e publicou diversos escritos em sua revista, mesmo quando residia fora do Piauí.

Paralelamente à grande atuação na imprensa, participou ativamente da vida teatral teresinense, estreia que se deu em 1905 com a peça *Os dois renegados*. Desde então teria sido o amador de maior expressão das primeiras décadas do século XX (TITO FILHO, 1975, p. 130), integrando companhias dramáticas e escrevendo diversas peças, entre elas o drama histórico *Jovita ou a heroína de 1865*, a comédia *Astúcia de Mulher*, as revistas de costumes *Teresina de Improviso, O Bicho, Frutos e Frutas, Cidade Feliz* e *Coronel Pagante*, e as operetas *Mariazinha* e *Alegria de Viver*. Sobre sua produção como dramaturgo, Higino Cunha destacou que entre os literatos voltados para o gênero, somente Jônatas seria merecedor de alusão:

Além de algumas tentativas malogradas de Licurgo de Paiva e de um drama religioso sobre *O Natal* do Dr. Luiz Correia, somente as obras de Jônatas Batista merecem figurar nesta resenha histórica. O seu drama *Jovita, ou a heroína de 1865*, as suas revistas de costumes, principalmente *O Bicho*, os seus monólogos e canções, tão aplaudidos pelo nosso público, já tiveram repercussão lá fora, onde não contamos nenhum teatrólogo, e lhe facilitaram ingresso na Sociedade Brasileira de Autores Teatrais, da qual é sócio, o único piauiense que mereceu tamanha honra, até hoje. (CUNHA, 1922, p. 4)

Desde quando debutou no meio cultural teresinense, demonstrou intenso ativismo e inúmeras iniciativas, exerceu todas as funções possíveis no teatro, foi um dos fundadores do efêmero Externato David Caldas, presidente de um clube de cunho militar, organizou festas para crianças pobres, proferiu palestras e denunciou várias vezes o pessimismo com que suas ações eram recebidas. Jônatas mostrou-se desiludido com seu meio, com os seus, com o que acreditava ser insensibilidade em relação ao seu trabalho, achando-se desvalorizado por diversas vezes. Segundo Teresinha Queiroz, “Seu permanente exílio emocional anda ao passo de uma infatigável luta por fazer as coisas culturais acontecerem em Teresina, cidade que ele amava com o mesmo ardor com que nela se aborrecia, se entediava e se irritava”. (QUEIROZ, 2006, p. 97)

Depois de décadas duelando contra o meio, mudou-se para o Pará, possivelmente após ser chamado para ocupar uma vaga do concurso realizado em 1906. Ao ir embora, abandonou o “exílio emocional” em que vivia, fruto de diversos insucessos, partindo a um exílio geográfico, povoado por recordações e mágoas, como nos permite perceber seu poema “Minha Terra”, publicado em 1927 na *Revista da Academia Piauiense de Letras*. Neste poema, destaca que apesar da saudade, não desejava rever Teresina, demonstrando por meio dos versos a convicção de não ter sido devidamente reconhecido:

[...] Quero viver de ti sempre afastado,  
Vivendo a minha vida de exilado,  
Modesto e pobre, sem valor nem brilho

Que estranhos gozem o teu melhor carinho...  
- Vivo, de longe, a meditar, sozinho,  
Na ventura sem par de ser teu filho. (BATISTA, 1928, p. 97)

Com assinatura datada de 11 de agosto de 1927, quando se encontrava na cidade de Altamira, os versos revelam sua sensação de expatriação por estar distante de sua terra, assim como ressentimentos em relação aos teresinenses, que eram

acusados de acolherem afetosamente estrangeiros sem vínculos e obras pelo desenvolvimento da cidade, ao passo que não reconheciam devidamente os seus.

No Pará, foi Promotor Público, Secretário da Intendência e Advogado-rábula em Altamira (QUEIROZ, 2006, p. 97). Em 1930 já se encontrava instalado em Belém e ocupando a vaga de terceiro escrivão da Delegacia Fiscal (DECRETOS Assinados, 6 mar. 1930, p. 2). Jônatas voltou a prestar concurso em 1932, sendo aprovado em primeiro lugar, segundo nos informa o jornal carioca *Correio da Manhã*:

O Diretor geral do Tesouro resolve aprovar o concurso para o provimento de lugares de 2º entrância realizado na Delegacia Fiscal do Pará, sendo mantida a seguinte classificação, feita pela mesa examinadora: 1º lugar, Jônatas Batista; 2º lugar, Raimundo Bertholdo da Silva; 3º lugar, Newton Vieira de Melo [...] (CONCURSO de 2º entrância na Fazenda, 27 ago. 1932, p. 5; MINISTÉRIO da Fazenda, 27 ago. 1932, p. 5).

Após rápida carreira administrativa no Pará, transferiu-se para São Paulo, onde foi acolhido pelos intelectuais, fez amizades e abandonou o que chamava de indiferença política, disputando uma vaga para Deputado Estadual nas eleições de 1934, com candidatura avulsa, sem coligação partidária, angariando no único pleito que concorreu por volta de 2.900 votos.<sup>35</sup>

Em São Paulo, Jônatas Batista parece ter encontrado sua direção pessoal, sua paz de espírito, publicou o livro de poemas *Alma sem rumo*, com influência existencialista, continuou escrevendo e colaborando em diversos periódicos. Na *Revista da Semana*, do Rio de Janeiro, publicou o conto “Santo Antônio foi buscar chuva”, retratando as dores de Antônio Basílio, flagelado da seca no Nordeste, que mesmo diante de extrema privação, resolve ficar com sua esposa e seu filho pequeno, até que reconhece a condenação familiar:

---

<sup>35</sup> Sobre a candidatura de Jônatas, conferir: BOLETIM Federal, 11 out. 1934, p. 13; COLIGAÇÃO dos independentes, 18 nov. 1934, p. 26; COLIGAÇÃO dos Independentes, 7 dez. 1934, p. 21; QUADRO geral das apurações do pleito de 14 de outubro, 25 out. 1934, p. 2.

Antônio Basílio compreendia agora o seu grande erro, não acompanhando os outros, tanto que o compadre Zé Miguel o chamara, insistindo para que se fossem, por esse mundão, para qualquer parte em que a terra não fosse tão ingrata... Não se luta, assim, impunemente, contra os desígnios de Deus. (BATISTA, 1934, p. 33)

Antônio Basílio buscara na fé as forças para ficar, contudo, presencia a morte de seu cavalo, o fim da beleza da esposa e o definhamento do filho, que ao ver agonizar pelas últimas vezes faz com que se volte ajoelhado para Santo Antônio, clamando pela vida de seu descendente, inutilmente. Revolta-se perante a falta de amparo divino, amarra a imagem do santo em um foguete e manda-o para longe, para buscar chuva.

Esse conto de Jônatas pode ser lido como retrato de sua desilusão com a vida material e com as crenças católicas. Neste momento, já se considerava um homem redimido, “voltando-se para a admiração e quiçá aceitação das verdades do espiritismo, como foi possível perceber nos originais de seu manuscrito inédito *Maria*” (QUEIROZ, 2006, p. 97). A manifestação de outros rumos espirituais por meio de Antônio Basílio fez-se poucos meses antes de sua morte, que ocorreu em 15 de abril de 1935.

Por meio de notícia detalhada do *Jornal do Brasil*, do Rio de Janeiro, nota-se que na capital paulista o intelectual encontrara reconhecimento intelectual, amigos, admiradores e estabilidade social:

[...] Faleceu ontem, na capital paulista [...] o escritor e poeta Jônatas Batista, alto funcionário, ali, da Recebedoria de Rendas Federal. O Extinto, que contava 50 anos, descendia de tradicional família de intelectuais do Norte do país, tendo exercido o jornalismo profissional por muitos anos. Como em São Paulo, como nesta capital, contava largos círculos de amigos e admiradores, motivo por que a notícia do seu falecimento causou geral consternação, principalmente nos meios intelectuais. (FALECIMENTOS, 16 abr. 1935, p. 12.)

Ao noticiar a morte, a revista feminina *Vida Doméstica* (PA) publicou o que noticiava ser o último soneto de Jônatas, escrito poucos dias antes de falecer, lembrando o cansaço dos quase cinquenta anos e já saldando a calmaria da velhice:

Velhos, ó meus irmãos, eis-me chegado  
Ao vosso solitário acampamento...  
Venho de longe, um tanto fatigado,  
E peço e imploro o vosso acolhimento.

Agrada-me ficar ao vosso lado,  
Na paz e quietação desse convento,  
Onde se evocam sonhos do passado,  
Nesse doce e feliz recolhimento... [...] (BATISTA, 1935)

Com sua extinção em São Paulo, ocorrida em sua residência, localizada na Rua Pelotas, número 36, passou a habitar a memória de seus compatriotas, povoando uma seleta lista de intelectuais piauienses falecidos, fecundos na produção literária. Em Teresina, ficou a lembrança de um homem alegre e de muitos planos (GAUTHIER, 25 maio 1918, p. 25), a preferência pelos pobres em seus escritos e seu aborrecimento pelo avançar capenga do cotidiano em que vivia. (PAC, abr. 1917, p. 2.)

Por meio de texto de Celso Pinheiro, publicado em 1943, chega-nos, possivelmente, um dos relatos mais autênticos de como Jônatas Batista residiu na memória dos que com ele conviveram. Ao traçar paralelo em relação à Zito Batista, Celso Pinheiro retrata-o como um homem inconstante, triunfador e inquieto:

Acontece, porém, que Zito é tímido, modesto, desconfiado. Jônatas, ao invés, ousado, comunicativo e bulhento. Zito é a sinceridade e a justiça. Jônatas, a volubilidade e a inquietude. Gosta de festas e de farras, busca os dias alegres, cheios de sol. Zito não seria capaz de vencer na vida. Jônatas é um triunfador que ama as dificuldades. A figura de Zito enternece, a de Jônatas fascina... (PINHEIRO, dez. 1943, p. 160)

Jônatas Batista passou pela vida sendo capaz de ser amado pelos intelectuais e de confundir-se em meio ao povo. Atualmente ocupa tímido lugar na memória dos teresinenses, emprestando seu nome a uma rua que, na correria do século XXI e por não interligar regiões, é pouco notada. Porém, findando sua existência, deixou espalhada em jornais de vários estados uma vasta produção escrita e rastros de sua trajetória cultural dinâmica.

### Referências

BATISTA, Jônatas. Aos velhos. *Vida Doméstica*, Belém, n. 206, maio 1935.

BATISTA, Jônatas. Minha Terra. *Revista da Academia Piauiense de Letras*, Teresina, ano 11, n. 13, 1928, p. 74.

BATISTA, Jônatas. Santo Antônio foi buscar chuva. *Revista da Semana*, Rio de Janeiro, ano 35, n. 51, 1 dez. 1934, p. 33.

BOLETIM Federal. *Diário Oficial do Estado de São Paulo*. São Paulo, ano 44, n. 223, 11 out. 1934, p. 13;

COLIGAÇÃO dos independentes. *Diário Oficial do Estado de São Paulo*. São Paulo, ano 44, n. 252, 18 nov. 1934, p. 26.

COLIGAÇÃO dos Independentes. *Diário Oficial do Estado de São Paulo*. São Paulo, ano 44, n. 267, 7 dez. 1934, p. 21.

CONCURSO de 2º entrância na Fazenda. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, ano 32, n. 11.570, 27 ago. 1932, p. 5.

CUNHA, Higino. *O teatro em Teresina*. Teresina: Tipografia do Correio do Piauí, 1922.

DECRETOS Assinados. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, ano 55, n. 54, 6 mar. 1930, p. 2.

FALECIMENTOS. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ano 45, n. 90. 16 abr. 1935, p. 12.

GAUTHIER, J. Croquis literários. *Chapada do Corisco*, Teresina, ano 1, n. 2, 25 maio 1918, p. 25.

LIVROS Novos. *Revista da Semana*, Rio de Janeiro, ano 36, n. 11, 23 fev. 1935, p. 17.

MINISTÉRIO da Fazenda. *O Jornal*, Rio de Janeiro, ano 14, n. 4.239, 27 ago. 1932, p. 5.

O LAR do nosso distinto amigo [...]. *O Apóstolo*, Teresina, ano 1, n. 28, 24 nov. 1907, p. 3.

PAC. Confidências. *Alto Longá*, Alto Longá, ano 1, n. 1. abr. 1917, p. 2.

PINHEIRO, Celso. Zito Batista. *Revista da Academia Piauiense de Letras*, Teresina, ano 26, n. 20, dez. 1943, p. 160.

QUADRO geral das apurações do pleito de 14 de outubro. *Correio Paulistano*. São Paulo, ano 81, n. 24.134, 25 out. 1934, p. 2.

QUEIROZ, Teresinha. Jônatas Batista e a paixão pelo teatro. In: \_\_\_\_\_. Do singular ao plural. Recife: Edições Bagaços, 2006.

SR DELEGADO fiscal do Piauí. *Diário Oficial dos Estados Unidos do Brasil*, Rio de Janeiro, ano 45, n. 259, 9 nov. 1906, p. 6011.

TITO FILHO, A. *Praça Aquidabã, sem número*. Rio de Janeiro: Artanova, 1975. p. 130.

## UMA FOTO (GRAFIA) DO PATRIMÔNIO EDIFICADO DE ALTOS-PI

**Ivan Francisco Viana de Lima**

Graduado em História pela Universidade Estadual do Piauí e Especialista em Patrimônio Cultural -UESPI

**Resumo:** As transformações pelas quais o patrimônio edificado da cidade Altos-PI passa, diz muito sobre como a sociedade se relaciona com sua história e preserva sua memória. A arquitetura das edificações da cidade de Altos PI sofre constantes transformações e muda sua paisagem. As imagens acabam sendo a única forma de preservação de um passado não mais presente em barro e taipa, mas apenas revelado nas imagens capturadas por máquinas fotográficas e câmeras de celulares. O presente trabalho analisa as transformações no patrimônio edificado da cidade de Altos-PI tentando compreender as razões pelas quais os edifícios estão sendo destruídos e ou modificados.



Figura 01: casa do Chiquinho Cazuzá  
Fonte: Ivan Viana

A Casa pertenceu ao poeta, pesquisador e historiador altoense, Chiquinho Cazusa. Localizada no centro da cidade, a casa mantinha uma fachada eclética com características da arquitetura de vários povos e estilos variados. Esses detalhes mostram a influência de outras culturas na arquitetura das casas altoense.



Figura 02: demolição da casa de Chiquinho Cazusa  
Fonte: Rubens

A beleza e o que a casa representa para a história e memória da cidade não foi suficiente para a preservação desse patrimônio. O impulso da modernização e da especulação imobiliária acabou vencendo a luta pela preservação do patrimônio edificado e deu lugar a um ponto comercial.



Figura 03: Casarão do Chico Rosa  
Fonte: Ivan Viana

O casarão remota a década de 1960, quando passou por uma de suas primeiras reformas. Inicialmente construído com adobe (barro cru), matéria –prima muito

utilizada nas construções altoenses da primeira metade e boa parte da segunda metade do século XX. Poucos exemplares ainda podem ser encontrados nas áreas urbana da cidade. Logo após a primeira reforma, o adobe foi substituído por alvenaria (barro cozido) a partir de então as reformas só ampliaram os cômodos da casa. Além de residência, mantinha também ponto comercial onde era comercializado a cera da carnaúba e o algodão.



Figura 04: Casarão após sua última reforma

Fonte: Ivan Viana

Localizado na avenida Francisco Raulino, o casarão do Chico Rosa (como ficou conhecido) passou por reformas e perdeu parte da arquitetura da fachada externa, conservando apenas parte da estrutura interna.



Figura 05: casa de palha na Rua Telesforo do Vale

Fonte: Ivan Viana

A casa fica localizada na rua Telesforo do Vale no centro da cidade. Símbolo da resistência ao tempo e da diversidade arquitetônica da cidade de Altos Piauí, a casa remota as primeiras residências da cidade, de barro e coberta com palha de coco babaçu é um exemplar da diversidade sociocultural da antiga Altos.



Figura 06: Sobrado na Rua Pedro II

Fonte: Ivan Viana

Fugindo as características comuns das casas de morada altoense, na década de 1960 foi construído o primeiro sobrado da cidade de Altos- PI. A planta foi contratada a um engenheiro pernambucano, de lá também veio parte do material como ferro e madeira. A outra parte do material foi trazido da comunidade segurança (interior de Altos-PI) no “lombo” de animais. O edifício mantém-se preservado, mas sem nenhum tipo de manutenção, o que coloca em risco sua estrutura, a história e a memória contida nas suas paredes, teto e arquitetura.

# ANÁLISE DE LOUSAS TUMULARES DO CEMITÉRIO (DA IRMANDADE) SANTO ANTÔNIO

**Jéssica Gadelha Morais**

Mestra em Arqueologia pela Universidade Federal do Piauí (UFPI), Especialista em História e Cultura Afro Brasileira. Graduada em Licenciatura Plena em História pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI). Email: moraisjg07@gmail.com

**Resumo:** A lápide ou lousa é uma laje tumular que contempla duas diferentes linguagens: a imagética e a escrita. A primeira se refere às gravuras que se apresentam em baixo ou alto relevo. Elas são expressões e representações da morte, confissões religiosas, brasões de família ou ainda aspectos singulares das pessoas sepultadas. A segunda refere-se aos epitáfios entendidos como inscrições tumulares que por sua vez podem ser palavras, frases, citações bíblicas ou frases celebrativas referentes à pessoa morta ou de sua memória. Ambas as linguagens se complementam e podem revelar um desejo da pessoa morta ou um desejo dos vivos sobre o morto. Nessa perspectiva em virtude das informações que agregam, as lápides permitem possibilidades de interpretação e reflexão em torno das distinções sociais, dos estilos artísticos, dos aspectos religiosos e culturais e os sentimentos presentes nos espaços cemiteriais. Dessa forma o objetivo do trabalho é analisar a iconografia de três lápides do cemitério Santo Antônio. O percurso metodológico contou com a pesquisa bibliográfica que aborda sobre a morte e a representação da morte, sites especializados em simbologias cemiteriais e com pesquisa in loco, momento em que foi realizado o registro fotográfico.

**Palavras-chave:** Lápide. Epitáfio. Iconografia. Cemitério. Campo Maior-PI.

## **Considerações iniciais**

O cemitério Santo Antônio está localizado à Rua Padre Benedito Portela S/N, no município de Campo Maior- Piauí a 86 km da capital Teresina. De acordo com o

Inventário do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), realizado em 2008, a data aproximada de sua construção remete ao final do século XIX. Em contrapartida, com base no preenchimento das fichas de registro tumular realizado durante as pesquisas de campo constatou-se que o referido sepulcrário pode ter uma data recuada para o início do século XIX, assim como também pode ser um indício de traslado. Dessa forma, a implantação do cemitério investigado necessita de outras fontes documentais escritas para melhor compreensão desse aspecto. As pesquisas até agora permite dizer que o encerramento de enterros nessa necrópole está ligado com a questão da saúde pública. Inicialmente o cemitério ficava distante do perímetro urbano, mas com o crescimento da cidade ele passou a fazer parte da urbe e a ter proximidade com as residências. Tal proximidade levou os vereadores a proporem seu fechamento e a construção de um novo espaço mortuário (Projeto lei de nº 50). A área onde o cemitério Santo Antônio está situado não possui nenhuma placa de identificação, cemitério da Irmandade Santo Antônio ou simplesmente Santo Antônio é como aparece referenciado nas fontes consultadas, entre as quais estão os Livros de Tombo da Freguesia de Campo Maior nº1 e 2 e os Livros de óbito. A população local também o denomina cemitério velho em virtude de o mesmo estar fechado para sepultamentos desde a segunda metade do século XX, mais precisamente em 1978(data do último sepultamento). A multiplicidade de nomes para evocar o cemitério já é um indício das múltiplas histórias que pode estar contidas no seu acervo mortuário, em seus artefatos e estruturas, respectivamente definidos por Charles Orser Junior(1992) como “itens feitos ou modificados como resultado da ação humana” (ORSER JUNIOR,1992,pág.31) e “qualquer evidência de presença humana que não pode ser removida do sítio, mas que fornece informações abundantes sobre as atividades desenvolvidas no sitio”(ORSER JUNIOR,1992, p. 33).

## Por um olhar sobre as lousas tumulares do cemitério Santo Antônio



**Figura 01:** Iconografia da lápide 413

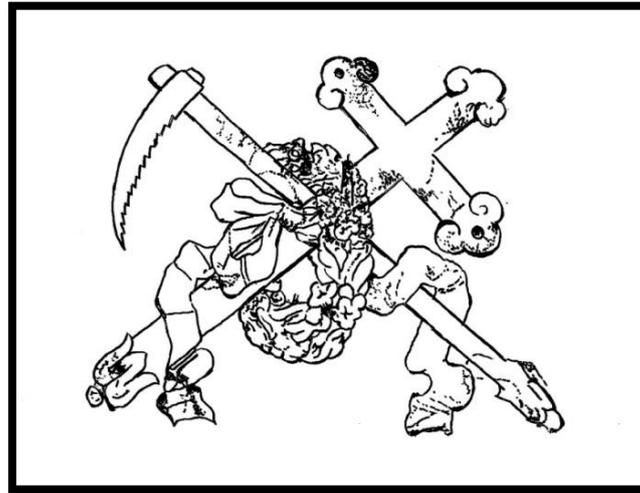
**Fonte:** Acervo pessoal de Jéssica Gadelha (2015) e ilustração do Mauro Rodrigues

A iconografia pertence a lápide de D. Ignez Hygina da Costa Araújo. Em seu epitáfio consta o rito de passagem ou como denomina Mary Piori (1997) ritos de existência: nascimento, batismo, casamento e morte.

Aqui jaz D. Ignez Hygina da Costa Araújo filha legitima do major Antonio da Costa Araújo Filho e de sua mulher D. Angelica Borges de Lemos natural da villa de Campo Maior da província do Piauhy nasceo no dia 12 de março de 1873 baptisouse a 12 de junho do mesmo anno falleceo a 19 de julho de 1874 (LÁPIDE 413,1874).

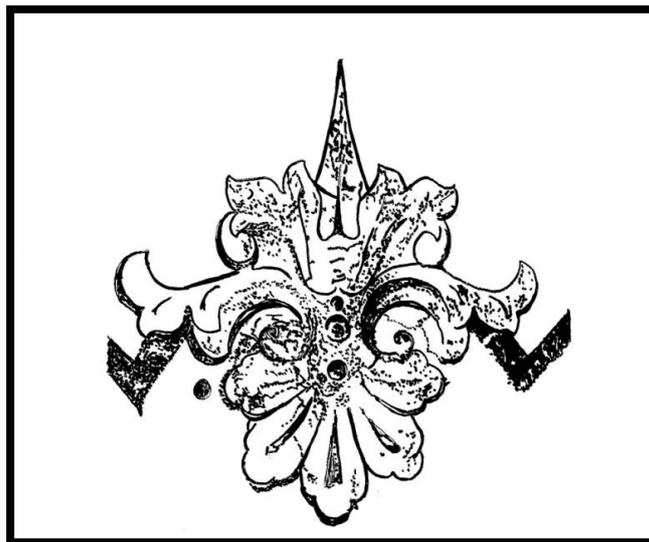
Pela inscrição observa-se que quando da morte de D. Ignez ela contava com 1 ano 4 meses e sete dias, ou seja, teve uma infância breve. A iconografia na laje corrobora o epitáfio. Trata-se da imagem de dois anjos em alto relevo sobrepondo uma coroa de flores numa criança que está sentada em algo semelhante a uma flor que brota. Representa, portanto a imagem da criancinha morta. O anjo “personifica o ser espiritual que exerce o ofício de mensageiro entre Deus e os homens, daí merecer uma atenção especial na estrutura figurativa do cemitério” (BORGES, 2002, p. 182).

A outra lápide observada e analisada é a de número 417. Duas iconografias estão presentes nela (Figura 02 e 03)



**Figura 02:** Cruz perpassada com foice circundada com coroa de flores

**Fonte:** Acervo pessoal de Jéssica Gadelha (2015) e ilustração do Mauro Rodrigues



**Figura 03:** Arabescos formando flor de Lis na lápide de D. Anna Furtado de Mendonça

**Fonte:** Acervo pessoal de Jéssica Gadelha (2015) e ilustração do Mauro Rodrigues

A lápide reporta-se a D. Anna Furtado de Mendonça cujo epitáfio indica ter sido seu esposo o capitão Antonio Jose da Costa e com o qual teve três filhos: Padre Fabio, Doutor Antonio e Álvaro (Falecido com 2 meses e identificado no livro de óbito) . D. Anna faleceu no dia 30 de junho de 1879 com 35 anos de idade. Finaliza o

epitáfio a seguinte súplica de oração: “pede-se um padre nosso e uma ave Maria pelo amor de Deus (LÁPIDE 416, 1879).

Um aspecto interessante da lousa tumular é que ela é uma das poucas voltadas para a cruz das almas, além de uma iconografia bastante singular. Trata-se da utilização de representação escatológica, essa entendida como elementos que remetem a passagem do tempo e do esvaír-se da vida, com outras simbologias que fazem com que se construa uma interpretação mais completa possível. A iconografia retratada na figura 2 é escatológica e em baixo relevo. Nela há uma cruz com uma foice, e em volta de ambos uma coroa de flores arrematada com uma fita. Nas laterais existem arabescos (Figura 3) que assumem uma forma de flor de Lis. Os arabescos são empregados nos arremates laterais das lajes de mármore epigrafadas existentes em túmulos simples e nos monumentais. Eles formam um verdadeiro entrelaçar de linhas, ramagens e flores (BORGES, 2002).

Na Idade Média a morte comumente era representada por uma caveira e um de seus atributos era a foice, com a qual ela ceifava a vida, e o cavalo sobre o qual ela vinha a galope (PAIVA, 2002). Para Borges (2002) às coroas de flores são indicativas de uma alegria divina, e comumente são empregadas para representar a vitória da alma humana sobre o pecado e a morte. Elas podem ser compostas de variadas flores como rosas, lírios, margaridas e azevinhas, geralmente arrematadas por um laço de fita. Para Dalmáz (2008) as coroas de flores podem ter dois significados, o de salvação alcançada, representando assim a vitória sobre as trevas e o pecado, e também o sentido de saudade, por isso é utilizada com recorrência nos funerais.

A flor de Lis (Figura 3) que aparece nas quatro extremidades da lápide pode ser símbolo de poder, soberania, honra e lealdade, assim como de pureza de corpo e alma. No simbolismo associado aos cemitérios ela significa chama, paixão e ardor. Dessa forma, a representação iconográfica pode ser interpretada como mais uma vida cristã sendo ceifada e deixando intensas saudades.

A lápide 442 revela uma preocupação de mencionar a filiação legítima, conforme mostra a inscrição:

Aqui jaz os restos mortaes de D. Vircilina Furtado de Azevedo nasceu a 29 de dezembro de 1893 e falleceu a 1° de novembro de 1895, filha legitima de Domingos Rodrigues de Azevedo e D. Celerinda Furttado de Azevedo Uma lágrima de saudade (LÁPIDE 442, 1895).

A iconografia antecede a inscrição através de um ostensório com dois anjos ao seu lado.

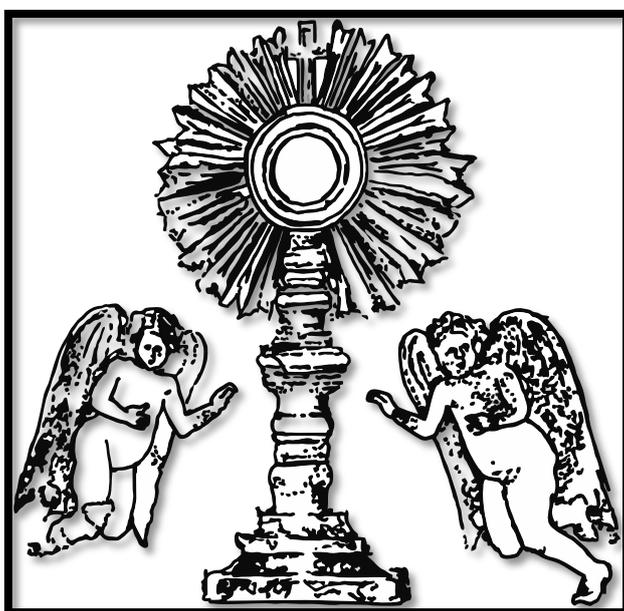


Figura 04: Iconografia na lápide 442

Fonte: Acervo pessoal de Jéssica Gadelha (2015) e ilustração do Mauro Rodrigues

O ostensório é um objeto litúrgico usado para a bênção do Santíssimo Sacramento e nele é colocada a hóstia consagrada para a adoração de Jesus Cristo. Nele há a parte central fixa, chamada de custódia, que contém uma parte móvel, transparente, circular, a luneta onde se encontra a referida hóstia. Uma de suas características são os raios, o que significa que a partir da hóstia a luz de Cristo se espalha pelo mundo. Comumente esse objeto é usado em duas ocasiões: na adoração ao Santíssimo Sacramento e na festa do Corpus Christi. Retratado na companhia de anjos, remetem aos anjos da guarda e à santíssima eucaristia.

Nesse entendimento, os anjos, sabendo quão importante é para eles a Eucaristia, o sacramento da nova e eterna aliança, não poupa esforços para garantir que o maior número de fiéis se empenhe vigorosamente no sentido de uma prática regular sacramental. Os anjos da guarda, portanto, clamam para que recorram ao sacramento da reconciliação (PAI ETERNO, 2016). Falecida ainda criança D. Vircilina é lembrada por seus pais como um anjo.

### **Considerações finais**

Das três lousas analisadas constata-se que duas foram destinadas a crianças e que ambas faleceram com menos de dois anos de idade. As iconografias de suas lápides as representam após a morte como anjos e trazem uma preocupação com a confissão religiosa expressa respectivamente pelo rito do batismo e a utilização de objeto litúrgico. A outra lápide personifica o quão complexo podem ser as simbologias cemiteriais e que a análise conjunta com as inscrições é necessária para uma melhor interpretação.

### **Referências**

BORGES, Maria Elizia. Os Riscadores de Pedra: produtores de uma alegoria funerária cristã. In: IIIº ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS CEMITERIAIS,

GOIÂNIA, 2008. *Anais do Encontro da Associação Brasileira de Estudos Cemiteriais*, Goiânia, 2008. Disponível em: [HTTP://www.artefunerariabrasil.com.br](http://www.artefunerariabrasil.com.br). Acesso em: 12 nov.2011.

\_\_\_\_\_. *Arte funerária no Brasil (1890-1930): ofício de marmoristas italianos em Ribeirão Preto*. Belo Horizonte: C/Arte, 2002.p.182

DALMÁZ, Mateus. Símbolos e significados na arte funerária cristã do Rio Grande do Sul. In: BELLOMO, Harry Rodrigues (Org.). *Cemitérios do Rio Grande do Sul: arte, sociedade, ideologia*. 2. ed. ver. e ampl. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

DIVINO PAI ETERNO. *O ostensório e a adoração de Jesus Cristo*. 17 set. 2014. Disponível em: < <http://www.paieterno.com.br/site/2014/09/17/o-ostensorio-e-a-adoracao-dejesus-cristo/>>. Acesso em: 12 jan. 2016

INSTITUTO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Inventário de Campo Maior-PI. 2008.

MORAIS, Jessica Gadelha. *Aqui jazem muitas histórias: estudo arqueológico do acervo histórico do cemitério Santo Antônio em Campo Maior – Piauí (1804-1978)*. Teresina, 2016. Dissertação (Arqueologia Histórica) - Universidade Federal do Piauí, 2016.

ORSER JR., Charles E. *Introdução à arqueologia histórica*. Belo Horizonte: Oficina de livro LTDA 1992.p.31.p.33

PAIVA, Eduardo França. *História & imagens*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

PRIORE, Mary Del. Ritos da vida privada. In: SOUSA, Laura de Mello e (Org). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.276-330.

Fontes:

Lápide 413

Lápide 416

Lápide 442

Parte V  
**HISTÓRIA E ENSINO**

# DE ESCOLA RURAL A CENTRO INTEGRAL DE EDUCAÇÃO: A TRAJETÓRIA DA ESCOLA RAMA BOA E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA EDUCAÇÃO DE ALTOS-PI

**Ivan Francisco Viana de Lima**

Graduado em História pela Universidade Estadual do Piauí e Especialista em Patrimônio Cultural -UESPI

**Resumo:** A história da escola Rama Boa tem forte relação com o contexto sociocultural vivido pela cidade de Altos-PI na passagem da primeira para a segunda metade do século 20. No período de sua fundação, o município tinha uma população predominantemente rural vivendo da produção da agricultura de subsistência e do comércio de pequenos produtos na feira local. Nesse contexto, prevalece a educação informal e o conhecimento é pautado na transmissão entre as gerações. Assim, em 1953, é instalada a escola Rama Boa, no perímetro suburbano da cidade, contemplando com uma educação formal vários indivíduos que viviam nas áreas rurais. Assim, o presente artigo tem como objetivo pesquisar a história da escola Rama Boa e sua contribuição para o desenvolvimento da educação pública na cidade de Altos-PI.

**Palavras-Chave:** Educação. Rama Boa. Altos-PI

## **Introdução**

A história da escola Rama Boa está diretamente relacionada ao processo de desenvolvimento da educação no país, no Piauí e em Altos-PI. Isso porque o processo de consolidação do ensino público passou por várias fases ao longo do

tempo, e a abertura da escola e seu processo de desenvolvimento segue o modelo de ensino e as estruturas disponíveis e/ou oferecida no momento de sua instalação.

A escola herdou o nome do lugar onde foi construída; assim, não só recebendo influência do local como também ajudou a transformar o espaço onde se situava. O que hoje é considerado como centro da cidade, na época era coberto de matagais, com o predomínio do modo de vida ruralesco das pessoas que, por seus costumes ancestrais, batizavam essas localidades com o que mais tinham em comum. Assim, além da Rama Boa, havia (e ainda há) nas proximidades, as localidades (hoje bairros) Leite, Bacurizeiro, etc. passaram a contar com uma educação formal.

Na década de 1950, quando a escola iniciou suas atividades, o território onde foi inserida não estava no perímetro urbano, compreendia a área suburbana da cidade, por isso foi instalada como escola rural. A educação formal em instituições próprias não chegava a toda à população, os aspectos rurais predominavam e o conhecimento era adquirido com a prática diária. Mesmo com o vulto de urbanização que assolou o país na década de 1930, a cidade de Altos-PI, ainda muito jovem (emancipada em 1922), mantinha-se predominantemente rural. Desse período, os documentos oficiais são praticamente inexistentes, sendo mais profícuos em momentos posteriores.

Nas décadas de 1960, 1970 e 1980, com base nos arquivos documentais da escola, percebeu-se uma predominância do ruralismo, constando-se nas fichas de matrícula dos alunos desse período as informações pessoais de pais e responsáveis, registrando-se nestas as profissões ligadas aos setores agrícolas. Predominava a profissão de lavrador para os homens enquanto as mulheres eram definidas como “domésticas” ou “do lar”.

Até 2016 a escola funcionava com a modalidade normal, do sexto ao nono ano, no ano seguinte (2017) passou a funcionar como escola integral – Centro Integral de Educação, CETI Rama Boa. Nessa modalidade os alunos passam mais tempo na

escola e desenvolvem outras atividades, além de estudar o conteúdo do livro didático.

Assim, o artigo tem como objetivo pesquisar a história da Escola Rama Boa e sua contribuição para o desenvolvimento da educação pública na cidade de Altos-PI.

### **A História da Educação em Altos-PI**

A educação sempre esteve presente nos diversos espaços socioculturais, moldando o homem para desempenhar seu papel perante a sociedade e de acordo com a realidade dos seus espaços de atuação. Por isso, numa sociedade altamente hierarquizada, o ensino se distinguiu de forma a contemplar cada classe de acordo com as necessidades impostas pelo meio social.

Retratando a sociedade, o sistema educacional brasileiro fora, até então, um sistema acentuadamente dualista: de um lado, o ensino primário, vinculado às escolas profissionais, para os pobres, de outro, para os ricos, o ensino secundário articulado ao ensino superior, para o qual preparará o ingresso (ROMANELLI, 2010, p. 71)

Nesse contexto, a educação informal também esteve muito presente. As letras não satisfaziam as necessidades imediatas de quem dependia do conhecimento prático e informal para sobreviver. O trabalho duro “de sol a sol” era contemplado com uma educação prática, transmitida de uma geração a outra sem nenhuma formalidade. O vínculo com as áreas rurais não permitia outro tipo de educação, pelo menos para as classes mais baixas. Como por exemplo, “nas regiões com uma economia baseada no criatório, as experiências educacionais que floresceram ligavam-se, sobretudo, ao meio rural e a um saber prática, influenciando a história político-social dessas” (SOUSA NETO, 2013, p. 116). Isso ajudava a manter a desigualdade e a perpetuar a posição social dos indivíduos de classe baixa em

funções subalternas enquanto os de famílias com mais posses, em posição social mais vantajosa, assumindo cargos e funções relevantes na sociedade.

A organização de um ensino sistematizado e popular no Piauí tem os seus primeiros passos na segunda metade do século XIX. Pautado no discurso de salvação do país (QUEIROZ, 2017), a instrução primária iniciou um processo de desenvolvimento com estruturas muito precárias.

Até então, a instrução formal era privilégio de poucos, em geral, filhos de fazendeiros e pessoas de posse que recebiam esse tipo de educação. A outra parcela da sociedade voltada para o trabalho não dispunha desse privilégio. Educava-se para o trabalho, com conhecimento passado de geração em geração, o que garantia o sustento e a sobrevivência nos espaços onde o desenvolvimento das atividades econômicas mantinha extrema relação com a natureza e “a educação satisfaz acima de tudo necessidades sociais” (DURKHEIM, 2011, p. 30).

Nesse contexto foram criadas escolas profissionalizantes que se destinavam mais às classes desfavorecidas, chamadas escolas de “*educação artífice*”, como ficaram conhecidas, onde se aprendiam ofícios como os de: marceneiro, ourives, ferreiro, alfaiate, sapateiro e carapina. Esses ofícios eram voltados para o desenvolvimento do trabalho para as pessoas mais simples enquanto a educação das classes dominantes era destinada ao prosseguimento dos estudos.

O Colégio de Educação Artífice assinala o início do ensino profissionalizante e, pelas estruturas sociais vigentes, também o início do dualismo do ensino primário e médio, com um ramo destinado às classes dominantes e um ramo destinado às classes menos favorecidas, aquele de caráter propedêutico aos cursos subsequentes e este de caráter terminal (BRITO, 1996, p. 36).

Essa dualidade na oferta de ensino determina a atuação de cada classe e indivíduo, assinalando e legitimando uma desigualdade de oportunidades ao criar uma educação de “segundo nível”. Corrobora ainda com os postulados da educação

tecnicista, tradicionalista, focada no aluno passivo, dócil, de vontades controladas pelo professor, que impõe-lhe a visão de mundo que devesse ter.

A instrução pública no município de Altos tem suas raízes na segunda metade do século XIX quando é criada a “Cadeira Mista” do povoado. Segundo Dias (2017), em 11 de março 1891, foi criada a Cadeira Mista da povoação de Altos, que se tornou a primeira escola pública; nesta mesma data fora também nomeada a primeira professora, Joana Abranches Saraiva, por ato do Governador do Piauí, Álvaro Moreira de Barros Oliveira Lima. Até esse momento, o território altoense não havia sido emancipado e desenvolvia-se sob a influência de políticos e/ou pessoas ligadas à política que conseguiam alguns recursos para o então povoado. Joana Abranches Saraiva era oriunda de família rica da região e recebera uma educação formal que lhe proporcionou a indicação para o posto que fora nomeada. Apesar da educação e do conhecimento com as letras, o que foi retratado por Bugyja Britto como dedicada e competente quando lhe examinou na sua promoção do segundo para o terceiro ano primário (FERREIRA, 2017, p. 138), a família Saraiva também mantinha muita influência na política local. Isso pode ter contribuído não só para a indicação, mas também para a criação de uma cadeira mista no povoado.

Na década de 1930 houve uma expansão das escolas primárias no Piauí. Por imposição legislativa, “no município de Altos [com advento da] Lei N. 1075, 20 de Fevereiro de 1930, é fundada uma escola mista no povoado de Coivaras, vale ressaltar que essas leis são vigoradas de acordo com a proposta do Conselho de Instrução Pública” (SILVA, 2012, p. 9). Assim, o povoado de Altos, que no final do século XIX, foi contemplado com uma escola mista, na década de 1930 amplia o acesso à educação formal com a fundação de mais uma escola mista em um dos seus povoados.

Apesar dos investimentos e da ampliação de escolas, os índices de analfabetismo nos municípios piauienses eram elevadíssimos. A maior parte da população do Estado do Piauí vivia nas zonas rurais e não tinha acesso às poucas

escolas que ofereciam educação formal no estado. Até a década de 1950, a população altoense, segundo dados do recenseamento geral de 1950, era de 18.441, dividida entre as áreas rurais com 14.774 e urbanas com 3.646 habitantes. O índice de analfabetismo chegava a quase 85,3% da população com idade maior do que cinco anos.

Com número reduzido de escolas e a população vivendo em maior número nas áreas rurais, a educação formal não era acessível para grande parte da população. Vendo isso, o Estado constrói, através do Departamento de Educação, Serviço de Prédios Rurais – prédios escolares rurais para beneficiar a população que vivia no interior dos municípios.

Quadro 01 - Departamento da Educação <sup>36</sup>

Serviços de Prédios Rurais			
O departamento da Educação concluiu e instalou nos últimos três anos os prédios escolares rurais e grupos escolares constantes de relação abaixo			
MUNICÍPIOS	1951	1952	1953
Altos * *	3 – três Carnaúbas Santa Luz Sambaiba	2 – Sítio Novo Anajás ---	1 – Rama Boa --- ---
Alto Longá Amarante Barras	1-Novo ato Antônio 1 – Muquilas ---	--- --- ---	--- --- ---

Fonte: Revista Piauiense dos Municípios

No intervalo entre 1951 e 1953 consta que o município de Altos recebe 6 (seis) prédios para instalação de escolas primárias. Isso demonstra um interesse na ampliação do sistema educacional no interior do estado.

É nesse momento que a escola Rama Boa é instalada na área suburbana da cidade, como escola rural. A região compreendia um vasto território e que a partir de

<sup>36</sup> Revista Piauiense dos Municípios. Serviços de Prédios Rurais. Teresina, Dezembro de 1953.

então seriam contemplados com uma educação formal. Nesse momento a escola oferecia um ensino primário em uma organização multisseriada.

As fichas individuais de rendimento e matrículas dos alunos da escola, com os dados de pais e responsáveis das décadas de 1960, 1970 e 1980, apontam para uma sociedade ainda muito ligada ao trabalho das áreas rurais. Na década de 1960 e 70 predominava os trabalhos de lavrador<sup>37</sup>, para os homens. Nesse período a cidade de Altos ainda era muito simples e sua população mantinha uma relação muito forte com a lavoura. A economia do município girava em torno da produção de roças e no plantio de arroz, feijão e na produção dos derivados da mandioca como farinha, goma e puba. Esses aspectos predominavam e determinavam a forma de pensar e agir da sociedade. Enquanto os homens se voltavam para o trabalho, as mulheres eram responsáveis pelas tarefas domésticas.<sup>38</sup>

Apesar do crescimento do número de prédios escolares, a princípio nem todos funcionavam como deveriam. Faltavam profissionais na área da educação e investimento para estruturar os prédios já existentes.

Com toda dificuldade e sem uma estrutura a altura de uma escola integral, no ano de 2017, a escola passa a funcionar como Centro Integral de Educação- CETI Rama Boa a primeira da cidade a adotar a modalidade integral para o Ensino Médio. No primeiro ano de funcionamento (2017) apenas oitenta (80) alunos se matricularam para estudar em uma escola com esse novo formato, integral. Nos anos posteriores com o trabalho desenvolvido e o desempenho da escola nas atividades educacionais do município além do diferencial com a educação, o número de alunos triplica.

## **Conclusão**

As transformações no campo da educação foram lentas. Apesar de haver momentos de expansão da educação formal, a estrutura social não estava preparada

---

<sup>37</sup> Ficha de matrícula. Rama Boa. 1960 – 1980.

<sup>38</sup> Ficha de matrícula. Rama Boa. 1960 – 1980.

para receber uma instrução voltada para a própria sobrevivência com os recursos que tinha disponível. Longe dos grandes centros industriais, a cidade de Altos-PI mantinha-se, econômica e culturalmente, ligada a produção agrícola e ao conhecimento direcionado para as atividades de subsistência.

A educação formal foi introduzida aos poucos. Contemplando primeiramente indivíduos de classe alta que tinha a sua disposição professores particulares e ou eram educados por suas mães nos seus lares. Com a expansão da oferta através de escolas públicas e gratuitas, a população menos favorecida pode ser contemplada. Apesar de elitizada, nesse momento a educação se tornou um pouco mais democrática. A escola Rama Boa é um bom exemplo do processo pelo qual a educação no município de Altos-PI se desenvolveu. Iniciou como escola rural dado os aspectos rurais da cidade, contemplado a população da zona rural do município, com o tempo a cidade cresce e a escola Rama Boa é incorporada ao centro urbano da cidade.

## Referências

BRITO, Itamar Sousa. *História da Educação no Piauí*. Teresina: EDUFPI, 1996.

FERREIRA, Lorena Maria de. *O estado, as normalistas e a infância em Teresina (1900-1940)* (Dissertação de Mestrado) Teresina-PI, 2017.

Ficha de matrícula. Rama Boa. 1960-1980.

QUEIROZ, Teresinha. *Educação no Piauí: 1880-1930*. Teresina: academia Piauiense de Letras, 2017.

SERVIÇOS DE PRÉDIOS RURAIS. *Revista Piauiense dos Municípios*. Teresina, Dezembro de 1953.

SILVA, Vilmaria; BORGES FERRO, Maria do Amparo. *A expansão da escola primária no Piauí-Brasil (1930-1961): leis e decretos*. Parnaíba, Piauí.

SOUSA NETO, Marcelo de. *Entre Vaqueiros e Fidalgos: sociedade, Política e educação no Piauí (1820-1850)*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2013.

## O ENSINO DE PATRIMÔNIO ATRAVÉS DAS FOTOGRAFIAS DE CAXIAS-MA

**Josiel Luis Franco de Andrade Carvalho**

Graduando do curso de licenciatura plena em História, (UEMA) Campus: Caxias -MA.  
josielandrade00@gmail.com

**Allef Gustavo Silva Dos Santos**

Graduando do curso de licenciatura plena em História, (UEMA), Campus: Caxias -MA.  
allefgustavosantos@gmail.com (COAUTOR)

**Resumo:** O presente artigo tem como objetivo o ensino de história e patrimônio, através dos estudos de fotografias da cidade de Caxias-MA, sendo um modo de resgatar a memória e a cultura local, cuidar e preservar estes monumentos históricos. Com o novo método de ver a história LE GOFF, (1996, p. 531) nos dispõem que “Não há história sem documentos, com esta precisão: Há que tomar a palavra 'documento' no sentido mais amplo, documento escrito, ilustrado, transmitido pelo som, a imagem, ou de qualquer outra maneira” com isso nos permite ver as novas perspectivas no modo de ensinar, como o alargamento das fontes na reformulação teórica da ciência história, deixou o professor em uma posição privilegiada porque pode se utilizar dos reclusos a seu favor na sala de aula, contribuindo para um ensino mais didático inovador. levando em consideração que algumas das escolas municipais de Caxias-MA não tem muitos recursos para fazer uma aula-campo por diversos motivos que envolve em torno da educação pública, como por exemplo: a falta de recursos públicos e políticos adequados. É a utilização das fotografias de Caxias-MA vem ser este meio viável de ensino do patrimônio cultural da cidade como forma de preservação, e contribuir no ensino do professor. Buscar inserir o aluno na problemática do patrimônio como fonte reflexiva da temporalidade de seu meio, através do conhecimento da própria cidade onde mora constitui dificuldade no que tange a falta de recursos políticos adequados para fazer-se um “passeio” com os alunos pelo centro histórico da cidade. Por isso optamos pelo uso da imagem. A falta de recursos didáticos constitui-se como um problema também. E na elaboração deste projeto fez-se de utilização dos escritos de Jacques Le Goff, (2001) é (1996) e do livro “Sinésio Santos: cidade e os olhos” de organização de professora Valtéria (2018), entre outros autores que foram de grande valia para a produção dele.  
Palavras-chaves: História. Fotografia. Ensino. Patrimônio. Memória.

## Introdução

Este artigo voltado para o ensino de prática curricular no ensino fundamental 2, visando o ensino de patrimônio histórico a partir das fotografias da cidade de Caxias-Maranhão (MA) em meados do século XX. Buscando conscientizar os alunos sobre a preservação do patrimônio histórico de sua cidade, a história que permeia estes espaços, e a memória. Sendo um estudo que tem como fazer do aluno, um conhecedor de sua história material através de um recurso visual formidável à didática do ensino.

As fotografias<sup>39</sup> foram popularizadas no Brasil no século XIX por Dom. Pedro II, que era apaixonado por essa inovação europeia, capaz de preservar o espaço e a estrutura rica em história no papel fotográfico. Desta forma as fotografias ajudam o historiador como fontes de pesquisa, e ao professor na contextualização do ensino de história em sala de aula, corroborando com o conhecimento do aluno acerca do patrimônio histórico local, por isso a necessidade de se trazer fotografias das construções seculares.

Pensar a fotografia como um meio de contemplação da imagem, mas si como um ensejo social formador de história e de memória deste patrimônio cultura desta sociedade caxiense. E com esse leque de possibilidade de estudo da história nos dias de hoje para construir este projeto sobre o estudo de patrimônio em uma perspectiva diferente a partir dos estudos de fotografia como sendo um meio de memória coletiva um mediador funcional estes ferramentais, de ensino com um viés de avulsa o desejo de pertencimento da história de sua cidade.

A leitura de Jacques Le Goff (2001), nos deu noção deste sentimento de pertencimento que tem por traz destas construções das cidades, e uma história que vem carregada de uma edificação do imaginário coletivo que está esquecido por muitos e utilizamos dos escrito de Michel de Certeau (2003), o ensejo da memória na construção de memória e Alexandre Pena Matos, na educação como meio de ensino sensibilizador, como meio de ensino sobre patrimônio cultural no viés de preservação dos mesmos, entre outros autores que utilizamos para dar embasamento ao presente projeto.

Buscar inserir o aluno na problemática do patrimônio como fonte reflexiva da temporalidade de seu meio, através do conhecimento da própria cidade onde mora constitui dificuldade no que tange a falta de recursos políticos adequados para fazer-se um "passeio" com os alunos pelo centro histórico da cidade. Por isso optamos pelo uso da imagem. A falta de

---

<sup>39</sup> A palavra Fotografia vem do grego [fós] ("luz"), e [grafis] ("estilo", "pincel") ou grafê, e significa "desenhar com luz e contraste e

Por definição, fotografia é, essencialmente, a técnica de criação de imagens por meio de exposição luminosa, fixando está em uma superfície sensível. A primeira fotografia reconhecida remonta ao ano de 1826 e é atribuída ao francês Joseph Nicéphore Niépce. Contudo, a invenção da fotografia não é obra de um só autor, mas um processo de acúmulo de avanços por parte de muitas pessoas, trabalhando juntas ou em paralelo ao longo de muitos anos.

recursos didáticos constitui-se como um problema também. Outro problema importante é a falta de diálogo mais aberto entre professor e aluno em relação a disciplina história, onde hoje sabemos é uma disciplina abrangente tanto de formação social do indivíduo, como de percepção crítica dos vários processos históricos, por isso abordaremos as imagens como buscar o afloramento da imaginação do aluno, e uma proposta de inseri-lo nesta forma de ensino mais aberta através da tiragem de fotos de seu bairro a escrita posterior da história do cotidiano deste lugar de onde sai o aluno.

#### **As Fotografias um estudo de Patrimônio**

O presente estudo tem como objetivo o ensino de história e patrimônio, através dos estudos de fontes iconográficas da cidade de Caxias-MA, como sendo um modo de resgatar a memória e a cultura local, cuidar e preservar estes monumentos<sup>40</sup> históricos. Com o novo modo de ver a história LE GOFF, (1996, p. 531) no dispõem que “Não há história sem documentos, com esta precisão: Há que tomar a palavra 'documento' no sentido mais amplo, documento escrito, ilustrado, transmitido pelo som, a imagem, ou de qualquer outra maneira” com isso nos permiti ver as novas perspectivas no modo de ensinar, com o alargamento das fontes na reformulação teórica da ciência história, deixou o professor em uma posição privilegiada porque pode se utilizar dos reclusos a seu favor na sala de aula, contribuindo para um ensino mais didático inovador.

Patrimônio como meio de preservação contido na constituição brasileira do ano de 1988, que está exposto no art.º, 216<sup>41</sup> da constituição federal onde relata, que “é dever do Estado e da sociedade cuidar dos patrimônios do país”. O artigo tendo como seu principal objetivo estimular os alunos sobre o estudo de história através do patrimônio histórico, utilizando como recurso didático a fotografia, abrange estes novos padrões de ensino, como por exemplo: a didática inovadora, a formação do aluno cidadão, um estudante participante do processo de ensino, e a preservação de sua história local. Como MATOS, retrata este processo de sensibilização do indivíduo neste ambiente de educação sobre patrimônio:

A Educação Patrimonial baseia-se em princípios e metodologias que visam sensibilizar e instrumentalizar os indivíduos de uma comunidade, no universo escolar e fora dele, crianças e adultos para o

---

<sup>40</sup> Para LE GOFF (1949, p. 531) O *monumento* tem como características o ligar-se ao poder de perpetuação, voluntária ou involuntária, das sociedades históricas (é um legado à memória coletiva) e o reenviar a testemunhos que só numa parcela mínima são testemunhos escritos.

<sup>41</sup> •Artigo 216: Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I – as formas de expressão; II – os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. Parágrafo 1º - O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação e de outras formas de acautelamento e preservação. Parágrafo 4º -Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei.

reconhecimento, a compreensão e a valorização do seu patrimônio cultural. Nesse sentido a Educação Patrimonial objetiva a capacitação de uma comunidade para a descoberta e identificação de seus valores, de sua identidade cultural, de seus modos de fazer e de viver, de pensar e de agir, a partir de suas experiências e do seu cotidiano. (MATOS apud, HORTA, 2006, p. 13)

Estes estudos de patrimônio como um meio de incentivo à preservação destes bens materiais como sendo o professor um mediador neste processo de ensino, na preservação destas heranças históricas deixadas pelos seus antepassados encontrando na escola uma propulsora deste processo de construção e problematização dos saberes, e formação cidadã do indivíduo. Fazendo de uso de novos recursos para trazer este alunado para o meio desta luta por preservação destes bens de sua cidade e de seu país, expondo para estes alunos meio de conhecer a história de sua cidade.

Para tanto o presente projeto tem como foco de seu estudo o patrimônio, com ênfase na utilização das fotografias de Caxias-MA, principalmente as do século XX, que mostra o cotidiano das pessoas, os prédios históricos, a fim de fazer com que o aluno perceba a passagem do tempo e as permanências no seu meio, e no caso do patrimônio, as igrejas, casas históricas, mercado, fábricas entre outros lugares. Que se pode perceber nas figuras 1 e 2.



Figura 1: Apresenta a Travessa José Guimarães e, a esquerda, um trecho da Praça Gonçalves Dias.

A utilização das imagens de Caxias-ma como um meio de trazer para estes alunos e comunidade um sentimento de pertencimento que estarão aliados a esta memória coletiva, que o presente projeto busca aguçar o desejo de preservação desta memória, e dos patrimônio histórico e

expor a ele uma conscientização que vem buscar na mentalidade destes alunos através de um desejo de pertencimento deste local e dando a ele participação na história social da cidade.

De acordo com VAINFAS (2002), que tais em seu dicionário as fotografias por si só elevam uma linguagem própria:

Mas a fotografia de vista, mesmo com o apoio nós cânone da pintura, desenvolveu linguagem própria, onde a nitidez e a distribuição clara dos planos eram a marca fundamental. O fotógrafo paisagista ao escolher seus temas, produzia uma colagem real, onde o progresso se equivalia pelo que aparentava, não pela realidade. (VAINFAS, 2002, p.283)

A fotografia no Brasil começou a ser difundida no império, segundo reinado, com Dom Pedro II. Assim parte de nossa história é contada também pela fotografia, e o patrimônio histórico encontra nela o instante fixo de sua estrutura no tempo, cabendo ao historiador desenvolver as narrativas dessa teia da história preservada nas construções e eternizadas na fotografia. É precisamente nessa narrativa que pretendemos trazer o aluno como sendo participante nesta formação social, trazendo até ele fotografias dos patrimônios da cidade do século XX, e incentivando os mesmo a tirem fotos do seu cotidiano. Fotografia de um lugar de memória de seu conhecimento, fazendo que o mesmo retirando estas fotos e fazem um estudo do local de onde ele retirou a fotografia para desperta um desejo de curiosidade.



Figura 2: A Praça Dias Carneiro ou Praça do Pantheon foi construída no largo que ficava em frente a então Companhia de Fiação de Tecidos União Caxiense. É uma homenagem a um industrial

Em busca de reviver esta memória sobre este patrimônio de Caxias-MA, com suas ruas estreitas, seus casarões suas igrejas entre outros monumentos que embelezam a Cidade. A formação cidadã não se exclui aqui, e a memória coletiva tem papel importante no processo de ensino de patrimônio nas fotografias, pois “A memória vive nos e crer nos possíveis, e de esperá-los, vigilantes a

espeita” (CERTEAU, 1998, p. 163), o ato de repassar esta memória para a posteridade com intuito de ensinar sobre a história de Caxias -MA, através da fotografia, é uma forma de manter a memória viva.

A memória contida nos espaços é de suma importância para o entrelace das histórias individuais, da construção da identidade, do tempo glorioso. Tempo captado nas lentes da câmera fotográfica. E toda essa estrutura material construída pelo homem diz muito de si, de sua sociedade, de sua cidade e suas heranças, Jacques Le Goff (2001) nos traz este sentimento que existe por traz destas construções de uma cidade:

[...]. Mas a cidade concentra também os prazeres, os da festa, os dos diálogos na rua, nas tabernas, nas escolas, nas igrejas e mesmo nos cemitérios. Uma concentração de criatividade de que é testemunha a jovem universidade que adquire rapidamente poder e prestígio, na falta de uma plena autonomia. (LE GOFF, 2001, p. 25).

Memórias e festa que são construídas em torno deste patrimônio esquecido pela maioria com este desejo de modernidade destes locais de convívio.



Figura 3. Localizada na Praça Cândido Mendes e conhecida, também, como Igreja Matriz, foi construída em 1735 pelos padres da Companhia de Jesus e passou por algumas reformas ao longo dos séculos.

Com análise das fotografias podemos perceber que por trás de cada cliques de um fotógrafo se esconde um verdadeiro patrimônio a ser estudado, que traz suas riquezas de detalhe de uma

fotografia. E o presente projeto vem dispor de um estudo diferenciado sobre patrimônio para as escolas que não pode se deslocar até o lugar que os patrimônios ficarem localizado, por diversos fatores, que distancia o universo escolar deste patrimônio e de suas memórias coletivas.

E a relação que a história tem com a reminiscência e de sua apropriação do passado de forma que estas duas concepções estão em pleno diálogo epistemológico, Ricoeur (2003), no traz esta relação de história e memória;

Proponho-me aqui extrair as consequências mais interessantes deste deslocamento de ponto de vista no que diz respeito à relação entre a memória e a história. Se a tratarmos de um modo não linear, mas circular, a memória pode aparecer duas vezes ao longo da nossa análise: antes de mais, como matriz da história, se nos colocarmos no ponto de vista da escrita da história, depois como canal da reapropriação do passado histórico tal como nos é narrado pelos relatos históricos. (RICOEUR, 2003)

A partir da narrativa da memória da sociedade de reaproximação do passado, que o presente estudo busca no ensejo das fotografias uma sinóptica no estudo através destas fontes de estudo como sendo, meio de estudo reflexivo questionador no modo de revisão desta temporalidade que estes patrimônios se localizarem na memória de uma coletividade. Como sendo este estudo fotográfico não como este estudo linear, mas tendo em vista esta relação da história e da memória como sendo um meio de relação de trazer anamnese desta sociedade.

Na buscar das fotografias de Sinésio Santos e de fontes digitais um novo olhar sobre Caxias- MA, com uma nova perspectiva na interpretação destes patrimônios, que as fotos do século XX, buscam nestas fontes algo que os olhos não tramitem neta interação dos seres humanos e o meio de convívio. Porque as fotografias são uma poesia cristalizadas do tempo presente e um local de memória.

### **Considerações Finais**

Este estudo tende a trazer um meio viável de ensino de patrimônio em um país que está alheio para os seus bens materiais, com o estudo das fotografias, como

tendo este papel mediador na compreensão dos alunos nesta temática avivando nos mesmo um sentimento de pertencimento do seu local de conviver. E sendo as fotografias uma cristalização da memória em uma outra perspectiva no modo de ensino levando em consideração que algumas das escolas públicas dos nosso, município não tem recluso para terem uma aula-campo, e com isso buscar neste trabalho trazer para a sala de aula um meio viável de ensino de patrimônio.

E no presente artigo buscar este ensino de patrimônio de Caxias-MA, a partir das fotografias como sendo este meio de incentivar os alunos e a comunidade com este desejo de preservação dos bens matérias histórico de sua cidade, como sendo algo de sua memória tanto individual quanto coletiva, trazendo o alunado para o estudo de patrimônio em uma perspectiva que inclui o mesmo em seu convívio social. E este estudo como um meio de educar o seu olhar nesta nova visão sobre o patrimônio histórico de sua cidade.

## Referências

ALVARENGA, Antônia Valterio Melo (org.). *Sinésio Santos: A cidade e os olhos*. Teresina: EDUFPI, 2018.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano I- artes de fazer*. 9. Ed. Petrópolis, RJ: vozes, 2003.

LE GOFF, Jacques. *Por amor às cidades*. São Paulo: UNESP, 2001.

\_\_\_\_\_. Documentos e monumentos. In LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1994.

MATOS, Alexandre Pena. *Educação patrimonial nas escolas de Ensino Fundamental e Médio: a cultura material no bem cultural familiar*. DISPONÍVEL EM <http://ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/article/viewFile/962/684> ACESSASDO EM 12.05.2019.

RICOEUR, Paul. *Memória, história, esquecimento*. 2003. Disponível em [http://www.uc.pt/fluc/uidief/textos\\_ricoeur/memoria\\_historia](http://www.uc.pt/fluc/uidief/textos_ricoeur/memoria_historia) acessado em 24.05.2019.

VAINFAS, Ronaldo (org.). *Dicionário do Brasil Imperial- 1822-1889*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

#### Sites

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL – 1988 Artigos relativos à Preservação de Bens Culturais e Ambientais. disponível em <http://repep.fflch.usp.br/sites/repep.fflch.usp.br/files/u63/constituicao.pdf> acessado em 20.05.2019.

*Agenda maranhão Seis imagens de Caxias antiga*. Disponível em <http://agendamaranhao.com.br/2018/08/09/seis-imagens-de-caxias-antiga/>, acessado em 23.05.2019.

*A história da fotografia*. disponível em <http://m.pointdaarte.webnode.com.br/news/a-historia-da-fotografia/> acessado: 29.05.2019

# OS CASTIGOS PEDAGÓGICOS NA EDUCAÇÃO MARANHENSE OITOCENTISTA (1822-1889)

Morgana Jaiara Gomes Carvalho

**Resumo:** Este trabalho tem como proposta analisar as práticas pedagógicas na instrução pública do Maranhão oitocentista, mais precisamente os “castigos pedagógicos” utilizados pelas instituições escolares para repreender comportamentos inadequados presentes em diversos espaços e relações sociais, castigos esses que duraram muitos séculos, e tinham como fim punir o mau comportamento e a dificuldade de aprendizagem, assim vários objetos que causavam torturas eram utilizados por pais e professores para “educar” crianças, mantendo a ordem e a disciplina, muitas vezes por cima da Lei Imperial de 15 de outubro de 1827.

**Palavras-chave:** Castigos pedagógicos. Punição. Mau comportamento. Aprendizagem. Instrução.

## Introdução

Quando a Companhia de Jesus desembarcou no Brasil com a missão de converter os nativos a fé católica, trouxe junto a eles diversos métodos pedagógicos. A alfabetização era o caminho mais seguro para a catequese para mudar hábitos e costumes, a partir de então começava a história da educação no Brasil. Nos primeiros anos a Cia de Jesus tendo como fundador o padre Inácio de Loyola, fundou escolas e colégio de instrução elementar, onde os jesuítas aplicavam dois modelos de

instrução, um para os indígenas centrados na leitura e escrita e poucas operações e outro voltado para os filhos dos colonos consistindo em um ensino mais culto.

Os jesuítas se propuseram a educar por meio da catequização os índios presentes na colônia, usando sua pedagogia de ensino baseada na fé cristã, no decorrer dos tempos os jesuítas construíram escolas no atual nordeste e nas demais regiões da colônia. Quando foram expulsos em 1759, pelo primeiro ministro de Portugal, Marquês de Pombal, haviam no Brasil 17 escolas de primeiras letras funcionando. Só após a expulsão dos mesmos que a educação de fato ganha uma pequena importância, quando Marques de Pombal institui o Estado como responsável pela educação, “até porque a soma dos alunos de todas as instituições jesuítas não atingia 0,1% da população brasileira, pois delas estavam excluídas as mulheres (50% da população) os escravos (40%), os negros livres, os pardos, filhos ilegítimos crianças abandonadas.” (MARCILIO, 2005, p. 3)

Com a chegada da família real em 1808, houve investimentos no ensino técnico e se multiplicaram as escolas de ensino superior, mas por outro lado a educação popular com estudos primários e médios ficaram esquecidas, e nesse período acontecem poucos avanços. Com a independência em 1822 aparecem os primeiros sinais do ensino como obrigatório, um artigo na primeira constituição brasileira (1824), não deixa dúvida, a instrução primaria passa a ser gratuita para todos os cidadãos.

Com esse pequeno resumo da iniciação da educação pretendemos aqui mostrar, como eram regidos o ensino no Maranhão oitocentista nas instituições de ensino vigentes na época, além de mostrar como era utilizada a pedagogia de ensino na instrução publica nesse período, elencando como foco principal os castigos físicos como pedagogia de ensino muito utilizada no final do século XVIII e quase todo século XIX e como punição de mal comportamento e dificuldade de aprendizado.

No Brasil quando dom Pedro II lança os primeiros regimentos entre 1850-1855 tem-se no mobiliário escolar, em cada casa de escola, obrigatoriamente tinha que ter

uma palmatoria e um armário ou “casa de suar”, nesse armário os alunos eram colocados, ficavam presos por determinado tempo até transpirem, para assim aprenderem a lição e não cometerem mais erros.

Por vezes, as casas possuíam seus próprios instrumentos de castigos que eram oferecidos ao professor preceptor para quando sua utilização fosse necessária, ficando expostos nas salas onde se davam as lições para depois serem guardados numa pequena dispensa junto aos aparelhos de torturados escravos, formando o arsenal com que a casa impunha o seu poder aos seus habitantes. (VASCONCELOS, 2005, p. 87)

Após Marques de Pombal instituir o Estado como responsável pela educação, em suas primeiras ordenações têm-se a punição prevista em lei, devido aos abusos dos castigos físicos como forma de punir os alunos e melhorar a aprendizagem. Assim, essas práticas tornaram-se proibidas no espaço escolar em decorrência da Lei Imperial de 15 de outubro de 1827.

Algumas províncias passaram a substituir o castigo corporal pelo de cunho moral baseado no método lancasteriano, método esse que incitava a vergonha. Nesse método a punição física não era bem vista, já que um “país que se pretendia civilizado não poderia utilizar de ‘práticas arcaicas’ para educar crianças, assim a disciplina era mantida através de práticas que visassem estimular o desempenho e a obediência através da emulação e castigos morais.” (SOUZA, 2012, p.4)

Porém, os castigos permearam mesmo após sua proibição através da Lei Imperial, porque muitas províncias se recusavam a banir o uso destes, e dentre elas podemos citar a província do Maranhão. No período oitocentista os castigos corporais continuam presentes no universo escolar.

Os castigos eram presentes em todo o Brasil, era uma pedagogia muito utilizada na primeira metade do século XIX, desde o Mato Grosso, Piauí, Maranhão e outras regiões. No Maranhão podemos perceber a utilização desses castigos na Casa de Educandos Artífices do Maranhão. Mas como esses castigos eram empregados? E

como os pais se comportava perante esse fato de castigar os filhos para se educar e aprender especificamente? Existia uma forma específica de castigo? Que tipo de objetos eram utilizados para castigar os alunos? Será entorno dessas perguntas que iremos desenvolver esse trabalho para o melhor conhecimento a respeito dos castigos pedagógicos no Maranhão oitocentista.

## **Os Castigos Escolares**

A pedagogia de ensino no século XIX era instituída na maioria das escolas através dos castigos físicos, vale salientar que a prática do mesmo só poderia ser aplicado pelo mestre e ele não poderia tocar no educando, só apenas o objeto usado para estes fins. Mesmo depois da Lei Imperial de 1827 os castigos ainda eram presentes na segunda metade do século XIX e na primeira do século XX

Mesmo após a proibição dos castigos físicos, a palmatória adentrava no século XX como um artefato ainda inserido na cultura material escolar, denunciando a “intrínseca relação que os objetos guardam com a produção de sentidos e com a problemática da produção e reprodução social” (SOUZA, 2012).

Os alunos eram castigados por não saberem a lição e por mal comportamentos, a palmatoria era a “inimiga fiel” dos educandos. Os castigos escolares podem ser encontrados em grandes obras, podemos citar aqui a obra de Machado de Assis “Contos de escola”, que aborda alguns relatos a respeito dos castigos em sala de aula, há um relato onde Machado de Assis mostra o medo que os educandos tinham da temida palmatoria:

[...] O pior que ele podia ter, para nós, era a palmatória. E essa lá estava, pendurada do portal da janela, à direita, com os seus cinco olhos do diabo. Era só levantar a mão, dependurá-las e brandi-la, com a força do costume, que não era pouca. [...]. Estendi-lhe a mão direita, depois a esquerda, e fui recebendo os bolos uns por cima dos outros,

até completar doze, que me deixaram as palmas vermelhas e inchadas. (ASSIS, 1994, p. 61)

Antes da lei imperial, na Casa de Educandos Artífices do Maranhão, os castigos não eram poupados, eram aplicados diariamente como afirma Cesar Castro (2007) que “os castigos aplicados pelos mestres eram intensos e diários: bofetadas, palmatórias e tirapés”. (p.90). Existia na regulamentação da escola um artigo contando as penas que os alunos podiam ser submetidos se cometerem alguma infração. Como foi dito mais acima, após a Lei Imperial os castigos físicos foram substituídos pelos de cunho moral tendo como base o método Lancasteriano desenvolvido pelo educador inglês Joseph Lancaster, esse método era muito utilizado na Europa no final do século XVIII.

Conhecido também como método de ensino mutuo, o mesmo era utilizado com um professor e um aluno chamado de monitor, esse aluno seria o então destaque da turma e como já tinha um conhecimento avançado era responsável por ensinar os demais junto ao professor, os seja, os alunos ensinariam uns aos outros e como “a ordem e a disciplina era muito valorizada e para alcançá-las era necessário o uso de recompensas e castigos de cunho moral, em substituição à palmatória e outras formas de punição física.”(SOUZA,2012). Esses castigos de cunho moral variavam desde ficar na sala após terminar a aula até a expulsão da escola:

[...] ficar em quarentena num banco particular; em isolamento num gabinete especial durante a aula; em solitária; permanecer na classe após o final dos exercícios; permanecer em frente de um cartaz, onde estão listadas as faltas cometidas, enfim, a expulsão da escola. (BASTOS, 1999, p.66)

O objetivo dos castigos de cunho moral era fazer com que o aluno sentisse vergonha, “provocar embaraço, vergonha ou culpa, tem como finalidade automatizar o comportamento que se deseja inculcar no sujeito, levando-o ao autocontrole de suas emoções e ações.” (SOUZA, 2012). Na Casa de Educandos Artífices do Maranhão há relatos de pais reclamando dos castigos empregados nos filhos principalmente com o

uso da palmatoria em contrapartida, havia também informações de pais e familiares que apoiavam e incentivavam a prática de castigos principalmente na educação doméstica:

Para conter o “gênio” das crianças brasileiras eram instrumentos de trabalho de muitos professores, não só no interior, mas também na corte, a “palmatória de pão”, a “palmatória de balêa” o azorrague”, as corrêas, “as cordas”, a “vara de marmeleiro”. Por vezes, as casas possuíam seus próprios instrumentos de castigos que eram oferecidos ao professor ou preceptor para quando sua utilização fosse necessária, ficando expostos nas salas onde se davam as lições para depois serem guardados numa pequena dispensa junto aos aparelhos de tortura dos escravos, formando o arsenal com que a Casa impunha o seu poder aos seus habitantes. Pais condescendentes geralmente esperavam do mestre a educação de seus filhos, entendida também como aplicação de castigos físicos e morais. (VASCONCELOS, 2005, p. 87)

Em 1841 como já citado antes, o regulamento da Casa de Educandos Artífices do Maranhão permitia o uso de castigos físicos, no caso a palmatoria que no artigo XXXII do regulamento da instituição fala que a palmatoria devia ser utilizada de forma moderada, mesmo com o método Lancasteriano. Em 1855 segundo Castro (2009), a Casa dos Educandos Artífices do Maranhão cria uma cadeira de mecânica e Artes que, no entanto, possui seu próprio regulamento, e no mesmo os castigos referentes a palmatoria desaparecem do regulamento da Instituição, segundo Sousa (2012) há uma hipótese para ter tirado os castigos físicos do regulamento de 1855, os castigos foram retirados por conta da proibição e por conta dos problemas gerados pelo uso frequente da palmatoria.

Há um relato abordado por Castro (2009) em seu trabalho a respeito da Casa de Educandos Artífices do Maranhão de um aluno que teve a “munheca” quebrada por um professor e é importante frisar que isso ocorreu em 1857, dois anos após a instituição proibir o uso da palmatoria como castigo:

Além da prisão, eram comuns os castigos corporais como a palmatória e cipós, usados contra os alunos menores, assim como cintas e manguais nos maiores de 15 anos. Esse hábito resultou em algumas situações de danos físicos, como a que sofreu o educando José Teixeira de Miranda, que teve “sua munheca quebrada” pelo professor de primeiras letras, por ter se “negado a esticar ou permanecer com as mãos esticadas para apanhar bolos” (Apud CASTRO, 2006, p. 237).

### **O Uso dos Castigos: Casa de Educandos Artífices do Maranhão**

Na província do Maranhão os castigos pedagógicos assim como nas outras províncias também existiam, principalmente na Casa de Educandos Artífices do Maranhão criada em 1853 e localizada na atual capital do Estado. A metodologia de ensino vigente nos regulamentos da instituição tinha o castigo como pedagogia de ensino, pois acreditavam que os castigos físicos seria a melhor forma para civilizar.

A instituição de ensino buscava cumprir a lei mais as pratica dos castigos já estava “impregnada” no cotidiano das pessoas, como afirma Souza (2012) que a “tensão entre a legislação e as práticas cotidianas no século XIX revela que preceitos gestados por uma instância de poder não significam, necessariamente, mudanças cotidianas e denuncia, também, a forte crença nos castigos físicos como caminho civilizatório”.

A câmara municipal em 26 de janeiro de 1830 pediu ao presidente da província que proibisse nas escolas o uso dos castigos. Tem havido regulamentos da instrucção publica proibindo-os. Infelizmente é letra morta, porque das próprias aulas publicas parte a infracção d’elles, salva as devidas excepções. (MARQUES, 1870, p. 137)

Mesmo após a proibição imposta pela Lei Imperial, a instituição ainda aplicava os castigos, como já abordado anteriormente, os castigos variavam desde prisões, palmatoria, cipós, cintas e dentre outros, mesmo com o método de ensino mutuo ou Lancasteriano. Muitos pais adeptos dessa metodologia, após a proibição

dos castigos como pedagogia de ensino, colocavam seus filhos em escolas particulares pois lá a lei não era muito fiscalizada.

Outra pratica bastante utilizada nas aulas de matemáticas naquele período era o método de aplicação da palmatória onde a professor pedia para os alunos ficarem em círculo, a atividade era chamada de “argumento” e era praticada os sábados, o professor pedia a tabuada o aluno que não respondesse certo, sem refletir e nem pestanejar era punido com um “bolo” de palmatória, em contrapartida o aluno que saísse vitorioso pegava a palmatoria para ele aplicar um “Bolo” nos colegas:

O aluno vitorioso tomava a palmatoria, que se achava sobre a mesa, e corria a roda, castigando com um bolo, ora forte, ora mais suave, conforme a simpatia que os ligava ou antipatia mútua, os companheiros que não haviam respondido, ou tinham respondido errado. Resolvido a compensar pelos esforços a injustiça da natureza, eu me tornei, em breve, um elemento respeitável na tabuada. E era com verdadeira delicia que, os sábados, no “argumento”, segurava com minha mão curta e grossa de plebeu, os dedos finos de mocinhas de quatorze ou quinze anos, afim de lhes aplicar na palma um bolo estalado e seguro, - dos que nós chamávamos “de pé atrás”-, que às vezes as fazia chorar. (CAMPOS, 1951, p. 204-205)

A partir dessa afirmação percebemos a severidade na sala de aula, os “relatos apontam seu uso (Palmatória) indiscriminado por parte de professores que, como mecanismos de controle e memorização, se valiam de outros alunos para a aplicação dos castigos de classe”. (SANTOS; OLIVERIA; MACHADAO, 2013)

Para Humberto de Campos (1886-1934) que esteve inserido no processo de ensino, como relatado na citação acima que, por ser uma pessoa perspicaz na tabuada tornou-se respeitado além de ganhar o direito de castigar os colegas, isso nos remete a pensar que por medo de apanhar de palmatória ele se viu na necessidade de aprender pra ganhar o direito de se “deliciar” em castigar os colegas, isso nos leva há um questionamento, será que o método Lancasteriano era aplicado de outra maneira, por se tratar de uma forma de recompensa que Humberto de Campos ganhou por seus méritos? Ou era apenas mais uma atrocidade da

pedagogia de ensino vigente no período em questão? São essas e outras perguntas que nos remete a refletir sobre os castigos pedagógicos no século XIX.

### **Castigos Corporais: Prós e Contras**

Podemos observar no decorrer das leituras que existia quem era contra e quem era a favor dessa pedagogia de castigo, há relatos que observamos no decorrer da pesquisa de pais que iam contra esse ato de castigar os filhos, pois muitas das vezes os filhos apareciam com hematomas e até com a “munheca” quebrada, por isso vários pais eram contra esse ato de castigo, no entanto havia pais e familiares que apoiava essa pedagogia de ensino:

O investimento realizado pelo Estado com o sentido de aboli os castigos físicos fazia parte do projeto civilizador. Atrás desse, novas relações foram traçadas entre professores e alunos, mas também entre governo, escola e família, permeada por tensões e conflitos em sua implantação. O Estado, ao trazer para si o controle da violência através das leis, confiscou dos sujeitos a plena possibilidade de arbitrar sobre a resolução de seus conflitos. (VEIGA, 2003, p.11)

Havia professores que passavam tempos sem aplicar castigos, mais por pressão dos pais e familiares e com receio de perder o aluno para uma escola particular acabava aplicando o castigo:

Com pesar e vergonha confesso que o tenho empregado [o castigo]; não que o julgue necessário, porque durante seis meses, neste anno, os golpes de férula não foram ouvidos nesta escola: mas por causa do preconceito que ainda existe entre a mór parte dos pais de que só é bom professor aquelle que faz constante uso da palmatoria, e eu, não querendo ficar desacreditado, vime na dura necessidade de reempregal-a; e porque nem todas as pessoas sabem dar valor as ideas como estas, que não sendo novas, para muitos o parecem (Apud DALCIN, 2005, p. 13)

Geralmente os castigos como a palmatória eram aplicados na aula de matemática onde o professor exigia do aluno uma eximia memória das operações matemáticas. “A lei foi criada para regular, porém outros meios são necessários para

promover a mudança cultural”. Porém, em quase todas as províncias existiam pessoas contra a prática dos castigos, não só no Maranhão mais praticamente em todas as províncias do país. Assim, a discussão migra do uso dos castigos nas escolas para o debate sobre em qual momento é o mais adequado utilizá-lo, levando a refletir sobre a dificuldade de aceitação por parte do Estado e dos familiares.

### **Considerações Finais**

Observando o panorama geral da educação brasileira, sobretudo, no que cerne a educação maranhense, percebemos nitidamente que no universo escolar e nas práticas de muitas instituições de ensino vigentes na dita província, os castigos físicos permearam, praticamente por todo o século XIX e início do XX, como forma de ensino e disciplina. Mesmo diante da lei imposta pelo Império, da qual proibia tais práticas, essa não obteve êxito, visto que a intuição oitocentista maranhense, a “Casa dos Educandos e Artífices do Maranhão” não cumpriu tais ordenamentos, pois a prática dos castigos já estava “impregnada” no cotidiano escolar como uma tradição.

O fato é que a educação no Maranhão ou melhor dizendo o método de ensino, baseava quase que exclusivamente através das punições físicas. Os professores percebiam que com essas práticas obtinham maior resultado de aprendizado, mesmo com a proibição as punições perante os educandos eram severas e causava medo nos mesmo onde, eles se viam obrigados a cumprir as partes que lhes correspondiam. Em alguns casos os próprios alunos, nas palavras de Humberto de Campos, se “deliciavam” dessa recompensa em aprender as operações matemáticas e castigar os colegas.

A casa de Educandos artífices do Maranhão por muito tempo utilizou essa pedagogia de ensino, a severidade dessas práticas por muitas vezes não era muito aceita nem por parte dos pais nem por professores que eram contra, existia também,

com já foi citado, professores e familiares a favor desses castigos pois achavam que a punição deveria ser imposta como recurso de aprendizagem.

Percebe-se então que no decorrer da história da educação vários métodos de ensino foram utilizados como o método lancasteriano que substituía os castigos físicos pelos de cunho moral, e como maneira de estimular a aprendizagem recorriam a concursos permanentes entre os alunos, com a distribuição de prêmios para os que melhor se sobressaísse, esses prêmios poderiam ser medalhas, roupas e outros objetos e certificados, no entanto o que mais prevaleceu no século XIX foi a pedagogia dos castigos corporais, para tanto “as escolas de ensino primário tinham antes o aspecto de casas penitenciárias do que de casas de educação”. (FLORSTA, 1989, p. 57-58). A pedagogia de ensino do século XIX faz jus ao ditado popular dito nos dias atuais “escreveu não leu, o pau comeu”.

#### **Referências:**

ARAGÃO, Milena. *Castigos escolares oitocentistas: alinhavando discursos, legislações e práticas*. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <https://scholar.google.com.br/scholar>. Acesso em: 01 de maio de 2018.

ARAGÃO, Milena. *Práticas de castigos escolares: enlaces históricos entre normas e cotidiano*. Disponível em: <https://scholar.google.com.br/scholar?> Acesso em: 17 de abril de 2018.

MARQUES, Augusto César. *Dicionário Histórico e geográfico da província do Maranhão*. Tipografia do Farias: Maranhão, 1870.

SANTOS, João Marcos Vitorino; OLIVEIRA, Luiz Antônio de; MACHADO, Maria Cristina Gomes. *As marcas do erro: Vestígios das práticas de castigos na instrução do século XIX – Uma análise a partir do pensamento do barão de Macaúba*. PUC Paraná: Curitiba, 2013.

SILVA, Diana Rocha da; SOUZA, Mateus de Araújo; SANTOS, Jarina Serra. *Os oficiais da instrução pública maranhense como fonte para a História da Educação (1893-1894)*. Bibliomar: São Luís, 2017 Disponível em: <http://www.periodicoeletronico.ufma.br/index.php/bibliomar/article/view/6615>. Acesso em: 20 de abril de 2018.

# LUGARES DE HISTÓRIA: USOS DOS ESPAÇOS PÚBLICOS NO ENSINO DE HISTÓRIA EM BELÉM DO PARÁ

**Adomiran Moreira de Araújo Junior**

Graduando do curso de História da Universidade da Amazônia-Unama

**Resumo:** Este artigo tem o objetivo de discutir os possíveis usos de espaços públicos na cidade de Belém do Pará no ensino de história na educação básica, nesta perspectiva propõem-se que estes espaços tenham relações com o conteúdo de história. Mesmo a escola não possuindo estrutura para deslocar os alunos a estes espaços, o professor pode introduzir no processo de ensino/aprendizagem discussões sobre praças, monumentos e museus que façam alusão a processos históricos, personagens e símbolos, no entanto este processo não deverá reforçar uma história oficial, mas problematizar estes espaços e fomentar nos educandos a possibilidade de relacionar os conteúdos de sala de aula com a cidade de Belém.

**Palavras-chave:** Ensino de História, Espaços Públicos, Cidade de Belém

## **Introdução**

Pretende-se discutir as várias possibilidades dos usos dos espaços públicos (Praças, Monumentos e Museus) da Cidade de Belém do Pará no ensino de história na educação básica, esta proposta não se baseia somente na ideia de que esse patrimônio material pode dar conta de abarcar todas as dimensões possíveis de análise nestes espaços, ao invés disso busca-se a problematização das edificações

construídas aos longos dos mais de 400 anos da capital paraense. Vejamos o exemplo da cidade do Rio de Janeiro, como o que nos aponta Maria Cecília Londres Fonseca.

Quando se olha, por exemplo, a Praça XV, no centro do Rio de Janeiro, um dos ícones do patrimônio histórico nacional, a evocação mais óbvia é a do poder real, suscitada pelo Paço Imperial, sede da Corte. Ao fundo, a antiga catedral, hoje igreja de Nossa Senhora do Carmo, atesta a importância, no Brasil colonial e imperial, do poder da igreja. Esses são testemunhos materiais imponentes, tanto do ponto de vista da ocupação e permanência no espaço da cidade, quanto dos padrões estéticos hegemônicos, valorizados como expressões de cultura à época do tombamento desses bens pelo SPHAN. Essa leitura da Praça XV, no entanto, está longe de evocar plenamente o passado, a sociedade da época e a vida que se desenvolvia naquele espaço. Poucos foram os registros que, como os deixados por Debret, Hildebrant (FUNDAÇÃO...,2000) e outros, captaram ainda a presença, nesses espaços, de mercadores, escravos domésticos, negros de serviço e alforriados, enfim, da sociedade complexa e multifacetada que por ali circulava. (FONSECA, Marília Cecília Londres, *Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural*, 2003, p. 56-67).

No trecho acima é possível perceber que somente a análise estética das edificações não é o suficiente para a compreensão ampla do que estes espaços representaram e representam na história, devido a isso é fundamental a desconstrução da história oficial, utilizando como referencial teórico a história problema postulada pelos “Annales” no século XX. Podemos verificar conforme o historiador Jacques Le Goff que a história deve partir do presente, ou melhor, dos “problemas” do presente para a busca da compreensão do passado, isso possibilita a superação de uma história “automática” por uma história “problemática”. Diante disto esta pesquisa propõem-se a compreensão dos espaços públicos como espaços não formais de educação que podem ser relacionados com a disciplina de história na educação básica possibilitando que os educandos façam relações entre a história do Brasil e a realidade local, além disso esta proposta permite uma aproximação dos conteúdos de história com o cotidiano dos alunos, pois os espaços, como por exemplo a Praça da República que é um espaço que os moradores de Belém em

algum momento de sua trajetória tiveram contato, pode ser utilizado nas aulas de República, pois a praça apresenta diversos símbolos da República, que podem ser utilizados pelo professor de história para discutir o processo de mudança de regime político de império para república, por que a praça foi denominada de República? Qual o significado dos símbolos? Que governo construiu a praça? Em que contexto a praça foi construída? Como foi o processo de implantação da República em Belém? Quais sujeitos ficaram alheios a este processo?



Fonte: Almanaque Belém 400 anos

### **Espaços Públicos como espaços não formais de Educação**

O professor de História ao introduzir em suas aulas essa relação entre os espaços públicos e os conteúdos da disciplina de história, precisa compreender que estes espaços devem ser problematizados junto aos alunos e que as informações que os educandos trazem consigo devem fazer parte do processo de construção do conhecimento, como nos assinala Paulo Freire que toda ação educativa deve ser fundamentada na participação popular em todas as fases do processo de ensino/aprendizagem.

Além da discussão dos aspectos históricos da praça, essa prática pode contribuir para o processo identitário dos educandos com a cidade e a aproximação

da história ensinada em sala de aula com espaços que fazem parte da vida dos alunos, com isso pode-se trabalhar o ensino de história, educação patrimonial, formação cidadã e com isso a possibilidade dos educandos se “enxergarem” como sujeitos ativos no processo histórico capazes de intervir no mundo como assinala Paulo Freire em sua pedagogia da autonomia.

O professor que pensar certo deixa transparecer aos educandos que uma das bonitezas de nossa maneira de estar no mundo e com o mundo, como seres históricos, é a capacidade de, intervindo no mundo, conhecer o mundo. Mas, histórico como nós, o nosso conhecimento do mundo tem historicidade (FREIRE, Paulo, Pedagogia da Autonomia, 1996, p.15.).

Nesta perspectiva os educandos precisam passar pelo processo de assunção do seu lugar no mundo como sujeitos históricos, e o ensino de história vinculado ao cotidiano dos educandos é essencial para este processo.

### **Igreja de Santo Alexandre como possibilidade de análise da Inquisição na Amazônia**

Fundada em 12 de janeiro de 1616, Belém do Pará apresenta diversos vestígios materiais de seu período colonial, andado por bairros como os da Cidade Velha e da Campina, é possível visualizar construções que datam dos séculos XVII e XVIII, além de diversas praças que guardam um pouco da memória da capital paraense. Pensando nesses diversos espaços como locais potencialmente privilegiados para o ensino de história na educação básica, propõem-se alguns exemplos para se trabalhar na educação histórica. Vamos pensar em uma aula de história moderna aonde o professor trabalhe com sua turma o processo de contra reforma católica em oposição a reforma protestante, e diante disto propor uma análise da ação da Santa Inquisição de Lisboa, mas pensando em uma relação com a cidade de Belém, neste caso pode-se discutir com os alunos a ação da Inquisição em Belém do Grão-Pará com a visita da

mesa da Inquisição à cidade, está visita que ocorreu entre os anos de 1763 e 1769 estabeleceu a mesa da Inquisição no Hospício São Boaventura e depois na Igreja de Santo Alexandre conforme apontamento do historiador Yllan de Mattos. Abaixo temos o possível local de instalação da mesa da Inquisição na Igreja de Santo Alexandre, aonde hoje funciona o Museu de Arte Sacra, no bairro da Cidade Velha em Belém.



Fonte: MATTOS, Yllan, *A Última Inquisição: os meios de ação e funcionamento da Inquisição Pombalina (1763-1769)*. Niterói, 2009, p. 142.

Com o exemplo da Igreja Alexandre como um registro material da história colonial do Pará, pode-se problematizar este espaço em sala de aula, contextualizando a construção da igreja que foi erguida a partir de principalmente mão-de-obra indígena sobre a tutela dos jesuítas e as diversas funções da igreja ao longo do tempo. Além disso abre-se a possibilidade dos alunos perceberem relações entre a história “Geral” ou história da Europa com a cidade aonde eles vivem, já que esta metodologia proporciona o reconhecimento de relações entre Belém e o ensino de História.

### **A Revolução Cabana representada na cidade de Belém**

A revolução social dos cabanos que explodiu em Belém do Pará, em 1835, deixou mais de 30 mil mortos e uma população que só voltou a

crescer significativamente em 1860. Este movimento matou mestiços, índios e africanos pobres ou escravos, mas também dizimou boa parte da elite da Amazônia (RICCI, Magda Cabanagem, cidadania e identidade revolucionária: o problema do patriotismo na Amazônia entre 1835 e 1840, 2006, p. 6).

No trecho acima a historiadora Magda Ricci aponta o caráter social da Cabanagem ou revolução cabana, movimento ocorrido entre os anos de 1835 e 1840 quando o Brasil ainda era um Império. A memória da cabanagem recebeu várias interpretações e continuidades, na cidade de Belém temos ruas, bairros, praças e monumentos que homenageiam a revolução e os seus principais líderes, dentre estes vários pontos da cidade este artigo destaca dois o Museu Histórico do Pará e o monumento da Cabanagem, estes dois espaços podem ser empregados nas aulas de Brasil Império nas discussões das revoltas do período regencial, vamos começar pelo Museu Histórico do Pará que abriga uma exposição permanente e um acervo com vários objetos cabanos, além disso o Palácio Lauro Sodré foi palco da ação dos cabanos que mataram o então governador da província e tomaram o poder em Belém.



Fonte: [www.recantoseencantosdasimone.blogspot.com](http://www.recantoseencantosdasimone.blogspot.com)

O museu histórico do Pará é um espaço que apresenta várias dimensões para o ensino de história, e um local fundamental para discussão sobre a revolução cabana. Outro ponto da capital paraense é o memorial da Cabanagem inaugurado em 07 de janeiro de 1985 em comemoração aos 150 anos do movimento cabano e

projetado pelo arquiteto Oscar Niemayer. Mesmo o memorial construído em período posterior a Cabanagem, este memorial é espaço que apresenta uma carga simbólica para o entendimento do movimento, pois conforme o próprio idealizador da obra este monumento representa a luta de um povo que foi dizimado pelo império e lâmina para o infinito aponta a infinitude da luta cabana, porém as rupturas na lâmina demonstram o momento em que a revolução foi esmagada, no entanto a luta do povo cabano continua viva na história e na memória, ou seja, a cabanagem continua seguindo seu caminho infinito ao longo da história.



Fonte: [www.pportalparamazonia.blogspot.com](http://www.pportalparamazonia.blogspot.com)

A partir da análise do monumento e da contextualização da construção e dos agentes envolvidos, é possível que professor e alunos possam construir relações entre os ideais da revolução cabana e a carga de significados que o memorial da cabanagem carrega.

### **Praça da República: Monumentos para o Novo Regime**

Com a mudança de regime político em 1889 o Brasil deixa de ser uma Monarquia e passa ter como regime político uma República, a adesão da província do Pará à República ocorreu no ano seguinte. Na cidade de Belém o governo cria

espaços e monumentos para homenagear o novo regime, pois como assinala Jacques Le Goff os monumentos são criados para homenagear feitos e vitórias.

No Oriente antigo, por exemplo, as inscrições comemorativas deram lugar à multiplicação de monumentos como as estelas e os obeliscos. Na Mesopotâmia predominaram as estelas onde os reis quiseram imortalizar os seus feitos através de representações figuradas, acompanhadas de uma inscrição, desde o III milênio, como o atesta a estela dos Abutres (Paris, Museu do Louvre) onde o rei Eannatum de Lagash (cerva de 2470) fez conservar através de imagens e de inscrições a lembrança de uma vitória. Foram sobretudo os reis acádios que recorreram a esta forma comemorativa. A mais célebre das suas estelas é a de Narâm-Sin, em Susa, onde o rei quis que fosse perpetuada a imagem de um triunfo obtido sobre os povos do Zagros (Paris, Museu do Louvre) (LE GOFF, Jacques, História e Memória, Campinas, 1990, p. 372).

Pensando na problematização desses espaços o professor de história pode fomentar em sala de aula a discussão em torno desse regime que se instalou no Brasil, a República em que contexto, como se deu este processo e como o Estado utilizou da história e de símbolos para legitimar a República e como uma praça do centro da cidade pode servir como espaço educativo para a reflexão das várias dimensões que este processo histórico apresenta. Começando pela própria historicidade da praça que já foi armazém de pólvora, cemitério e no período Imperial se tornou a praça Dom Pedro II e por último foi denominada de praça da República, abaixo temos alguns dos monumentos que compõem o conjunto arquitetônico da praça.



Fonte: Almanaque Belém 400 anos

A partir desses monumentos é possível que o professor levante questionamentos sobre os significados e o discurso apresentado na praça, além disso a contribuição dos alunos é primordial, visto que esta praça no centro de Belém é um local de encontros e memórias.

### **Considerações Finais**

Este artigo buscou criar possibilidades de utilização de uma metodologia no ensino de história na educação básica, que seja fundamentada na História “problema” dos Annales e que tenha relação com a cidade de Belém, ou melhor, com os diversos espaços públicos que a capital paraense apresenta, nessa oportunidade discutimos alguns espaços como a Igreja de Santo Alexandre (Museu de Arte Sacra), Palácio Lauro Sodré (Museu Histórico do Estado do Pará), Monumento da Cabanagem e Praça da República, espaços que fazem alusão aos períodos colonial, imperial e republicano. Com isso o professor de História pode provocar nos educandos um processo de reconhecimento dos conteúdos da disciplina de história com monumentos, praças e museus de Belém e conseqüentemente uma valorização desses espaços, pois com isso os alunos poderão traçar relações entre esses espaços e a História.

### **Referências**

FONSECA, Marília Cecília Londres, *Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural*, 2003.

FREIRE, Paulo, *Pedagogia da Autonomia*, 1996.

LE GOFF, Jacques, *A História Nova*, Martins Fontes, São Paulo, 1990.

\_\_\_\_\_, *História e Memória*, ES editora da UNICAMP, Campinas, 1990.

MATTOS, Yllan, *A Última Inquisição: os meios de ação e funcionamento da Inquisição Pombalina (1763-1769)*, Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

RICCI, Magda, *Cabanagem, cidadania e identidade revolucionária: o problema do patriotismo na Amazônia entre 1835 e 1840*, 2006.

# A IMPORTÂNCIA DA LEI 10.639/03 NO ENSINO DE HISTÓRIA

**Maria Cândida de Jesus Pereira**

Graduada em Licenciatura Plena em História, Especialista em Ensino e Professora efetiva de História, do Ensino Fundamental da Rede Municipal e Ensino Médio na Rede Estadual em Vila do Piauí- PI.

**Resumo:** O presente trabalho fala sobre a importância da efetividade da lei na construção de uma sociedade mais equitativa com mais justiça social e valorização da formação do povo brasileiro. Um país multicultural, que viveu 350 anos de escravidão, segundo maior população com afro descendentes do mundo, precisa garantir a valorização de sua matriz e Identidade. A presente lei é uma ação afirmativa, contribui para rememorar a história, mas urge mecanismo de efetivação num país que ainda precisa valorizar mais sua história. Kabengele Munanga “ressalta que somos descendentes da diáspora africana’. Assim a luta do movimento negro pela presente lei para a valorização, respeito e pertencimento aos afros descendentes constitui valor ao legado africano.

## **Introdução**

O presente trabalho nasce de uma prática educacional de docente que atua em sala de aula na disciplina de História, e inquietude sobre a efetivação da referida lei, diante da importância de ações afirmativas para garantir o pertencimento a História.

Um país que tem sua identidade mais africana do que portuguesa, não necessariamente precisaria de uma lei para incluir no currículo escolar, sua história, mas a lei é fruto de muita luta e militância do movimento negro. A importância da

lei 10.639/03 que torna obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira nas escolas e cujo objetivo é desconstruir o preconceito étnico-racial no âmbito do espaço escolar. A África desponta para o Brasil, a essência de sua História, Tendo em vista o contexto da escravidão do negro, o pós-abolição e as lutas contra o racismo que advém do período colonial faz-se necessário um esforço para desconstruí-lo em suas múltiplas formas de expressão. Não só por meio dos movimentos sociais atuando na sociedade e o meio acadêmico nas universidades, mas englobar o âmbito escolar desde o ensino básico ao ensino médio e trabalhar formas de desconstruir a discriminação, o preconceito e os estereótipos com a etnia negra. A aplicação lei objetiva iniciar nas escolas uma militância que desconstrua o racismo edificado há séculos na sociedade brasileira e o proporcionar uma formação adequada aos alunos sendo que vivenciam o racismo no seu cotidiano entender a formação do povo brasileiro, a contribuição dos afrodescendentes, na economia, cultura e identidade brasileira.



Palestra, intitulada: *Esperança Garcia*: mulher negra e escravizada- primeira advogada do Piauí, foi ministrada pela Professora, Maria Cândida de Jesus Pereira. A palestrante elaborou também apresentações culturais, vídeo e documentário sobre a Esperança Garcia

## Desenvolvimento

Partindo do pressuposto que somos descendentes da diáspora africana, um país que tem uma população miscigenada onde os afros descendentes são maioria, mas coexistente como minorias. Contudo o movimento Negro, em sua militância conclamam e garantem a existência da referida lei onde institui a obrigatoriedade no ensino da cultura afro brasileira no Ensino Fundamental e Médio alterando, e altera a lei 9394 de 20 de dezembro de 1996 estabelecendo as diretrizes e bases da educação nacional. Segundo dados do MEC, o Brasil está em segundo lugar no que diz respeito a grandes populações afrodescendentes (47%), perdendo apenas para a Nigéria. Haja visto que a história e economia brasileira foi formada a partir da mão de obra escrava, o violento processo de segregação racial, na qual o africano tornou-se inferior em sua própria pátria. Eis o desafio no ensino de História garantir o protagonismo e a identidade afro brasileira. **Cleidiane Cliveira Santos afirma que;**

Ensinar História e Cultura Afro-brasileiras e africanas não é mais uma questão de vontade pessoal e de interesse particular. É uma questão curricular de caráter obrigatório que envolve as diferentes comunidades: escolar, familiar, e sociedade. O objetivo principal para inserção da Lei é o de divulgar e produzir conhecimentos, bem como atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos quanto à pluralidade étnico-racial, tornando-os capazes de interagir objetivos comuns que garantam respeito aos direitos legais e valorização de identidade cultural brasileira e africana, como outras que direta ou indiretamente contribuíram (contribuem) para a formação da identidade cultural brasileira.

A lei 10639/03 visa fazer um resgate histórico para que as pessoas negras afro-brasileiras conheçam um pouco mais o Brasil e melhor a sua própria história.

segundo Ferreira (apud LEOPORACE, 2007), a nossa matriz de conhecimento, que é o que chega às escolas, é essencialmente eurocêntrica. A gente estuda História da Europa, História dos Estados Unidos, e é isso que a gente reproduz, é isso que a gente

tende a achar importante. Os outros Estados e aquilo que eles produziram os seus mitos, as suas crenças, para nós são descartáveis.

No entanto, além do estudo da África e dos africanos serão destacadas as lutas dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro as áreas social, econômica e política, pertencentes, também à História do Brasil.

### **Considerações Finais**

O estudo de assuntos decorrentes da história e cultura afro deve ser componentes dos estudos do cotidiano escolar, uma vez que os alunos tornam-se capazes de construir relações ético-sociais e pedagógicas, garantindo a valorização do legado, africano e identidade. Contudo, o ensino das relações étnico-raciais nas escolas brasileiras é uma medida preventiva fundamental contra o favorecimento da discriminação.

O referido trabalho vem destacar, no entanto, que as experiências e contribuições históricas dos afro-brasileiros têm sido trabalhadas como um mundo à parte da realidade nacional, por este motivo, é fundamental entendê-las enquanto realidade social, produtora da própria história.acionadas em todo currículo escolar principalmente nas áreas de Educação Artísticas, Literatura e História.

### **Referências**

BITTENCOURT, Marcelo. A questão étnica e racial nas eleições angolanas. In: *Estudos Afro-Asiáticos*. Rio de Janeiro: Cadernos Cândido Mendes. Centro de Estudos Afro-Asiáticos. (25):225-50.

MUNANGA, Kabengele, MANZOCHI, Helmy Mansur. Símbolos, poder e autoridade nas sociedades negro-africanas. In: *Dédalo, Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP*. São Paulo: MAE/USP, (25):23-38, 1987.

MUNANGA, Kabengele. Afinal, o que é a África? Coluna, In: *Revista Brio*, São Paulo, (1), 1995.

MUNANGA, Kabengele. África: trinta anos de processo de independência. In: *Revista USP - Dossiê Brasil/África*, São Paulo: Coordenadoria de Comunicação Social da USP, (18):100-11, jun./ago, 1993.

ADAMI, Humberto. Lei 10.639/03. Acesso em <26.03.2007> Disponível em <http://www.adami.adv.br/lei.

BARROS, Marcelo. África, Brasil, história e futuro. Porto Alegre-RS: PUCRS, ano 45, n. 379, ago/2007, p.8.

LEPORACE, Camila. Lei da cultura africana e afro-brasileira: combate à discriminação ou aumento da segregação? Acesso em < 26.11.2007> disponível em: <http://opiniaonoticia.com.br/interna.php.

MAIA, Verônica Lemos de Oliveira. Ensino da História e Cultura Afro-brasileira. Acesso em < 30.08.2007>; Dispositivo em: <http://www.overmundo.com/lei

PRESIDÊNCIA DA REPUBLICA. Lei 10639 de 9 de janeiro de 2003. Acesso em < 18.12.2007>; Dispositivo em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis.

SANTOS, Dionária da Silva. Afirmação negra e humanização de toda sociedade. In: *Jornal Mundo Jovem*. Porto Alegre-RS: PUCRS, ano 45, n. 382, nov./2007, p.12-13.

# **POR TRÁS DAS CÂMERAS: A PROPAGANDA COMO ARMA IDEOLÓGICA DURANTE O REGIME DITATORIAL DE ADOLF HITLER.**

**Thais da Silva Portela**

Graduanda em Licenciatura Plena em História pela Universidade Estadual do Maranhão-UEMA (Centro de Estudos Superiores de Caxias-MA-CESC).

**Resumo:** O presente projeto de intervenção foi apresentado à Disciplina de prática na dimensão curricular no ensino médio e desenvolvido na escola C.E Inácio Passarinho com a turma do 3 C, na cidade de Caxias-MA. Quanto ao projeto, trata de apresentar o uso da propaganda política e sua influência ideológica no regime nazista. Pretendeu-se ainda, analisar como os meios de comunicação atuaram a serviço do governo Hitler, através dos jornais, cartazes, livros, TV, cinema entre outros que tinham como finalidade promover os ideais nazistas durante a segunda guerra mundial. Ao avaliar a propaganda como uma ferramenta de poder, confirmou-se que as mensagens transmitidas para o público são capazes de interferir nas opiniões, ideias opiniões e convicções das pessoas, conduzindo comportamentos sem que ao menos percebam. Desta forma, foram explanadas as estratégias de persuasão, por meio das formas de representação que fizeram multidões de pessoas o seguirem, como suas ordenações e aprovarem suas concepções de forma que ocasionou em um grande genocídio de pessoas mundialmente conhecido na história, o Holocausto. Por essa razão, o projeto teve como objetivo mostrar e fazer refletir o poder que as propagandas ideológicas exercem sobre os receptores, visto que as propagandas políticas se tornaram cada vez mais persuasivas desde então, principalmente nos governos autoritários. Para embasamento teórico do texto foram utilizadas as contribuições de GARCIA (1999) e PAIS (2012).

**Palavras-chave:** Propaganda; Segunda Guerra Mundial; Holocausto.

## **Introdução**

As chamadas propagandas institucionais, que visam difundir ideias, comportamentos ou até mesmo estilos de vida, são utilizadas por diversos tipos de

emissores a fim de fazer com que suas ideias sejam aceitas pelas pessoas de uma forma que muitas vezes é difícil percebê-las. No meio social, este recurso é presente em várias relações sociais, como a que será tratada aqui, a relação entre político e povo, pois os governantes utilizam, principalmente, dos meios de comunicação de massa para a difusão de seus discursos e concepções. Em detrimento da influência que as propagandas têm sobre o público, o presente projeto de intervenção buscou apresentar de que modo as propagandas nazistas serviram como ferramentas de poder para a manipulação da população no governo ditatorial de Adolf Hitler.

Ao longo da regência de Hitler, as propagandas, por meio de jornais, televisão, rádio e cinema, serviram de estratégia para doutrinar alemães e popularizar a imagem do governante, desta maneira, boa parte do seu sucesso político deveu-se a esse artifício de dominação. A partir do governo de Hitler, por exemplo, o cinema passou a ser uma grande ferramenta nos governos ditatoriais seguintes. Por meio da análise das propagandas políticas produzidas no decorrer do regime nazista, os discentes do Centro Educacional Inácio Passarinho do 3º ano (turma C), puderam compreender como os meios de comunicação de massa foram essenciais para transmitir as mensagens do ditador, que induziram a população alemã a aprovar suas ideias de nacionalismo, que consistia em racismo e antissemitismo, e adotarem suas concepções de forma que ocasionou em um grande genocídio de pessoas mundialmente conhecido na história, por essa razão, o projeto também mostrou aos educandos o poder que as propagandas ideológicas exercem sobre os receptores com o objetivo de interpretar as consequências da realização de tais ideologias para a própria sociedade em si no período de guerra que se passava na Alemanha, fatos ocorridos nos anos do século passado que refletem ainda nos dias atuais, pois as propagandas políticas se tornaram cada vez mais persuasivas desde então, principalmente nos governos autoritários.

### **Os meios de comunicação de massa**

Com a popularização dos jornais e dos meios de comunicação, no século XX, grupos políticos notaram a capacidade de persuasão da propaganda, assim, ela tornou-se muito utilizada por diversos tipos de emissores a fim de fazer com que suas ideias fossem aceitas pelas pessoas, para difundir comportamentos ou até mesmo estilos de vida, de uma forma que muitas vezes é difícil percebê-las. Vários meios de comunicação de massa como jornais, livros, revistas, rádios, cinema, TV e internet, fornecem apoio para transmitir ideias, que nem sempre deixam perceber seus reais motivos de persuasão (GARCIA, 1999).

Com o passar do tempo, a propaganda contribuiu como ferramenta ideológica para a manipulação de massa em muitas áreas. A respeito da área ressaltada neste trabalho é a propaganda, a qual se percebe que ao longo de muitos governos, especialmente nos regimes totalitários, ela é e foi utilizada em seus vários conceitos para mobilizar as massas.

No período de eleições, as propagandas se tornam essenciais para os representantes que concorrem a cargos governamentais, dado que é um método que permite a “comunicação” entre os candidatos e seus eleitores. Por meio das propagandas políticas, os candidatos se apresentam ao público, por tanto, redes de comunicação de massa possibilitam a divulgação mais ampla das mensagens, ideias e imagem que o candidato almeja propagar com o anseio de ganhar aprovação e o voto do eleitor, levando ao resultado de sua eleição. Por outro lado, as empresas por trás dos veículos de divulgação das campanhas, avaliam os aspirantes a cargos políticos de acordo com porte físico, qualidades, popularidade, ideias, etc.

Particularmente, elementos que se fazem necessários para que o resultado do trabalho de divulgação traga compensação para ambos os lados (GARCIA, 1999). Neste contexto, constatamos a força de persuasão de uma propaganda vinculada aos meios de comunicação de massa, que interferem na opinião das pessoas que recebem as ideias transmitidas por um cartaz na rua ou até mesmo nos canais de TV, durante

o intervalo da novela, por exemplo. Esses grupos que propagam suas ideias, geralmente não querem que o devido público entenda a real intenção das informações passadas, para não comprometer seus objetivos, pois se o emissor consegue disseminar suas ideias e fazer com que os receptores assimilem aquilo pra si, provavelmente, ele será capaz de neutralizar outras ideologias que lhes ameçam.

O controle ideológico acontece na forma de pressões ideológicas, em que os receptores não tenham condições de analisar, julgar ou avaliar as ideologias que recebem, ocorre também diretamente sobre as pessoas, impedindo que elas se oponham às ideias dos seus emissores para não sofrerem repressões violentas. Dentro dessa perspectiva, os governos ditatoriais são modelos que mantiveram o controle ideológico através dos dois meios, como o que enunciaremos seguir.

### **A propaganda a serviço do nazismo**

Durante a segunda guerra mundial, Adolf Hitler liderou o Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães (NSDAP), que ficou conhecido como Partido Nazista, para tentar dar um golpe contra a república Weimar (1919-1933), mas foi preso, até que no cenário da crise de 1929 que se remete a queda da Bolsa de Valores de Nova York (SANTOS, 2012). Visto que a Alemanha havia perdido a primeira guerra mundial e muitas pessoas perderam boa parte de seus bens, as condições se tornaram favoráveis para que Hitler ganhasse adeptos e posteriormente se tornasse presidente da Alemanha em 19 de agosto de 1934.

Os seus pensamentos em uma crença de superioridade racial foram apresentados em seus textos desde seu ingresso no Partido Nazista, como em seu livro *Mein Kampf*, (Minha Luta) mostrando que faria o que pudesse para que os direitos dos judeus fossem removidos em relação aos outros estrangeiros, se evidenciando posteriormente o ato de remoção que ele realizou foi de milhões de judeus, através do extermínio dessa população (VAZ, 2013). Além disso, o

governante instigou, por meio de seus discursos em voz alta, com poucas palavras e convicto do que estava dizendo, muitas pessoas à alienação e a cometerem atos brutais de violência. Ele procurava atingir desde os mais jovens até os mais idosos, do mais culto ao mais inteligente.

No decorrer de sua gerência, a censura e a manipulação de massa fizeram parte do governo político do ditador. Ele utilizou dos meios de comunicação para “vender” suas concepções. O controle que exerceu deveu-se em parte por seus discursos para multidões, assim como por meio das propagandas nos filmes, jornais, cartazes, TV, cinema, rádio, livros e outros. Segundo Pais, (2012) para Hitler a propaganda só serviria para ele chegar ao poder, já seu ministro de propaganda, Joseph Goebbels, que teve a incumbência de construir a sua imagem mítica, admitia que a propaganda não devesse sumir em meio ao partido, mas sim fazer parte dele como uma ferramenta de manutenção do poder. Goebbels elaborou princípios, para conceber a toda a Alemanha, um inimigo em comum. Os princípios de Goebbels consistiam em difamar os seus inimigos, para que eles não possuam formas nenhuma de reagir a eles.

Desta forma, as propagandas nazistas exaltavam as constantes conquistas do Terceiro Reich contra os inimigos, além disto, as propagandas que todas as medidas tomadas contra os inimigos estrangeiros serviam para restaurar e manter a ordem do país, sendo assim, induziam atos de passividades em relação aos procedimentos do governo. Quanto às propagandas políticas nazistas também eram responsáveis por nutrir o sentimento de nacionalismo, que se caracterizava no compromisso e entusiasmo perante os fundamentos ideológicos do regime. A esse respeito, Pais (2012, p. 61) afirma:

*O regime nazi transformou a propaganda ‘numa arma (...) utilizada indiferentemente para todos os fins’ e, (...), a propaganda nazi e os discursos de Hitler em particular, tinham como objetivo invocar nas multidões ‘o sangue e a raça, importava-lhe apenas sobre-excitá-las, inculcando profundamente o ódio e o desejo de poder’.*

Goebbels criou um ministério de educação pública para que as propagandas fossem vinculadas ao cinema, rádio, arte e acultura. Incorporando assim, o controle que o regime do Terceiro Reich deveria exercer sobre o povo através da mídia. A sua função era orientar e envolver as multidões em todas as questões de interesse do Estado. Para Goebbels, o ministério da cultura e propaganda estava levando esclarecimento para a população e servindo de apoio para a restauração da pátria alemã, tornando a propaganda responsabilidade do Estado (PAIS, 2012). O gabinete central da Propaganda possuía o Departamento de Coordenação do Esclarecimento Popular e da Propaganda, com responsabilidade de criar desde cerimônias e demonstrações oficiais até emblemas nacionais envolvendo as questões raciais e as ideologias opositoras.

Havia também o quarto departamento que cuidava do rádio, da imprensa nacional e estrangeira, ainda existia o quinto que tratava da produção cinematográfica e teatro. Ao todo o Ministério tinha cinco departamentos, cada um responsável pelo controle da população nos ramos do rádio, imprensa, propaganda, cinema, arte, teatro e educação popular. Fica evidente que o governo da Alemanha nazi usou do seu poder para colocar todos os meios de comunicação ao seu dispor. O regime nazi conseguiu movimentar e persuadir as multidões ao seu favor, utilizando além do discurso, um dos recursos mais eficazes de disseminação de ideias, a propaganda, a qual trouxe ao partido nazista, muitos resultados.

### **Realização do projeto**

O projeto de intervenção consistiu em apresentar de que modo as propagandas nazistas serviram como ferramentas de poder para a manipulação da população no governo ditatorial de Adolf Hitler. Primeiramente, foi realizada uma abordagem com os discentes a respeito dos conceitos de ideologia, propaganda

ideológica, comunicação de massa e seus meios de propagação. Em seguida, foi estabelecido um breve aparato sobre o regime nazista inserido no contexto da segunda guerra mundial. Adiante, foi apresentado a figura de Adolf Hitler mostrando também como ele difundia seu pensamento através da manipulação da imprensa, incorporado ao seu discurso, persuadindo ideologias pelos meios de comunicação fazendo com que o público aceitasse este discurso.

No decorrer da aula pôde se averiguar a interatividade dos alunos com o conteúdo, com dúvidas e questionamentos sobre a figura de Hitler e suas ideias, as quais foram esclarecidas com eles, para assim, prosseguir na exposição das representações visuais que foram analisadas. Por meio de um projetor, fornecido pela instituição, iniciou-se a aula mostrando fotografias, cartazes e recortes de jornais que ilustravam o desprezo pelas pessoas que não eram “arianas”. A metodologia residiu em apontar como o governo usou da imprensa para influenciar o público, através de propagandas políticas, levando a considerarem corretas as atitudes de racismo, antissemitismo e violência contra judeus (os quais classificavam como seu principal inimigo), ciganos, deficientes físicos e mentais, homossexuais, testemunhas de Jeová, poloneses, afro-germanos e em suma, todos aqueles que os nazistas considerassem alguma ameaça à “supremacia racial” dos “arianos”.

No decorrer da interpretação das propagandas, foi observado como eles examinaram e decodificaram as propagandas e ideologias que levavam, com vista nisso, se propôs que os alunos percebam que as fontes utilizadas fossem além das imagens postas à sua frente, com a finalidade de que eles desenvolvessem sua criticidade diante de várias ideias que são transmitidas pelos aparelhos ideológicos de massa.

Na próxima etapa da aplicação do projeto, foram mostrados recortes de filmes para constatar que também não é difícil vermos as propagandas ideológicas nos meios de entretenimento, como o cinema. O primeiro filme destacado exibiu *Joseph Goebbels*, ministro da propaganda no regime nazista, declarando que os judeus

planejavam a destruição da cultura ocidental. Adiante, explanou-se, juntamente com os discentes, a respeito de uma propaganda no filme *THERESIENSTADT*, que consistia em passar, através das imagens, falsas ideias das condições em que viviam os judeus nos guetos, em meio à abordagem, buscou-se demonstrar como de fato eram as condições das pessoas que viviam nesses locais, a partir do vídeo de um dos sobreviventes do Holocausto, e um vídeo de crianças ciganas usadas em experimentos raciais, nos campos de concentração.

Outro filme analisado junto com os alunos foi sobre a abertura dos jogos olímpicos de verão de 1936, sediados em Berlim, pois durante as Olimpíadas, Hitler tentou camuflar seus objetivos expansionistas e antissemitas para impressionar os turistas, com tal finalidade as propagandas nas olimpíadas levaram um grande sucesso para os nazistas, passando uma imagem da Alemanha pacífica e tolerante para os visitantes. Depois das análises, foi realizado um diálogo acerca do tema tratado, ouvindo suas reflexões desenvolvidas, por meio das interpretações realizadas, além de entender como eles compreenderam as propagandas ideológicas após as análises, como também percebeu-se que, através do recurso audiovisual, podemos pensar os meios midiáticos como forma de registro do passado, estabelecendo, a memória trazida por esses artifícios, formando uma correspondência entre o passado e o presente.

### **Considerações Finais**

Em base, no projeto foi possível notar que os alunos compreenderam a influência das ideologias de massa nas propagandas políticas durante o regime ditatorial de Hitler, visto que através da socialização em sala das análises realizadas e das opiniões de cada um puderam exemplificar como os meios de comunicação de massa atuaram para mobilizar a população alemã no apoio à guerra e, como também, estimulou atos de extermínio em massa de judeus e outras vítimas do regime nazista.

Foram capazes de desenvolver a capacidade de análise e interpretação à cerca das fotografias, cartazes, jornais, filmes e documentários, que foram instrumentos de propagação das mensagens políticas nacionalistas de Hitler e atualmente são consideráveis fontes históricas que auxiliam na compreensão desse contexto histórico. Faz importante mostrar aos jovens adolescentes como avaliar fatos ocorridos no passado podem servir para refletir no presente e evitar que atos tão cruéis como o Holocausto não aconteçam mais, e isso pode ser possível conscientizado principalmente aos jovens que vivem em uma época distante do que aconteceu, contudo, foram capazes de perceber que muitos mecanismos como os que Hitler utilizou servem até hoje como a propaganda ideológica, servem de ferramenta de poder capaz de interferir nas ideias opiniões e convicções das pessoas, conduzindo comportamentos sem que ao menos percebam isso como forma de persuasão para justificar o racismo, segregação e extermínio e demais.

## Referências

GARCIA, Jhar Nélon. *Propaganda: ideologia e manipulação*. 1999. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/manipulacao.pdf>. Acesso em: 20 de maio 2018.

PAIS, Sandra Simões. *Propaganda – da teoria à prática: uma análise da propaganda nazi*. 2012. 100f. Dissertação (Mestrado) – Universidade da Beira Interior Ciências Sociais e Humanas, Covilha, 2012.

SANTOS, Valéria Cristiane Moura dos. Luz, Câmera, Hitler! Cinema e propaganda a serviço do nazismo. In: VI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA CULTURAL ESCRITAS DA HISTÓRIA: VER – SENTIR – NARRAR UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI, Teresina, PI. 2012. Anais... Teresina, 2013. p. 2-7.

SENSIATE, Ana Paula. O uso da oratória para o poder de Hitler. 2013. Disponível em: < <https://anasens.jusbrasil.com.br/artigos/432067652/o-uso-da-oratoria-para-o-poder-de-hitler-2013>>. Acesso em: 27 de maio de 2018.

USHMM. A propaganda política nazista. 2011. Disponível em: < <https://www.ushmm.org/wlc/ptbr/article.php?ModuleId=10005202>>. Acesso em: 24 de maio de 2018.

SENSIATE, Ana Paula. O uso da oratória para o poder de Hitler. 2013. Disponível em: < <https://anasens.jusbrasil.com.br/artigos/432067652/o-uso-da-oratoria-para-o-poder-de-hitler-2013>>. Acesso em: 27 de maio de 2018.

USHMM. Legislação Anti-Semita na Alemanha antes da guerra. Disponível em: < <https://www.ushmm.org/wlc/ptbr/article.php?ModuleId=10005681>>. Acesso em: 25 de maio de 2018.

USHMM. A propaganda política nazista – fotografia. 2011. Disponível em: < <https://www.ushmm.org/wlc/ptbr/gallery.php?ModuleId=10005202&MediaType=ph>>.

# O USO DO FILME NAS AULAS DE HISTÓRIA PARA OS ALUNOS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS A PARTIR DA OBRA DE CIRCE BITTENCOURT “ENSINO DE HISTÓRIA: FUNDAMENTOS E MÉTODOS”

**Antonia Stephanie Silva Moreira**

Acadêmica do curso de História pela Universidade Estadual do Maranhão (Campus Caxias)

**Resumo:** O presente ensaio busca evidenciar como os filmes vêm sendo utilizados nas salas de aula de Educação de Jovens e Adultos, e de que modo se faz o manuseio dessas produções cinematográficas. Lecionar em turmas com jovens e adultos requer do professor uma dinâmica flexível e por esse motivo é que os filmes se apresentam como uma ferramenta didática para o processo de ensino-aprendizagem. A partir de diferentes referenciais teóricos, em especial o livro da historiadora Circe Bittencourt, pretende-se estabelecer uma sucinta e relevante contribuição ao trabalho docente de professores de EJA nas escolas do município de Caxias-MA.

**Palavras-chave:** EJA. Filmes. Ensino-aprendizagem.

## **Introdução**

O objeto de pesquisa que será retratado neste ensaio é fruto de dois anos de pesquisa, ainda em fase de execução, sobre o uso dos filmes em sala de aula na Educação de Jovens e Adultos-EJA nas escolas Inácio Passarinho e César Marques ambas situadas no município de Caxias. A obra historiográfica utilizada é o livro *Ensino de História: fundamentos e métodos* de autoria de Circe Bittencourt, formada em

História e doutora em História Social e atualmente desenvolve pesquisas com relação ao ensino e aprendizagem em História.

A obra é considerada uma referência aos estudos de ensino de História, sendo assim os objetivos principais do livro se referem a propiciar aos professores dos diferentes níveis de ensino, reflexões sobre a finalidade de estudar História e o seu papel nas gerações atuais. E a partir disso é que no presente ensaio nos ocuparemos especificamente da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e como os professores estão utilizando os filmes como recurso que visa potencializar o processo de ensino-aprendizagem.

A Educação de Jovens e Adultos é uma modalidade de ensino criada pelo governo federal que tenta possibilitar a pessoas que não conseguiram ingressar dentro da faixa etária ideal, a possibilidade de adentrar o ensino regular. São em geral, pessoas mais velhas, que já trabalham no período diurno e que enfrentam uma outra jornada de estudo no período noturno para tentar compensar esses momentos anteriores de ensino e adquirir uma formação além da educação básica. É importante perceber as estruturas básicas que permeiam esse ensino e que muitas vezes não alcançam os resultados esperados.

E desse modo, o aprendizado para ser plenamente alcançado necessita, muitas vezes, sair da rotina do dia-a-dia escolar. Assim, deve-se partir do pressuposto de que os alunos precisam entrar em contato com as diversas formas para aquisição de conhecimentos importantes para formação de uma visão crítica da realidade. O cinema desta maneira, surge como alternativa de potencializar o processo de ensino aprendizagem dos jovens e adultos.

Mas como os professores estão utilizando esse recurso dentro da sala de aula? E ainda, como os alunos correspondem a esse recurso didático ministrado pelos docentes? Essas são algumas das perguntas norteadoras do trabalho em questão. Desse modo, busca-se compreender se há a utilização e como os professores estão fazendo uso de filmes em turmas de jovens e adultos nas escolas César Marques e

Inácio Passarinho, ou seja, um dos objetivos da pesquisa é realizar mapeamento das práticas educacionais dos professores de História nas turmas de EJA e quais são os desafios e possibilidades encontradas pelos docentes.

## **Fundamentação**

O cinema foi criado em 1895 e através dele são veiculadas informações, ideologias pertencentes a uma época específica ou simplesmente porque almejam algum objetivo dentro da sociedade. O cinema não era aceito no âmbito escolar até que a Escola dos Annales provocou uma mudança nos paradigmas impostos até então. No livro *A Revolução Francesa da historiografia: a Escola dos Annales 1929-1989*, Peter Burke já aponta para a ampliação do estudo sobre o campo historiográfico:

Da minha perspectiva, a mais importante contribuição do grupo dos *Annales*, incluindo-se as três gerações, foi expandir o campo da história por diversas áreas. O grupo ampliou o território da história, abrangendo áreas inesperadas do comportamento humano e a grupos sociais negligenciados pelos historiadores tradicionais. (BURKE, 1991)

Sendo assim, depois que a Escola Nova trouxe uma renovação para a História, o cinema se torna um meio muito enriquecedor de ensino e que vale ser admitido no bojo escolar. No Brasil, o cinema demorou a ser incorporado aos Parâmetros Curriculares Nacionais-PCN's sendo admitido apenas em 1998, porém as escolas da época ainda não estavam preparadas para incluir o cinema como ferramenta pedagógica fazendo com que ele ficasse mais um tempo fora da realidade das escolas brasileiras.

“Mas, conforme evidencia Favaretto (2004), é a partir da efervescência nas décadas de 1920 e 1930 que o cinema evidencia seu caráter educativo.” (TAVARES, 2014). Graças ao avanço das tecnologias, o cinema enfim passa a ser usado dentro das salas de aulas e ao longo do tempo vem contribuindo para o aprendizado dos alunos.

Nos últimos dez anos tem-se observado uma gama de propostas que visam proporcionar um ensino de História mais eficiente para a geração do mundo tecnológico em que estamos inseridos todos os dias e nesse sentido se adequar “[...] Com seus ritmos diversos de apreensão do presente e seu intenso consumismo, o qual desenvolve, no público escolar, expectativas utilitárias muito acentuadas”. (BITTENCOURT, 2008) É de suma importância para o trabalho docente nas turmas de EJA.

“A familiaridade e o convívio com a variedade de informações da televisão têm feito os professores utilizarem-se delas como parte integrante dos conteúdos escolares. (BITTENCOURT, 2008). Além de ser uma ferramenta que, pelo menos em tese, se aproxima do cotidiano do aluno e assim facilita a assimilação do conteúdo. Sendo um recurso visual, os filmes atraem nossos alunos pela maneira como as imagens e as mensagens podem ser problematizadas, fazendo relação com a realidade em que esses jovens e adultos estão inseridos.

É evidente o quão complicado seja para um adulto ou idoso voltar aos estudos, haja vista, que muitos deles já são chefes de família e assumem responsabilidades maiores com o trabalho e muitas vezes deixam os estudos em segundo plano. O cinema manifesta-se, portanto, como recurso pedagógico de extrema importância no que diz respeito a auxiliar e enriquecer o trabalho dos professores e coordenadores da EJA, bem como a vivência dos próprios alunos.

Como educadores reconhecemos que os filmes têm que ser utilizados como ilustração do conteúdo. “Sabe-se que o cinema é uma produção cultural que se insere na vida social das pessoas provocando mudanças no modo como elas enxergam a si mesmas e a realidade que as cercam. (FAHEINA, 2014) Como qualquer texto historiográfico, o cinema apresenta visão específica do passado, elaborada a partir de valores, intencionalidades e contextos sociais e culturais no qual o filme foi produzido. Nesse sentido, o cinema é aqui entendido como representação. E como afirma Circe Bittencourt (2008):

Os filmes não são registros de uma história tal qual aconteceu ou vai acontecer, mas *representações* que merecem ser entendidas e percebidas não como diversão apenas, mas como um produto cultural capaz de comunicar emoções e sentimentos e transmitir informações.

Um dos problemas que os docentes podem vir a encontrar é notadamente procurar entender o papel das tecnologias na cultura contemporânea haja vista que muitos dos professores não tiveram acesso a técnicas modernas de ensino durante os cursos de graduação, e além disso é importante para os docentes perceberem o alcance delas como difusoras de informações e o modo de tais informações se integrarem na configuração do conhecimento escolar.” (BITTENCOURT, 2008)

O filme como recurso pedagógico precisa promover o ensino, então para tal, é necessário que o professor tenha claro os seus objetivos e metas a serem alcançadas com a exibição do mesmo. Aliado à isso o professor de História que se dispuser a usar o cinema como meio de ensino em turmas de Jovens e Adultos deve desenvolver uma metodologia flexível e que seja condizente com o assunto ministrado e com a dinâmica da turma para que haja o resultado esperado, e um ponto essencial é o de problematizar as questões chaves de cada produção.

Em 1854 surgem as primeiras escolas noturnas no Brasil “cada uma trabalhando com objetivos particulares de acordo com as necessidades de cada região” (TAVARES, 2014) e a partir daí vão ser criadas pelo governo inúmeras campanhas para abranger os jovens e os adultos do Brasil, mas a maioria delas sempre foi marcada pela provisoriedade e descontinuidade.

Por isso que a educação de Jovens e Adultos é relevante e oportuna, haja vista a necessidade de uma atuação ativa e dinâmica e a própria carência dessa etapa da educação em provocar um ensino instigante e desafiador para seus discentes, na medida em que “esta é uma opção de ensino de História que privilegia a autonomia e a reflexão do professor na escolha dos conteúdos e métodos de ensino” (PCN,

1998). Na obra de BITTENCOURT (2008) encontramos o relato da professora Conceição Cabrini que lecionou no curso noturno, que aprofunda a ideia mencionada acima, e de acordo com a docente:

O aluno do curso noturno que ingressava na quinta série passou a ser percebido em suas deficiências e escolarização, por exemplo, no domínio da escrita e da leitura, mas também como portador de determinados conhecimentos históricos, pela sua história de vida.

Nesse sentido, é absorver os conhecimentos já adquiridos pelos alunos. Por isso que o uso do filme no espaço escolar é poder entender e problematizar os aspectos sociais presente dentro e fora do cotidiano da escola, e diante deles constituir reflexões sobre o papel de cada indivíduo na sociedade, além de compreender a própria relação com sua identidade, pois os alunos podem buscar pontos de reflexão acerca dos padrões sociais, sobre a maneira como eles se instituem a fim de apontar múltiplas maneiras sobre como devem seguir no cotidiano social.

Por isso é necessário que haja pesquisas como esta onde entende-se que “É preciso resgatar o sentido pedagógico do filme e entendê-lo como mediador de conhecimentos.” (FAHEINA, 2014). E vale ressaltar que a educação para se tornar eficiente na vida de um indivíduo só é possível se levá-lo a fazer críticas ao meio em que vive. Por esse motivo é que Bittencourt alerta:

[...] Assim a leitura do filme deve-se ater a cada elemento constitutivo da arte cinematográfica, as técnicas de sua produção, aos grupos sociais que interagem em sua elaboração, a política cultural, a sociedade que a produz e consome, atentando para todas as variáveis sociais, culturais e ideológicas.

Os filmes como qualquer outra fonte histórica devem ser submetidas a indagações e metodologias de análise e o professor deve ter em mente que nenhum filme é neutro, ocasionalmente todos tem a sua intencionalidade. Utilizar filmes em sala de aula requer o contínuo exercício da criticidade e reflexão do professor e dos

alunos, pois os filmes podem se caracterizar como fonte/documento ou discurso acerca de algum fato histórico ou não.

Como trato documental, estaremos trabalhando com o depoimento oral dos docentes das escolas já citadas, ou seja, História Oral, referenciando as falas mediante os teóricos apropriados (ARROYO, 2017; CHRIS, 2007, HALBWACHS, 2006), bem como os dados obtidos pelos questionários aplicados aos alunos. Por intermédio desses dados ainda espera-se identificar quais os desafios e possibilidades do processo de ensino aprendizagem através do uso dos filmes.

## **Conclusão**

Iniciado como projeto de extensão o objeto que foi retratado neste ensaio segue como pesquisa de cunho quantitativo e qualitativo acerca do uso dos filmes por professores de História nas turmas de jovens e adultos no município de Caxias-MA nas escolas Inácio Passarinho e César Marques. E a obra historiográfica que fundamentou as ideias mencionadas foi o livro *Ensino de História: fundamentos e métodos* de autoria de Circe Bittencourt. E o cinema desde que foi criado em 1895 oferece um meio lúdico de aprender se aplicado como ilustração do conteúdo ministrado.

A obra indica direções oportunas para o trabalho de professores que desejam inserir em suas aulas técnicas modernas de ensino como os filmes, por exemplo. Neste sentido, é que se fez uso das ideias da autora no que se refere a importância que os filmes adquirem no âmbito escolar se utilizados de forma correta pelo professor e pelos alunos. Para tal é que os professores devem desenvolver planos de trabalho bem claros e objetivos para que o cinema não perca seu caráter educativo. “Filmes, fotografias e músicas gravadas têm servido de fontes importantes para o conhecimento das sociedades contemporâneas.” (BITTENCOURT, 2008)

No que diz respeito a educação de jovens e adultos é intento desta pesquisa trabalhar especificamente com essa modalidade de ensino haja vista que muitas propostas educativas são voltadas somente para o ensino regular. O público da EJA são em geral pessoas mais velhas e que precisam de uma atenção maior bem como uma flexibilidade de metodologias por parte dos docentes, então não há motivos para campo historiográfico ser diferente.

Desse modo, buscamos pensar quais as experiências dos professores no ensino de História através dos filmes, ou seja, por meio de imagens e áudio na Educação de Jovens e Adultos. A relevância dos filmes na dinâmica da sala de aula ganhou mais visibilidade com a Nova História inaugurada (ROSA, 2013), onde as produções cinematográficas passaram a ser vistas como documento de investigação histórica. Nesse sentido, o historiador Marc Ferro (1992), considera que o cinema pode ser visto como agente transformador da História e registro histórico.

## Referências

- ARROYO, Miguel G. *Passageiros da noite: do trabalho para a EJA: itinerários pelo direito a uma vida justa*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Ensino de História: fundamentos e métodos*. 2ªed. São Paulo: Cortez, 2008, p. 53, 54, 99, 114, 176, 181, 187.
- BURKE, Peter. *A Revolução Francesa da historiografia: a Escola dos Annales 1929-1989*/Peter Burke; tradução Nilo Odália. – São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1991, p.89.
- FAHEINA, Evelyn Fernandes Azevedo. *A apropriação de filmes por educadoras na educação de jovens e adultos*. ESPAÇO DO CURRÍCULO, v.7, n.1, jan./abr.2014. p. 02, 07.
- ROSA, Cristina Souza; LERA, Josep María Caparrós. *O cinema na escola: uma metodologia para o ensino de História*. Educ. foco, Juiz de Fora, v.18, n.2, jul./out.2013.

TAVARES, Danielle Riella Rodrigues. *Oficina de cinema como possibilidade educativa para a educação de jovens e adultos: produção de sentidos e aprendizagens*. Trabalho de conclusão de curso- Faculdade de Educação do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2014, p.08.

# ANÁLISE DO FILME “VIDA DE INSETO” SOB A PERSPECTIVA DAS IDEIAS DOS PENSADORES ÉMILE DURKHEIN, MAX WEBER E KARL MARX

**Renata Aparecida da Silva**

Especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional, Educadora do Ensino Fundamental, Acadêmica de História – UNEMAT  
E-mail: rasjuara@gmail.com

**Resumo:** O presente artigo apresenta uma proposta de análise do filme “*Vida de Inseto*”, produzido sob a direção de John Lasseter e Andrew Station (Pixar/ Walt Disney) que no ano de 1998 esteve entre as cinco maiores bilheterias. É uma proposta apresentada pela disciplina de Introdução a Sociologia do curso de Licenciatura em História EAD, ofertada pela Universidade Estadual de Mato Grosso (UNEMAT) através da Universidade Aberta do Brasil (UAB). A presente análise é feita com base nas ideias dos pensadores Émile Durkheim, Max Weber e Karl Marx, assim, o objetivo principal deste artigo é identificar a relação de trabalho existente no filme sobre o prisma dos conceitos das teorias destes autores clássicos da sociologia, de maneira metafórica com temas como a relação de poder, alienação, revolução da classe oprimida, etc. Oportuniza-nos também, percebemos que uma animação não serve apenas para o entretenimento, mas também para fazermos assimilações com conceitos de pensadores da História, Sociologia, Filosofia e, até mesmo de outras áreas do conhecimento. Buscamos subsídios em Covezzi (2008), para podermos compreendermos os efeitos econômicos que a divisão do trabalho produzia na sociedade, assim como entender qual é o objeto de estudo da Sociologia, que ao contrário que muitos pensam, não é a sociedade, mas sim o indivíduo. Assim, como futuros historiadores, temos que ter subsídios definidos para assimilar o sentido das ações humanas nas esferas sociais, econômicas, política e religiosa.

**Palavras-chave:** Relação de trabalho. Divisão de trabalho. Filme. Sociologia.

## **Introdução**

Este artigo é uma proposta apresentada a disciplina de Introdução a Sociologia do curso de Licenciatura em História, ofertada pela Universidade Estadual de Mato Grosso (UNEMAT). É uma análise referente ao filme “Vida de Inseto”, produzido sob a direção de John Lasseter e Andrew Stanton (Pixar/ Walt Disney) que esteve entre as 5 maiores bilheterias do ano de 1998, sob a perspectiva das ideias de Émile Durkheim, Max Weber e Karl Marx.

Dentro dessa perspectiva, analisaremos esses três autores clássicos da Sociologia que foram inspirados pela Revolução Industrial e pela Revolução Francesa, tendo em comum o trabalho como objeto científico de seus estudos. Sabemos que a Revolução Industrial ocorreu de forma gradativa nos meados do século XVIII, representando um fenômeno internacional que ocasionou mudanças profundas nos meios de produção humanos, impactando pontualmente nos modelos econômicos e sociais de sobrevivência humana por toda a Europa. Já a Revolução Francesa representou um importante marco na História Moderna da nossa civilização, pois, estabeleceu o fim de um sistema absolutista que privilegiava a nobreza, tendo como lema os ideais iluministas de liberdade, igualdade e fraternidade que inclusive influenciou o movimento de Inconfidência Mineira no Brasil e a independência de alguns países da América Espanhola.

Assim, o objetivo desta análise é identificar a relação de trabalho existente no filme com os conceitos no campo da sociologia das teorias dos autores Émile Durkheim, Max Weber e Karl Marx. Desta forma, também faremos a conexão entre a relevância de uma animação e a assimilação de conceitos de pensadores da História, Sociologia, Filosofia e, até mesmo de outras áreas do conhecimento.

## **Justificativa**

O filme “Vida de Inseto”, indicado para análise levou em consideração os conteúdos que pudessem ser analisados sob a perspectiva das ideias dos autores clássicos da Sociologia: Èmile Durkheim, Max Weber e Karl Marx. A proposta leva-nos a assistir ao filme sob o prisma da Sociologia, tentando realizar um paralelo referentes aos temas: Solidariedade mecânica, dominações legítimas e ilegítimas, classe dominante e classe dominada(opressor/oprimido), luta de classes, mais-valia, alienação do processo produtivo, alienação do processo de consumo, tomada de consciência, revolução etc.

Portanto, esta análise vai além de uma atividade de lazer, pois é, uma pesquisa significativa no processo de aprendizagem do futuro historiador, isto é, terá em uma animação muito mais que um entretenimento. Assim, poderemos ter um subsídio não só para compreendermos os conceitos de pensadores da Sociologia, mas também das outras áreas do conhecimento.

### **Breve resumo do filme**

O filme “Vida de Inseto” relata a história de uma colônia de formigas que todos os anos precisa juntar alimentos para si e para os gafanhotos, que exigem delas uma elevada quantia de comida, em troca de não destruírem seu formigueiro, exterminando toda a sociedade da colônia, inclusive a rainha.

Um dia Flik, uma formiga da colônia, acaba por acidente derrubando toda a colheita que eles haviam juntado para dar aos gafanhotos. A partir daí a trama se desenvolve contra o tempo, pois a colônia tem que substituir a colheita(oferenda) para cumprir as exigências dos gafanhotos. Flik, se sente cansado das ameaças dos gafanhotos e sai à procura de outros insetos que estejam dispostos a ajudar a colônia a enfrentar os gafanhotos.

### **As teorias clássicas sob a ótica da análise do filme**

## Émile Durkheim

Durkheim (1858-1917), é considerado o primeiro autor a definir com objetividade um objeto para a Sociologia e um método de estudo. Assim, o fato social torna-se este objeto, tendo como base que a justificativa da vida social se fundamenta na sociedade. De acordo com Covezzi (2008, p.55):

Os efeitos econômicos que a divisão do trabalho produzia eram menores que os efeitos morais. A verdadeira função da divisão do trabalho seria a de criar um sentimento de solidariedade entre as pessoas, porque as necessidades de ordem, de harmonia e de solidariedade social são consideradas morais.

Desta forma, Durkheim realiza estudos para confrontar as sociedades mais simples e tradicionais em relação a divisão do trabalho e especialização das funções. Assim, a divisão social do trabalho para Durkheim dividia-se em: solidariedade mecânica e solidariedade orgânica.

Corroborando com Durkheim, podemos identificar no filme “Vida de Inseto”, seu conceito de solidariedade na sociedade das formigas, haja vista que é possível deparar-se com uma assimilação harmônica entre todas os membros da colônia. Desta maneira, observamos também que no contexto da história do filme, predomina-se a solidariedade mecânica, pois:

nas sociedades em que a consciência individual se confunde com a consciência social, resulta uma solidariedade sui generis, nascida da semelhança, ligando diretamente o indivíduo à sociedade e tornando harmônica a convivência social, a solidariedade é mecânica. Os indivíduos compartilham crenças, valores e dependem pouco da especialidade das funções de outras pessoas. (Covezzi, 2008, p.56)

Considerando esse contexto, notamos a ideia de solidariedade mecânica desde o início da trama, quando vemos que a personagem principal “Flik,” acaba por derrubar toda a oferenda aglomerada durante o verão, que seria destinada a pagar às

exigências dos gafanhotos. Assim, quando os gafanhotos vão pegar sua oferenda e não encontram nada, ficam furiosos e passam a ameaçar toda a colônia, exigindo que ela passe o resto do verão colhendo alimentos para eles.

Este cenário representa uma situação difícil, pois a colônia de formigas tem que guardar alimentos para si para não morrerem de fome. A partir desse contexto, o ato do Flik é visto como uma ação contra toda a sociedade, pois ao romper o elo de solidariedade, o pensamento coletivo que a sociedade tinha se desfaz.

Desse modo, a solidariedade mecânica a que Durkheim se refere, é vista na “divisão de trabalho” na cena em que mostra que a Princesa Atta estava sendo preparada para posteriormente assumir o trono de rainha. O ofício da princesa, retrata a solidariedade mecânica, pois não depende de sua vontade, já estava definido antes dela nascer. Assim, ocorre o mesmo com o restante do formigueiro, pois independente de uma escolha ou vocação profissional, as tarefas são divididas por idade ou por sexo, e as especializações são hereditárias, ou seja, são passadas de pais para filhos sem uma razão específica.

Outro ponto que merece destaque no filme para fazer um paralelo com a teoria de Durkheim é quando Flik se oferece para sair da ilha em busca de ajuda para lutar contra os gafanhotos. Quando certo tempo depois ele retorna com um grupo de insetos dispostos a lutar contra os gafanhotos que exploravam a colônia, as formigas o recebem confiantes na vitória, porém quando descobrem que Flik não havia contado a verdade sobre os insetos, que na verdade eram circenses e não lutadores, se decepcionam e os insetos circenses que acreditavam que estavam indo para a colônia para ocupar uma vaga de emprego no ramo artístico, sentem-se enganados. Esta omissão resulta na expulsão de Flik da colônia, pois ele ofende a consciência coletiva do grupo quebrando a coesão de sua sociedade.

**Max Weber (1864 - 1920)**

Segundo Covezzi (2008, p.85) Weber estabelece que “o objeto de estudo da Sociologia não pode ser a sociedade, mas o indivíduo; essa seria a única maneira de compreender o sentido das ações humanas”. Para Weber, na sociedade sempre há a tendência de quem domina quem, entre um indivíduo e outro sempre há um conflito, não há solidariedade e sim dominação.

Considerando esse contexto, observamos na cena do filme em que a rainha Atta designa que as formigas cumpram sua missão de colher os alimentos levando-os até a pedra onde depositam a oferenda para os gafanhotos. Eles chegam, comem e vão embora. Elas mantem a tradição, que ocorre na mudança de estação, não violarão as regras e cada um segue sua vida adiante. Destacamos que aqui ocorre a relação de dominação, entre a classe dominada que são as formigas e a classe dominante que são os gafanhotos.

Nesse sentido, é interessante perceber que as formigas cumprem seu dever por medo e não por solidariedade, pois os gafanhotos que as ameaçam são mais fortes. Os gafanhotos têm consciência de que uma formiga não representa uma ameaça, porém se estiverem juntas poderiam superá-los. Para que isso não ocorresse, os gafanhotos através de ameaças exigiam das formigas o alimento colocando-as na condição de submissas e dominadas. Essa é a ideia de dominação de Weber.

Nessa perspectiva, a dominação dos gafanhotos não se sustenta quando as formigas descobrem que ao se unirem são bem mais numerosas e podem lutar contra eles (dominação ilegítima). Já a dominação que a rainha exerce sobre as formigas é legítima, pois as formigas a reconhecem como sua líder e mentora e que esta condição é passada de mãe para a filha (dominação tradicional), assim, apesar da limitação da tradição, a rainha de acordo com seus princípios pode tomar decisões.

### **Karl Marx (1818 – 1883)**

Para Marx, o conceito fundamental para entender o desenvolvimento da sociedade é o trabalho (Covezzi, 2008, p.65), assim para ele a sociedade é dividida em

classes sociais: a dominante e a dominada. No filme são apresentadas duas classes: formigas (classe oprimida) e os gafanhotos (classe opressora).

Nesse sentido, é interessante perceber a dialética, conceito muito utilizado por Marx. Com o surgimento dos gafanhotos (que representam a classe opressora) na trama, surge sua oposição referente a classe oprimida (formigas), assim esta relação é marcada por um excessivo processo exploratório de uma classe sobre a outra, quando os gafanhotos exigem que as formigas lhe deem os alimentos.

Dessa maneira, percebemos explicitamente no filme a Luta de classes. Toda a história até os nossos dias é a história da luta de classes, (Marx, 2005). As classes sociais não convivem harmonicamente, encontram-se em luta permanente, estabelecendo entre si relações de antagonismo. (Covezzi, 2008, p.72).

A personagem Atta, rainha da colônia em determinado momento se queixa que as formigas colhem a comida e que os gafanhotos ficam com grande parte dela, aqui é possível fazer um paralelo com as ideias marxista, quando uma classe se põe contra outra, marcando o conflito de interesses e o antagonismo, que é a exploração do opressor contra o oprimido. Enquanto as formigas focando suas necessidades primárias, colhiam os alimentos para sobreviverem durante o inverno (produção agrícola), os gafanhotos procuravam o deleite de seus interesses que era a acumulação e a ostentação de alimentos, colhidos por outros, no caso as formigas que tinham que sustentar os gafanhotos. Assim, fica evidente o conceito de mais-valia como ponto chave dessa cena. Covezzi exemplifica da seguinte forma:

Podemos tomar como exemplo o trabalho de um professor numa escola particular. Um professor é responsável por uma sala de aula de 25 alunos. Supõe-se que o professor trabalha 20 horas por semana e é contratado por R\$ 1.500,00. Cada pai de aluno paga uma mensalidade de R\$ 400,00 reais. O que rende à escola R\$10.000,00 por mês. Supõe-se que as despesas dessa sala de aula custem em torno de 60% das mensalidades, incluindo aí o salário do professor. Os 40% restantes são o lucro do dono da escola. Esse lucro é constituído por uma parte do trabalho do professor que não é pago, e constitui na mais-valia. Esse lucro pode ser investido na melhoria ou ampliação

da própria escola ou em outro setor da economia, como uma forma de reprodução do capital. (Covezzi, 2008, p.78)

Conforme mencionado, o conceito de mais-valia de Marx pressupõe que o explorador tem o monopólio dos meios de produção, e se um trabalhador não corresponder às expectativas de trabalho esperada ele é demitido e outro é admitido em seu lugar. Já no filme, o conceito de mais-valia representa o prescindível poder dos gafanhotos sobre as formigas, ou seja, dos opressores sobre os oprimidos.

Outro ponto que merece destaque no filme é a cena inicial, na qual aparece uma trilha de formigas voltando da colheita em um processo de divisão de trabalho, e uma folha cai nesta trilha quebrando o fluxo de movimento. Imediatamente, a formiga que ficou para trás do fluxo, se perde da trilha e se desespera, pois não sabe como agir, depende de outra formiga para orientá-la a contornar a folha e encontrar a trilha de produção. Aqui mostra que a formiga operária só sabe fazer determinada função, ou seja, é apenas usado sua força de trabalho (mercadoria), isto caracteriza de acordo com Marx a Alienação do processo produtivo. As formigas não podem consumir os alimentos que colheram, uma vez que estes são de exclusividade dos gafanhotos. Conforme a teoria de Marx, isto é a Alienação do processo de consumo. Assim, de acordo com Covezzi:

Para Marx, o processo de alienação necessita ser desvendado para se compreender a condição de exploração e dominação a que se submetem os homens que fazem parte da classe dominada[...]na sociedade capitalista são as relações de trabalho que mais alienam. Os homens são expropriados do produto do seu próprio trabalho, e com isso são alienados ou divorciados do seu trabalho. (Covezzi, 2008, p. 73)

Nesse sentido, uma fala de Flik chama a atenção: “Eu sei que não é tradição das formigas fazer coisas diferentes (...)”. Aqui fica explícito que Flik instiga as outras formigas a uma revolução, e a partir deste momento inicia-se o fim da alienação. Também podemos observar na trama que quando a colônia resolve lutar contra os

gafanhotos, todas participam (sejam velhas ou crianças), e que o primeiro a se rebelar contra os gafanhotos é Flik, quando tem a ideia de construir um pássaro que servira de armadilha para acabar com os gafanhotos. Esta ideia envolve todos da colônia, enfatizando a tomada de consciência e despertando a todos para dar um basta na exploração imposta pelos gafanhotos.

De acordo com Marx (2005), há diferentes etapas de desenvolvimento pela qual o proletariado passa para garantir sua própria existência em sua luta contra a burguesia. Assim, em um primeiro momento os operários lutam individualmente, em seguida organizam-se os operários de uma fábrica e por último os operários de um determinado ramo industrial de uma localidade contra cada um dos burgueses que os exploram diretamente.

Neste momento, faz-se propícia a análise da cena do filme em que Flik enfrenta o gafanhoto dizendo-lhe: “Por muitos anos as formigas pegam comida para elas e para vocês, gafanhotos. Então, qual é a espécie mais fraca?! Formigas não servem para vocês! São vocês que precisam de nós! Chega de exploração!”. Aqui inicia-se a revolução: os gafanhotos se deparam com todas as formigas contra eles e inicia-se a briga de forma física. Como são em menor número, os gafanhotos são derrotados pelas formigas que os expulsam, eliminando assim, o poder que eles têm sobre elas. Os oprimidos se voltam contra os opressores, o que Marx chamaria de socialismo, no caso aqui na colônia das formigas. A rainha da colônia tem o controle estatal e extingue as classes, oportunizando a divisão igualitária dos produtos (renda) e da colheita do alimento (produção para subsistência).

## **Considerações Finais**

Conforme o exposto na análise acerca do filme “Vida de Inseto”, percebemos que toda sociedade por meio da ação e do trabalho daqueles que a constituem pode ser transformada. De acordo com as ideias de Durkheim, a colônia de formigas que se constituía em uma sociedade era solidária, pois mantinham harmonia entre todas os membros da colônia.

Nessa linha de raciocínio, percebe-se que em Weber temos o conceito de dominação, que por um lado era exercido pela rainha (legítima) ao qual as demais formigas se submetiam e com quem cooperavam e por outro lado tínhamos a dominação dos gafanhotos (ilegítima) que ameaçavam as formigas. As formigas eram a classe dominada pela classe dominante que eram os gafanhotos.

Com Marx, temos o conceito de tomada de consciência que fez toda a diferença na vida daquela colônia de formigas, a partir do momento em que deixaram de ser alienadas. Tendo em vista os aspectos observados, podemos ousar e dizer que o filme “Vida de inseto” insinua uma comparação implícita (metáfora), entre os insetos e os seres humanos, revelando situações que ocorrem no convívio social, principalmente as situações em que há oprimidos e opressores.

## Referências

COVEZZI, Marinete. *Sociologia I: introdução à sociologia*. Cuiabá: EdUFMT, 2008. Capítulos IV e V.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *O manifesto comunista*. 15. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008. 67 p. (Coleção leitura) ISBN 8521901976.

VIDA DE INSETO. Direção: John Lasseter. Co- direção: Andrew Stanton. Produção: Darla K. Anderson e Kevin Reher. Animação: Andrew Stanton e Donald McEnery & Bob Shaw. Cor, dublado, EUA, Walt Disney & Pixar, 1997. (102 mim).

## O LIVRO DIDÁTICO NA FORMAÇÃO: ANÁLISE DOS AGENTES SOCIAIS ENVOLVIDOS NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM<sup>42</sup>

**Joice da Conceição Lima**

Graduanda do curso de Licenciatura em Ciências Humana com Habilitação em História, bolsista do Programa de Residência Pedagógica, Universidade Federal do Maranhão Campus VII/Codó MA.

**Resumo:** Este trabalho visa fazer uma análise do livro didático como uma ferramenta de trabalho dos professores. Os livros didáticos como recurso para o desenvolvendo da criticidade do aluno a respeito da sua realidade, possibilitando o vislumbre da desigualdade social. O conhecimento formal aliado a informalidade, ou seja, as diversas linguagens e recursos utilizados que contribuem para o enriquecimento do conteúdo, trabalhado pelo professor com base no livro didático e da aproximação deste com o conhecimento que o aluno leva para dentro da sala de aula. Uma crítica social a respeito da falta de investimento na educação e dos agentes sociais envolvidos neste processo complexo de ensino/aprendizagem. Tendo como aporte teórico dentre os quais Pierre Bourdieu, e estudiosos da educação.

**Palavras-chave:** Livro didático. Professor. Ensino/aprendizagem.

### Introdução

O familiarizar do professor iniciante com o livro didático tem por objetivo adentrar no que tange a escolha de sua ferramenta de trabalho, o preparando para trilhar na carreira da docência, a escolha do livro didático tem influência direta

---

<sup>42</sup> Trabalho apresentado a disciplina Prática e Análise do Livro Didático, como componente avaliativo.

sobre decisões profissionais e de como o mesmo irá atuar. Pondo em vista a qualidade do material, o livro didático pode ser interpretado como o denominador comum responsável pelo ensino/aprendizagem. Devendo conversar tanto com o professor quanto com o aluno, enquanto leitores do conteúdo e desenvolvedores das atividades propostas. Exercendo graus de significância. Levando em conta as realidades encontradas dentro de sala, e da comunidade escolar que a integram, vale lembrar a possibilidade de a teoria entrar em colapso quando em contato com as dificuldades encontradas, das quais muitas vezes o profissional tem liberdade limitada por parâmetros impostos pela instituição de ensino, que o limitam ao livro didático, a qual o professor torna-se prisioneiro de uma rotina exaustiva de exercícios do livro. Das quais a maioria se torna irrelevante ao ensino/aprendizagem frente a uma realidade cuja a mesma não é vivenciada pelo aluno, referente ao distanciamento do conteúdo com a condição sociocultural e econômica do mesmo.

Os livros didáticos e as diversas linguagens (imagens, mapas, poemas, letras de músicas etc.,) encontradas neste, são de grande importância na formação do aluno/estudante e da relação deste com o ensino/aprendizagem. Direcionando na busca pelo conhecimento, mas também agindo na construção social. Requerendo um cuidado especial quanto a escolha dos livros, para que estes não sejam uma ferramenta de exclusão por conta de alusões a modelos culturais, étnicos e raciais que alimentam o sistema de dominância entre classes excluindo e colocando na inexistência a realidade de muitas crianças. Pontuando que “A educação transmite às crianças modelos de comportamento. Mas nem todas as crianças adquirem os mesmos modelos, porque nem todas são educadas no mesmo meio social” (CHARLOT, 2013). O livro didático como uma ferramenta nas mãos dos professores, deve passar confiança, ser um meio para trabalhar além do conteúdo direcionando para outras formas de conhecimento, assim como desenvolver a criticidade referente a realidade social dos alunos.

## **A docência e o livro didático**

O professor encontra muitos desafios em sala quanto ao desinteresse do aluno e as dificuldades referentes a estrutura que é disponibilizada a ele para exercer seu trabalho de forma didática e eficiente. Aspectos que variam a depender da instituição, (pública ou particular), o que tange ao modelo de desigualdade a qual a nossa sociedade é fincada, trabalhando um sistema de hereditariedade em que o rico recebe oportunidades que garantam o seu sucesso e o pobre continue empobrecido. Constituindo uma assertiva na fala de Pierre Bourdieu (1983), quando o mesmo conclui que interpretar a juventude como algo homogêneo não levando em conta as diferenças sociais, consiste em uma manipulação da realidade, pois no meio social os jovens não têm oportunidades iguais, não pertencendo a uma mesma classe social. Neste sentido é compreendido o papel do professor e a escolha do livro didático, como consciente da realidade a qual vai ser trabalhado e do público leitor, professor/aluno. Uma base sólida para que o aluno alcance autonomia para buscar outros textos, desenvolvendo assim sua criticidade quanto ao que a ele é oferecido como leitura.

Existindo expectativas quanto ao “bom ensino” e resultados no desempenho escolar do aluno, o que em casos pressiona o professor a aderir a uma prática voltada exclusivamente ao livro didático. Devendo obediência ao conteúdo disposto no livro, este acaba preso em rotinas de exercícios exaustivos. Por déficit em sua formação, ou mesmo por não conseguir aplicar a teoria na prática, devido às incertezas das múltiplas realidades encontradas em uma sala de aula, o professor mesmo quando transcende ao livro didático, buscando recursos variados como auxílio para desenvolver o conteúdo, encontra dentre outras barreiras a resistência dos próprios alunos que não entendendo ou aceitando a didática requerem o uso do livro.

Por este motivo não somente a escolha, mas como a construção teórico-social do livro deve ser planejada de modo que a educação vise oferecer oportunidades tanto ao aluno quanto ao professor, independentemente de sua condição de autoridade. Tendo que ser uma ponte para o ensino/aprendizagem de ambos, assim como de trocas de conhecimentos. Um instrumento de trabalho, leitura e aprendizagem que:

Por desfrutar de uma tal importância na escola brasileira, o livro didático precisa estar incluído nas políticas educacionais com que o poder público cumpre sua parte na garantia de educação de qualidade para todos. Pela mesma razão, a escolha e a utilização dele precisam ser fundamentadas na competência dos professores que, junto com os alunos, vão fazer dele (livro) instrumento de aprendizagem (EM ABERTO, 1996).

Todos os componentes que constituem o livro didático, em especial suas linguagens devem estar de acordo com o que ele se propõe, no significado ou simbologia, imagens ou outros gêneros textuais, mapas, ilustrações e demais recursos tem de ser para enriquecer as temáticas. Já que é através do livro didático que o aluno irá relacionar-se com o aprendizado. O livro em seus significados será para e pelo o aluno uma construção sujeita a alterações feitas de acordo com sua percepção de mundo. Embora alguns dos significados portados pelo livro, possam vir a conflitar-se com o conhecimento adquirido por vivência do indivíduo. Partindo desta perspectiva em que o aluno leva para dentro de sala vivências individuais, familiar ou demais grupos sociais, é que podemos entender a construção do conhecimento formal como fruto de outras vivências e que a escola e o livro didático os introduz a um conhecimento científico, por intermédio de desmistificações, o professor deve ser o auxiliar desta desconstrução. “Alunos, por exemplo, que acreditam que o leite azeda porque o saci cuspiu nele, dificilmente mudarão de opinião pela mera leitura de um texto que os informe sobre contaminação do leite como fruto da falta de higiene” (EM ABERTO, 1996).

A história da vida é uma dessas noções do senso comum que entram como contrabando no universo científico; inicialmente, sem muito alarde, entre os etnólogos, depois, mais recentemente, com estardalhaço, entre os sociólogos. Falar de história de vida é pelo menos pressupor – e isso não é pouco – que a vida é uma história e que, como no título de Maupassant, *Uma vida*, uma vida é inseparavelmente o conjunto dos acontecimentos de uma existência individual concebida como uma história e o relato dessa história. É exatamente o que diz o senso comum, isto é, a linguagem simples, que descreve a vida como um caminho, uma estrada, uma carreira, como suas encruzilhadas (Hércules entre o vício e a virtude), seus ardis, até mesmo suas emboscadas (Jules Romains fala das “sucessivas emboscadas dos concursos dos exames”), ou como um encaminhamento, isto é, um caminho que percorremos e que deve ser percorrido, um trajeto, uma corrida, um *cursus*, uma passagem, uma viagem, um percurso orientado, um deslocamento linear, unidirecional (“a mobilidade”), que tem um começo (“uma estreia na vida”), etapas e um fim, no duplo sentido, de termino e de finalidade (“ele fará seu caminho” significar ele terá êxito, fará uma bela corrida), um fim da história (BOURDIEU, 2006).

Os critérios de avaliação do livro didático, que resultam na compra do produto, é relativamente algo recente decorrente de políticas públicas ratificadas pelo Estado Novo, a chamada Comissão Nacional de Livros Didáticos é responsável pela criação de regras que envolvem a produção, a compra e o planejamento do uso do livro didático. Tendo em vista a diversidade de projetos políticos e culturais, a educação tem conquistado patamares ascendentes de preocupação, atribuindo-lhe o papel de formação da nacionalidade. O Ministério da Educação e Saúde, assumiu o controle do conteúdo dos materiais educativos implantados nas instituições escolares. A educação é tomada como responsável pelo difundir de valores, ou seja, de condutas decorrentes de normas estabelecidas no currículo de materiais voltados a instruir; o livro didático é, pois, um material ideológico de destaque, mecanismo que divulga os valores de domínio público, determinado por um regime (MIRANDA, 2004).

A educação forma a personalidade, assim, para suportar toda as frustrações ligadas à vida social, inclusive aquelas engendradas pela injustiça, pela desigualdade e pela dominação de classe. A educação é política enquanto constrói a personalidade a partir de bases psicológicas que têm um significado político (CHARLOT, 2013).

É perceptível o investimento em livros didáticos, e da preocupação com o conteúdo que nele consta, como se este fosse a solução para resolver os problemas que envolvem a educação no país. Esquecendo-se das carências de outros materiais dentro das escolas, e da dificuldade que o professor encontra em desempenhar seu trabalho com eficiência devido a estrutura escolar, culpando a formação do professor ao invés de tentar solucionar ou refletir sobre os problemas sociais que acarretam no péssimo desempenho educacional, o governo não investe na formação de professores, e nem incentiva a leitura por meio da construção de bibliotecas nas escolas, assim como demais necessidades que visem o conforto do aluno dentro das escolas públicas. Comportamentos que não estão desligados dos livros didáticos e da discussão sobre a educação e o ensino/aprendizagem, intrinsecamente ligados a comunidade escolar como resultante da sociedade como um todo.

### **Considerações finais**

A discussão sobre o livro didático é algo amplo, complexo em suas possibilidades que envolvem a educação, o ensino/aprendizagem, o desempenho do professor em sala, a estrutura escolar assim como o investimento nestes aspectos. Falando-se da sociedade como agente geradora deste cenário sócio-educacional-econômico, e que afeta na formação dos indivíduos pertencentes a este meio que deveria proporcionar subsídios para uma educação e um “bom ensino”. Mas que muitas vezes deixa a desejar, por falta de investimento, fora o livro didático na educação como um todo; na formação de professores e na estrutura físicas das

escolas de modo a ser um ambiente agradável e de possibilidades de estudo, pesquisa e de ensino/aprendizagem para todos os agentes sociais.

## Referências

BOURDIEU, Pierre. *A ilusão biográfica*. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes. Usos e abusos da história oral. (8ª edição) Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 183-191. Disponível em: < [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1185/mod\\_resource/content/1/Bourdieu%20%20A%20Ilus%C3%A3o%20Bibliogr%C3%A1fica.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1185/mod_resource/content/1/Bourdieu%20%20A%20Ilus%C3%A3o%20Bibliogr%C3%A1fica.pdf)>. Acesso em: 28 de dezembro de 2018.

BOURDIEU, Pierre. *A juventude é apenas uma palavra*. In: BOURDIEU, Pierre. *Questão de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

CHARLOT, Bernard. *A mistificação pedagógica: realidade social e processos ideológicos na teoria da educação/ Bernard Charlot; tradução Maria José do Amaral Ferreira*. – Ed. rev. e ampl. - São Paulo: Cortez, 2013. – (Coleção docência em formação: saberes pedagógicos/ coordenação Selma Garrido Pimenta).

EM ABERTO (1996) *Livro didático e Qualidade de Ensino*. Brasília: INEP, n.69.v.16. Disponível em: < <http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/issue/viewIssue/231/71>>. Acesso em: 27 de dezembro de 2018.

MIRANDA, Sonia Regina e LUCA, Tania Regina de. *O livro didático de história hoje: um panorama a partir do PNL D.Rev. Bras. Hist. [conectados]*. 2004, vol.24, n.48, pp.123-144. ISSN 0102-0188. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01882004000200006>>. Acesso em: 28 de dezembro de 2018.

## **“AULA SEM MORDAÇA”: O COMBATE AO RACISMO E A LUTA PELA IGUALDADE DOS ALUNOS EM SALA DE AULA**

**Ayrton Costa da Silva**

Acadêmico do Centro de Estudos Superiores de Caxias-CESC/UEMA. Bolsista PIBIC-UEMA. Membro do grupo de Estudos e documentações em história social e política do Maranhão. E-mail: ayrtoncosta1994@gmail.com

**Camila Joseane e Sousa Rios Costa**

Acadêmica do Centro de Estudos Superiores de Caxias-CESC/UEMA. Curso história. E-mail: camila19k2011@hotmail.com

**Resumo:** O presente artigo faz parte de um projeto desenvolvido numa escola Municipal na cidade de Caxias-MA, e também, a partir de nossas experiências enquanto professores estagiários em sala de aula. Cabe ressaltar o que nos chamou atenção foram à vivência entre os alunos, principalmente, as relacionadas aos negros, as relações de racismo, preconceitos que foi algo rotineiro dentro desta realidade. Além disso, foram detectados problema como ausência de livros didáticos sobre a história da cultura afro brasileira, já que a lei 10.639/03 defende o ensino como obrigatório, como meio de erradicar os estereótipos relacionados ao tema proposto.

**Palavras Chaves:** Racismo; Ensino; Igualdade.

### **Considerações Iniciais.**

O Racismo é um tema que nunca sai da moda, volta e meia nos deparamos com discursos de inferiorização contra o próximo, sejam através de noticiários televisivos, nas redes sociais e até mesmo nosso dia a dia. Embora o assunto já seja rotineiro em muitos trabalhos e até mesmo no campo acadêmico, ainda assim

encontramos enormes dificuldades em erradicar essas práticas tão abusiva cometida com tanta frequência, e principalmente, no meio escolar. O projeto de combate ao racismo e a luta pela igualdade dos alunos em sala de aula, faz parte de nossas observações diárias numa Escola Municipal do ensino fundamental na cidade de Caxias-MA. Tendo como intuito o objetivo de amenizar, conscientizar e principalmente fomentar nos educandos o respeito ao próximo em sala de aula.

Já de imediato, deixamos nítido que a escola já trabalha com o tema em datas comemorativas, como o dia da Consciência Negra, ainda é muito latente o racismo entre os alunos. Mas o que leva esse sentimento tão nitidamente apresentado pelos alunos? Nesta análise percebemos as enormes dificuldades dos próprios alunos negros em não se identificar enquanto negro talvez isso se explique pelo preconceito, ou motivos de chacotas dos colegas. Logo, o nosso objetivo é conscientizar e tentarmos fazer o esforço para erradicar e não compactuar, também, com discurso de inferioridade dos nossos alunos.

Dentro dessa relação, também será ressaltada as questões da ausência do livro didático sobre a cultura afro brasileira, já que “o livro didático ainda é, nos dias atuais, um dos materiais pedagógicos mais utilizados pelos professores, principalmente nas escolas públicas” (SILVA,2005, p.22). Salientamos que existe o livro didático, mas de maneira mais geral, valorizando mais a cultura do homem branco, e quando se refere ao afro brasileiro existe a ausência do conteúdo, ou é tratado de maneira superficial. Diante desta realidade foram abordados alguns temas pertinentes sobre o assunto como os conceitos de racismo, classe, leis, movimentos negros e conquista.

Portanto, “aula sem mordaza” é um pequeno projeto de luta contra os preconceitos instalados em nossas salas de aula, um cotidiano presente na vida dos professores. Assim, tentamos proporcionar para os alunos a conscientização, sendo esta, uma das maneiras de impedir o avanço destes atos em sala de aula, que por vez acabam que estimulando os alunos a não ir pra escola, por medo dos discursos de

inferioridade. Sabemos e temos a plena consciência que o papel da escola está acima de passar conteúdo, mas sim preparar indivíduos para que vivam numa sociedade harmoniosa e sejam conscientes de seus direitos e deveres como cidadão.

A problemática suscitada nesse projeto está baseada na necessidade e importância de se trabalhar esta temática com os diversos sujeitos que compõem a realidade do ensino fundamental. O racismo em termos gerais não se refere apenas ao grupo étnico dos negros, mas também a outras etnias. Porém este projeto tem como enfoque entender a partir do contexto histórico brasileiro, como o racismo se manifesta na vida dos sujeitos negros e de todos na sociedade, como o mesmo opera e contribui para a desigualdade no contexto social. A realidade da desvalorização do negro, parte, principalmente, da questão racial, que advém de um panorama histórico não tão distante. A chegada dos colonizadores em terras que posteriormente foram denominadas de Brasil foi o ponto de partida para uma sociedade em que a cor da pele era o marcador social das condições e diferenciações entre os sujeitos que compunham a sociedade colonial.

Com base nesses dados, o projeto partiu da necessidade de fortalecer o combate ao racismo em sala de aula. Uma vez que, os conteúdos que retratam os negros seguindo uma historiografia tradicional estavam presentes dentro desse processo. E o racismo na escola conforme os “parâmetros, os alunos são levados a compreender a cidadania enquanto participação social e política; a posicionar-se de modo crítico e construtivo; a conhecer características sociais, materiais e culturais do país” (MUNANGA, 2005, p. 10). Portanto. O projeto “aula sem mordaza” faz parte desse processo educacional visando contribuir para coibir os preconceitos.

### **A ausência do livro Didático e a proliferação de estereótipos.**

Em meio a uma historiografia tradicional, “o Livro didático, de um modo geral, omite ou apresenta de uma na simplificada e falsificada o cotidiano, as

experiências e o processo histórico cultural” (SILVA, 2005, p.23) uma vez que, o próprio livro de didático ainda é, por vezes, o único recurso, não dizendo que o docente não pode renovar, mas é o único mecanismo de acesso dos alunos ao conteúdo. Nessa análise, os educandos da escola não tinham acesso à internet, embora vivemos numa era digital. Ausência destes tipos de assunto em sala de aula acarreta em desconhecimento e a práticas abusivas de estereótipos.

Mas prosseguindo com esta análise, a história tradicional menciona que próprio ato de transportar muitos homens negros da África para realizar os trabalhos em terras brasileiras, já explicitava essa ideia de superioridade e as condições que eram transportados demonstrava o desprezo e a desvalorização da vida humana, pois eram transportados como animais. Esses negros ao chegarem no Brasil, logo, eram feitos escravos. A desvalorização e os maus tratos se intensificavam pelo, que se sabe, a legitimidade de leis era redigida por uma elite colonial. Partindo dessa ideia de legitimação e dominação o negro sempre foi visto como inferior no sistema colonial, sobre isso a historiadora Maria Luiza Carneiro aponta que:

Com relação aos negros [...]. Tratando-os como seres inferiores, verdadeiros animais ou objetos, o grupo dominante encontrou um pretexto para explorá-los como mão-de-obra escrava. Eram ridicularizados por seu aspecto físico ou por seus costumes e, sob pretexto de que possuem sangue impuro, estavam proibidos de exercer cargos públicos, militares e religiosos (1999, p. 10)

Fica subtendido assim, que o período colonial foi o principal ponto de partida para esta prática degradante, Maria Carneiro ainda afirma que: “Herdamos do período colonial um mundo repleto de preconceitos apesar do intenso processo de miscigenação”. (p.10). Os movimentos imigratórios no Brasil acarretaram em inúmeras e múltiplas heranças de expressões culturais por todo o Brasil. Assim, diante dessa realidade com o tempo foram surgindo estereótipos fomentados pelo discurso dominador.

## **O discurso de desigualdade em sala de aula.**

Diante desta análise, discursos presenciados como “Boca de lata”, “pretinho”, não é fácil para um negro se posicionar diante de uma sala genuinamente branca, pessoas de pele clara. Mais o curioso nesta análise de observação foi que na mesma sala de aula, os próprios colegas de classe que também eram negros criticavam o outro, através da cor da pele, além de outros termos que mencionei anteriormente. Diante desta realidade trabalhamos com alguns conceitos chaves para entendimento da realidade que cercam a vida dos educandos. Que foi o termo classe, para que os jovens pudessem se conscientizar sobre si mesmo.

[...] o termo “classe”, utilizado dessa maneira, passa a significar, ao mesmo o tempo, condição social, grupo status atribuído, grupo de interesse e forma de identidade social (...) “classe” não é concebido como podendo referir-se a uma certa identidade social ou a um grupo relativamente estável, cujas fronteiras sejam marcadas por forma diversas de discriminação, baseadas e atribuídos como a cor [...]. (GUIMARÃES, 2012, p.47).

O termo classe é um mecanismo de desigualdade social, o seu lugar de fala também diz muito sobre a pessoa, o indivíduo e o meio a qual este inserido. Apresentamos também outro tema que chega a gerar dúvidas e polêmicas que são os sistemas de cotas, na qual o negro para adentrar na Universidade precisa ser submetido. São vistos como inferiores, que quando for competir no mercado de trabalho, a cor o impede de concorrer a uma vaga? Tendo como estas realidades mencionadas acima, foram discutidas com a sala. É interessante mostrar aos educandos os mecanismos de que a própria sociedade utiliza, para legitimar a desigualdade.

Contudo, estereótipos e preconceitos raciais continuariam atuantes na sociedade brasileira durante todo o período, intervindo no processo de competição social e de acesso às oportunidades, assim como

influenciados no processo de mobilidade Intergeracional, restringindo o lugar social dos negros. (JACCOUD, 2008, p. 52)

Outro tema pertinente foi a luta dos movimentos negros que garantiram direitos em prol da população negra e que são muito conhecidos atualmente, como na área da educação, estes temas são visto em sala de aula, uma vez que, nos parâmetros curriculares com a lei 10.639/2003 legalizada pelo governo Lula, a aplicação do ensino em História da cultura afro-brasileira nos currículos escolares, desde que, adote um padrão de respeito e valorização desta identidade cultural, mas olhando com receio, à práticas de diálogo sobre o tema, ainda precisa atingir um grupo maior de pessoas. A partir dessa ideia, surgem várias discussões que envolvem o negro, e os acontecimentos que está a sua volta.

As conquistas foram várias ao longo do tempo, isso com muita luta. Datas hoje muito presente em nossos calendários foram conquistados pelos movimentos negros, por exemplo, o 13 de maio: libertação dos escravos e 20 de novembro: consciência negra, mas também marcado pelo símbolo de luta. O mais relevante foi o ensino obrigatório da cultura afro brasileira nas escolas. Segundo nossa constituição, artigos 26-A: “Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficinas e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e cultura afro-brasileira.” (BRASIL, 2003). Em defesa e combate ao racismo e qualquer outra manifestação de desigualdade em sala de aula.

Na parte final do Projeto, foi desenvolvido uma atividade designada como “A cruzada contra o Racismo” aonde os educando tiveram que elaborar frases com perguntas e respostas, nessa atividade o intuito foi analisar como os alunos assimilaram o conteúdo que foi explanado, o que aprenderam, as curiosidades e além de uma mensagem de reflexão contra o racismo. Chegamos a conclusão que o projeto foi um êxito, embora as dificuldades existissem. Portanto, o combate ao racismo é uma luta diária, e que deve ser erradicado dentro do processo de ensino aprendizagem. Nessa pequena jornada em sala de aula, ao detectamos as problemáticas, acompanhamos de perto os discursos que estão ao redor, como às

políticas educacionais são falhas, mas de maneira alguma não devemos fechar os olhos para com esse tema, uma vez que somente assim poderemos viver numa sociedade mais justa e com direitos iguais.

## Referências

MUNANGA, Kabengele. (org.). *Superando o racismo na escola*. 2ª ed. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília, 2005.

SILVA, Ana Célia da. A desconstrução da discriminação no livro didático. In: MUNANGA, Kabengele (org.). *Superando o Racismo na Escola*. 2ª Ed. secretaria de educação. Brasília, 2005.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *O racismo na História do Brasil: mito e realidade*. São Paulo, 1999.

BRASIL, Constituição. 2003.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. *Classes, Raças e Democracia*. Ed. 34. São Paulo. 2012.

JACCOUD, Luciana. Racismo e republica: o debate sobre o branqueamento e a discriminação racial no Brasil. In: THEODORO, Mario, (org.). *As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil 120 anos após a abolição*. IPEA, Brasília, 2008.

# “DIÁRIO DE UM PROFESSOR”: VIVÊNCIA COMO PROFESSOR ESTAGIÁRIO NUMA ESCOLA DO ENSINO FUNDAMENTAL CAXIAS-MA

**Ayrton costa da Silva**

Acadêmico do Centro de Estudos Superiores de Caxias-CESC/UEMA. Curso: Licenciatura em História. Bolsista PIBIC-UEMA. Membro do grupo de pesquisa e documentação em história social e Política do Maranhão

**Jakson dos Santos Ribeiro**

Professor Adjunto I da Universidade Estadual do Maranhão-CESC/UEMA Coordenador do Grupo de Estudos de Gêneros do Maranhão-GRUGEM. Doutor em História Social da Amazônia-UFGA

**Resumo:** O presente trabalho faz parte das minhas experiências enquanto professor estagiário numa escola da rede Municipal na cidade de Caxias-MA. Dentro desse trabalho, falo das minhas expectativas e desafios encontrados em sala de aula. Quero ressaltar o papel do professor, está acima do que só repassar conteúdo, foi assim meu papel perante as turmas de 9º anos, primeiramente em trabalhar algo diferente no cotidiano da sala, já que é quase impossível fugir do ensino tradicional, mas é possível. Portanto, enquanto um agente transformando de realidade dos jovens, o docente deve arquitetar e acreditar em um futuro melhor e cheio de oportunidades.

**Palavras-Chave:** Ensino de História. Estágio Supervisionado. Escola.

## **Introdução**

A História aqui tecida faz parte das minhas experiências enquanto professor estagiário numa escola de rede Municipal da cidade de Caxias-MA. Foi dessa maneira meu caro leitor que iniciei o meu estágio em uma escola municipal, pela

primeira vez não senti o nervosismo de estar a frente de uma turma, onde todos os olhares estão voltado para mim, parece que ali naquela imensidão de olhares curiosos, o meu esforço e a minha persistência foi de pensar o novo, e desde quando é fácil fazer o novo. As palavras que me fizeram proferir em sala de aula nesse pequeno e curto intervalo, me fez perceberem o quanto elas podem ser tocadas, sentidas pelos os nossos alunos, e essas tem tanta força para conquistar outros adeptos do conhecimento. Muitos dos jovens que estavam em sala de aula, meu caro leitor, são pessoas da zona rural, que sai de suas casas, pegam um ônibus lotado com outros alunos para poder chegar ao destino escolar, com a vontade de aprender.

Foram estes olhos que me fizeram pensar na minha prática de ensinar e tentar fazer o novo, passei noites mal dormidas pensando em como resolver o problema em sala, como as conversas paralelas que eram constantes, porque as minhas palavras não tinham sentido para eles, assim todo o meu esforço de trazer a tona esses pensamentos me fizeram pensar na minha prática de ensinar, uma vez que temos que ser realistas, perceber as causas das sensações satisfatória. Portanto, fazer com que “a compreensão do aluno como sujeito no processo histórico é uma exigência encontrada nas propostas pedagógicas” (FEMINIANO, 2014, p.9), fazer do aluno o centro do conhecimento, partir de sua realidade é um mecanismo que realmente funciona, já que, o aluno aprende fora da escola também, e que quando o mesmo adentra no campo escolar é só para aprofundar aquilo que o jovem já conhece, porque a História está presente e basta que com auxílio do professor apenas compreenda o que está a sua volta.

Logo, também quero destacar o papel da escola, por sinal muito bem estruturado, com ar condicionado, o quadro em perfeita condição, as carteiras são dignas e que promove o aprendizado do educando. Em relação aos recursos tecnológicos em sala de aula, ainda é muito escasso tendo que, volta e meia, está agendando, um data show, já que o corpo docente utiliza deste recurso, demorando assim para a realização da atividade, por isso que muitos professores fazem de suas

aulas algo básico, o tradicional, devido a essa demanda. Também quero chamar atenção, para o campo tecnológico, a escola não disponibilizar-se de internet, mas toda a sala tem professores que esta sendo o tempo todo vigiado. Pois, pra mim ficou nitidamente que é mais fácil vigiar o professor do que lhe apurar com recursos que promovam a facilitação da transmissão de conhecimento aos alunos.

Aqui lembro a obra de Foucault, "Vigiar e Punir" aonde o mesmo cita a ideia do olhar panótipo, o olhar que enxerga tudo. Será mesmo que colocar câmaras em sala de aula resolve o ensino aprendizagem? Possivelmente não, vigiar um professor é um dos maiores erros do sistema educacional imposto, é como se a escola tivesse mais preocupada se o professor realmente está dando aula. E esquece-se de atitudes simples, como cobrar a participação dos pais nas escolas. Neste caso, eu não tenho muito à falar, na verdade parablenizo a direção da escola pelo empenho de fazer reuniões com os pais dos alunos, para ver as notas. Fora nessa perspectiva que um dia fui surpreendido duas vezes na escola, com pais que chegavam para saberem o comportamento do filho. "Mas essa liberdade não é um substrato identificável em si mesmo. Para Paulo Freire (1974), ele se configura na práxis, na medida em que funda no saber/fazer. Escolher, deliberar, exercer a liberdade" (FERREIRA,1993, p.8), e nessa perspectiva com o termo liberdade que a educação mesmo que engatinhando ainda deu um dos maiores passo para com a aproximação entre escola e comunidade.

Outro ponto pertinente diante dessa realidade e na minha pequena jornada, que eu quero ressaltar são os conflitos sociais, além da abordagem de temas transversais que estão muito presentes no ensino, a ideia de racismo devido a cor da pele dos colegas ainda está muito longe de ser erradicado da escola. Como atuar diante desta realidade? É muito difícil, embora, já temos vencido alguns obstáculos contra a discriminação, mas senti falta do livro didático, que ressaltasse a cultura africana, para que o professor possa trabalhar de maneira a combater esse tipo de preconceito que ainda persiste e continua. Segundo Moreno, o ensino não pode ficar

alheio a essa nova forma de conceber a ciência e o mundo que já está predominando nos dias de hoje. A ciência enquanto explicadora do mundo, ainda esta muito longe de solucionar problemas simples, quando se cria políticas adequadas para coibir certos atos nocivos ao próprio ser humano, por isso os temas transversais, ainda deve integrar, conforme Moreno, impregnar toda a prática educacional que estar presente nas diferentes áreas curriculares.

### **Olhares que pedem Renovação**

Como fazer diferente? Ao entrar naquela sala dos 9º anos, pra mim foi uma gratificação imersa, lembrei quando era estudante, agora está ali como professor, senti a responsabilidade e a força do papel que o professor tem diante da sociedade, formar mentes pensantes e críticos de si mesmo não é fácil. Talvez essa seja um dos maiores enigmas de uma grande aula, nos últimos tempos, o ensino de História tem sido alvo de discursos negativos. Mas retornaremos a perguntar inicial, como fazer diferente? Foi assim o meu primeiro dia na escola, ao entrar na sala de aula, por sinal, bem estruturada, com ar-condicionado.

Ao observar atentamente o professor em sala de aula, percebi que o ensino ainda continuava, desde os tempos que eu estava no ensino Básico. As crianças olhavam para mim, supresso, não sei os motivos, talvez fosse a curiosidade em está na sala de aula. E por incrível que pareça, novamente em minha memória veio a perguntar como fazer diferente? Ao término da aula agradei ao professor pela a oportunidade de tê-lo acompanhado. E fui para casa, pensando naquela realidade que me incomodava, não pra ser melhor que ninguém, por que isso, eu aprendi desde pequeno, que não existe perfeição, mas sim vontade para fazer o diferencial.

A minha observação em outra turma do 9 ano, foi mais interativa, apesar dos alunos serem mais soltos, gostam muitos de brincar e chamar atenção, ainda sim, é o momento onde muitos dos adolescentes estão na fase de namoro, essa sala é parte

dessa experiência, uma vez que, estão com desejos, se apaixonam rapidamente. Uma grande dificuldade presente na turma, assim como, a leitura, algum tem facilidade para ler, mas outros não. Mas ambas as turmas tem características em comum, a participação, há uma interação muito intensa entre professor e aluno, já que a própria metodologia do professor regente contribui e muito para compreensão do conteúdo.

Desde já, agradeço ao professor regente, pelo recolhimento perante a turma, sempre me indagando a participar e contribuir para com as aulas, isso despertou em mim, a contribuir, ou seja, como retribuir toda atenção concedida, no primeiro dia de aula, tratou de arranjar logo um livro pra mim, isso foi muito legal da parte do professor regente. Minha atuação hoje, dia 30 de abril de 2019, fiquei a sós com a turma, devido o professor ter ido a Teresina por questão de saúde. Minha observação partiu da lógica de acompanhamento, consegui perceber uma turma aparentemente calma, mas com alguns desafios. A conversação ainda é intensa. Diálogo entre professor e aluno e fluido, talvez isso seja resultado do professor.

Aprendi que vida de professor não é fácil, o mais difícil não é chegar em sala de aula e passa o conteúdo, e sim, em saber se os alunos estão compreendendo o conteúdo de maneira correta, sabemos que a interpretação deles na assimilação dos textos, vai muito da postura como a discussão é composta. Nesse um mês à frente da turma aprendi o valor do companheirismo, o aconchego de como os alunos trata-me e a melhor maneira de retribuir todo esse carinho foi mesmo mudando meu método de ensino, trazer a disciplina pra próximo do aluno não é fácil, alguns conteúdos até permiti a tal prática, como o contexto de república por exemplo.

Em relação a maneira e atitude tomada por mim em sala de aula foi a mais diversa, percebi nesse percurso, nesse intervalo que não é fácil traçar uma metodologia, o saber avaliar também pesa muito, nas salas em que estive a frente os problemas foram até agora pequeno, em virtude da própria experiência de como aluno, as conversas foram constantes nesta dinâmica do processo de aprendizagem dos educandos. Aprendi que a ética, é uma das maiores virtude de um professor, não

deixar-se alimentar com desejos, como assim, durante a minha prática em sala de aula, acabei passando por certos desafios, exclusivamente por meninas, aonde volta e meia me perguntavam se eu era casado, se eu era solteiro, escutava alguns xavecos advindas dessas garotas tão simpáticas, mas que acima de tudo primeiramente o meu profissionalismo. Mais saindo um pouco desta discussão, ao analisa como o conhecimento chegava até o aluno (a), me preocupei com a realidade deles,

[...] partir da realidade do aluno para ensinar história significa tomar o cotidiano dos alunos como a primeira referencia. Como isso pode ser feito pelo professor? Ele deve primeiro conhecer o universo sociocultural específico [...]" (FERMIANO, 2014, p.11)

A realidade que está a sua volta, não é distante do contexto histórico, principalmente aqueles relacionados a própria história brasileira. Conforme Schmidt "a educação histórica propõe um estudo com a aprendizagem e o ensino de história. Tem o objetivo de entender as relações que alunos e professores estabelecem com o conhecimento histórico" essa aproximação é muito latente e fundamental no processo de ensino aprendizagem, os olhares de renovação vão para essas aproximações, quanto mais o professor aproxima do aluno (a), mas eles se sentem a vontade, pede conselho, fala de seus problemas porque o professor tem um papel que está acima de ensinar, mas de apazigua conflitos e mostrar o caminho a ser seguido.

### **O Arquiteto Sonhador**

Arquitetar uma boa aula não é fácil, requer um bom planejamento para que nossos alunos possam apreciar a arte de ensinar. Mas como fazer uma boa aula? Aprendi que aprender brincando é muito melhor, dando risada, trazendo exemplo simplificados e além disso, ser um professor divertido. Foi assim, desta exata maneira, quebrando meus limites de vergonha, timidez que a audácia me vestiu tão

bem. Muito gratificante para mim, ouvir melodias advindos dos alunos como: a aula do professor é boa, ele é brincalhão, o jeito de ele ensinar é diferente etc., foi assim, nestas perspectivas de um menino sonhador, que nasceu numa vila operária no interior do Maranhão, lutando arduamente só com a vontade de crescer, ouvir essas palavras deles não tem preço, não há dinheiro no mundo que pague.

A educação tradicional, muito mais do que uma simples formulação conceitual, sempre esteve presente a um contexto histórico/cultural, onde ela representava a expressão mais fiel da consideração que a sociedade tinha para com as novas gerações. De outra parte, parece fora de dúvida que um primeiro impulso, para educar, se justifica no fato de que o adulto, mais forte, mais “civilizado” considera como obrigação sua iniciar os mais jovens naqueles valores e hábitos que todo grupo já aceita como naturais no contexto da civilização em que vive”. (GARCIA, 1977, p. 3).

Apesar de muito árduo fugir do ensino tradicional, na escola o trabalho de um professor tem que esta voltada para o tradicional, já que o conjunto e a harmonia da classe exigem do docente o controle, para que os alunos possam compreender que regras existem, e elas devem ser respeitadas. Os bons modos e hábito vêm de casa, a sala é apenas um produto de modelação deste sujeito para que possa viver na sociedade ciente de sua responsabilidade, segundo Garcia, “a persistência de padrões tradicionais de educação talvez se justifique em razão do próprio ato que fundamenta a relação educativa” (1977, p.4). Diante deste contexto, como arquiteta uma aula para o ensino fundamental? Não existem formulas pronta e acabada para se aplicada em sala de aula, o que existem são realidades diferentes contextos, esperando um educador para poder solucioná-las.

A educação, seja ela escolar ou “do mundo”, é fenômeno que só ocorre em razão de um processo básico de interação entre pessoas. Mesmo que alguém esteja sozinho, estará mantendo uma relação educativa com alguém, na medida em que assimilou valores, crenças, hábitos, maneiras de falar, de sentir etc.” (GARCIA, 1977, p.63).

Como alguns teóricos falam “a sala de aula é um laboratório”, onde o professor pode fazer teste de aprendizagem para com os educandos, haja vista, porque o processo de aprendizagem é diferente dos nossos alunos é diferente, tem aluno que aprende somente ouvindo o que o professor fala, outros aprendem copiando, tem alunos que aprende com mais facilidade, ouvindo e copiando.

Assim como, tem alunos que tem enorme dificuldade na aprendizagem, aprendem da sua maneira oculta, como através de desenho. Isto eu acompanhei de perto, conseguir perceber essas nuances do sistema imposto como uma maneira de afloramento da imaginação. A sala de aula é um ambiente propício para descobrimos talentos, para cantar, dançar, desenhar, falar em público. “O educador não pode deixar de envolver-se nessa questão. sua atividade profissional envolve aspectos políticos, econômicos e sociais e, mais do que isso, tem uma dimensão ética, cuja legitimidade está ligada a esses fins” (FERREIRA, 1993, p.5), com essas palavras da autora, chegaremos um dia fazer um diagnóstico de uma escola de acordo com sua necessidade, porque as relações entre elas não são iguais, o método e conforme sua interação entre comunidade e mundo escolar.

A escola criativa é a coroação da escola ativa; uma primeira fase tende a disciplinar, portanto também a nivelar, a obter uma espécie de conformismo, que pode chamar-se dinâmico; na fase criativa, sobre o fundamento de coletivização do tipo social alcançado, tende a dilatar a personalidade, convertida em autônomo e responsável, porem com uma consciência firme e homogênea” (WACHOWICZ, 1995, p. 65).

A escola como um instrumento de aprendizagem, assim a carreira do docente e suas aulas tem que está ligado a esse universo de possibilidade, a consciência firme de formar cidadão para viver em uma sociedade sendo responsável pelos seus atos e assim também contribuir para com a cidadania. Segundo Garcia, o homem tenta construir seu habitat, vai deixando suas marcas e também sendo marcado pelo ambiente. O homem enquanto transformador de sua realidade ainda é o grande

responsável pelas mudanças, nesse sentido no mundo educacional também não é diferente, sendo o professor o grande mestre da vida, aquele que aponta e encaminha seus admiradores ao êxito. Assim a “construção de uma memória social, mais precisamente nacional, era a finalidade essencial do ensino da história” (SCHMIDT, 2010, p.19), romper um pouco com essa história tradicional ainda é um desafio enorme para com muitos dos docentes da educação básica, haja vista os percalços que a própria educação nos impõem.

Portanto, “a utilização do livro didático pelos professores é bastante diversa. Algumas das pesquisas sobre esse tema revelam que não existe um modelo definido e homogêneo nas práticas de leitura” (BITTENCOURT, 2011, p. 316), ficou nitidamente nessa pequena trajetória no colégio municipal em Caxias-MA, o livro é o único mecanismo de transmissão do conhecimento em sala de aula, embora, a escola disponibilize os recursos como o data show, caixa de som, visto que é muito concorrido entre os demais membros da classe docente, ficando o professor muito restrito, apenas utilizando-se do básico como o quadro e seus recursos além do próprio livro. Ademais não passa disso, fazendo com que o educando sinta tédio da aula, aborrecido porque o horário não passa logo, por isso da minha proposta de fazer algo mais dinâmico dentro desta perspectiva, de ser agradável e prazerosa.

Mas que essa geração possa ser vítima de um resultado almejado e traçado pelo educador, começando pelas aulas bem arquitetadas, aquela que motiva os alunos aprenderem para a vida, uma lição de prosperidade e esperança e que acima de tudo possa confortar tantos jovens que chegam a sala de aula, desmotivados, sentido o peso que a vida exerce, e levar as palavras a ser sentida dentro desta perspectiva para que só assim, podemos sentir ao mesmo tempo está tranquilo em nossa consciência de dever cumprido.

## **Referências**

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Livros e Materiais didáticos de história. IN: SEVERINO, Antônio Joaquim. PIMENTA, Selma Garrido. (org). *Docência em formação. Serie ensino Fundamental* 4º ed. São Paulo, 2011.

FERREIRA, Nilda Teves. *Cidadania: uma questão para a educação*. Nova Fronteira. Rio de Janeiro, 1993.

FERMIANO, Maria Belintane. *Ensino de História para o Fundamental 1: teoria e prática*. Contexto. São Paulo, 2014.

GARCIA, Walter Esteves. *Educação: visão teórica e prática pedagógica*. McGraw-Hill do Brasil. São Paulo, 1977.

MORENO, Montserrat. *Temas transversais: um ensino voltado para o futuro*. In: BUSQUETS, Maria Dolors. CAINZOS, Manuel. FERNÁNDEZ, Teresa. LEAL, Aurora. MORENO, Montserrat. SASTRE, Genoveva. *Temas Transversais em educação: Bases para uma formação Integral*. 6 ed. Editora Ática. 2000.

SCHMIDT, Maria auxiliadora. *Ensinar história*. Scipione. São Paulo, 2009.

WACHOWICZ, Lilian Anna. *O método dialético na didática*. 3º ed. Papirus. Campinas, SP. 1995.

# O ESTÁGIO SUPERVISIONADO NO COTIDIANO ESCOLAR: A IMPORTÂNCIA DA PRÁTICA NO ENSINO DE HISTÓRIA PARA A FORMAÇÃO DOCENTE

**Isaildo de Carvalho Veloso**

Discente da Universidade Federal do Piauí – UFPI/CEAD, do Curso de Licenciatura em História. E-mail: isaildocarvalhoveloso@gmail.com

**Andreia Rodrigues de Andrade**

Mestra em História. Orientadora e professora do Curso de Licenciatura em História da Universidade Federal do Piauí – UFPI/CEAD. E-mail: andreiaandrade525@gmail.com

**Resumo:** Este trabalho traz um levantamento sobre a prática do estágio supervisionado, um procedimento indispensável para a formação docente nos cursos de licenciaturas, em especial, no curso de Licenciatura em História, e da experiência com o cotidiano escolar, obtida por meio deste processo. A principal finalidade da prática do estágio supervisionado é tornar propício ao educando o desenvolvimento e compreensão das teorias obtidas ao longo dos cursos de graduação, proporcionando, assim, uma integração entre teoria e prática de ensino. Nos cursos de História, o estágio objetiva proporcionar uma reflexão sobre o papel do professor de História, oferecer uma coesão entre o que é aprendido durante a vida acadêmica e o que é vivenciado na prática, e principalmente, desenvolver um olhar reflexivo sobre a realidade do ensino, ora em instituições públicas ou privadas. Assim, o estágio supervisionado não se configura apenas como uma experiência de prática docente, pois se trata de um processo bem complexo, no qual o educando tem a oportunidade de refletir e pôr em prática todo o saber adquirido durante o curso de formação. Portanto, este estudo tem por objetivo refletir sobre a importância do estágio supervisionado como prática de aprendizagem para a formação de futuros professores na área de História e sobre o cotidiano escolar, considerando a experiência do estágio em uma instituição de ensino básico da rede pública. Como sustentação teórica e optando pela pesquisa bibliográfica, tomaremos como ponto de partida os estudos de Alencar (2017), Barreiro e Gebran (2006), Pimenta (1997), Molinari e Scalabrin (2013), dentre outros autores.

**Palavras-chave:** Estágio Supervisionado. Cotidiano Escolar. Formação Docente.

## Introdução

O presente trabalho insere-se nas discussões acerca do estágio supervisionado como elemento fundamental no processo de formação de graduandos nos cursos de licenciaturas, em especial, os de licenciatura em História. Assim, o objetivo deste artigo é analisar e refletir sobre a importância do estágio no processo de formação de graduandos a partir da experiência em sala de aula proporcionada pelo Estágio Supervisionado no Ensino Fundamental II, realizado no módulo V, do curso de Licenciatura em História da Universidade Federal do Piauí, do Centro de Educação Aberta e à Distância.

A prática do estágio é, sem dúvida, de fundamental importância para o desenvolvimento da prática profissional da docência, pois, é por meio desse processo que os graduandos adquirem experiência e formação profissional. No caso do curso de Licenciatura em História, o estágio é uma oportunidade para se aprender as práticas pedagógicas e metodológicas da disciplina História ao observar o professor em exercício. Nesse sentido, o processo do estágio torna-se imprescindível para os graduandos porque, além de tornar propício o domínio das teorias e práticas, ele proporciona também a experiência, promovendo assim, o desenvolvimento no campo profissional, amplificando o campo cultural, social e intelectual do futuro professor de História. Sabe-se que:

A formação do professor é um processo constituído por intencionalidades, pois se desenvolve a partir de paradigmas, os quais têm origem e implicações do ponto de vista histórico, econômico, social, político, entre outros, levando-se em consideração a relação recíproca entre educação e sociedade (ALENCAR, 2017, p. 14).

Para tanto, o estágio supervisionado apresenta vários objetivos, dentre os principais: consentir uma reflexão sobre o papel do professor de História, propiciar

uma conexão do que aprendemos ao longo de nossa vida acadêmica e o que é vivenciado na prática e, além disso, desenvolver um olhar crítico-reflexivo sobre a realidade do ensino, tanto em instituições do setor público como em instituições do setor privado.

De acordo com Oliveira e Cunha (2006), o objetivo do Estágio Supervisionado é propiciar ao aluno a oportunidade de aplicar seu conhecimento acadêmico, possibilitando o exercício de suas habilidades. Esperando que, com isso, o aluno tenha a opção de incorporar atitudes práticas e adquirir uma visão crítica de sua futura área de atuação profissional. Do mesmo modo,

[...] o estágio tem o objetivo de propor aos futuros professores (estagiários) um olhar mais crítico diante da realidade da sala de aula, deixando-os a cargo de ministrar aulas, aplicar provas, preparando-os na prática para a prática, sendo auxiliados na escola pelos professores regentes das turmas, e recebendo orientações na própria instituição com um professor titular da disciplina de Estágio (OLIVEIRA E CUNHA, 2006, p. 94).

### **O Estágio Supervisionado e sua importância no processo de formação de graduandos em História**

Ao realizarmos uma análise do conceito de estágio, podemos considerar que se refere a um período ou tempo de prática e aprendizagem no qual uma pessoa exerce alguma atividade por tempo determinado, em instituições e empresas de caráter público ou privado. De acordo com Molinari e Scalabrin (2013, p. 2) “O estágio é uma prática de aprendizado por meio do exercício de funções referentes à profissão que será exercida no futuro e que adiciona conhecimentos práticos aos teóricos aprendidos nos cursos”.

Assim, o estágio é uma prática de aprendizado realizada por meio de atividades relacionadas à área da futura profissão, tendo como principal característica a integração entre teoria e prática. Há várias e distintas especificidades

de estágio, e dentre elas destacam-se o estágio curricular obrigatório, o estágio curricular não-obrigatório, o estágio de observação, de participação e de regência.

Enquanto o estágio curricular obrigatório é parte integrante do processo de formação nos cursos de licenciaturas em diferentes instituições de ensino, tanto do setor público como do setor privado, o estágio não-obrigatório é considerado uma atividade de caráter opcional, um complemento da carga horária dos cursos de graduação. A Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 (Brasil, 2008), estabelece a normatização do estágio, distinguindo o obrigatório do não-obrigatório (Art. 2º). De acordo com a lei:

O estágio poderá ser obrigatório ou não-obrigatório, conforme determinação das diretrizes curriculares da etapa, modalidade e área de ensino e do projeto pedagógico do curso.

§ 1º Estágio obrigatório é aquele definido como tal no projeto do curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma.

§ 2º Estágio não-obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória (BRASIL, 2008, p. 3).

O estágio de observação tem por finalidade proporcionar ao estagiário uma visão a respeito da relação entre professor e aluno, o papel que o professor exerce em sala de aula, a metodologia de ensino, as estratégias e os métodos para trabalhar conteúdos a fim de facilitar o processo de ensino e aprendizado, a relação entre professor e aluno, entre outros elementos. Deste modo, esta modalidade tem por objetivo proporcionar ao discente/estagiário uma compreensão da realidade da profissão, do contexto escolar, e principalmente da atuação do professor em seu ambiente de trabalho. É por meio do estágio de observação que o discente desenvolve sua formação, por meio da relação existente entre teoria e prática.

O estágio de participação tem por finalidade inserir o estagiário no acompanhamento, desenvolvimento e planejamento de atividades e conteúdos desenvolvidos em sala de aula, além dos métodos e das estratégias de ensino. Esta

modalidade de estágio exige uma contribuição do estagiário no auxílio de alunos com alguma dificuldade de aprendizagem, auxiliá-los em atividades individuais ou grupais, participar de reuniões pedagógicas, contribuir com atividades extraescolares, grupos de estudo e aulas de reforço.

Já o estágio de regência tem por finalidade proporcionar, na prática, a realização de atividades desenvolvidas pelo estagiário por meio de aulas ministradas pelo mesmo. Deste modo, o estagiário fica responsável pela seleção, organização e ministração de conteúdos, planejamento e desenvolvimento de aulas, e principalmente, avaliar o desempenho dos alunos na realização de atividades.

O estágio desenvolvido com integridade possui um valor inestimável para quem pretende atuar em sala de aula, pois torna nítido ao estagiário o que espera por ele em seu cotidiano como professor, além de aproximá-lo de seu futuro ambiente de trabalho, ou seja, do cotidiano escolar. Nesse contexto, Selma Garrido Pimenta afirma que:

O estágio supervisionado torna-se imprescindível no processo de formação docente, pois oferece condições aos futuros educadores, em específico aos estudantes da graduação, uma relação próxima com o ambiente que envolve o cotidiano de um professor e, a partir desta experiência os acadêmicos começarão a se compreenderem como futuros professores, pela primeira vez encarando o desafio de conviver, falar e ouvir, com linguagens e saberes distintos do seu meio, mais acessível à criança (1997, p. 5).

Os processos de estágio supervisionado nos cursos de licenciatura, especificamente nos cursos de História, tornam-se uma oportunidade de estabelecermos o conhecimento teórico-metodológico, obtido durante o percurso, à prática. Desse modo, todo graduando em História, ao estagiar, terá a possibilidade de entrar em contato com o provável futuro ambiente de trabalho, desempenhar atividades que o estágio oferece, dominar conteúdos, métodos e técnicas do ofício do historiador-educador ou professor de história. Em suma, todo graduando em História além de dominar o conhecimento histórico, vai poder dominar também

habilidades e competências para exercer o papel da docência na disciplina de História,

Colocando-o em situações problemas do cotidiano de um professor, fazendo-os compreender a flexibilidade que existe dentro dos planos de aula, as dificuldades que surgem por parte dos alunos em compreender o que está sendo abordado, assim como lidar com as relações interpessoais do cotidiano escolar (SANTOS E ALMEIDA, 2015, p. 95).

Deste modo, por meio da prática de estágio, é possível perceber o professor de História como o mediador do conhecimento no processo educativo, tendo como finalidade formar indivíduos conscientes, críticos e reflexivos. Devendo-se, para isso, levar em consideração o conhecimento adquirido pelo aluno em sua educação informal, e principalmente os Parâmetros Curriculares Nacionais – os PCN's, enfrentando vários desafios e problemas ao longo desse processo.

Os cursos de Licenciatura em História nos habilitam a exercer a docência na Educação Básica, tanto do ensino fundamental II como do ensino médio, sendo que cada uma destas etapas exigem capacidades e metodologias diferenciadas e é por isso que o estágio se torna tão essencial para o processo de aprendizagem da profissão, pois nos permite essa percepção. Em relação à prática de ensino, ele:

[...] deve propiciar ao aluno não apenas a vivência em sala de aula, como também o contato com a dinâmica escolar em seus diferentes aspectos, garantindo e permitindo a interação teórico-prática. A partir de observações, relatórios e análise do espaço escolar e da sala de aula, esse processo ultrapassa a situação da dinâmica ensino-aprendizagem, favorecendo os espaços de reflexão e o desenvolvimento de ações coletivas e integradoras (BARREIRO E GEBRAN, 2006, p. 91).

Já Pimenta e Lima (2008) afirmam que a prática do estágio oferece várias possibilidades de ensinar e aprender a profissão docente, principalmente quando se trata de professores formadores, levando-os a revisar as concepções a respeito do 'ensinar' e do 'aprender'. Por isso, o estágio torna-se um elemento importantíssimo

para aprendizagem e formação do graduando, tanto pela compreensão das concepções como pela experiência adquirida no cotidiano escolar.

A prática do estágio e das atividades didático-pedagógicas no ensino de História faz-nos entender as responsabilidades e possibilidades do professor de História, que de acordo com Schmidt e Cainelli:

[...] pode ensinar o aluno a adquirir as ferramentas de trabalho necessárias; o saber- fazer, o saber- fazer- bem, lançar os germes do histórico. Ele é o responsável por ensinar o aluno a captar e a valorizar a diversidade dos pontos de vista. Ao professor cabe ensinar o aluno a levantar problemas, procurando transformar, em cada aula de História, temas em problemáticas (1997, p. 57).

Durante o estágio supervisionado são realizadas atividades de observação e participação que levam a repensar as teorias obtidas ao longo do curso e também a pensar sobre a futura atuação como docente, devido principalmente ao contato com os alunos, com o professor regente da disciplina de História e com o ambiente de ensino.

No entanto, o desenvolvimento das atividades de estágio não é tão fácil. Inserir-se em um período de aprendizagem prática e teórica, e ao mesmo tempo fazer parte do cotidiano escolar é tão desafiante quanto iniciar um período de aprendizagem teórica. É evidente que todo e qualquer graduando ao deparar-se com o período de estágio, principalmente de seu ambiente de prática e aprendizagem, onde muitas vezes haverá um choque de realidade, irá encontrar vários obstáculos e dificuldades, o que é inevitável. Com relação a isso, Cláudia Hila, afirma que:

[...] tem sido muito comum os acadêmicos chegarem com alguns impedimentos relevantes para o desenvolvimento do estágio de docência, tais como: (a) desmotivação com o curso; (b) marcação do não-desejo de serem professores; (c) baixa-estima e passividade na posição de “alunos”; (d) medo (em alguns casos) pavor no enfrentamento do estágio de docência; (e) dificuldade em correlacionar conteúdos vistos durante o curso no momento da

prática docente; (f) não-vivência da transposição didática de conteúdos a serem ensinados na educação básica (2006, p. 100).

Outra dificuldade também bastante comum é a extensa carga horária do estágio, o que exige do estagiário planejamento para conciliar o estágio com as tarefas cotidianas e, principalmente, com o trabalho. Além disso, pode haver certa dificuldade com a demanda de turmas ou escolas para a realização do estágio, especialmente quando se trata das series finais do Ensino Fundamental (6º, 7º, 8º e 9º ano).

## **Conclusão**

Em decorrência da experiência da prática do estágio no cotidiano escolar, principalmente em sala de aula, pode-se observar que essa oportunidade proporciona uma reflexão a respeito da situação do sistema educacional brasileiro, contribuindo para retratá-la, baseando-se nas teorias adquiridas durante todo o percurso da graduação.

Enfatizamos aqui as especificidades, os objetivos, os obstáculos e principalmente a importância do desenvolvimento do estágio no cotidiano escolar e, por meio da pesquisa, podemos observar o quanto o estágio é essencial para a formação de futuros professores.

Deste modo, consideramos mais uma vez essa prática de fundamental importância para o desenvolvimento da profissão docente, pela oportunidade de se adquirir experiência e formação profissional. Além do mais, é um momento único para pôr em prática todo o conhecimento obtido durante a jornada acadêmica, momento esse “que os estagiários se veem professores, onde começam a desenvolver suas ideias e opiniões sobre a profissão, ou seja, iniciam a formação da sua identificação profissional” (MOLINARI e SCALABRIN, 2013, p. 11).

Podemos concluir ainda que este processo nos faz perceber o cotidiano da profissão a ser exercida futuramente. É o momento de se identificar ou não com o

curso de História, de tomar consciência a respeito da profissão docente, do cotidiano, das dificuldades de se lecionar, e principalmente da realidade do ensino na rede pública.

Para finalizar, esperamos que os resultados dessa pesquisa possam contribuir significativamente para o desenvolvimento de outros estudos a respeito do estágio na formação de professores, tanto no ensino de História como em outras áreas de formação.

## Referências

ALENCAR, Luana Maria Gomes de. *O estágio supervisionado e as aprendizagens docentes na formação inicial em pedagogia*. Teresina: EDUFPI, 2017. Disponível em: <http://leg.ufpi.br/ppged/index/pagi a/id/8517>. Acesso em: 04 Jul. 2019.

BARREIRO, Iraíde Marques de Freitas; GEBRAN, Raimunda Abou. *Prática de Ensino e Estágio Supervisionado na Formação de Professores*. São Paulo: Avercamp, 2006.

BRASIL. *Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008*. Dispõe sobre o estágio de estudantes. Diário Oficial da União, Brasília, 26 set. 2008. Seção 1, p. 3.

HILA, Cláudia V. D. O gênero diário como instrumento catalisador na formação inicial. *Revista Travessias*. nº 2, 2006. Disponível em: <http://www.unioeste.br/travessias>. Acesso em: 04 Jul. 2019.

SCALABRIN, I. C. MOLINAR, A. M. C. A importância da prática do estágio supervisionado nas licenciaturas. *Revista Unar*, v. 7, n 1, 2013. Disponível em: [http://revistaunar.com.br/cientifica/documentos/vol7\\_n1\\_2013/3\\_a\\_importancia\\_da\\_pratica\\_estagio.pdf](http://revistaunar.com.br/cientifica/documentos/vol7_n1_2013/3_a_importancia_da_pratica_estagio.pdf). Acesso em 13 de julho de 2019.

OLIVEIRA, E.S.G.; CUNHA, V.L. O estágio Supervisionado na formação continuada docente à distância: desafios a vencer e Construção de novas subjetividades. *Revista de Educación a Distancia*. Ano V, n. 14, 2006. Disponível em <http://www.um.es/ead/red/14/>. Acesso em: 27 mar. 2019

PIMENTA, S. G. *O estágio na formação de professores: unidade, teoria e prática?* 3. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

SANTOS, Willian Lima; ALMEIDA, Mirianne Santos de. Perspectivas e desafios da prática de estágio supervisionado no curso de Pedagogia. *Revista Científica da FASETE*, 2015.

SCHMIDT, M. A. ; CAINELLI, M. História local e ensino da história. In: *Ensinar História*. São Paulo: Scipione, 2004 (Pensamento e Ação no Magistério).

# ENSINO A DISTÂNCIA: DESAFIOS E IMPORTÂNCIA NO PROCESSO FORMATIVO DO EDUCANDO

## **Jordaci Dias Lopes de Lima**

Graduanda do Curso de História do *Campus* Amílcar Ferreira Sobral (CAFS), Universidade Federal do Piauí (UFPI). Florianópolis - PI  
Email: jordacy1212@hotmail.com

## **Danúbia da Rocha Sousa**

Graduada em História e pós-graduada em História do Brasil. Tutora presencial do curso de História da Universidade Federal do Piauí – CEAD  
Email: danubiasousa@hotmail.com

**Resumo:** Este trabalho tem como objetivo geral analisar os desafios e a importância do ensino a distância na formação do educando do curso de História, bem como descrever a relevância do ensino a distância no processo formativo do educando, identificar os múltiplos desafios dos educandos no decorrer da sua formação e propor sugestões de como tornar o ensino a distância mais valorizado. A metodologia utilizada para alcançar tais objetivos foi através de uma pesquisa de campo. Além disso, teve como principais referenciais os estudos de: Carvalho (2007) e Cristiano (2009). Essa pesquisa revelou que existe inúmeros desafios dos graduandos em História no decorrer da sua formação acadêmica, mas foi ressaltado por eles a importância de terem a oportunidade de estar estudando por meio da EAD. Foi evidenciado também que existem maneiras de amenizar as dificuldades do ensino a distância e torna-lo mais atrativo e sobretudo valorizado.

**Palavras-chave:** Ensino a Distância. Formação do educando. Desafios do Ensino a Distância.

## **Introdução**

O ensino a distância não é uma prática recente, mas essa realidade cresceu, aperfeiçoou e hoje é bastante procurado por diferentes públicos. Diante das inúmeras procura muitas instituições aderiram essa prática de ensino. Uma das vantagens

desse tipo de ensino é que o mesmo possibilita as pessoas que, por algum motivo não pode estar presente na sala de aula todos os dias para realizar um determinado curso, além disso, essa modalidade é muito flexível e pode acontecer tanto a distância, como semipresencial. Porém, quando não é realizado, por exemplo, de forma autônoma e disciplinar pode acarretar em inúmeros resultados negativos aos estudantes durante o processo de ensino aprendizagem.

Diante disso, o interesse pelo tema ocorreu pelo fato de ouvir inúmeros relatos de pessoas sobre a importância e os desafios diários de cursar o ensino superior na Educação a Distância-EAD. Por conta disso, surgiu o seguinte questionamento: quais os desafios e a importância do ensino a distância na formação do educando do curso de História na UFPI?

Perante a isso, esse trabalho tem como objetivo geral analisar os desafios e a importância do ensino a distância na formação do educando do curso de História, bem como descrever relevância do ensino a distância no processo formativo do educando, identificar os múltiplos desafios dos educandos no decorrer da sua formação e propor sugestões de como tornar o ensino a distância mais valorizado. Portanto, com essa pesquisa, espera-se contribuir para a sociedades em geral, em especial aos discentes que fazem ou pretendem fazer a EAD, pois como já foi mencionado é uma modalidade de ensino flexível a rotina do educando.

### **Fundamentação Teórica**

O ensino a distância não é novidade, pois antes mesmo das novas tecnologias existir, já havia muito tempo essa forma de transmitir conhecimento. Diante disso, percebe-se que essa prática não é nova, apenas foi se modernizando ao longo dos tempos, isto é, adaptando conforme a necessidade do homem. Essa “facilidade” que esse tipo de ensino proporciona aliada as inovações tecnológicas torna esse fenômeno sem prazo de “validade”, por conta disso, essa realidade mundial não pode ser

considerada passageira, pois cada vez mais surge a necessidade do seu uso. No Brasil, o ensino dessa modalidade se consolidou a partir das últimas década, graças ao advento das as novas tecnologias de informação- internet.

Com essa ferramenta de comunicação, a educação a distância está se disseminado, pois possibilita quebrar fronteira do ensino e da aprendizagem. Hoje essa pratica educativa abrange inúmeras cidades tanto pequenas como grandes. Portanto, não há como negar que essa expansão favorece muito o educando, pois, por ser flexível, o aluno não é obrigado a frequentar diariamente a sala de aula. Deste modo, ele tem a liberdade de escolher os horários mais adequado para estudar e realizar suas tarefas. Isso ocorre porque nesse tipo de ensino, segundo Carvalho (2007) existe a “quebra” da temporalidade, pois o aluno pode ter acesso do material de estudo a qualquer momento independente de horário e do dia da semana. Apesar desses benefícios, esse tipo de ensino apresenta muitos desafios para os estudantes, pois apesar dessa flexibilidade muitos alunos têm dificuldade de se adaptar no decorrer do curso.

Esses fatos estão relacionado muitas vezes as metodologias dos professores, recursos pedagógicos e as maneiras de como esse tipo de ensino avalia o aluno. Além disso, é também bastante visível em alguns casos os discentes não conseguir acompanhar o ritmo das atividades e como não estão em sala de aula diariamente acabam acumulando tarefas e isso acaba deixando o aluno sufocado e sem tempo para responder todas as demandas, Outra dificuldade é que muitos educandos não entendem os textos e nem mesmos os as atividades solicitadas pelos professores e como a comunicação quase sempre é por meio virtual “[..] o estudo fica estagnado até que a resposta seja obtida e gera problemas caso essa resposta não seja satisfatória e seja necessário uma outra pergunta em cima da dúvida anterior (CRISTIANO et. al, 2011,p. 2).

Porém, vale ressaltar que dependendo do curso e da instituição existe os professores tutores presenciais. Para Carvalho (2007) esse tutor é o professor que

atende e orienta o aluno no polo sobre suas atividades e auxilia na organização do tempo dos seus estudos. Por isso ele não deve ser apenas motivador, pois é essencial que sua potencialidade vai além disso. Apesar disso, ainda existe as dificuldades dos estudantes em procurar esse tipo de ajuda, porque muitos deles trabalham ou moram em outra cidade. Diante disso, percebe-se que a EAD como muitos pensam não é fácil, pois requer bastante compromisso e disponibilidade dos professores e bastante interesse e dedicação dos alunos.

De modo geral, tanto o professor formador quanto os tutores são muito importantes no processo de ensino aprendizagem na EAD, pois a ação de cada um deles influencia de maneira direta e indireta na formação e na aprendizagem dos alunos. Por isso, ambos não pode trabalhar de maneira isolada, pois é preciso haver uma comunicação durante todo curso, para que o ensino não se torne mecânico, dicotomizado e desmotivante. O aluno também deve fazer sua parte, por exemplo, ter organização, disciplina e autonomia para realizar seus estudos e tarefas. E ter também familiaridade com as novas tecnologias, por exemplo, a internet.

Esse trabalho foi realizado por meio de uma pesquisa de campo no mês de julho do ano corrente com (04) quatro graduandos do curso de História da Universidade Federal do Piauí – CEAD. Vale ressaltar que, o procedimento utilizado para coleta das informações foi um questionário com perguntas abertas com o desígnio de proporcionar maior clareza nas informações prestadas pelos participantes. Deste modo, esses questionamentos tiveram o intuito de saber dos pesquisados qual a importância do ensino a distância na sua formação acadêmica, quais desafios do ensino a distância no decorrer da sua graduação e o que seria necessário para tornar o ensino a distância mais valorizado.

Diante disso, essa pesquisa revelou que, o ensino a distância é considerado importante porque possibilita refletir sobre a prática docente, propicia ao acadêmico maior autonomia e responsabilidade com seu aprendizado e da oportunidades principalmente aqueles que por algum motivo (trabalho, falta de oportunidade no

local onde vivem, falta de condição de se manterem em outras cidades) não pode estar todos os dias presente na sala de aula. Deste modo, não há dúvida que o ensino a distância é importante na formação dos estudantes, conforme já foi citado por (Castanho, 2012) é uma prática que já vem sendo realizada a muito tempo. Portanto, o que é presenciado até o momento é a sua consolidação na sociedade atual.

Em se tratando dos desafios foi constatado que os discentes estão com dificuldade de realizar algumas tarefas propostas pelos professores, já que, muitas não são compreensíveis deixando até os tutores na dúvida, além disso, foi relatado também que o acesso à internet é um dos desafios, já que tem pessoas que moram no campo e nem sempre o sinal está funcionando no interior. Essa realidade faz com que seja feito deslocamento constante para a cidade para acompanhar o curso. Outra dificuldade está relacionado a falta de disciplina do estudante, pois muitos acabam se prejudicando por deixar para fazer suas tarefas nas vésperas do encerramento das atividades.

Todos esses obstáculos na realização do curso EAD infelizmente acontece em muitas instituições que oferecem esse tipo de ensino, mas Carvalho (2007) esclarece que uma das vantagens do curso EAD é a “quebra” da temporalidade (acesso do material a qualquer momento), portanto o estudante que está com dificuldade de acessar os conteúdos do seu curso por conta da falha de internet na sua região, existe uma maneira de amenizar essa situação, basta que tenham baixado seus materiais de estudo e respondam suas tarefas com antecedência.

Em se tratando das dúvidas em relação as atividades solicitadas pelos professores é uma situação complicada, pois como as comunicações com os tutores é quase sempre pelo meio virtual e em alguns casos não sanam as dúvidas as vezes a situação fica constrangedora, já que é: [...] necessário uma outra pergunta em cima da dúvida anterior (CRISTIANO et. al, 2011,p.2). Para evitar isso, é interessante que os professores e os tutores trabalhem mais em sintonia para evitar esse tipo de situação, por exemplo, explicar de forma detalhada as atividades propostas no decorrer do

curso para os tutores, pois apesar de ser um curso a distância é preciso que haja uma maior integração entre os responsáveis pelo processo de ensino aprendizagem. Outra estratégia seria disponibilizar esse material explicativo para os alunos, como já ocorreu em alguns casos. Portanto são atitudes que tornaram o curso mais atrativo e desperta nos acadêmicos o interesse em continuar e valorizar os estudos.

Apesar do ensino a distância ser bem procurado por diferentes públicos foi sugerido dos pesquisados sobre o que achavam necessário para tornar esse tipo de ensino mais valorizado. As respostas foram: continuar rigoroso em situações que envolve plágio, todos professores e tutores deveriam incentivar mais os alunos a desenvolverem pesquisas, os professores responsáveis pela criação das atividades deveriam ser mais acessível aos acadêmicos ou pelo menos dá instruções detalhadas aos tutores sobre as tarefas, além disso, devem organizar os conteúdos e atividades antes de disponibilizar na plataforma aos estudantes. Portanto, são medidas que tornará o curso a distância mais atrativo e organizado.

### **Considerações Finais**

Foi notório que o ensino a distância é uma prática que já ocorria a bastante tempo, portanto não é uma fato recente. Mas não há como negar que foi através do aparecimento das novas tecnologias sobretudo a internet que essa realidade se consolidou na atualidade, pois por meio dela a EAD está cada vez mais ganhando notoriedade e conseqüentemente sendo procurada por diversos públicos. Hoje o ensino a distância por meio da EAD representa uma oportunidade principalmente para aqueles que não podem estar na sala de aula todos os dias realizando um curso.

A EAD oferece vários cursos, no qual pode ocorrer totalmente a distância ou semipresencial, portanto isso vai depender das regras e da disponibilidade de cada instituição. Na UFPI no Polo de Floriano, por exemplo, a EAD oferece diversos cursos dentre eles o de História, no qual são frequentados por estudantes de

diferentes cidades que buscam concluir sua licenciatura. Muitos presentes relatam que o ensino a distância oferecido pela EAD é muito importante na sua formação pessoal e acadêmica, pois está dando a oportunidade de prosseguirem nos estudos

Porém, apesar dessa modalidade ser considerado essencial essa pesquisa revelou que quando não é realizado pelo educando de forma autônoma, disciplinar causa dificuldade aos estudantes na conclusão das atividades. Outro desafio da EAD é que nem sempre os tutores satisfazem as dúvidas dos alunos, pois muitas vezes as atividades solicitadas pelos professores não são compreensíveis, por conta disso, muitos educando não conseguem entender as tarefas disponibilizadas na plataforma. Outra coisa, não basta os professores disponibilizarem materiais ou atividades aos estudantes de forma aleatória na plataforma, é preciso uma maior organização dos conteúdos e tarefas para não tornar o processo de aprendizagem desestimulante.

De acordo com os inúmeros desafios encontrados no decorrer dessa pesquisa é sugerido algumas atitudes para tornar o ensino a distância mais valorizado e atrativo, uma delas é a integração entre professores e os tutores, maior incentivo a pesquisa, seleção mais rigorosa dos assuntos a serem trabalhados no decorrer do curso, entre outros. Diante disso, essa pesquisa atingiu seus objetivos, porém não se encerra aqui, pois é sugerido outros trabalhos em torno dessa temática, porque apesar dos desafios em torno do ensino a distância ele representa uma conquista muito grande em especial aqueles que não podem estar em sala de aula todos os dias.

## Referências

CARVALHO, A.B.G. Os múltiplos papéis do professor em educação a distância: uma abordagem centrada na aprendizagem. Encontro de pesquisa educacional do Norte e Nordeste, v. 18, Maceió 2007. Disponível em: <http://josenorberto.com.br/Os%20M%C3%BAltiplos%20Pap%C3%A9is%20do%20Professor%20em%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20a%20Dist%C3%A2ncia.pdf>. Acesso em 22 de jul. de 2019.

CRISTIANO, A. et al. Ead e ensino superior: vantagens e desvantagens da aplicação e conclusão sobre método efetivo. In: Anais do Congresso Nacional Universidade, EAD e Software Livre. 2011. Disponível em: <http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/ueadsl/article/viewFile/2853/2812>. Acesso em 22 de jul. de 2019.

## RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS, HISTÓRIA E ENSINO

**Rafael Souza Ferreira**

Graduado em Lic. em Dança (UFPA)  
Graduando em Lic. em História (UFPA)  
(Bolsista PIBIC/CNPQ)

**Resumo:** O texto busca traçar reflexões sobre a temática das relações étnico-raciais e o ensino de História. Aborda aspectos referentes a presença e ausência de africanos, indígenas e europeus na história da sociedade brasileira, bem como evidencia a atuação da Igreja cristã e das Teorias científicas raciais nas relações entre diferentes grupos étnico-raciais no Brasil. Do diálogo com a bibliografia pesquisada, construiu-se apontamentos que permitem entender como lidar com a temática das relações étnico-raciais no ensino e na vida, principalmente em tempos de negação da história, destacando a valorização à pluralidade cultural e as peculiaridades das trajetórias históricas e culturais dos diferentes grupos que constituem o Brasil.

### Introdução

O Brasil chegou outra vez num tempo em que as diferenças socioculturais estão postas novamente à mesa, mas agora como se estivessem prontas para serem devoradas, dilaceradas sorratamente pelos mais terríveis monstros mitológicos, e de uma maneira que foi servida por grande parte do povo, “democraticamente”. As peculiaridades socioculturais abalaram-se, o país se dividiu. “As minorias têm que se curvar à maioria”, disseram alguns.

Quem é a minoria? Quem é a maioria? A minoria é o povo, com suas múltiplas particularidades socioculturais, ou ele é a maioria? Não são estes os questionamentos deste texto, mas que fique no ar a indagação, elas se inserem também no que tratamos aqui. As questões, na verdade, são muitas, variadas, antigas e atuais.

A escrita da história da sociedade brasileira tradicionalmente foi permeada, durante muito tempo, pelo discurso sobre os “grandes” acontecimentos que eternizaram os conquistadores e heróis nacionais, brancos, europeus. Outros sujeitos históricos, milhões deles, de origens distintas da europeia, apareciam, e ainda aparecem muitas vezes, como personagens de segundo plano, coadjuvantes, submissos, dóceis ou rebeldes, que contrapunham os ideais vigentes da sociedade dominante e, por isso, eram/são menos

destacados nas narrativas ou jogados no esquecimento. Usou-se de muitos artifícios para justificar essa relação de superioridade e inferioridade, desde a doutrinação religiosa até o conhecimento dito científico.

Refletir sobre as relações étnico-raciais raciais e o ensino de História é o que se propõe neste texto. Em tempos de censura e negação da história, tratar das relações entre os diferentes grupos que constituem o Brasil, bem como das peculiaridades de suas trajetórias históricas e culturais, se configura ainda um ato político de resistência frente à opressão, um ato de educar para a liberdade, como diria Paulo Freire, enquanto ainda for possível.

### **Entre relações, presenças e ausências**

O ensino de História do/no Brasil esteve, por muito tempo, amparado numa perspectiva de relatos de alguns acontecimentos históricos, quase sempre sem a profícua contextualização com o cotidiano dos que ouviam tais narrativas, destaque-se aqui os alunos de escolas e universidades.

Estas narrativas - registradas principalmente a partir do entendimento da classe dominante, tradicionalmente branco-europeia, elitista e conservadora, com seu maior acesso aos ambientes acadêmico e intelectual - apresentavam uma história com conteúdos que se entendiam, na época, serem os mais bem adequados a serem eternizados. Era fundamentalmente uma versão da história, a dos dominadores, ditos conquistadores, a história da glória dos poderosos.

É necessário levar em consideração que esta era também uma maneira de, a partir dos próprios interesses dominantes vigentes, consolidar o registro e a construção de um discurso geral sobre as transformações ocorridas no país, valorizando uma abordagem que exaltava ela mesma - a própria classe dominante -, e seus feitos. Assim, não permitia que se ouvissem as vozes e interesses de outros grupos sociais, deixando-os a margem como meros personagens coadjuvantes, sem contribuições gloriosas ou ainda rotulando-os, ora de forma mais ou menos explícita, como os grupos rebeldes, atrasados, selvagens, de servidão, menos inteligentes ou de raça inferior, argumento este amparado, por exemplo, nas teorias raciais, que se disseminaram por muitas instituições e refletiam na sociedade uma determinada forma de ser, pensar e agir.

As teorias raciais foram inventadas no século XIX na Europa e nos Estados Unidos para explicar as origens e características de grupos humanos. Essas teorias tiveram grande aceitação no Brasil entre 1870 e 1930. Elas tinham

por base argumentos biológicos, convincentes na época, que relacionavam as características físicas dos indivíduos à capacidade intelectual. Logo essas explicações foram ampliadas para povos inteiros. Desse modo, a humanidade passou a ser classificada a partir de estágios civilizatórios: as nações europeias eram o modelo de sociedades mais adiantadas, e os povos africanos e indígenas eram tidos como os mais atrasados e “bárbaros” (ALBUQUERQUE; FRAGA FILHO, 2006).

Ao se colocar como modelos mais avançados de civilização, em contraposição a outras sociedades vistas por ela como menores e atrasadas, a sociedade europeia e a crescente sociedade estadunidense - vistas como grandes representantes do domínio econômico, político e social da época - também inculca no interior da elite acadêmica e intelectual conservadora seus ideais. A formação dos profissionais do ensino, das ciências, geralmente refletia a visão de mundo daqueles que exerciam o poder político-administrativo dominante sobre a sociedade da época, uma vez que faziam parte do mesmo grupo social. Assim, produziam e promoviam as políticas de elaboração dos currículos de ensino, que, em consequência, reverberavam nos estudantes e na sociedade seus tradicionais entendimentos de mundo.

A imagem generalizada, por exemplo, dos nativos americanos, do “índio” na perspectiva colonizadora, e do negro africano e afro-brasileiro, veio atravessando, assim, cinco longos séculos e chegou aos nossos dias ainda fundamentada em alguns preceitos criados e cristalizados durante aquela época. Os preconceitos de hoje são, pois, resultados daquelas maneiras de pensar e representar o outro.

Essa forma de ver esse outro, presente e difundida nos ambientes intelectuais – mesmo tendo alguns que iam contra essas ideias, transgredindo tradicionais valores vigentes na época -, se fundamentava na própria visão etnocêntrica, de heranças europeias, sobre os povos africanos e indígenas que vinham sendo explorados desde pouco depois da chegada dos colonizadores ao “novo mundo”. Se desenvolveu – ou projetou-se -, portanto, ao longo dos séculos, uma generalização e homogeneização excessiva (a ponto de apagar, exterminar peculiaridades culturais) que violentou o negro e o índio, tanto física quanto culturalmente, agredindo-os de forma intensa e profunda, ao ponto de serem taxados, sob o ponto de vista de algumas abordagens científicas, como inferiores em relação ao branco europeu.

Mas há também um outro ponto que deve ser mencionado, e que nos leva a bem antes das teorias científicas raciais. O processo de transferência dos africanos, como escravos, para a América Portuguesa, bem como o processo de escravidão dos próprios nativos americanos, não teria talvez tanto sucesso, principalmente em termos de imposição na mudanças das

formas de pensar e agir desses, se, aliado a tais objetivos, não houvesse exercido papel importante a própria Igreja Cristã.

Ainda segundo Albuquerque e Fraga Filho (2006), "A sociedade escravista contou com o apoio da Igreja Católica para inculcar nos cativos paciência e humildade como virtudes desejáveis". Isso permite entender o quanto o aspecto cultural e religioso europeu, junto a suas políticas colonizadoras, aliavam todas as estratégias possíveis para consolidar a colonização. Essa ideia de paciência e humildade também procurava, de algum modo, deixar evidentes as posições e diferenças entre os grupos sociais, entre senhores e escravos, entre as posições de dominação e submissão. Ao evangelizar, catequizar, ensinar o que deveria ser feito, atendiam-se aos propósitos coloniais, mas também reduzia, apagava, violentava a cultura do outro.

Contudo, ao contrário do que tradicionalmente a historiografia relatou, esses africanos e indígenas também possuíam e criavam suas estratégias de enfrentamento e resistência às imposições, muito embora os castigos também fossem frequentes por parte dos senhores.

Os escravos reagiam de várias maneiras perante a opressão e a violência do sistema escravista. Assim como promoviam fugas e revoltas, também aproveitavam a existência de espaços de negociação que eles próprios conquistavam ao mostrarem aos senhores a necessidade de terem certa autonomia para que o sistema escravista tivesse bom funcionamento. Por meio de estratégias, que iam desde o enfrentamento direto até obediência e fidelidade ao senhor, encontravam formas de alcançar liberdade (MATTOS, 2016). Ao serem trazidos da África, os negros eram separados de seus familiares, eram levados para diferentes lugares da colônia, o que fazia com que outras relações fossem estabelecidas quando grupos de africanos deparavam-se junto à outros africanos desconhecidos.

É importante assinalar que os laços comunitários foram formados nas senzalas em meio a uma diversidade de grupos étnicos. Foram formados também pela necessidade de encontrar saídas e alternativas à vida escrava. No seio dessas comunidades, os escravos puderam preservar grande parte da cultura africana e transmiti-la aos filhos e netos (ALBUQUERQUE; FRAGA FILHO, 2006).

Os indígenas americanos, por sua vez, vistos inicialmente como selvagens e não civilizados, por mais que estivessem sob domínio do europeu como escravos, ainda que em número menor do que africanos, mas não a ponto que se evitasse um massacrante genocídio dos nativos, continuaram sendo vistos como arredios. Os relatos da época colonial apresentam as terras como abundantes, um novo mundo comparado algumas vezes ao paraíso bíblico,

mas havia um olhar desprezível sobre os habitantes, como podemos confirmar em Schwarcz (2012)

Ao descrever os indígenas brasileiros como 'atrevidos, sem crença na alma, vingativos, desonestos e dados à sensualidade', Gândavo estabelecia uma distinção entre a terra e seus homens: a edenização de um lado e o inferno de outro. O modelo era evidentemente etnocêntrico, e o que não correspondia ao que se conhecia era logo traduzido como ausência ou carência, e não como um costume diverso ou variado.

A visão etnocêntrica e eurocêntrica sobre indígenas, africanos e afro-brasileiros, desde o início do processo de colonização, encontrando forte aliado na doutrina da religião cristã e nas teorias raciais que disseminaram entendimentos ditos científicos, estabelecendo hierarquias entre brancos, negros e indígenas, marcou profundamente a história brasileira. Chegou-se, inclusive, ao ponto de se entender o contato íntimo entre membros desses diferentes grupos ora como degeneração, ora como a miscigenação que levaria ao sucesso da raça branca.

É importante lembrar que, na época do auge das teorias raciais, os grupos vistos como inferiores, em relação aos de ascendência branco-europeia que se considerava superior, eram tidos também como responsáveis até pela propagação de anomalias, de doenças, responsáveis por infectar ambientes. Prezou-se, inclusive, pela expulsão de muitos deles de alguns ambientes das cidades, ou pela detetização humana. Lembremos, aqui, do episódio que ficou conhecido como a Revolta da Vacina.

Enquanto muitos requeriam a separação total entre brancos e outros grupos étnicos, surgiam também ideias de que o contato seria a solução. O contato entre esses grupos, ou raças, pensavam alguns, destacava a branca, por sua suposta superioridade, como a responsável pela correção dos supostos defeitos das outras. Foram várias as compreensões acerca do futuro da nação e, entre elas, o embranquecimento, ou branqueamento, era a tendência almejada e até posta em expectativa:

Havia até quem calculasse que cem anos, no máximo, seriam suficientes para que o sangue, a pele e os costumes dos brasileiros “branqueassem”. Em 1911, durante o Congresso Internacional das Raças realizado em Londres, o representante brasileiro, Batista Lacerda, garantiu que no início do século XXI já não haveria negros no país e que o número de mulatos seria insignificante (ALBUQUERQUE; FRAGA FILHO, 2006)

Com o passar do tempo, outra mudança de pensamento aconteceu. A pluralidade ficava cada vez mais evidente, a sociedade brasileira se consolidava cada vez mais mestiça, não havia como fugir de tal característica. A ideia de uma valorização de características

nacionais, ou de possíveis símbolos que representariam a nação, começou a ser propagada a partir do governo Vargas. O carnaval, o futebol, assim como a ideia da mulata ou do mestiço, como resultado da miscigenação, ganhou vida nesse período da primeira metade do século XX. Só que essa valorização acabou por destacar esse “novo” jeito brasileiro em si, apenas como um resultado, numa perspectiva evolucionista talvez, deixando, outra vez, de lado as peculiaridades de grupos étnicos indígenas e africanos que contribuíram histórica e culturalmente para tal. Apareciam seus traços? Sim, mas poucos, transformados, ressignificados talvez para atender interesses das classes dominantes, que ainda perpetuavam-se na história.

### **Mudanças? Talvez**

Entre idas e vindas, é a partir da segunda metade do século XX que tomam forças, em várias partes do mundo, os movimentos sociais das chamadas minorias – negros, indígenas, feministas, *gays* e outros, tendo significativas conquistas no que diz respeito aos direitos e reconhecimento das contribuições desses grupos para a sociedade, conquistas essas que estabelecem diálogos, atualizam e empoderam as lutas nas quais participaram sujeitos dos mesmos grupos em séculos passados. No entanto, ainda há muito a se conquistar, pois é nítido que a hierarquização, a dominação, os preconceitos e a violência ainda coexistem, camuflados em outras couraças. A prática da violência, neste sentido, é histórica, ela se atualiza conforme as conjunturas que se estruturam, ela faz parte do próprio processo de construção da sociedade brasileira.

Mas o que fazer para que as transformações ocorram e as desigualdades acabem? Como o ensino da história, com uma perspectiva singular e plural que valoriza diferenças e semelhanças nas relações étnico-raciais, pode contribuir de modo diferenciado para essas mudanças? Seria utópico pensar em uma sociedade em que todos se respeitassem e valorizassem as diferenças? Não é fácil responder.

Como resultado, entre outros, de políticas educacionais implementadas nos primeiros anos do século XXI, voltadas a uma ampliação dos espaços de ensino para outros sujeitos e culturas, que tradicionalmente ficavam (e ainda ficam) à margem da sociedade, bem como ao reconhecimento dos diferentes grupos étnicos que constituem a história e cultura brasileira, o processo de ensino e aprendizagem da História, no ensino básico dos dias atuais, passou a

tratar dos aspectos históricos da África e dos povos africanos e afro-brasileiros, bem como dos grupos indígenas, de maneira mais visível e aprofundada.

Considerando o estudo, na escola básica, das abordagens historiográficas sobre esses grupos, tendo-os como parte importante no processo construtivo da história do Brasil, entendemos que as comunidades indígenas e negras assumem uma relevância que sempre deveriam ter tido, como sujeitos ativos e conscientes de sua ação, com características culturais e sociais peculiares, que contribuíram e contribuem significativamente para a formação do país multicultural que somos.

Ressaltamos, porém, que esse olhar para a pluralidade deve valorizar não apenas a própria ideia de uma multiculturalidade em si, mas também perceber, com um olhar sensível e crítico, as particularidades próprias de cada grupo, sua história, cultura, relações, transformações. Isso possibilita que a hierarquização - social, cultural, política, econômica - que foi estabelecida durante esses séculos de formação da sociedade brasileira, possa vir a se dissipar, e dê lugar ao contato e atuação harmoniosa e respeitosa entre as diferenças e semelhanças.

As universidades e as escolas - como ambientes de pesquisa, produção e compartilhamento de conhecimento, ideias e práticas, bem como da formação de professores e cidadãos, em parceria com a comunidade - são, nesse aspecto, os contextos responsáveis pelo ensino, educação e ampliação de olhares críticos para outras e variadas perspectivas de mundo.

Contudo, esses estabelecimentos de ensino não podem atuar de modo a transformar o olhar sobre as peculiaridades sociais e culturais, se o próprio poder político-administrativo institucional - na esfera federal, estadual e municipal, dentro de suas responsabilidades de prover serviços, por direito, essenciais para o desenvolvimento e bem estar da nação -, não atuar com políticas públicas que direcionem e implementem práticas de mudança e educação abrangentes, observando as singularidades regionais e culturais, com o objetivo de melhorias sociais e respeito. Compartilhamos aqui do pensamento de Silva (2007), sobre um ensino com a abordagem pluralista das relações étnico-raciais:

A educação das relações étnico-raciais tem por alvo a formação de cidadãos, mulheres e homens empenhados em promover condições de igualdade no exercício de direitos sociais, políticos, econômicos, dos direitos de ser, viver, pensar, próprios aos diferentes pertencimentos étnico raciais e sociais. Em outras palavras, persegue o objetivo precípua de desencadear aprendizagens e ensinamentos em que se efetive participação no espaço público. Isto é, em que se formem homens e mulheres comprometidos com e na discussão de questões

de interesse geral, sendo capazes de reconhecer e valorizar visões de mundo, experiências históricas, contribuições dos diferentes povos que têm formado a nação, bem como de negociar prioridades, coordenando diferentes interesses, propósitos, desejos, além de propor políticas que contemplem efetivamente a todos.

Neste sentido, reconhecer, contextualizar e refletir sobre a história dos povos indígenas, africanos e afro-brasileiros, bem como de outros, permitirá escapar dos tradicionais relatos que os reduz a submissos personagens da escravidão ou habitantes de ambientes tidos como selvagens e exóticos. Repensar tais abordagens históricas, desde a projeção e implementação de políticas educacionais até os processos de ensino e aprendizagem no cotidiano escolar, permite aos poucos “descolonizar os currículos” (GOMES, 2012) e o pensamento da grande população. Além disso, quem sabe até o ensino dos conteúdos sobre a história da África, africanos e povos indígenas deixe de ser tão somente realizado para se cumprir leis que preveem sua obrigatoriedade no ensino de História nas instituições de ensino brasileiras, mas, se torne algo natural, de conscientização mesmo, impregnado como já o é, se tomando gosto e prazer por tal e não se deixando mais apagar por histórias de um só lado.

### **Considerações Finais**

Ao tentar refletir sobre as relações étnico-raciais e o ensino de História, este texto se propôs a evidenciar questões da própria construção histórica do Brasil e da atualidade, no que concerne a participação de distintos grupos étnicos na sociedade brasileira. Mencionando a atuação da Igreja Cristã e das Teorias raciais, em conjunto aos interesses das classes dominantes, procurou mostrar como alguns grupos sociais justificavam e procuravam eternizar seus discursos e feitos na história, enquanto outros eram esquecidos ou registrados, pela elite intelectual dominante, como inferiores. No entanto, esses grupos vistos como inferiores também tinham estratégias de resistência, e por meio destas conseguiram, aos poucos, conquistas ou algum reconhecimento. Foi na segunda metade do século XX que muitos grupos e movimentos sociais ganharam destaque, mundialmente, na luta por direitos e contra a opressão e o preconceito. O ensino da História, no início do século XXI, no Brasil, apontou para outras perspectivas, com novas propostas curriculares que, com bases em nova legislação, tornou obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena no ensino básico. Ao tratar das trajetórias históricas e culturais dos diferentes grupos que formam

a sociedade brasileira, o ensino escolar e universitário permite, no contato com a comunidade, a percepção e conscientização dos sujeitos acerca dos grupos sociais dos quais fazem parte.

Deve-se, no entanto, sempre ter em mente que as “mãos obscuras” do sistema opressor estarão sempre preparadas. Em tempos de censuras camufladas como moral e bons costumes, em tempos de negação da história e menosprezo das lutas sociais do povo, resistir e contar a nossa história sob diversas perspectivas - e não apenas na visão de um lado, que nas parafernalias da atualidade usa de modismos sem sentido como, por exemplo, a tal “escola sem partido”, que permite ideias de determinado partido, mas não de outros -, resistir contando as diferentes histórias é transgredir e se impor como parte da pluralidade, como parte ativa dos distintos grupos socioculturais que formam o Brasil. Contar nossas histórias sob diferentes olhares é resistir e dar mais voz a quem fez e quem faz o Brasil, a gente do povo, aos que lutaram e lutam cotidianamente, reconquistando seus espaços e direitos, conscientes de seus desejos de liberdade e igualdade.

## Referências

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de; FRAGA FILHO, Walter. *Uma história do negro no Brasil*. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006, p. 95, 97, 204, 205, 208.

GOMES, Nilma Lino. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. *Currículo sem Fronteiras*, v.12, n.1, jan.-abr. 2012, p. 102. Disponível em <<http://www.curriculosemfronteiras.org/vol12iss1articles/gomes.htm>> Acesso em 22 jul. 2019.

MATTOS, Regiane Augusto de. *História e cultura afro-brasileira*. 2. ed., 6º reimpressão. São Paulo: Contexto, 2016, p. 121, 122.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociabilidade brasileira*. São Paulo: Claro enigma, Coleção agenda brasileira, 2012. Disponível em <<http://lelivros.love/book/baixar-livro-nem-preto-nem-branco-muito-pelo-contrario-lilia-schwarcz-em-pdf-epub-e-mobi-ou-ler-online/>> Acesso em 22 jul. 2019.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Aprender, ensinar e relações étnico-raciais no Brasil. *Educação*, ano XXX, n. 3 (63), Porto Alegre/RS, set.-dez. 2007, p. 490.